Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós Graduação em História

DA GUANABARA AO SENA:

Relatos e cartas sobre a França Antártica nas guerras de religião

Luiz Fabiano de Freitas Tavares

Orientador: Rodrigo Bentes Monteiro

Universidade Federal Fluminense

Centro de Estudos Gerais

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Programa de Pós Graduação em História

Matrícula: M008.107.026

Luiz Fabiano de Freitas Tavares

DA GUANABARA AO SENA:

Relatos e cartas sobre a França Antártica nas guerras de religião

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós Graduação em
História da Universidade Federal
Fluminense, como pré-requisito
parcial para obtenção do grau de
mestre em História

Orientador: Rodrigo Bentes Monteiro

NITERÓI

2009

Dissertação defendida e aprovada em 25/05/09

pela comissão examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro (UFF)

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (UFF)

Dr^a Catarina Costa D`Amaral (PUC-RJ)

Sumário

Agradecimentos	7
Resumo	8
Introdução	9
Capítulo I – Histórias de uma viagem	22
I - Verdades e mentiras	22
II – Do édito de Nantes à era dos impérios	44
III – Memória, identidades, política	56
Capítulo II – Verdades impressas	76
I – Verdades, mentiras, calúnias	76
II – O mito de fundação	87
III - Tradutore, traditore	102
IV – O convite e a querela	108
V - Non causa, sed poena?	120
VI – Em busca da verdade	124
Capítulo III – Segredos manuscritos	135
I – Famílias e confissões	135
II – Mensageiros de papel	169

III – Léry e a herança	173
IV – Calvino e o espírito	184
V – Villegagnon e a corte	197
Conclusão	210
Bibliografia	214

A minha esposa, minha avó, minha mãe e minha tia
pela paciência e apoio incondicional

A meu avô, sempre junto, apesar da distância

Agradecimentos

Agradeço inicialmente ao embaixador Vasco Mariz, ao Prof. Paulo Knauss de Mendonça e à Profª Catarina Costa D`Amaral, pelos conselhos, indicações e sugestões, que tanto contribuíram para essa dissertação, marcados por gentil atenção.

Não poderiam deixar de constar o Dr. Odilon Cordeiro Morais e sua esposa, a Sra. Madalena Macabu Morais, bem como o almirante Max Justo Guedes, que muito contribuíram para a bibliografia, através de seus generosos empréstimos ou presentes.

Devem ser mencionados ainda os funcionários da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da biblioteca de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, pela acolhida e pelo atendimento atencioso e prestativo.

O Prof. Rodrigo Bentes Monteiro, valoroso orientador também deve, sem dúvida, ser apontado, por seus constantes incentivos, paciência e compreensão. Também precisam ser citados o Prof. Luiz Edmundo Tavares e a Profª Regina Wanderley, pela inestimável contribuição na primeira fase desse trabalho.

Agradeço ainda a todos os amigos e a família pelo constante interesse e apoio em todos os momentos desse percurso.

E, acima de tudo, a Deus.

Resumo

Entre os anos de 1560 e 1567 a Baía de Guanabara abrigou um foco de ocupação francesa, a França Antártica, fundada pelo cavaleiro de Malta Nicolas Durand de Villegagnon. Embora breve, essa experiência seria marcada por inúmeras tensões e conflitos, que se refletiriam numa grande disputa pública na França, a partir de 1561. Numerosos personagens escreveriam no contexto dessa controvérsia polarizada em torno de questões religiosas, entre eles André Thévet, Jean Crespin, Jean de Léry e o próprio Villegagnon. Durante esses debates, uma das questões mais importantes seria a da definição de quem relatava a verdade dos acontecimentos na Guanabara. O objetivo do presente trabalho é analisar o enraizamento da controvérsia sobre a França Antártica no contexto político francês contemporâneo, buscando compreender suas relações com as diversas redes de aliança, bem como com as diferentes concepções políticas coevas. Assim sendo, serão examinados sob essa perspectiva os discursos articulados no quadro dessa disputa, com especial atenção para as modalidades de emprego da retórica. A pesquisa também se dedicará a estudar os discursos articulados pela documentação epistolar sobre o tema, analisando a inserção das questões políticas no universo das relações particulares, em oposição às relações públicas estabelecidas pela dinâmica da documentação impressa.

Palavras-chave: França Antártica – política – retórica – literatura de viagem – cartas

Résumé

Entre les années de 1560 et 1567 la Baie de Guanabara a abrité un foyer d'occupation française, la France Antarctique, fondée par le chevalier de Malte Nicolas Durand de Villegagnon. Quoique brève, cette expérience serait marquée par des nombreuses tensions e conflits, qui se refléteraient em une grande dispute pública en France, à partir 1561. Plusieurs personnages écriraient dans le contexte de cette controverse polarisée autour de questions religieuses, entre eux André Thévet, Jean Crespin, Jean de Léry et Villegagnon lui-même. Pendant ces débats, une des questions plus importantes serait celle de la définition de qui rapportait la vérité des évènements à Guanabara. Le but du présent travail est d'analyser l'enracinement de la controverse sur la France Antarctique au contexte politique français contemporains, en cherchant à comprendre ses rapport avec les divers réseaux d'aliences, aussi bien qu'avec les différentes conceptions politiques de l'époque. Dans ce but, seront examinés sous cette perspective les discours articulés au cadre de cette dispute, avec spéciale attention aux modes d'emploi de la rhétorique. La recherche se dediera aussi à étudier les discours élaborés par la documentation épistolaire sur le thème, em analisant l'insertion des questions politiques dans l'univers des rapports particuliers, en opposition aux rapports publics établis par la dynamique de la documentation imprimée.

Mots-clé: France Antarctique – politique – rhétorique – littérature de voyage – lettres

Introdução

Ils se battent – combat terrible! - corps à corps.

*Voilà déjà longtemps que leurs chevaux sont morts*¹

Hugo

“Como é possível que ninguém, até hoje, tenha pensado em fazer o grande filme que merece a aventura de Villegagnon, tal como a contou Léry? É uma história apaixonante, com todos os ingredientes da epopéia: peripécias dramáticas, paisagens grandiosas, personagens fascinantes, tudo está lá”².

Com essas palavras Lévi-Strauss expressa o fascínio exercido pela breve, mas intensa, experiência da França Antártica. Em doze anos a Baía de Guanabara viu se desenrolar uma espécie de miniatura da história francesa e mesmo europeia do século XVI: desde o desafio da coroa francesa às potências ibéricas, especialmente aos Habsburgos, às guerras de religião, incluindo uma “prévia” do colóquio de Poissy.

Esse fascínio me acompanha desde a infância. Um dever de casa no primário apresentou-me o quadro de uma titânica guerra travada na Guanabara, perto de mim, atada inextricavelmente à fundação de minha cidade! Duas figuras heróicas me encantaram: Estácio de Sá, morto tragicamente com uma flecha no olho, e Villegagnon, o cavaleiro que desafiava o tratado de Tordesilhas, que me parecia bastante injusto.

Nos anos seguintes voltei a me encontrar com o tema, nas aulas de história do colégio, e em exposições que marcariam minha memória. Mas o encontro definitivo se daria na universidade, na realização de um trabalho para uma disciplina. Deste nasceria a monografia e, mais tarde, a presente dissertação³.

¹ “Eles se batem – combate terrível! – corpo a corpo/ Já há muito tempo morreram seus cavalos”.

² “Comment se fait-il que personne, à ce jour, n’ait songé à tourner le grand film que mérite l’aventure de Villegagnon telle que Léry l’a racontée? C’est une histoire passionante, avec tous les ingrédients de l’épopée: des péripéties dramatiques, des paysages grandioses, des personnages fascinants, tout y est” (*Sur Jean de Léry – entretien avec Claude Lévi-Strauss*. In: LÉRY, Jean de. *Histoire d’un Voyage fait en La terre Du Brésil*. Paris: Le Livre de Poche, 1994, p. 14).

³ Quando tinha quinze anos duas exposições me impressionaram: a apresentada no Museu Histórico Nacional tinha como tema a imagem do Brasil produzida pelos viajantes no século XVI, onde tive contato com as figuras de Thévet e Léry. A outra, no Espaço Cultural da Marinha, abordava especificamente a França Antártica, com maquetes e imagens de época. Nelas pude conhecer melhor o tema, trabalhado superficialmente no Colégio Pedro II. Meu contato com o assunto e sua problematização se aprofundariam na realização de um pequeno trabalho para a disciplina História do

Desde então, o aspecto mais fascinante do tema se encontra em seus personagens: a figura impressionante de Villegagnon, do explosivo pastor Pierre Richer, do diligente editor reformado Jean Crespín, do cômico cosmógrafo André Thévet (tornado cômico pela sátira de seus adversários), e, por fim, Jean de Léry, elevado à posição de personagem relevante por sua narrativa.

Contudo, mais apaixonante seria o desenrolar da história, surpreendente em seus lances, desde a simpatia inicial entre seus personagens até a ruptura definitiva e as posteriores disputas. Nessas disputas a questão ganha seu interesse pelo modo como os envolvidos combatem encarniçadamente por seus posicionamentos, desde as narrativas sóbrias, mas firmes, de Villegagnon, Léry ou Crespín, aos relatos cheios de vitupérios lançados por Thévet ou Richer.

A comparação aos personagens do romance *Quatrevingt-treize*, de Victor Hugo, parece inevitável. “Inexoráveis”, como qualifica seu autor. O modo como lutam os adversários da França Antártica se assemelha à maneira com que disputam Lantenac e Cimourdain, na guerra da Vendéia. Um defende a monarquia, o outro a Revolução. Ambos com o mesmo ardor, com a mesma dedicação aguerrida e apaixonada. Pouco importa o lado; a intensidade é tudo⁴.

Da mesma forma, católicos ou huguenotes, com o mesmo denodo nossos personagens se dedicam à defesa de posições, enfrentando-se mutuamente com afinco. As respostas multiplicam-se, os argumentos se acumulam e se chocam, as diferentes versões dos fatos se desmentem no calor do combate. Sejam quais forem as crenças ou os ideais, eles demonstram disposição a lutar incansavelmente pelo que acham justo.

Abandonando essas reflexões pessoais, debruçemo-nos sobre o presente trabalho. Ele segue o rastro da precedente pesquisa, da qual é, em boa medida, continuação e aprofundamento. Dessa forma, cabe traçar algumas observações com relação a esse esforço anterior, recuperando um pouco suas perspectivas e, ao mesmo tempo, articulando-o à atual investigação em seus novos objetivos⁵.

O ponto de partida daquela monografia foi a seguinte problemática: como os huguenotes envolvidos na França Antártica concebiam sua participação naquela empresa? Quais os objetivos políticos dessa participação?

Rio de Janeiro I, na UERJ, ministrada pelo Prof. Luiz Edmundo Tavares, que se tornou meu orientador na monografia.

⁴ HUGO, Victor. *Quatrevingt-treize*. Paris: GF Flammarion, 2002.

⁵ Trata-se da monografia de conclusão da graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Luiz Edmundo Tavares, a ser publicada pela Topbooks sob o título “Entre Genebra e a Guanabara: a discussão política huguenote sobre a França Antártica” (Rio de Janeiro, no prelo).

Naquele momento, busquei embasamento teórico na idéia de “utopia”, tomando o termo num de seus sentidos mais aceitos, o de planejamento ideal e racional de uma determinada atuação no mundo, na de formação de uma sociedade ou comunidade ideal. Os primeiros títulos da monografia foram *França Antártica: uma utopia protestante nos trópicos* (por demais clichê, sem dúvida) e *Uma utopia protestante para a França Antártica*, mudança advinda da constatação realizada por Vasco Mariz de que o primeiro título passava a impressão de que a França Antártica, em si, seria uma “utopia protestante”, aparentando seguir as interpretações equivocadas derivadas das fontes portuguesas e, sobretudo, da obra de Varnhagen.

Pouco a pouco, com o avançar da pesquisa, o termo “utopia” pareceu pouco adequado. Mais que uma simples idealização social abstrata, o pensamento desenvolvido pelos huguenotes a respeito da França Antártica era fruto de uma relação imediata com a realidade, proposta pela participação na empresa colonial. Comecei assim a utilizar o conceito de projeto, nuançando a “utopia”, mas não substituindo-a. A idéia de projeto propunha uma relação estratégica e problematizante entre a realidade e o pensamento huguenote sobre a França Antártica⁶.

Todavia, mesmo essa noção era imperfeita para analisar as idéias dos reformados em relação ao estabelecimento da Guanabara. Tal como “utopia”, “projeto” era excessivamente homogeneizante, incapaz de abranger a diversidade de idéias exposta pela documentação.

Senti assim necessidade de empregar um conceito bastante amplo e capaz de fornecer recursos analíticos flexíveis, a idéia de discussão ou debate. Essa conceituação permitiria dar conta das inúmeras opiniões, freqüentemente contraditórias, emitidas por diferentes autores huguenotes. Da mesma forma, a noção de “discussão” não mantinha com as demais uma relação excludente, mas complementar.

Por fim, optei por não me preocupar demasiadamente com essas definições conceituais, uma vez que todos os conceitos apresentavam alguma nuance construtiva para a compreensão do assunto, embora nenhum se adequasse perfeitamente aos problemas estudados, tendo em vista a impossibilidade de aprisionar a complexidade e a dinâmica da realidade na estreiteza limitadora dos conceitos. Como afirmou um reconhecido historiador, os conceitos parecem-nos úteis até certo ponto, desde que não se proponham a domesticar a realidade sob rótulos super-simplificadores. Assim sendo,

⁶ Devemos essas observações, entre outras sugestões, à valiosa leitura realizada pelo Prof. Paulo Knauss de Mendonça.

deixa-mo-los um pouco vagos, e tanto mais úteis quanto menos definidos, menos restritivos e, portanto, mais maleáveis⁷.

O pensamento huguenote relacionado à França Antártica, acredito, tem um tanto de utopia, um tanto de projeto e, certamente, um pouco mais de discussão. A utopia se faz presente em seu próprio ideal, proclamado em quase todos os escritos referentes à experiência da Guanabara: a idéia de que a colônia seria um lugar onde poderiam “melhor servir a Deus”. Dessa maneira, o ponto nodal em torno do qual se articulam os discursos huguenotes sobre a França Antártica encontra seu vértice no Céu. O próprio eixo que faz girar os diferentes modos de pensar, a organização, e os objetivos da comunidade fundada na ilha de Serigipe são fundamentados num poder extra-mundano. Dificilmente podemos pensar em algo mais próximo da “utopia”, tanto no sentido filosófico que lhe é comumente atribuído, como em seu sentido etimológico de *ouk-topos*, um “não-lugar”, na medida que fundamenta-se no Céu, e não na Terra.

No entanto, não é inteiramente utopia por ter um pé na realidade concreta, atendendo a problemas propostos pela sua própria existência: dificuldades de manutenção material, escasso povoamento, convívio desafiador com os índios e, principalmente, conflitos intestinos, políticos, religiosos, e até mesmo sexuais. Nesse sentido, é também projeto, pois a colônia ideal de “servos do Senhor”, para se ver implementada, devia enfrentar todas essas ameaças e propor, *a posteriori*, respostas a esses obstáculos⁸.

Com relação ao aspecto de debate, este certamente se identifica com o pensamento huguenote sobre a França Antártica. As idéias são proferidas por diversos personagens confrontando-se em muitos momentos. A documentação disponível é certamente limitada. No entanto, as idéias veiculadas saíram de um terreno mais amplo de debate, situado no campo da troca oral e mesmo epistolar, sendo os vestígios conhecidos menos numerosos que o volume original da correspondência trocada em torno do assunto.

7 Seguimos aqui o conselho de Evaldo Cabral de Mello: os conceitos, embora úteis ao historiador, se esfumam em suas mãos, quando apertados com muita força (Remetemos aqui à resenha publicada por E. C. de Mello no caderno Mais! Da Folha de São Paulo [23/12/2007], sobre “O Modelo Italiano”, de Braudel).

8 Os “conflitos sexuais” citados referem-se à rebelião ocorrida em março de 1556, motivada pela exigência de Villegagnon de que se casassem com as índias aqueles que desejassem manter relações sexuais com as mesmas. As soluções propostas *a posteriori* dizem respeito à avaliação do fracasso da colônia e do que poderia ter sido feito no sentido de evitá-lo, que ocupa espaço não negligenciável nas discussões posteriores entre católicos e huguenotes.

Desde o século XIX, são encontradas cartas inéditas sobre o tema, como a carta de Villegagnon ao duque de Guise, de novembro de 1557, encontrada no século XX, no Canadá, e arrematada pela Marinha do Brasil. Os documentos utilizados são como o esqueleto fossilizado dessa dinâmica já morta, mas pelo qual podemos, qual paleontólogos, reconstituir o organismo vivo, ainda que de modo limitado.

Do ponto de vista da documentação, o começo do caminho foi a obra de Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, cuja leitura serviu de base para o levantamento dos principais questionamentos em relação ao pensamento huguenote sobre a França Antártica, que guiaram o trabalho com as demais fontes, excetuando alguns problemas encontrados a partir de outros documentos. Seguindo adiante, novos passos levaram ao livro de Crespín, bem como às cartas de Villegagnon e dos pastores Chartier e Richer a Calvino, além dos poemas liminares à obra de Léry.

Repasso então alguns aspectos em relação ao pensamento huguenote sobre a França Antártica, abordados naquela monografia transformada em livro, entre eles o principal ideal norteador dos escritos huguenotes, o de “melhor servir a Deus”. Tal idéia articula a organização política e social em torno de um ideal religioso, o que não chega a ser espantoso, em se tratando da Europa quinhentista. A especificidade se encontra no fato de que no Brasil seria possível estabelecer uma comunidade onde o serviço divino seria feito de modo *melhor* que na Europa, sobretudo na França.

Essa insatisfação não era uma particular do movimento reformista, compartilhada com outros segmentos na França. A instabilidade religiosa, somada ao fortalecimento do poder da coroa, abalando os antigos equilíbrios de poder, criava uma situação desconfortável, para a qual deviam ser encontradas alternativas. Testemunho disso são as inquietações expressas por Étienne Jodelle, poeta católico, em sua ode dedicada a André Thévet, publicada nas liminares das *Singularités de la France Antarctique*. A idéia de uma comunidade onde seria possível melhor servir a Deus é uma resposta a essa situação, coletividade regida por uma ética religiosa talvez ligada àquela enunciada por Calvino num dos livros das *Instituta*, “A vida cristã”⁹.

Esse seria o ponto central, em torno do qual orbitavam outras idealizações ligadas à França Antártica. Nesse sentido, um dos aspectos mais chamativos seria a idéia de refúgio aos perseguidos no Velho Mundo. Todavia, no correr da pesquisa

⁹ Lembrem-se que Calvino não se arroga, em momento algum, como criador de uma doutrina original, mas sim o papel de uma espécie de relator ou expositor do que seriam, segundo ele, as principais crenças e idéias dos reformados, com a finalidade de mostrar aos franceses o quanto seriam, em sua opinião, errôneos os juízos emitidos com relação aos huguenotes.

percebi que essa idéia comporta nuances complexas, quando se comparam as diferentes fontes: a maioria delas lhe dá uma importância marginal, excetuando o livro de Jean de Léry, que desenvolve amplamente essa noção.

Segundo Léry, a colônia deveria receber não apenas os franceses, mas qualquer súdito de qualquer coroa, oprimido em sua terra por causas religiosas. Crespin, por sua vez, aparenta estabelecer uma escala prioritária, em que os primeiros seriam, obviamente, os franceses, de preferência cristãos. Da mesma forma, Léry apresenta a colônia como local onde até os católicos seriam bem recebidos e tratados com respeito.

Os desenvolvimentos dados por Léry à questão, e a reiterada importância da mesma no quadro geral de sua obra, levam a pensar na perspectiva histórica de onde avaliava a experiência colonial. Léry, ao contrário dos demais, não escrevia no calor do momento, mas vinte anos depois, quase quinze após o fim da colônia; seu livro é de 1578. Muita coisa havia se passado nesse intervalo de tempo.

Em 1560, após a conjuração de Amboise, estavam lançadas as sementes dos conflitos religiosos que dominariam a França nos quarenta anos seguintes. Quando Léry escreve, dezoito anos de hostilidades e violência pesavam sobre o reino dos francos. Seis anos antes ocorrera a emblemática tragédia de São Bartolomeu, evento no qual Léry estivera diretamente envolvido: durante as ondas de violência propagadas a partir de Paris, Léry e outros reformados se refugiaram na cidade de Sancerre, onde ficaram sitiados durante meses, passando fome e privações, tendo inclusive presenciado um episódio de antropofagia na cidade. Não à toa, Léry relembra com saudosismo o ideal de se estabelecer um refúgio no Novo Mundo, onde teria sido possível evitar tal situação.

Entre as idéias enunciadas pelos huguenotes com relação à colônia, a religião possui papel preponderante, especialmente no tocante ao estabelecimento de uma comunidade religiosa. Os escritos sublinham a importância do estabelecimento de uma rotina religiosa cotidiana, com preces públicas e sermões, além de punições aos “relapsos”, através da “disciplina eclesiástica”. Léry não se furta a qualificar tal ordem de coisas como “política eclesiástica” (“police ecclesiastique”).

O principal objetivo visado por essa “política” era a moralização dos colonos, visando sua disciplina. Tal preocupação não era gratuita, pois Villegagnon enfrentou uma rebelião em 1556, cuja principal causa foi sua exigência de casamento para os que desejassem ter relações sexuais com índias.

Dessa maneira, a ação da igreja via-se em sintonia com as necessidades da autoridade temporal na colônia, mas não submissa a esta, sequer confundida. Pelo contrário, em alguns momentos, era sua antagonista.

Deve-se salientar o caráter peculiar dessa igreja, que se via mais como uma congregação doméstica que pública, comparada pelos pastores Chartier e Richer às igrejas mantidas em suas casas por Ninfas ou pelo casal Áquila e Prisca, nos Atos dos Apóstolos. Essa constatação tende a sublinhar o distanciamento entre os poderes espiritual e temporal, na lógica huguenote.

Outro problema de grande importância diz respeito aos indígenas: como conviver com os nativos da terra? Qual seria seu papel na comunidade? De modo geral, encarava-se a possibilidade de levar o Cristianismo aos índios, embora isso fosse secundário: era necessário evangelizar os próprios franceses, antes dos indígenas. A conversão dos índios é apresentada por Léry como possibilidade a se realizar por iniciativa dos mesmos, devido à sua própria curiosidade; segundo ele, caso os franceses permanecessem na terra por mais tempo, o convívio prolongado abriria caminho para a conversão dos indígenas.

Nos escritos huguenotes sobre a França Antártica também se reprovava os castigos físicos, torturas e massacres contra os ameríndios de modo geral, na esteira da *leyenda negra* da colonização espanhola. Todavia, Crespín fala, sem tom de recriminação, da presença de escravos na ilha de Serigipe, embora criticando Villegagnon pelo uso de instrumentos de tortura contra eles. Já Léry, escreve acerbas páginas contra a escravidão indígena, conquanto se refira especialmente à América espanhola.

Ao mesmo tempo, é necessário levar aos índios honestidade e civilidade, virtudes das quais seriam carentes, “bestas com forma humana”, no dizer de Villegagnon. Jean de Léry, por outro lado, enxerga os indígenas como modelo de civilização sob certos aspectos, embora criticáveis em outros. Da mesma forma, no julgamento de Léry o europeu não está longe dos indígenas, no que diz respeito à barbárie: as crueldades das guerras de religião aproximam os franceses da antropofagia tupinambá.

Em todo caso, a tendência geral aponta no sentido de uma convivência pacífica com os indígenas, em parte motivada pela necessidade: os índios, além de mais numerosos que os franceses, eram aliados essenciais a sua sobrevivência, responsáveis

pela produção da maior parte dos víveres consumidos pelos franceses, obtidos através de trocas.

Outro aspecto a destacar diz respeito ao modo como os huguenotes pretendiam organizar a colônia. Destaca-se a importância dada ao funcionamento do conselho de notáveis estabelecido por Villegagnon, aprovado e aplaudido pelos huguenotes.

Sobre as possíveis formas de organização da social, encontramos tendências de ruptura e de manutenção da sociedade de ordens. Embora não se critique ou questione abertamente a divisão trinitária, em diversos momentos apresenta-se um olhar aprovador, até enaltecido, sobre subversões dessa ordem, como o envolvimento dos trabalhadores na defesa do forte Coligny ou a participação direta dos nobres nas obras de construção do forte, por exemplo. Ao mesmo tempo, um respeito cioso das hierarquias chega a ser defendido, especialmente por Crespin.

No referente à organização do trabalho, como vimos, Crespin não deixa de aprovar a escravidão indígena, ao contrário de Léry. A idéia de um grupo de artesãos e trabalhadores mantidos pelo governo da colônia através de salário não parece criticável aos autores huguenotes, e o trabalho desenvolvido por esses por sua própria conta também é visto de modo complacente. Da mesma forma, o comércio dos franceses com os indígenas em troca de bens de uso corrente não é mal visto.

No que toca aos objetivos mais amplos da produção colonial, Crespin e Léry apresentam divergências consideráveis. Enquanto Léry defende, usando o índio como modelo, uma economia voltada à provisão das necessidades, menosprezando a acumulação de bens materiais, Crespin vê com bons olhos a exploração dos bens da terra, incluindo os possíveis metais preciosos, não reservando nenhuma palavra condenatória à expedição enviada por Villegagnon rumo ao rio da Prata em busca dos “vis metais”.

Voltemo-nos agora aos novos passos a serem dados. Na monografia, foram abordados os debates articulados internamente pelos huguenotes. Nessa nova fase, trataremos da polêmica externa que oporia católicos e huguenotes na arena política francesa. No atual trabalho nos debruçamos sobre o modo como as problemáticas da França Antártica se enraizam na prática política da época, especialmente através da análise retórica dos discursos.

Analisaremos especialmente o modo como o binômio verdade-mentira se faz essencial nas discussões travadas na esfera pública, e o uso da “verdade” como

ferramenta política, particularmente no modo como a pretensão ao monopólio da verdade se articula a uma determinada intencionalidade política. Dessa maneira, abordamos o ato de escrever como uma prática política.

Para tanto, nos valem de fontes impressas ou manuscritas, especialmente livros, panfletos e cartas. Através dessa variedade pretendemos perceber como os documentos, destinados a contextos diferentes, públicos e particulares, expressam diferentes padrões de intencionalidade por parte de seus autores.

No primeiro capítulo apresentamos uma discussão sobre a historiografia produzida em torno do tema desde o século XVI. Dessa forma buscamos analisar o modo como o objeto vem sendo tratado e como o presente trabalho se insere nessa produção. Mais que observar os estudos publicados até o momento sobre o assunto, objetivamos uma contextualização das fontes, objeto da primeira parte do capítulo, especialmente no modo como os escritos públicos sobre a França Antártica se inter-relacionam.

O capítulo se inicia por uma análise dos escritos produzidos diretamente a partir do contexto da França Antártica, especialmente as obras de Barré, Thévet, Villegagnon, Crespin, Richer e Léry, com particular atenção à polêmica desenvolvida através das mesmas. Concomitantemente são analisadas as práticas panfletárias então comuns, bem como as modalidades de produção historiográfica usuais na época.

Prosseguindo, serão visitadas as abordagens sobre a França Antártica entre os séculos XVII e XIX, marcadas por um acentuado declínio de interesse por parte dos autores seiscentistas, com a decadência do protestantismo francês nesse período e, no sentido inverso, a retomada da experiência da Guanabara pelos historiadores, motivada pelas novas iniciativas coloniais do XIX. Abordaremos ainda o desenvolvimento do tema na historiografia brasileira do século XIX, especialmente na obra de Varnhagen, discutindo a influência que esta teve sobre as interpretações brasileiras a respeito do episódio até meados do século XX.

Por fim, serão tratadas as obras produzidas do início do século XX até a época presente, com especial atenção ao enfoque problemático que tem marcado essas abordagens. Como veremos, frequentemente essas obras têm discutido temas ligados às identidades e à memória geradas em torno da França Antártica, ao mesmo tempo que uma análise cada vez mais profunda das fontes tem levado a complexos questionamentos sobre o significado da empresa francesa no Brasil quinhentista.

No segundo capítulo, a seu turno, voltamo-nos para a polêmica travada em torno da França Antártica, analisando o debate através das obras impressas, procurando identificar os modos pelos quais os grupos envolvidos se apropriaram dos eventos ocorridos na Guanabara; buscamos examinar como esses relatos se inserem no cenário político do reino, a partir dos pontos de vista apresentados em suas narrativas.

Analisamos o modo como o conjunto das motivações que teriam levado à formação da colônia é apresentado nas obras de Nicolas Barré, André Thévet, Jean Crespin, Villegagnon e Jean de Léry, buscando evidenciar a maneira pela qual cada um desses autores se apropria do episódio para articular as concepções defendidas pelo grupo a que estava ligado na dinâmica política francesa. Abordamos com maior ênfase a discussão travada pelos autores a respeito dos papéis de Coligny e Villegagnon na concepção da empresa da França Antártica.

Estudamos assim o modo como a sedição acontecida na colônia em março de 1556 contra Villegagnon e seus próximos é apresentada por cada um dos autores envolvidos na polêmica da França Antártica, e de que maneira o episódio é usado para atribuir valores negativos à conduta de seus adversários. Nesse sentido, as obras de Crespin, Richer e Thévet apresentam particular interesse, pois elaboram versões peculiares do episódio.

Por sua vez, a querela eucarística estabelecida na Guanabara seria identificada como principal ponto de ruptura entre os partidos opostos na arena política. Tratamos da viagem dos genebrinos ao Novo Mundo, atribuída por uns a Villegagnon e por outros a Calvino. Também analisamos o modo como a querela citada, iniciada na Páscoa de 1557 é apropriada pelos diferentes personagens, ora pendendo mais para o discurso político, ora para o religioso.

Sobre os “mártires” da Guanabara, em 1557 Villegagnon condenou à morte três genebrinos na colônia. As causas dessa condenação foram muito discutidas, alguns apresentam como motivação o comportamento sedicioso dos três, outros explicam o evento devido a sua confissão, transformando-os, *tour à tour*, em mártires do cristianismo reformado ou em perigosos rebeldes. Discutimos as implicações de uma e outra versão no plano político, e o modo como isso se articula às problemáticas religiosas da época.

Retomamos então a discussão do início do capítulo, analisando o modo como cada autor se vale das provas e de outros recursos retóricos para defender sua versão dos fatos passados na Guanabara. Por outro lado, tentamos reconstituir

hipoteticamente o público a que seus discursos se dirigiam, destacando as implicações políticas desse fato.

Por fim, no terceiro e último capítulo, traçamos um breve quadro do contexto político de então, seguido de uma análise dos conjuntos epistolares relacionados à França Antártica do escritor e pastor Jean de Léry, do reformador João Calvino, e do cavaleiro de Malta Nicolas Durand de Villegagnon.

A primeira parte aborda especificamente a prática política na França durante as guerras de religião, procurando analisar o sistema de alianças vigente no reino, numa perspectiva diacrônica e dinâmica, ao longo da segunda metade do século XVI, período em que se deram os debates sobre a França Antártica. Dessa forma tentamos evitar as perspectivas homogeneizantes, que procuram dar conta das redes de alianças e partidos como blocos monolíticos.

Concomitantemente, analisamos o desenvolvimento das diversas concepções políticas que se articulavam na França quinhentista, como as elaboradas pelos huguenotes, católicos intransigentes, *monarcômacos*, *descontentes*, *políticos*, entre outros. Essas concepções estavam atreladas à dinâmica de alianças. As correntes de pensamento norteiam a formação ou a dispersão de partidos e, ao mesmo tempo, o ritmo dos pactos em conjunturas específicas leva a constantes transformações nas concepções políticas.

Seguimos então à análise do modo como os problemas da França Antártica foram tratados na esfera particular, através da correspondência motivada pelo episódio. Para tanto, fazemos breve discussão a respeito das práticas epistolares no século XVI, regidas por rígida etiqueta e teorizadas em profusa tratadística, como veremos.

Em seguida nos dedicamos ao exame das cartas propriamente ditas, trocadas entre personagens diretamente envolvidos na empreitada colonial e o centro de poder, evidenciando outras formas de inserção do tema na esfera política coetânea. As modalidades de circulação do manuscrito e do impresso estavam imbricadas. Nesse sentido, a publicação das epístolas tirava documentos da esfera particular para a pública. Esse procedimento estava longe de ser inocente, e procuraremos avaliar os padrões de intencionalidade envolvidos nesse processo.

Passamos então ao conjunto de cartas de Jean de Léry, exíguo, mas bastante elucidativo. Essa documentação joga luz sobre sua relação com os descendentes de Gaspar de Coligny e sua inserção na esfera política. Ao mesmo tempo, oferece pistas

interessantes sobre o modo como tentava influenciar, mediante sua obra, as políticas ultramarinas da coroa francesa.

As cartas de Calvino, por sua vez, evidenciam outra esfera de atuação política, a do poder espiritual. Analisamos então o modo como se constitui uma rede religiosa centrada na figura do reformador, que assume papel central na organização eclesiástica da colônia, ainda que de modo indireto, a um oceano de distância. Ao mesmo tempo, as últimas cartas de Calvino relacionadas à França Antártica revelam as disputas travadas em torno desse poder religioso, seguidas pela ruptura definitiva dessa rede.

Por fim, a correspondência de Villegagnon nos transporta a outros círculos políticos. As cartas do cavaleiro de Malta estabelecem uma relação direta com o centro do poder no reino, endereçadas a grandes figuras e famílias como Catarina de Médici, Anne de Montmorency, os Guise, o almirante Coligny, entre outros. O mais interessante sobre essa correspondência é o modo como evidencia a pluralidade de interesses articulados em torno da França Antártica.

O presente trabalho se propõe, portanto, a estabelecer relações entre a disputa política sobre a França Antártica e o contexto mais amplo que se desdobrava na França. A maioria dos trabalhos realizados não se debruça sobre o tema de modo aprofundado, tratando a questão de modo colateral.

Ao mesmo tempo, buscamos analisar a documentação epistolar em torno do episódio sob um prisma pouco usual. Os estudos produzidos sobre a França Antártica têm comumente se valido dessa documentação com um caráter marginal, e de uso factual, centrando-se no exame da literatura de viagem. Nesse trabalho avaliamos os discursos articulados por essas fontes, na medida em que eles evidenciam padrões de intencionalidade diferentes dos mobilizados pela documentação impressa e de cunho literário.

Capítulo I

Histórias de uma viagem

*Ainsi que l'ennemy par livres a seduit
Le peuple desvoyé qui fausement le suit,
Il faut en disputant par livres le confondre,
Par livres l'assaillir, par livres luy respondre*¹⁰
Ronsard

Desde o século XVI, muito se escreveu sobre a França Antártica, por aqueles que vivenciaram de perto a experiência francesa de ocupação da baía de Guanabara, pelos que de longe acompanharam esse esforço na própria época, ou ainda por aqueles que se debruçaram sobre o tema em períodos posteriores.

De modo geral, esses textos são marcados pela polêmica, sempre renovada, em torno de diferentes motivos ao longo dos séculos. Sem dúvida isso se deve à própria trajetória da malfadada empresa colonial francesa no litoral do Brasil, marcada por disputas religiosas e debates teológicos, provocando embates que se prolongariam por mais de trinta anos, muito depois do próprio estabelecimento ter sido arrasado pelas forças comandadas por Mem de Sá sob o estandarte português. A própria historiografia sobre o tema não deixaria de debruçar-se sobre essas mesmas rivalidades, incontornáveis ao estudarmos o assunto, gerando a partir desse movimento novos questionamentos, debates e problemáticas. Talvez residam aí a fecundidade e o interesse desse episódio de exígua duração em termos cronológicos de nossa história, nossa e dos franceses.

O objetivo do presente capítulo será recuperar os principais trabalhos produzidos sobre a França Antártica, desde os dias em que o forte Coligny se erguia sobre a ilha de Serigipe até o presente.

I - Verdades e mentiras

Em 1555 era fundado na baía de Guanabara o estabelecimento francês conhecido como França Antártica. Já no ano seguinte viria a público o pequeno livro *Copie de quelques lettres sur la navigation du Chevalier de Villegagnon*, publicado pela casa de Martin Le Jeune.

¹⁰ “Assim como o inimigo por livros seduziu/ O povo desviado que o segue falsamente,/ É preciso disputar por livros, confundindo-o, / Por livros assaltá-lo, por livros responder-lhe”.

Seu autor era o piloto reformado Nicolas Barré, que participara da primeira expedição ao Brasil. O conteúdo da obra é constituído por duas cartas enviadas por Barré a seus amigos na França. Não é possível saber se os textos eram realmente cartas escritas a amigos, ou se esses supostos amigos (nunca identificados nas cartas) e a forma epistolar adotada não passavam de artifício retórico.

Na primeira carta Barré se dedica a narrar circunstanciadamente a travessia do Atlântico pela esquadra de Villegagnon; na segunda relata os primeiros trabalhos de instalação na Guanabara, além de fazer uma breve descrição da região, da natureza e dos indígenas¹¹.

O livro de Barré não entra em qualquer forma de polêmica, ao contrário dos trabalhos posteriores de seus correligionários. Mesmo após a querela eucarística ocorrida em 1558 e os acalorados debates passados na França ulteriormente, Barré não tomaria qualquer partido, ao menos publicamente. Não à toa, em 1585 André Thévet faria elogiosos comentários em relação a Barré, lamentando a perda do piloto no massacre de Matanzas Innlet, que terminaria tragicamente a experiência de uma colônia reformada na Flórida¹².

Pouco tempo depois, no inverno de 1557-1558, viria a público um novo livro, *Les Singularités de la France Antarctique*, do então franciscano André Thévet, vindo em 1555 junto com Villegagnon e Barré na primeira expedição. Nos primeiros meses de 1556 Thévet retornaria à Europa, acometido de doença desconhecida. Durante o resto desse ano seria preparado o livro, não por ele, perturbado por constantes febres, mas pelo jovem Mathurin Héret¹³.

Héret era um jovem estudante de medicina habituado a ganhar alguns cobres no então crescente mundo editorial: quando de seu trabalho para Thévet tinha já publicado algumas traduções de autores gregos da Antigüidade. Sua parte na elaboração das *Singularités* consistia em dar alguma coerência às notas de viagem de Thévet, no seu conjunto bastante pontuais e fragmentárias, transformando-as em livro. Héret não

11 O conteúdo do livro de Barré foi republicado na íntegra em 1878 por Paul Gaffarel, em *Le Brésil Français au seizième siècle* (GAFFAREL, Paul. *Le Brésil Français au seizième siècle*. Paris: Maisonneuve, 1878, pp. 373-385).

12 Thévet tece elogios a Barré e comenta seu trágico destino em *Histoire de deux voyages faits aux Indes Occidentales*.

13 Nos últimos quinhentos anos o livro de Thévet só teria três edições: a original, de 1557-1558, a republicação feita no século XIX por Paul Gaffarel, e, mais recentemente, numa nova edição da editora Chandeigne, com prefácio, comentários e notas de Frank Lestringant, sendo essa última usada no presente trabalho (THÉVET, André. *Les singularités de la France Antarctique*. Paris: Chandeigne, 1997).

deixaria de imprimir sua feição à obra, enriquecendo-a com uma série de referências ao mundo antigo, que procuravam traçar um paralelo entre este e o Novo Mundo, em grande medida buscando, através dos autores clássicos, reforçar a credibilidade dos fatos inusitados apresentados no livro. Também seriam fruto da contribuição de Héret as inúmeras elucubrações de fundo médico sobre os homens de outras regiões, fortemente marcada por uma espécie de determinismo climático.

Héret terminaria por se apegar ao trabalho, desejando créditos como co-autor, o que lhe seria negado por Thévet. O jovem estudante chegou a levar a questão à justiça, ganhando a causa em parte: a maior parte do lucro da edição seria vertida em seu favor, mas não foi possível realizar o que ele mais desejava, ter seu nome estampado na folha de rosto do livro, sob a alegação de que a tiragem já estava impressa e montada, quando do proferimento da sentença.¹⁴

Além dessas questões, devemos discutir outro aspecto relativo à publicação das *Singularités*. Sustentam alguns que o principal intento de Thévet ao publicá-las era propagandístico, visando angariar contribuições para a empresa colonial. Como observa Lestringant, tal interpretação é bastante questionável, tendo em vista que o espaço reservado à presença francesa no Novo Mundo é ínfimo, dedicando-se a obra sobretudo à descrição das plantas, dos animais e dos indígenas. Provavelmente, se o objetivo da obra fosse engrossar os contingentes da colônia e atrair auxílio material, os atos dos franceses não seriam postos em plano tão secundário. Além do mais, não há qualquer fonte que deixe entrever esse intento, sendo a afirmação apenas conjectural¹⁵.

Enquanto na França eram publicadas *Les Singularités de la France Antarctique*, aproximava-se da Guanabara uma nova expedição, saída da Normandia em novembro de 1557. Nessa esquadra viajavam quatorze huguenotes vindos de Genebra, entre os quais dois ministros, Guillaume Chartier e Pierre Richer, sendo a comitiva liderada pelo nobre Philippe de Corguilleray, *seigneur* Du Pont. Chegariam estes à Ilha de Serigipe em 1558, onde seriam muito bem recebidos por Villegagnon. Contudo essa situação não perduraria muito tempo. Já na Páscoa começaria uma grave querela a respeito da eucaristia, reproduzindo o antigo debate entre católicos e reformados,

14 Essa interessante discussão sobre o processo de elaboração de “Les Singularités de la France Antarctique” e o dissídio entre Héret e o cosmógrafo é apresentada por Frank Lestringant em seu prefácio à edição Chandeigne do livro de Thévet (LESTRINGANT, Frank. *Introduction*. In: THÉVET, *Les singularités*, op. cit., pp. 21-33).

15 Esse possível intento propagandístico das *Singularités* é discutido por Frank Lestringant no seu prefácio à obra; em boa medida as raízes dessa afirmação se encontram no panfleto polêmico de Pierre Richer, como veremos no segundo capítulo (LESTRINGANT, Frank. *Introduction*. In: THÉVET, *Les singularités*, op.cit., p. 21).

divididos entre as concepções de consubstanciação e transubstanciação. Inicialmente de pequena monta, essa dissensão se agravaria ao longo dos meses, tornando a situação na colônia extremamente tensa.

No final do ano de 1558, após uma longa escalada de hostilidades, os membros da comitiva de Genebra finalmente retornariam à Europa no navio Jacques, uma embarcação velha e mal conservada, que realizava então sua última travessia do Atlântico. Já na altura de Cabo Frio o navio começaria a fazer água, exigindo grandes esforços de tripulantes e passageiros para sanar o problema.

Nessa ocasião cinco membros da comitiva optariam por embarcar num dos botes, tomando o rumo da Guanabara. De volta à colônia, as hostilidades se reacenderiam, culminando com a condenação à morte de três dos genebrinos. Os dois restantes teriam diferente destino: um escaparia rumo aos portugueses; o outro seria poupado. O episódio receberia duas versões, a sustentada por Villegagnon e a difundida pelos huguenotes. Segundo o cavaleiro de Malta, ele teria condenado os três por acreditar que fossem traidores e conspirassem contra os líderes da colônia; o genebrino poupado, de acordo com Villegagnon, não estava envolvido nas atitudes subversivas dos demais. Segundo a versão difundida pelos protestantes, por outro lado, a condenação tivera por razão a perseguição religiosa, tendo o sobrevivente apostasiado: Villegagnon fizera três mártires¹⁶.

O ano de 1559 seria marcado por uma ampla campanha difamatória levada a cabo contra Villegagnon pelo partido protestante, num primeiro momento feita através de comunicação oral, principalmente as intrigas cortesãs. É bem provável que Du Pont tenha desempenhado um papel importante nesse processo. Amigo de Coligny, empreendera a viagem à França Antártica a pedido desse. Certamente, após seu retorno à Europa teria procurado o almirante para comunicar-lhe o mau andamento das coisas na Guanabara.

Dessa forma, em meados de 1559 a imagem de Villegagnon no reino estava bastante comprometida: para os católicos, era traidor por ter aderido à Reforma durante algum tempo; para os huguenotes, traidor por ter, após sua suposta adesão, apostasido, perseguido e condenado à morte, “*pour faict de religion*”, três reformados. Situação

16 O bom relacionamento inicial entre Villegagnon e os genebrinos, a querela eucarística, as disputas que se seguiram e seus significados são discutidos pelos diversos autores franceses que se debruçaram sobre o tema, como Gaffarel, Heulhard, Julien, Bonnichon, Lestringant, Peillard e Provençal, bem como pelos autores brasileiros que se ocuparam da questão a partir da segunda metade do século XX, como Ferrez, Knauss e Mariz. A problemática será aprofundada sob outro prisma no capítulo II da presente dissertação.

pouco confortável para qualquer um na época, ainda mais para alguém que tencionava desenvolver um foco de ocupação além-mar, no que dependia largamente de apoio financeiro e humano na França; na situação em que estava, não poderia contar com o auxílio de membros de nenhum dos dois partidos. Ante essa grave situação, Villegagnon retornaria à Europa no final daquele ano, objetivando defender sua causa¹⁷.

Infelizmente não nos é dado saber com precisão o que se passou exatamente na corte de Henrique II nesse sentido. O que é certo, todavia, é que, num primeiro momento, o único a lhe dar apoio ao retornar foi o condestável Anne de Montmorency, chefe de um dos mais importantes clãs da época, que teria lhe informado o que estava sendo dito a seu respeito na Corte, e por quem¹⁸.

Uma das medidas que Villegagnon tomaria seria a publicação de um livro de polêmica teológica contra Calvino, vindo a lume em latim no ano de 1560. Como demonstra uma carta de Villegagnon ao condestável, a sugestão de publicar essa obra teria vindo do próprio Montmorency, que aconselhava ao cavaleiro de Malta que assim fizesse para que todos pudessem perceber de modo patente seu alinhamento nas fileiras da ortodoxia católica. Obviamente não é essa a versão da história apresentada aos leitores, afirmando Villegagnon ter retornado à França no interesse da fé, perturbado ao ver os erros propagados pelos ministros de Genebra quando de sua permanência na Guanabara, erros esses que se propunha a combater através da obra em questão.

O ano de 1561 veria a republicação do livro de Villegagnon, dessa vez vertido para o vernáculo a pedido de Catarina de Médicis, então regente da França na menoridade de Carlos IX, que sucedia o irmão precocemente falecido, Francisco II. Essa reedição, com um público provavelmente mais extenso, devido ao fato de estar agora na língua francesa, suscitaria uma nova onda difamatória contra Villegagnon¹⁹.

A nova reação do partido huguenote inundaria a França com panfletos que divulgariam sua própria versão da experiência da França Antártica. A batalha, deslocada pelo próprio cavaleiro de Malta para o plano do impresso, seria agora levada a cabo através de inúmeros libelos, sendo, como veremos à frente, uma das primeiras grandes disputas do gênero. Segundo essas obras, Villegagnon tivera como intenção inicial, ao

17 Com relação ao retorno de Villegagnon à Europa para sua defesa remetemos às obras de Peillard, Provençal e Mariz. A questão será abordada de modo mais profundo no terceiro capítulo do presente trabalho.

18 Villegagnon agradece esse auxílio prestado por Montmorency em carta ao condestável datada de 1561, como veremos adiante.

19 As cartas de Villegagnon a Montmorency e Catarina de Médici aqui citadas foram publicadas por Paul Gaffarel em *Le Brésil Français au seizième siècle*, e serão objeto de análise mais detida no terceiro capítulo (GAFFAREL, op. cit., pp. 406-407 e 408-410).

fundar a colônia, criar um refúgio onde os reformados poderiam “melhor servir a Deus”; na Páscoa de 1558 teria se voltado contra os huguenotes, traindo a causa, chegando ao extremo de sacrificar os três “mártires”. Entre os principais panfletos destacam-se dois: um, de autoria de Pierre Richer, *Contre les execrables blasphèmes de Durand, bordelier qui se nomme Villegagnon*; o outro, de autor anônimo, intitulado *Histoire des choses memorables advenues em la terre du Brésil, partie de l’Amerique Australe, sous le gouvernement de N. de Villeg. Depuis l’an 1555 jusques à l’an 1558*.

O panfleto de Richer, anônimo em sua versão francesa, assinado pelo nome latinizado “Petrus Richerius” em sua edição em latim, é uma obra marcada por um linguajar quase chulo, valendo-se de comentários bastante questionáveis, em sua veracidade e propriedade. Em lugar de articular uma argumentação consistente sobre a atuação de Villegagnon na Guanabara, o panfleto move ataques à moral do cavaleiro de Malta, particularmente em relação a sua sexualidade, bem como investindo contra o passado de sua família, onde a loucura dominaria cruelmente diversos membros, segundo o autor²⁰.

O panfleto anônimo, provavelmente de autoria de Jean Crespin, move-se num plano bastante diferente, buscando construir uma narrativa equilibrada apesar de sua parcialidade, usando uma linguagem sofisticada e escapando aos ataques morais ao mesmo tempo. Originalmente isolado, esse texto foi incorporado em 1564 ao *Livro dos Mártires*, de Jean Crespin, obra iniciada em 1554 que sofreria inúmeros incrementos ao longo dos anos, até mesmo depois da morte de Crespin em 1572. Incrementos acompanhados de alterações constantes no título do martirologio, cujas edições raramente chegam a ter títulos semelhantes uns aos outros²¹.

Jurista por formação, Crespin era um editor radicado em Genebra, que desenvolveria nesse ofício uma importante militância reformada, responsável pela publicação da tradução francesa da Bíblia feita por Théodore de Bèze, entre muitos outros escritos protestantes que saíam de sua tipografia. Sua produção pessoal foi

20 O panfleto de Richer é objeto de comentários por parte de Mariz e Provençal no apêndice nº 5 de *Villegagnon e a França Antártica* (MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000, pp. 169-177). Lestringant analisa as relações existentes entre o panfleto de Richer e a obra de Jean de Léry, que arrogaria então para si a tradição de defesa da colônia, como herdeiro do ministro; a afirmação parece-nos questionável, dada a diversidade entre os discursos articulados por um e outro, que fazem pensar mais em uma ruptura que na preservação de um legado (LESTRINGANT, Frank. *Le huguenot et le sauvage*. Genebra: Droz, 2004, pp. 98-105).

21 Para uma lista completa dos sucessivos títulos adotados pelo “livro dos mártires”, ver LESTRINGANT, Frank. *Lumière des Martyrs*, Paris: Honoré Champion, 2004, pp. 246-247. Devido à multiplicidade de títulos engendrada pelas inúmeras edições, a obra será aqui designada simplesmente como “Livro dos mártires”, para fins meramente práticos.

bastante limitada, constituindo seu maior trabalho como escritor a redação do sempre crescente martirologio, cuja continuidade seria confiada ao pastor Simon Goulart²².

A autoria do texto original do panfleto de 1561 tem sido objeto de inúmeras discussões desde o século XIX, sendo bastante aceito que seu autor seria Jean de Léry. Parece-nos pouco provável que tenha sido ele, por três motivos: primeiramente, o estilo da narrativa diverge grandemente do adotado por Léry, em *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil*; além disso, há inúmeras contradições entre o panfleto e a versão dos fatos apresentados por Léry, como, por exemplo, no que diz respeito à alimentação na Guanabara, louvando o pastor constantemente a abundância e a fertilidade da terra, ao passo que o panfleto nega essa informação, sustentando que Villegagnon teria cometido equívoco ao acreditar em relatos nesse sentido, quando preparava ainda a expedição; some-se ainda a divergência de opinião entre o panfleto e o livro de Léry em relação a diversos assuntos.

Por outro lado, a semelhança entre o panfleto e o conjunto dos capítulos do “livro dos Mártires” é assombrosa, e podemos dizer que, quando de sua incorporação ao martirologio, em 1564, o texto deveria ter se sentido “em casa”. A sua própria estrutura, transformado em capítulo da história dos mártires, articula-se harmoniosamente aos demais capítulos componentes da obra.

Os principais pontos ressaltados na tragédia dos “mártires” da Guanabara coincidem com aqueles que Crespín sublinharia como essenciais. Particularmente interessante é o lugar dado à profissão de fé dos “mártires” da Guanabara no texto, constituindo seu ponto central, como dos demais capítulos em que as peripécias dos mártires são narradas.

Não é difícil imaginar que o panfleto anônimo tenha saído da tipografia de Crespín, quase como um capítulo avulso de seu martirologio, ao qual seria incorporado três anos mais tarde. É bastante provável que o texto tenha saído da pena do próprio Crespín ou da de algum colaborador sob sua orientação. Resta perguntarmos que razões teriam levado Crespín a não assinar o texto na sua publicação em 1561, caso fosse ele realmente o autor²³.

22 A trajetória de vida de Crespín, sua carreira como editor militante e o modo como se estrutura seu martirologio são objeto de estudo de Frank Lestringant em *Lumière des Martyrs*, especialmente no capítulo I, *Le sang des martyrs dans l'apologétique réformée: du martyrologe huguenot aux 'tragiques'*. (LESTRINGANT, *Lumière...*, op. cit., pp. 31-60).

23 É interessante salientar nesse sentido que Léry atribuiria inequivocamente o texto ao editor reformado. Mais de uma vez se refere ao mesmo como o texto de “Monsieur Crespín”. Além disso, afirma ter sido através dele mesmo que Crespín tivera acesso à profissão de fé dos “mártires” da Guanabara (LÉRY,

Podemos levantar duas hipóteses sobre o panfleto. Primeiramente, devemos levar em conta as datas: publicação inicial em 1561, integração ao martirologio em 1564. Nesse lapso de tempo o “Livro dos mártires” não seria editado nenhuma vez. No entanto, fazia-se necessário publicar o texto imediatamente, em 1561, obedecendo ao *élan* da polêmica.

É bastante provável, contudo, que, por razões que desconhecemos, não fosse do interesse editorial de Crespin lançar uma nova edição do “livro dos mártires” naquela data, por motivações práticas ou financeiras. A demora de três anos até a próxima publicação só confirma esse desinteresse de uma edição a curto prazo por parte do editor. A única alternativa viável a Crespin seria então a publicação avulsa da *Histoire des choses memorables advenues en la terre du Brésil*.

Além disso, o grosso volume do “Livro dos mártires”, caso fosse publicado, não corresponderia às necessidades editoriais da polêmica de panfletos, tanto pelo seu valor proibitivo quanto pela impossibilidade de circular com a mobilidade proporcionada pelo libelo. Além do mais, em termos práticos, a publicação de um panfleto seria muito mais fácil e rápida, do ponto de vista tipográfico. Dadas as técnicas da época, apenas a composição das matrizes e a impressão de uma edição completa do livro faria com que sua mensagem só chegasse ao público tarde demais.

No entanto, embora essas hipóteses expliquem a opção pela forma do panfleto avulso, não oferecem nenhuma pista quanto à opção de Crespin pelo anonimato. Não é improvável, contudo, que o editor tentasse disfarçar a origem genebrina do texto para melhor atingir sua finalidade polêmica, pois possivelmente o conhecimento da autoria do texto comprometeria a aceitação de sua mensagem.

Como se sabe, nessa época a cidade de Genebra não goza de boa fama na França, duplamente associada à heresia e à sedição. A entrada na liça de um texto com origens notoriamente genebrinas constitui *a priori* uma desvantagem à divulgação de sua mensagem²⁴.

Além do mais, como veremos no próximo capítulo, o texto apresenta Villegagnon como um traidor a seu soberano, um usurpador que pretende fundar uma

op. cit., pp. 548-549).

24 Como observa Jouanna, o próprio termo pejorativo “huguenote” derivaria do alemão “eidgenossen”, “confederado”, em alusão a Genebra. Álvarez discute a associação entre heresia e sedição na mentalidade católica, na segunda metade do século XVI (JOUANNA, Arlette. *Histoire et dictionnaire des guerres de religion*. Paris: Robert Laffont, 1998, pp. 983-984; ALVARÉZ, Fernando Bouza. *Imagen y propaganda – capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madri: Akal, 1998, pp. 155-156).

nova monarquia na América. Ora, que importaria isso a um genebrino, embora de origem francesa, que sequer era súdito de Henrique II ou de seu filho? Deve-se acrescentar que Crespin, ao contrário de Richer, não tivera qualquer envolvimento pessoal com a questão.

Tendo isso em mente, podemos imaginar que, revelado o autor do texto, aparentaria ser apenas um intrometido, se imiscuindo em assuntos que não eram de sua alçada. Não é improvável que a opção pelo anonimato fosse uma tática de Crespin para se precaver contra essas possíveis objeções.

Seria interessante ainda traçar algumas observações sobre a polêmica panfletária na França quinhentista. Em meados do século XVI o panfleto constitui um gênero literário com características bastante precisas, ainda que variadas. Na feliz expressão de Geneviève Guilleminot, a polêmica panfletária é um jogo que obedece a certas regras²⁵.

Primeiramente, como observam Guilleminot e Millet, salta aos olhos uma percepção bastante clara da dimensão combativa da produção panfletária, por parte dos autores da época. As metáforas militares não são de forma alguma incomuns nos panfletos²⁶.

Dessa forma, o panfletário sabe que está se lançando a um campo de batalha. Mais ainda, existe a consciência de que o combate dos panfletos em muitos momentos torna-se complementar à luta armada, principalmente a partir do início das guerras de religião; enquanto os príncipes se enfrentam por suas causas, os panfletários as defendem em outro plano²⁷.

25 Guilleminot intitula seu artigo *La polémique en 1561: les règles du jeu* (GUILLEMINOT, Geneviève. *La polemique en 1561: les règles du jeu*. In: AULOTTE, Robert (Org.). *Le Pamphlet en France au XVIe siècle*. Paris: Centre National des Lettres, 1983, p. 47).

26 Como salienta Millet, Calvino associa fortemente a missão do panfletário às palavras de Jesus no evangelho de Mateus: “Não vim trazer a paz, mas a espada”. Essa tarefa seria expressa através de outras expressões igualmente significativas que explicam a missão do pregador: “apascentar as ovelhas e **matar os lobos**”, fazer os ímpios “**sucumbir** à Majestade divina”, ou ainda os mesmos “amarram, desamarram, tropejam e **fulminam**” (grifos nossos). Essa terminologia não esconde o ideal guerreiro por trás da missão panfletária. Da mesma forma, Guilleminot cita as palavras de Ronsard em seu *Discours des miseres de ce temps*, reproduzidas em epígrafe a esse capítulo, onde palavras como *ennemy*, *disputant*, *respondre*, e em especial, *assaillir*, demarcam claramente essa dimensão de afrontamento. Guilleminot identifica na fórmula do poeta um programa de combate levado a cabo por ambas as partes (MILLET, Olivier. *Calvin Pamphlétaire*. In: AULOTTE, op. cit., pp. 10-11; GUILLEMINOT, op. cit., pp. 47-48).

27 Sob esse aspecto, citamos Guilleminot: “Auteurs et gens du livre sont donc prêts à s`engager dans un affrontement qui va accompagner celui des armes à un moment où les choix personnels ne peuvent plus être différés” (“Autores e pessoas do meio editorial estavam prontos a se engajar num confronto que acompanha o das armas num momento onde as escolhas pessoais não podem mais ser adiadas”). Jouanna demonstra com muita propriedade a estreita trama que liga a atividade panfletária à tomada de armas em inúmeros momentos das guerras de religião. Esses panfletos seriam muitas vezes realizados

A essa dimensão guerreira soma-se, quase naturalmente, a exacerbação emocional tão característica desse tipo de literatura. O escrito *emporté*, virulento, raivoso, difamatório, sarcástico é uma poderosa arma a serviço da polêmica. Como observa Ménager, essas possibilidades seriam habilmente exploradas por François Hotman em um dos mais célebres panfletos da época, *Épistre envoyée au Tigre de France*, onde atacava o cardeal de Lorena²⁸.

Esse caráter do panfleto proporia, contudo, complexas problemáticas. A violência da linguagem dificilmente se conciliava ao impulso evangélico evocado por católicos e reformados. Como destaca Millet, essa verve suscitaria alguns constrangimentos nos meios huguenotes. Bucer a recriminaria acrememente, ao passo que Calvino e Bèze exprimem a necessidade de justificar tal atitude²⁹.

Contudo, de acordo com Millet, Bèze elaboraria um discurso capaz de legitimar espiritualmente essa conduta. Segundo o discípulo de Calvino, o virulento ataque panfletário seria uma obra divina, motivada pela inspiração profética. Lembrando diversos exemplos das Escrituras, afirmaria que Deus, nos momentos necessários, mudaria o temperamento natural de seus servidores, utilizando-os como arma contra a iniquidade. Pierre Richer poderia, sem dúvida, reivindicar para si esse sopro profético. Os católicos, por outro lado, exprimiriam freqüentemente uma viva desaprovação a esse procedimento³⁰.

É necessário, por outro lado, destacar outra problemática importante: as reticências católicas em aderir à guerra panfletária. Segundo Guilleminot, até 1561 o campo católico desdenharia a participação nesse tipo de polêmica. Para estes, a verdade

sob o influxo dos notáveis que os utilizavam como justificativa de suas ações bélicas. Destacamos especialmente os manifestos de Condé, ao afrontar os Guise em 1562, as justificativas dos Descontentes, no início dos anos 70, e a propaganda *ligueuse*, na última guerra (GUILLEMINOT, op. cit., p. 58; JOUANNA, *Histoire et dictionnaire*, op. cit., pp. 112-113, 232-236, 314-318).

28 Segundo Ménager, talvez o *Tigre* possa ser identificado como o modelo do panfleto. Publicado em 1560, em reação ao tumulto de Amboise, o panfleto se utiliza da emotividade de forma inédita pelo seu vigor e intensidade patética, inaugurando essa vertente polêmica que marcaria a produção panfletária dos anos posteriores. Ménager destaca ainda o uso da metáfora animal como importante característica da obra de Hotman (MÉNAGER, Daniel. *Le Tigre et la mission du pamphlétaire*. In: AULOTTE, op. cit., pp. 23, 27-30).

29 Millet cita, nesse sentido, a preocupação de Calvino em justificar seus ataques em *Excuse aux Nicodémistes*. O reformador afirmaria que se o fazia era forçado pela necessidade, e que nessa tarefa não encontrava qualquer prazer (MILLET, op. cit., p. 9).

30 Segundo Millet, Bèze evocaria nesse sentido o exemplo de Abraão, freqüentemente movido pela fúria (MILLET, op. cit., pp. 9-10). É interessante observar que a identificação com Abraão tem amplo valor justificativo, sendo este o primeiro patriarca e, de certa forma, o protótipo do profeta bíblico; de fato, inaugurando no Gênese o profetismo, Abraão é o profeta por excelência na tradição judaico-cristã, desempenhando nada menos que o papel de revelador da própria divindade. Guilleminot ressalta, por outro lado, uma constante negação católica a aderir a esse padrão difamatório (GUILLEMINOT, op. cit., p. 57).

estava a seu lado e não era necessário justificar-se ou argumentar contra os hereges. Apenas a vaga panfletária posterior a Amboise provocaria essa mudança de posicionamento³¹.

Os panfletários católicos encontrariam sua justificativa na necessidade de proteger os leigos do discurso reformado. Segundo estes, a verdadeira fé era facilmente reconhecida pelos doutos, mas as pessoas comuns constituiriam vítimas fáceis para os panfletos huguenotes. Para os católicos o panfleto teria então uma função eminentemente pedagógica³².

Essa necessidade de atingir públicos variados e com letramento freqüentemente precário, desde a casa real ao mais humilde camponês, não deixaria de influenciar a composição dos panfletos. Bastas vezes os libelos se valem de uma linguagem simples e acessível, capaz de ser compreendida por leitores com níveis diversificados de letramento³³.

Essa diversidade dos públicos visados também motivaria outra importante característica dos panfletos nessa época: seu bilingüismo. A produção panfletária se dá

31 Guilleminot destaca, sob esse aspecto, o papel do Parlamento de Paris e da faculdade de Teologia da Sorbonne, então maior referência católica na França, que desaprovaram veementemente o entretenimento de qualquer diálogo com os protestantes, recriminando, inclusive, a iniciativa de Poissy por parte da coroa (GUILLEMINOT, op. cit., pp. 53-54).

32 Guilleminot salienta que os panfletários católicos se dirigem freqüentemente aos “simples et illiterez”, “simples ignorants”, “moins doctes et parfaicts”, entre outros termos que põem em evidência o despreparo doutrinário daqueles a quem buscam atingir (GUILLEMINOT, op. cit., pp. 53-54).

33 Guilleminot cita um panfletário católico anônimo que expressa eloqüentemente essa questão: “Mais quand on aura bien considéré ce petit travail, on trouvera que ceux qui ont desja escrit ne se sont pas tant accomodez aux neophytes et nouvellement instruits en la foy, lesquelz, comme enfans de laict, crient le plus souvent Pa Pa (sic), c`est à dire qu`ilz se defendent tousjours par la foy de leurs peres et predecesseurs. (...) A cause dequoy (...) j`ay bien voulu recueillir ce petit volume, pour m`accommoder principalement à ces petis enfans de laict, leur donnant le laict spirituel, à fin que puis apres ilz puissent mieux diriger (sic) le pain de la parole de Dieu” (“Mas após considerar esse pequeno trabalho, perceber-se-á que os que já escreveram não se preocuparam muito com os neófitos e recém-instruídos na fé, os quais, como crianças de leite, gritam freqüentemente Papá, ou seja, eles se baseiam sempre na fé de seus pais e predecessores. (...) Por isso (...) eu quis escrever esse pequeno volume, voltado principalmente a essas crianças de leite, lhes dando o leite espiritual, para que depois eles possam melhor digerir o pão da palavra de Deus”). Guilleminot aponta uma aparente contradição, sustentando que esses panfletos, embora muitas vezes afirmem se dirigir aos grandes do reino, na verdade se voltam para seus mais modestos súditos. A nosso ver, tal contradição não existe, levando em conta a indissociabilidade entre as culturas erudita e popular na Alta Idade Moderna, como destaca Ginzburg e, por outro lado, a precariedade do letramento de muitos nobres, que podem ser facilmente identificados entre esses “enfans de laict”, como lembra Bouza Álvarez (GUILLEMINOT, op. cit., pp. 53-55; ÁLVAREZ, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 18-23, 189-190; ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *La correspondencia del hombre práctico. Los usos epistolares de la nobleza española del Siglo de Oro a través de seis años de cartas del tercer conde de Fernán Nuñez (1679-1684)*. In: ALVARÉZ, Fernando Bouza (org.). *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y el impreso*. Madri: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005, p. 135).

com igual intensidade em latim e em francês, respondendo a diferentes fins através de cada língua.

Os panfletos em versão latina, como se pode imaginar, atingiam a um público muito reduzido, em comparação àqueles publicados em língua vulgar. Todavia, como aponta Guillemintot, atendem à necessidade legitimadora de articular seus conteúdos na língua que detém maior prestígio intelectual à época. Guillemintot cita Claude d'Espence, que afirmava não mais desejar escrever em francês, devido ao perigo e “peu d'honneur” em fazê-lo³⁴.

Muitos panfletários, contudo, não abriam mão do prestígio proporcionado pela língua latina, nem do alcance possibilitado pela francesa. É o caso de inúmeros panfletos que seriam publicados inicialmente em latim e posteriormente traduzidos para o vernáculo. Seria o caso, aliás, das obras de Richer e Villegagnon, como vimos³⁵.

Além dessa migração entre diferentes línguas, um texto poderia algumas vezes mudar de uma abordagem literária para outra. É o caso, como cita Ménager, dos panfletos em prosa que são vertidos à poesia. Essa estratégia editorial não era rara também fora do universo do panfleto, como observa Chartier. Em muitos momentos, visava facilitar a compreensão do texto por um público habituado às leituras orais, onde o ritmo desempenhava um papel importante, tanto como guia da leitura quanto como apoio mnemônico³⁶.

Deve-se acrescentar ainda a essa multiplicidade de registros onde se move o panfleto, a sua relação com a oralidade. Como observa Guillemintot, muitas vezes o panfleto surge de um contexto prévio de discussões em praça pública e outras formas de debate. Além disso, é muitas vezes pensado dentro de um universo polêmico que não exclui a possibilidade de um encontro efetivo entre os rivais, como seria, aliás, o caso

34 Guillemintot observa ainda que a publicação em francês era considerada não-ortodoxa pela Sorbonne. A autora relata ainda o caso do inquisidor Antoine de Mouchy, que respondendo a um escrito reformado lamentava a necessidade de escrever em vernáculo, sendo a isso constrangido, entretanto, pelo fato de polemizar contra um texto elaborado na língua francesa (GUILLEMINOT, op. cit., p. 55).

35 O caminho inverso, do vernáculo ao latim, não seria de todo incomum, como constata Guillemintot a partir do caso de Pierre Boulenger, panfletário católico. Além dessas traduções também seriam vertidos da língua de Horácio à de Ronsard inúmeras obras polêmicas da Alemanha ou da Polônia, tanto no campo reformado quanto no católico (GUILLEMINOT, op. cit., pp. 55-56).

36 Chartier estuda essa tática editorial principalmente a partir das edições da *bibliothèque bleue*. Ménager analisa o caso da *Satyre sur gestes memorables des Guysards*, que vertia à rima o *Tigre* de Hotman. É interessante perceber que, segundo Ménager, a versão poética empobrece consideravelmente o texto original, desarticulando a brilhante retórica de Hotman através de seus desastrosos acréscimos (CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, pp. 222, 227-228; CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, pp. 123, 184; MÉNAGER, op. cit., pp. 32-33).

do torneio teológico proposto por Villegagnon a Calvino, como veremos no terceiro capítulo³⁷.

Outras tantas vezes, como lembra Guillemintot, o panfleto se situa fora da lógica do impresso, tomando a forma de um manuscrito a ser lido em voz alta, na feira ou em outro ambiente de convívio coletivo. Pode ser também afixado em local que apresente grande circulação de pessoas, como a porta de uma igreja.

Obviamente, contudo, a divulgação não-impressa limita o alcance do panfleto, sendo característica de polêmicas locais ou regionais, embora faculte a participação polêmica daqueles que não dispõem de recursos tipográficos. Por outro lado, a circulação manuscrita permite uma difusão virtualmente imediata, impossível para o impresso, devido ao tempo necessário à composição tipográfica.

Vale lembrar também, como destacam Aulotte e Carrier que, se o panfleto não é sempre impresso, não é necessariamente curto, tampouco. Como salienta Carrier, apesar da dificuldade em definir o gênero, a característica mais importante do panfleto é seu *tom*, definido por sua linguagem combativa e sua finalidade polêmica. Como exemplos de libelos algo extensos podemos citar, inclusive, os de Crespin e Richer³⁸.

É importante ainda lembrar que o panfleto, na maioria das vezes, estabelece uma relação concreta e explícita com outros libelos, aos quais responde. Tanto que, esclarece Guillemintot, é uso comum iniciar sempre o texto através da enumeração dos argumentos articulados pelo adversário, respondendo aos mesmos na segunda parte³⁹.

Guillemintot acrescenta que essa prática é freqüentemente complementada pelo uso abundante de citações, que também podem ter um astuto emprego retórico:

37 Com relação a essa inserção do panfleto nas práticas orais, Guillemintot narra o caso da polêmica entretida na região de Orléans entre o padre Gentian Hervet e seus vizinhos reformados. Essa controvérsia evidencia inúmeras das relações do panfleto discutidas nos parágrafos a seguir, passando por um processo que se inicia com as leituras públicas e a difusão manuscrita, chegando, por fim, às vias do impresso. Curiosamente, ao abordar o torneio proposto a Calvino por Villegagnon, Guillemintot o qualifica como um simples recurso tópico, ao contrário da disputa de Hervet. Essa interpretação nos parece equivocada, especialmente se levarmos em conta as inúmeras cartas enviadas pelo cavaleiro de Malta sobre o assunto, como veremos no capítulo III (GUILLEMINOT, op. cit., pp. 48-51).

38 Como observa Carrier, o termo panfleto pode se aplicar a uma obra como *Le Miroir des François*, que apresentaria edições variando entre quinhentas e setecentas páginas (AULOTTE, Robert. *Présentation*. In: AULOTTE, op. cit., p. 7; CARRIER, Hubert. *Conclusion*. In: AULOTTE, op. cit., pp. 123-125).

39 Uma alternativa sofisticada proporcionada pelo impresso é o uso de tipos diferentes para a exposição da argumentação do rival e da do autor, o que permite o cotejo imediato, quase em forma de diálogo, das razões aduzidas por ambas as partes, o que sem dúvida constitui um recurso retórico bastante eficiente. Segundo Guillemintot esse gênero de estrutura seria mais comum entre os escritos católicos (GUILLEMINOT, op. cit., pp. 56-57).

extraindo trechos do adversário de modo descontextualizado, o panfletário conta com um eficiente recurso para distorcer as afirmações de seu rival⁴⁰.

O próprio uso da retórica nos panfletos constituiria tema de litígio entre católicos e reformados. Enquanto os últimos se valem abertamente desse recurso, considerado dom divino, essa “eloquência” seria bastante recriminada no campo católico, embora, como lembra Guillemot, essa crítica explicitada não correspondesse à prática dos panfletários católicos, que empregavam a retórica com o mesmo ardor que seus rivais⁴¹.

Deve ser ressaltada também a relação triangular estabelecida pelo panfleto, como assinala Ménager. O libelo liga essencialmente três elementos: o autor, o público e a parte atacada. Essa dinâmica complexa remete freqüentemente a uma lógica judiciária: a parte atacada representa o réu e o autor o promotor, cabendo ao público o papel do júri que deve proferir a sentença. De fato, freqüentemente os panfletos conclamam os grandes da França a levar a julgamento tal ou qual personagem por suas atitudes iníquas. Seria essa, aliás, a postura de Richer quanto ao cavaleiro de Malta⁴².

A produção panfletária de Calvino propõe ainda um outro modelo de relação entre o autor e a parte atacada, particularmente interessante para nossa análise. Como observa Millet, a relação estabelecida com seus adversários pelo reformador tem como fulcro a revelação da verdade; nesse sentido, são particularmente elucidativas as metáforas de que se utiliza, como arrancar máscaras de seus adversários ou acusá-los de manter os olhos fechados para aquilo que é evidente⁴³.

40 Guillemot observa, contudo, que essa seria uma tática arriscada. Freqüentemente as interpretações equivocadas do rival, maliciosas ou não, seriam denunciadas pelo autor prejudicado em novos escritos. Villegagnon adotaria esse expediente, defendendo-se em sua *Response aux libelles d'iniures contre le cheualier de Villegaignon* das acusações de lesa-majestade movidas contra ele pelo panfleto *Estrille pour blason d'armoiries de la cheualerie de Villegaignon* (GUILLEMINOT, op. cit., p. 56; VILLEGAGNON, Nicolas Durand. *Response aux libelles d'iniures contre le cheualier de Villegaignon*. Lyon: Benoît Rigaud, 1561, fl. 3, v°).

41 Guillemot cita o panfletário católico René Benoist, que caracterizaria os escritos reformados como frívolos, injuriosos e cheios de “language exquis” e de “paroles doulces et attraiantes”, enquanto a verdadeira oratória seria simples, “sans fard de persuasion” (GUILLEMINOT, op. cit., pp. 57-58).

42 Ménager observa que boa parte da força do *Tigre* reside na subversão dessa fórmula levada a cabo por Hotman. Pela adoção da forma epistolar o panfleto escamoteia essa relação triangular, apresentando-se como um confronto direto entre o autor e o cardeal de Lorena, a quem ataca. Ainda mais, através de engenhosa construção discursiva o autor torna-se juiz, instruindo ele mesmo o processo do “réu”, sem necessidade de qualquer outra autoridade, agudizando dessa forma o tom dramático do texto (MÉNAGER, op. cit., pp. 27-29).

43 O catálogo de expressões levantado por Millet nesse campo de significados é imenso: “descouvrir telz monstres”, puxar os adversários à claridade, espremê-los para expor a lama de seu interior, entre outras (MILLET, op. cit., pp. 13-14).

Concluindo essa digressão sobre as práticas panfletárias, é interessante reter duas questões articuladas por Guillemillot, de suma importância para o presente trabalho.

Segundo a autora, 1561 deve ser considerado “um momento decisivo na elaboração da polêmica entre católicos e protestantes”. Como destaca, a prática panfletária não era nova nesse momento, especialmente no que diz respeito ao movimento huguenote, que a utilizava regularmente. Contudo, a *polêmica panfletária* enquanto tal se engendraria apenas a partir dessa data⁴⁴.

Até a conjuração de Amboise, os panfletos eram peças críticas isoladas. A partir da insurreição, todavia, se elabora a dinâmica de respostas, refutações e contra-respostas característica da polêmica panfletária, que se torna então um autêntico diálogo entre libelos, uma polifonia regida por suas regras particulares. Em grande medida esse movimento só seria possível pela adesão católica maciça a essa produção, que se daria a partir de 1561, como vimos.

Ainda mais interessante, nesse explosivo quadro, Guillemillot destaca a polêmica tecida em torno do cavaleiro de Malta naquele ano, suscitada inicialmente pelo ataque de Richer e pela defesa de Villegagnon. A mesma assinala sua particular intensidade, sendo a controvérsia marcada por grande número de respostas e contra-respostas, aumentando cada vez mais o número de panfletários que intervêm no problema, respondendo uns aos outros, tecendo uma complexa trama, fato então inédito⁴⁵.

Devemos observar, contudo, que ao longo dos debates a questão da França Antártica saíria de foco, e a disputa teológica tomaria as luzes para si. De fato, a ocupação da Guanabara seria objeto apenas das obras de Richer, Crespin e do primeiro livro de Villegagnon. Os libelos posteriores se voltariam principalmente ao problema da eucaristia⁴⁶. Villegagnon logo se afastaria da polêmica, afirmando em seu último

44 Como salienta a autora, a época seria de grande tensão, mas naquele momento os circuitos de edição ainda gozavam de seu pleno funcionamento, o que forneceria grande impulso à polêmica (GUILLEMINOT, op. cit., p. 47).

45 “Il s’agit d’une polémique particulièrement complexe, composée en fait de plusieurs débats qui se chevauchent et agissent les uns sur les autres” (“Trata-se de uma polêmica particularmente complexa, composta por diversos debates que se amontoam e agem uns sobre os outros”) (GUILLEMINOT, op. cit., p. 51).

46 Guillemillot aponta, nesse sentido, *L’Estrille de Nicolas Durant*, *La suffisance de maistre Colas Durand*, *L’Amande honorable de Nicolas Durant* e *Le Leurre de Nicolas Durant*. De acordo com a autora, o fulcro da disputa teológica teria sido a *Remonstrance à la Royne mere*, do pastor Augustin Marlorat, à qual Villegagnon teria respondido com duas obras *Lettres sur les remonstrances*, e *Response aux remonstrances faictes à la royne mere du roy*, que provocariam a nova onda de fúria

panfleto que não lhe convinha responder a um herético, “comme estant chose indigne de ma profession”⁴⁷.

Retomando nossa narrativa da trajetória da França Antártica no mundo das letras, deixemos agora a guerra panfletária de 1561, e saltemos no tempo, rumo a 1575. Nos quatorze anos que medeiam essas duas datas a discussão em torno da França Antártica sofrera considerável resfriamento. Em parte pela própria extinção da colônia, em 1567, depois de sete anos de longa agonia após o primeiro assalto português, em 1560 – que destruíra o forte Coligny e dispersara os contingentes franceses na Guanabara. A derrota de 1560 dissuadira a partida de uma grande expedição preparada nos portos da Normandia trazendo reforços, e após o episódio o próprio Villegagnon se desinteressaria dessa aventura transatlântica. Cuidava apenas de restabelecer seu patrimônio, em grande parte sorvido pela empresa, e de requerer uma gorda indenização junto à coroa portuguesa, surpreendentemente concedida, se tivermos em mente que os portugueses se consideravam os legítimos senhores da terra. Não é difícil ver aí os ecos do grande prestígio de Villegagnon, querido nas cortes francesa e espanhola; de fato, somente alguém com uma nomeada fora do comum teria tão bom trânsito entre os Habsburgos e Valois naquela época⁴⁸.

Outra parte do desinteresse pela polêmica da França Antártica pode ser atribuída ao próprio contexto da França após 1562: com o fracasso do colóquio de Poissy, uma tentativa relevante de se restabelecer a concórdia entre os cristãos franceses, as hostilidades se acirrariam entre os partidos católico e huguenote, e o reino mergulharia num torvelinho de sangue e conflitos que só conheceria breves e tensos momentos de trégua. Ante essa situação, quem ainda pensaria em discutir os problemas passados numa longínqua ilha de uma quase ignota baía do Novo Mundo? Os três “mártires” da guanabara se tornavam insignificantes com relação à desmesurada tormenta que se abatia sobre a França⁴⁹.

huguenote (GUILLEMINOT, op. cit., p. 52).

47 VILLEGAGNON, *Response aux libelles d'iniures...*, op. cit., fl. 2, rº.

48 A trajetória de Villegagnon após seu retorno do Brasil é largamente estudada por Peillard, Mariz e Provençal. O episódio relacionado à obtenção de sua indenização junto à coroa portuguesa é objeto de interessante estudo de Camillo de Oliveira (OLIVEIRA, Antônio Camillo de. *Negociações Diplomáticas entre as cortes de Lisboa e Paris, decorrentes da presença dos franceses no Rio de Janeiro*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 288, julho-setembro – 1970).

49 Como Lestringant observa, a precipitação dos conflitos após 1561 levaria a uma radical reelaboração conceitual do martirologio de Crespín, onde os tribunais formalmente estabelecidos são substituídos pelo “tribunal dos gládios”. Os huguenotes da época fariam a diferenciação entre o período “*des feux*” e o “*des fers*”, em que a condenação pelo sistema judiciário seria substituída pelas chacinas levadas a

A temática da malfadada experiência colonial francesa no Brasil só seria retomada com a publicação da *Cosmographie Universelle*, de André Thévet, não mais vestindo o hábito dos franciscanos. Thévet era agora um bem sucedido cosmógrafo servindo a casa dos Valois. Essa obra, de pretensões tão vultosas quanto o seu volume, tratava de descrever o mundo inteiro, como diz seu título, e dedicava boa parte do conteúdo à *terra brasiliis*, ainda identificada pelo autor como França Antártica, mesmo após a derrota em 1567⁵⁰.

Cabe registrar que Thévet passaria novamente pelos mesmos dissabores que enfrentara em 1557, na publicação das *Singularités*: seu auxiliar, o também cosmógrafo François de Belleforest, exigira créditos como co-autor, no que seria – como Mathurin Héret – mal sucedido, conseguindo, no entanto, tal como ele, polpuda porcentagem na venda da obra. Poucos anos mais tarde Belleforest publicaria uma obra homônima⁵¹.

No que diz respeito à polêmica da França Antártica, Thévet tomaria então sua parte nos debates, ainda que tardiamente. Na *Cosmographie* faz duras críticas aos huguenotes, atribuindo a esses a responsabilidade pela extinção da colônia, dirigindo inúmeras acusações pormenorizadas aos reformados, especialmente os genebrinos. Para tanto, distorce os fatos, colocando-se lado a lado com estes na Guanabara. O que, como salientaria Léry, era impossível, dado seu retorno à França em inícios de 1556 devido a uma enfermidade, ao passo que a comitiva de Genebra só chegaria em 1558.

Essa nova ofensiva não ficaria sem reação, e em 1578 o público conheceria *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil*, elaborada pelo huguenote Jean de Léry. Léry estivera na Guanabara em 1558, como membro da comitiva saída de Genebra com os pastores Richer e Chartier; era então um jovem sapateiro, com menos de vinte anos de idade. Ao escrever sua *Histoire d'un voyage* muita coisa havia mudado: tinha se casado, enviuvado, e também se tornara ministro da Companhia de Pastores de Genebra. Como afirma em seu prefácio, a obra objetivava combater calúnias lançadas por Thévet contra os huguenotes com relação ao fracasso da colônia, bem como contradizer as mentiras publicadas pelo cosmógrafo a respeito do Brasil, especialmente

cabo sem regras, lamentando essa transição (LESTRINGANT, *Lumière*, op. cit., pp.76-88).

50 A *Cosmographie Universelle* seria republicada pela primeira vez em 1953 por Suzanne Lussagnet. Ainda assim, trata-se de uma edição parcial, onde são reproduzidas apenas as partes da obra relacionadas ao Brasil (THÉVET, André. *Le Brésil et les Brésiliens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1953).

51 Sobre a disputa entre Thévet e Belleforest, ver LESTRINGANT, *Le huguenot*, op. cit., pp. 66-68. Belleforest denunciaria em sua própria *Cosmographie Universelle* o uso de *nègres* literários feito pelo cosmógrafo real, relatando minuciosamente o modo pelo qual os colaboradores ocultos de Thévet trabalhavam.

dos índios e da natureza. A obra de Léry seria muito bem sucedida, suplantando a de seu adversário em credibilidade, ganhando bom número de edições nos anos subsequentes e mesmo nos séculos seguintes, logrando suscitar interesse nos leitores dos séculos XVII e XVIII. Sem sombra de dúvida Léry sairia vitorioso na construção de uma memória sobre a França Antártica, na medida em que sua obra seria a única escrita no período a ser reeditada mais tarde. Através de Léry o partido protestante consolidava sua versão dos fatos relacionados à experiência de ocupação da Guanabara⁵².

Thévet ainda reagiria, escrevendo *Histoire de deux voyages faicts aux Indes Occidentales*, onde desmentiria Léry de modo pouco consistente, não se poupando de qualificá-lo como “rapetasseur de souliers”. Não por ignorância de sua condição posterior de pastor, uma vez que após a publicação da obra de Léry contratara um espião com o fito de se informar melhor sobre seu adversário, como relata Lestringant, baseado em exame da documentação pessoal do cosmógrafo. Cabe observar a curiosa semelhança entre o título deste trabalho de Thévet e o da obra de Léry. Sem sombra de dúvida o cosmógrafo procurava imprimir assim maior autoridade a sua palavra, uma vez que teria feito *duas* viagens ao Novo Mundo, ao contrário do “sapateiro”, que só teria vindo *uma* vez às Américas. A própria qualificação das viagens, “às Índias Ocidentais”, não deixa de fazer entender que seu autor teria um mais vasto conhecimento sobre o Novo Mundo, ao contrário de seu adversário, que teria visitado “apenas” o Brasil. Todavia, o público não tomaria conhecimento de seus novos argumentos na polêmica contra Léry, ao menos na época, pois o texto nunca chegou a ser publicado pelo cosmógrafo, restando apenas o manuscrito. A primeira publicação, parcial, seria feita apenas na década de 1950, por Suzanne Lussagnet. Desse modo, entre os contemporâneos mais diretamente envolvidos na problemática da França Antártica, coube efetivamente a Léry a última palavra⁵³.

Seria interessante traçar aqui uma reflexão: Crespin escreveria a *Histoire des choses memorables advenues en la terre du Brésil*; anos mais tarde, Léry publicaria a *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil*; respondendo a esta, Thévet redigiria a *Histoire de deux voyages faicts aux Indes Occidentales*, que só viria a público séculos depois. Entre essas três obras, algo em comum: a qualificação como “*histoire*”,

52 Sobre a fortuna das obras de Léry e Thévet, remetemos ainda uma vez ao prefácio de Lestringant às *Singularités* (THÉVET, *Les singularités*, op. cit., pp. 11-12).

53 Lestringant observa que esse espião seria descoberto por Léry, que o acusaria desde a segunda edição de sua obra, em 1580 (LESTRINGANT, *Le huguenot...*, op. cit., p. 100).

História. Faz-se necessário ao presente trabalho indagar qual o significado do emprego desse gênero por nossos autores.

Daniel Ménager observa que a história seria um gênero literário extremamente valorizado na França quinhentista, destacando-se particularmente os estudos da Antigüidade clássica. Mas que é a história no século XVI? Quais seriam suas problemáticas, seus métodos, sua função social⁵⁴?

Inicialmente, devemos observar que na época não existe História, mas “histórias”. Em lugar da concepção contemporânea de uma história universal, o que existia era a pluralidade de histórias, dos mais diversos gêneros. Jean Bodin, por exemplo, identificaria três tipos de história, humana, natural e divina: “L’une explique les actions de l’homme dans la société, l’autre déduit les causes dans la nature à partir du premier principe et la troisième contemple la puissance de Dieu et des esprits immortels”. Como vemos, à exceção da história humana, as problemáticas propostas eram inteiramente diferentes das que costumamos confrontar. O título de sua principal obra histórica seria muito significativo: *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* ou *Método para o fácil conhecimento das histórias* (grifo nosso). Segundo Couzinet, essa pluralidade histórica bodiniana se reflete também na multiplicidade das histórias de cada povo⁵⁵.

É importante observar, ainda de acordo com Couzinet, que essas concepções de Bodin nada tinham de originais, sendo, pelo contrário, compartilhadas com seus contemporâneos, como Chytraeus ou Ramus, e com os antigos, como Políbio. Podemos pensar ainda, contemporâneos como Léry ou Thévet. Nossos autores, obviamente, se movimentam nesse mesmo contexto e estão imersos no mesmo universo de mentalidades. Não por acaso Léry cita Bodin entre os autores empregados em sua obra. De fato, os relatos do cosmógrafo e do pastor evidenciam uma dupla abordagem da história, humana e natural, uma vez que boa parte de seus capítulos se dedica à

54 Segundo Ménager, os estudos da Antigüidade suscitariam vivo entusiasmo: “les humanistes vivent dans le sentiment d’un trésor sauvé par une grâce divine” (“os humanistas vivem o sentimento de um tesouro salvo por graça divina”) (MÉNAGER, Daniel. *Introduction à la vie littéraire du XVI^e siècle*. Paris: Bordas, 1984, p. 39).

55 Koselleck identifica na língua alemã o processo de paulatina passagem do regime histórico plural ao de uma História universal, especialmente através da substituição do termo *Historie* por *Geschichte*, dada principalmente no século XVIII (COUZINET, Marie-Dominique. *La Methodus ad facilem historiarum cognitionem: histoire cosmographique et méthode*. In: ZARKA, Yves Charles. *Nature, Histoire et Politique*. Paris: PUF, 1996, pp. 25-26; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006, pp. 57-60; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "A República de Jean Bodin: uma interpretação do universo político francês durante as guerras de religião", *Revista Tempo*. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, v. 15, p.161-177).

descrição da Natureza em diferentes pontos do globo, ao contrário do que o leitor pós-setecentista pode se sentir inclinado a deduzir dos títulos de “*Histoire*”⁵⁶.

Contudo, deve-se observar que essas diferentes histórias não estão separadas de modo estanque. Pelo contrário, guardavam entre si íntima relação, de acordo com as concepções da época. Segundo Bodin, a história divina seria, de certo modo, o ponto de partida das demais, observa Couzinet: Deus criara a Natureza, e o homem surgira no seio dessa. Assim sendo, a história humana estaria subordinada à história natural, e esta à divina⁵⁷.

O principal elo de ligação, perpassando todas as histórias qual fio condutor, seria a providência divina. Ela guiaria a trajetória do mundo, das repúblicas e dos homens, concepção inspirada no modelo polibiano. Como veremos à frente, esse modelo encontraria seus ecos entre nossos personagens⁵⁸.

Passemos à questão do método. Como observa Couzinet, em seu *Methodus*, Bodin propõe uma técnica para melhor conhecer a História, especialmente para ler de maneira proveitosa as obras históricas, de modo a formar uma idéia de conjunto dessas leituras. Nesse sentido se destacam, segundo a autora, o correto uso da cronologia e da geografia pelo estudioso, pois lhe permitiriam situar adequadamente os fatos e pessoas no tempo e no espaço. Essa concepção seria também bastante difundida, e, como veremos no próximo capítulo, Léry se utilizaria dela proveitosamente para desmascarar as imposturas de Thévet⁵⁹.

Mas a complexidade metodológica da história nessa época ia muito além disso. Como observa Ménager, a filologia desempenhava importante papel para as investigações históricas quinhentistas, especialmente no estudo dos textos da Antigüidade. No espírito da erudição antiquária, a esta se uniriam a arqueologia e a numismática, na proposição de Budé, o célebre humanista, lembra Ménager⁶⁰.

56 Talvez a maior originalidade de Bodin esteja, segundo Couzinet, na elaboração do esboço de uma História universal, inspirado na abordagem polibiana da História de Roma, que só se concretizaria dois séculos depois, distinguindo-o de seus coevos. Léry aponta Bodin na lista dos “*auteurs alleguez en ceste Histoire de l’Amerique*” (COUZINET, op. cit., pp. 27-29, 31, 37-42; LÉRY, op. cit., pp. 608-609).

57 Bodin construiria um complexo modelo geográfico, climático e astronômico através do qual explicaria a inter-relação entre os três gêneros de história, especialmente através da dinâmica estabelecida entre os astros e os elementos (COUZINET, op. cit., pp. 37-42).

58 De acordo com Couzinet, Bodin encontraria inspiração na interpretação de Políbio, que discernia em toda a história do povo romano a intervenção de Fortuna, divindade que tecia os destinos dos homens. Bodin cristianizaria essa noção, substituindo a Providência à Fortuna (COUZINET, op. cit., pp. 34-37).

59 Segundo Couzinet, Chytraeus exporia também esse ponto de vista, identificando cronologia e geografia ao lendário fio de Ariadne e à Ursa Menor, orientadores dos navegadores no oceano e de Teseu no labirinto (COUZINET, op. cit., pp. 27-29).

60 Segundo Ménager seria apenas a partir desse desenvolvimento metodológico que os homens da

Seguindo esse caminho ganhava espaço a crítica documental, inaugurada no século XV por Lorenzo Valla. Como lembra Ginzburg, Valla estabeleceria a falsidade da doação de Constantino ao papa, elaborando um método de análise baseado no modelo retórico proposto por Quintiliano, cunhado, por sua vez, a partir da retórica aristotélica⁶¹.

Essa crítica documental conheceria boa fortuna na França quinhentista, especialmente na segunda metade do século. Como destaca Dosse, autores como Lancelot de La Popelinière, Jacques Cujas e François Hotman, entre outros, mostrariam a crescente preocupação de embasar seus textos em fontes, especialmente fontes confiáveis. Seria esse também o caso de Léry e Crespin, que procurariam estabelecer uma arquitetura de testemunhos a sustentar seus relatos, como veremos no próximo capítulo⁶².

Chegamos agora a outra questão fundamental: que função social o discurso histórico pretende exercer no século XVI? Segundo Couzinet, é concepção corrente entre os pedagogos quinhentistas que a história deve ser usada para engendrar virtude, unindo dados úteis para orientar a ação no mundo. Nesse sentido, é encarada pelos historiadores do século XVI como complementar às “artes da ação”, a moral, o direito e a política. Assim, a união das histórias divina, natural e humana deve fornecer ao leitor modelos capazes de guiar sua atuação no mundo⁶³.

Koselleck identifica nesse modelo a concepção de *historia magistra vitae*, ou seja, a história como mestra da vida, que impregnaria a produção historiográfica entre os séculos XVI e XVIII. Essa concepção se escora numa idéia cíclica da conduta humana, cujos padrões comportamentais se repetiriam constantemente, como se regidos por leis naturais. O conhecimento desses padrões permitiria ao estudioso identificá-los nas circunstâncias a sua volta e, neles baseando-se, traçar previsões confiáveis dos

Renascença se conscientizariam da Antigüidade como um verdadeiro “cosmos cultural” a se explorar, ao contrário das concepções medievais sobre a época antiga (MÉNAGER, *Introduction...*, op. cit., pp. 52-54).

61 Valla não teria acesso direto aos escritos retóricos de Aristóteles, contudo seria grande conhecedor da obra do romano Quintiliano, tributária à do estagirita (GINZBURG, Carlo. *Relações de Força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 64-79).

62 Como observa Dosse essa tradição encontraria um frutuoso desenvolvimento no século XVII, a partir do trabalho dos religiosos mauristas, que enriqueceriam acentuadamente as técnicas de crítica documental (DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003, pp. 27-37).

63 Nesse sentido, Couzinet aponta uma hierarquia descendente de “certeza”, sendo a história divina a mais confiável, seguida pela natural, ao passo que a humana seria menos certa. Devido a essa escala, Bodin apontaria as duas primeiras como disciplinas “teóricas”, enquanto a terceira seria apenas “prática”. A confiabilidade cognitiva da história humana estaria associada ao influxo que esta sofriria das demais (COUZINET, op. cit., pp. 25-27).

acontecimentos, a partir das quais poderia pautar sua ação do modo mais proveitoso; no fundo, o futuro é também uma forma de passado que retorna⁶⁴.

Segundo Ménager, essa concepção seria também causa de angústia para os homens da Renascença: a idéia de um tempo cíclico, condenado à eterna repetição, seria também a de um mundo onde a melhora é impossível. O autor cita a inquietação de Maquiavel ao afirmar que a dose de bem e mal no mundo era sempre a mesma desde o início dos tempos, apenas mudando de lugar periodicamente⁶⁵.

Entretanto, Ménager observa a existência de uma tensão entre esse modelo cíclico da história, e um outro, progressivo, derivado das concepções escatológicas medievais. Para alguns autores da Renascença haveria a clara noção de que viviam numa época superior à medieval, e até mesmo à antiga, como diria Louis Le Roy. A essa idéia se somaria a de que, baseados nos conhecimentos de seus antecessores, os homens modernos poderiam levar mais longe os seus feitos. Ménager cita Erasmo, que vê em sua época os auspícios de grandes realizações futuras: a restauração da piedade cristã, dos bons estudos e da concórdia pública⁶⁶.

Chamamos atenção para essa tensão existente entre as concepções de tempo cíclico e progressivo, que será importante para a análise de nossas fontes. Em particular, nos questionaremos sobre os regimes de temporalidade que estão por trás de seu discurso, e os possíveis significados políticos que imprimem a suas obras.

II - Do édito de Nantes à era dos impérios

O início do século XVII veria ainda, em seus primeiros anos, um interesse bastante grande pela França Antártica, especialmente entre os historiadores, destacando-se La Popelinière e Lescarbot. Pouco após a assinatura do édito de Nantes havia certo empenho em fazer o balanço geral das guerras de religião, e a França Antártica não

64 Koselleck observa que essa concepção de história ganha cada vez mais espaço a partir do século XV, em detrimento do modelo histórico escatológico, que tende a se enfraquecer ao longo do século XVI (KOSELLECK, *op. cit.*, pp. 21-60).

65 Ménager destaca ainda o medo que tal pensamento provocava nos humanistas, que consideravam-se grandemente afortunados: o bem ora instalado na França poderia ir-se embora a qualquer momento. De fato, em poucos anos as guerras de religião romperiam violentamente com esse tão caro estilo de vida (MÉNAGER, *Introduction...*, *op. cit.*, pp. 39-40).

66 Ménager aponta como uma das raízes desse modelo o pensamento de Bernard de Chartres, ainda na Idade Média: “Nous sommes des nains juchés sur des épaules de géants. Nous voyons ainsi davantage et plus loin qu’eux, non parce que notre vue est plus aigüe, ou notre taille plus haute, mais parce qu’ils nous portent en l’air et nous élèvent de toute leur hauteur gigantesque” (“Somos anões fincados nos ombros de gigantes. Vemos assim melhor e mais longe que eles, não porque nossa vista seja mais aguda, ou nosso tamanho maior, mas porque eles nos carregam no ar e nos elevam de sua estatura gigantesca”) (MÉNAGER, *Introduction*, *op. cit.*, pp. 41-42).

ficaria de fora. Da mesma forma, a nova tentativa colonial francesa no Maranhão, a França Equinocial, reavivaria a curiosidade com relação à experiência similar levada a cabo cinco décadas antes⁶⁷.

Lancelot de La Popelinière, fidalgo huguenote e historiador, evocaria o episódio da Guanabara em algumas de suas obras, desde *La Vraye et entiere Histoire des Troubles et choses memorables, avenues tant en France qu'en Flandres, et pays circonvoisins, depuis l'an 1562*, publicada em 1572. A obra tem seu centro na narrativa das guerras de religião na França, mas faz menção a um episódio ligado, indiretamente, à França Antártica: em 1570 o navegador francês Jacques Sores, huguenote, massacraria quarenta jesuítas portugueses que se dirigiam ao Brasil, atirando-os ao mar, junto com uma série de objetos de culto católico, como imagens, terços, entre outros. O móvel de tal ação teria sido a vingança pelos ataques portugueses aos focos de ocupação francesa na baía de Guanabara, tendo o último deles ocorrido apenas três anos antes, em 1567. O episódio seria objeto de inúmeros relatos no campo católico, como propaganda anti-reformista, sendo a narrativa de La Popelinière a respeito a única, ou ao menos uma das poucas a serem elaboradas no campo huguenote⁶⁸.

Em 1581 a França Antártica visitaria novamente as páginas de La Popelinière, desta vez em *L'Histoire de France, Enrichie des plus notables occurrences survenues ez Provinces de l'Europe et pays voisins, soit en Paix soit en Guerre: tant pour le fait Seculier qu'Eclesiastic: Depuis lan 1550 jusques a ces temps*. Nesta obra ele faria menção diretamente ao episódio da Guanabara, narrado sumariamente no livro V da obra, em apenas dez páginas, tomando suas informações principalmente da obra de Jean de Léry. O autor esboçaria ainda a ambição de traçar um amplo panorama das grandes descobertas, desde a viagem de Colombo aos massacres na Flórida, no livro X, do qual só conseguiu publicar um sumário, provavelmente por pressa do editor, onde provavelmente a França Antártica também seria abordada⁶⁹.

No ano seguinte essas questões poderiam ser desenvolvidas em uma nova obra, *Les Trois Mondes*. Neste livro, La Popelinière traçaria uma ampla história das navegações, iniciando sua narrativa nos primeiros exploradores do Mediterrâneo, na

67 Como observa Andrea Daher, o capuchinho Claude d'Abbeville faria ampla apropriação da obra de Léry. (DAHER, Andrea. *O Brasil francês – As singularidades da França Equinocial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 251-266).

68 Frank Lestringant analisa esse episódio e o relato dele feito por La Popelinière em *Le huguenot et le sauvage* (LESTRINGANT, Frank. *Le huguenot et le sauvage*. Genebra: Droz, 2004, pp. 240-241).

69 A obra em questão e a narrativa sobre a França Antártica nela contida são analisadas por Lestringant (LESTRINGANT, op. cit., p.547).

Antigüidade. Os três mundos em questão são o Velho Mundo, já explorado, o Novo Mundo, recentemente descoberto e em vias de exploração e ocupação pelo europeu, e a Terra Austral, a ser descoberta e explorada. Nesta nova terra ele imaginava que devesse ocorrer o futuro esforço colonizador francês, dado o insucesso das tentativas pregressas de ocupação em solo americano, por demais saturado de potências européias rivais. La Popelinière, ardoroso defensor de uma política colonizadora francesa, faria nessa obra o balanço das tentativas anteriores de ocupação na América, para imaginar essa busca por um continente hipotético, principalmente baseado em antigas cartas portuguesas. Não à toa, o terceiro livro da obra começa pela narrativa do fracasso francês na Guanabara e se conclui pela idéia da exploração de um continente hipotético onde as possibilidades de sucesso seriam mais amplas⁷⁰.

Embora a obra de La Popelinière não se situe, cronologicamente falando, no início do século XVII, continuaria sendo bastante lida e, principalmente, a sua perspectiva colonialista seria retomada anos mais tarde, em 1609, por Marc Lescarbot, advogado católico de tendências galicanas, no livro *Histoire de la Nouvelle France, contenant les navigations, decouvertes et habitations faites par les François ès Indes Occidentales et Nouvelle France, par commission de noz Roys Tres-Chrestiens, et les diverses fortunes d'iceux en l'execution de ces choses depuis cent ans jusques à hui. En quoy est comprise l'Histoire Morale, Naturele et Geographique des provinces cy decrites, avec Tables et Figures necessaires. Par Marc Lescarbot Advocat en Parlement, témoin oculaire d'une partie des choses ici recitées*. De fato, Lescarbot seria testemunha ocular de parte da história que relata, uma vez que participaria entre 1606 e 1607 da nova tentativa de colonização em terras canadenses, levadas a cabo por Champlain.

Neste livro sobre a aventura francesa no Novo Mundo não faltaria espaço para narrar a história da França Antártica. A perspectiva de Lescarbot seria bastante inovadora, na medida em que adotaria uma visão de conjunto da experiência francesa no Novo Mundo, ângulo que só seria explorado de forma mais profunda no século XX, por Charles-André Julien. A obra aborda não apenas o episódio da Guanabara, mas ocupa-se também da tentativa francesa anterior de ocupação no Canadá, e a posterior experiência da Flórida.

70 A geopolítica colonial imaginada por La Popelinière em *Les Trois Mondes* e sua relação com a França Antártica são abordadas por Lestringant (LESTRINGANT, op. cit., pp. 390-393).

A abordagem de Lescarbot tem, no entanto, suas peculiaridades. Uma delas é a idéia da “Nouvelle France”, “Nova França”. Esse nome é usado como um conceito, um princípio descarnado e errante, do qual os estabelecimentos do São Lourenço, da Guanabara e da Flórida não seriam senão as materializações realizadas ao longo do tempo em diferentes lugares. Dessa maneira, a Nova França é uma realidade em potencial, aguardando apenas as condições adequadas para se consolidar.

Quanto ao lugar predestinado a esse derradeiro pouso da “Nova França” Lescarbot também se afasta significativamente de La Popelinière e da idéia de uma “Terra Austral” onde os franceses encontrariam o local propício para instalar suas colônias. Lescarbot pregaria um retorno às terras canadenses, por duas razões: o clima e os índios locais. Para ele o Canadá apresentaria o clima mais semelhante ao das regiões da Normandia e da Saintonge, principais pólos de onde saíam os exploradores franceses de então, apresentando portanto melhores condições para sua adaptação à terra. Quanto aos indígenas, acreditava que os povos da região ofereciam melhores condições de convívio, não apresentando os comportamentos abomináveis da antropofagia, como os tupinambás, nem da idolatria, como os nativos da Flórida. Além do mais, o Canadá se encontrava distante das áreas ocupadas pelos espanhóis. Obviamente podemos aí ver a defesa da empresa colonial de que o próprio Lescarbot participara dois anos antes, e que, de fato, procurava auxiliar através da publicação de sua obra, angariando simpatias e recursos.

A França Antártica tem lugar de destaque no estudo de Lescarbot, ocupando nada menos que dez capítulos, entre o XXI e o XXX. Todavia, sua narrativa, tal como a de Popelinière, é quase inteiramente baseada na obra de Jean de Léry, embora sob certos pontos tome o lado de Thévet. É o caso da polêmica em torno da existência de Henryville. De acordo com Lescarbot, mais importante que saber se a mesma existira ou não é entender a aglomeração apresentada por Thévet como um incentivo aos monarcas de então, para que fornecessem um auxílio mais significativo à colonização francesa. A obra de Lescarbot fechava uma extensa linhagem de defensores da colonização francesa, como Urbain Chauveton, Jean de Léry, André Thévet, Philippe Duplessis-Mornay, Lancelot de La Popelinière, entre outros.

É interessante ainda mencionar o uso da obra de Léry feito por Claude d'Abbeville em *Mission des Peres Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines*, que publicaria em 1614, relatando a experiência dos capuchinhos na França Equinocial. De acordo com Lestringant, d'Abbeville aproveitaria em sua

narrativa tanto a estrutura quanto a tópica moral adotadas por Léry, apesar das diferenças confessionais⁷¹.

Contudo, com o avançar dos anos o assunto perderia sua importância, ao menos do ponto de vista político: ninguém mais se interessava por discutir a responsabilidade pelo fracasso da colônia na Guanabara, ou se Villegagnon realmente traíra os reformados. Isso se deve em grande parte ao próprio movimento de acentuado declínio por que passaria o protestantismo francês ao longo do século XVII. Após o édito de Nantes haveria uma significativa redução quantitativa dos contingentes huguenotes na França, especialmente após os conflitos da década de 1620, sob o reinado de Luís XIII⁷².

Ao mesmo tempo, outra questão tomaria a pauta dos debates religiosos na França, relegando a segundo plano as problemáticas suscitadas pela Reforma. A França seiscentista veria surgir a querela dos jansenistas no seio do catolicismo. A propagação do jansenismo mobilizaria as preocupações dos católicos, diante do risco de uma nova cisão. A questão protestante empalidecia ao lado dessa situação, que opunha diferentes campos na esfera do catolicismo.

O retorno do protestantismo ao debate político se daria apenas no final do século XVII, durante o reinado de Luís XIV, com a revogação do édito de Nantes. Após quase cem anos de convívio pacífico o Rei Sol decidiria recompor a unidade religiosa do reino, revogando o acordo estabelecido em 1598. Nessa época os huguenotes remanescentes seriam obrigados a retornar ao Catolicismo, sob a mira de soldados. Essa decisão régia não deixaria de provocar reações. Contudo, a nova luta travada pelos reformados não seria comparável à de seus correligionários quinhentistas, tendo em vista a radical redução de contingentes por que haviam passado. Em lugar da generalização dos conflitos, tal como ocorrera no século anterior, houve apenas uma série de embates em focos limitados.

Nesse contexto, o interesse pela França Antártica diminuiria drasticamente, ao menos na própria França. É sintomático que a última edição francesa da obra de Léry anterior ao século XIX tenha sido publicada em 1611. As demais edições dos séculos XVII e XVIII seriam publicadas na Inglaterra, Alemanha e Países Baixos, ou seja, lugares onde a Reforma se mantinha bastante vigorosa. Acrescente-se que a obra de

71 A problemática é discutida por Lestringant (LESTRINGANT, op. cit., pp. 198-199).

72 Holt veria nas duras derrotas infligidas aos protestantes nessa época o verdadeiro fim das guerras de religião (HOLT, op. cit., p. 187).

Léry seria a única a ter reedições durante esse período, entre todas as obras quinhentistas sobre a França Antártica.

A aventura francesa na Guanabara se tornara um evento marginal para a memória protestante francesa, assim como para a católica, um assunto que não valia mais a pena debater para nenhum dos lados.

No entanto, embora não mais se discutissem os aspectos políticos do episódio, a obra de Léry continuou a ser lida. Mas não eram mais as polêmicas de outrora que atraíam os leitores, mas a curiosidade pelo Novo Mundo. O livro de Léry despertava interesse pela vida dos tupinambás, e não pelo relato dos conflitos entre os franceses do forte Coligny. As virtudes literárias do agradável estilo de Léry lhe garantiam essa sobrevivência, ao passo que a obra de Thévet caía no ostracismo, devido à leitura pesada e cansativa, bem como ao descrédito que a envolvia após o ataque dos argumentos de Léry. Ao longo do século XVIII diversos autores, como os abades Raynal e Prévost, se debruçariam sobre o livro de Léry, buscando recuperar o “pensamento selvagem” e, como observam Afonso Arinos e Lestringant, o tupinambá levava ao “bom selvagem” setecentista, via Léry e Montaigne⁷³.

Como observa Lestringant, Prévost daria crédito a Léry, em detrimento de Thévet, em sua *Histoire generale des voyages ou nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, qui ont été publiées jusqu'à présent des les differentes langues des nations connues*, publicada em 1746. A atenção de Prévost se voltaria sobretudo para os inúmeros diálogos entre Léry e os índios, reproduzidos em *Histoire d'un voyage*, onde supostamente seria possível encontrar o pensamento indígena original. Para ele, era a melhor fonte com relação aos costumes dos índios brasileiros.

Prévost também encontraria lugar em sua obra para publicar o “colóquio” francês-tupinambá exposto por Léry em sua obra, onde o viajante quinhentista registrara um léxico com as principais palavras e expressões usadas no contato com os indígenas. Apesar de tudo, Prévost tinha suas reservas quanto à obra de Léry, principalmente devido ao estilo, que considerava confuso, em razão do excesso de exemplos e citações a outros autores⁷⁴.

⁷³ FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

⁷⁴ As considerações de Prévost a respeito da obra de Léry e o uso que dela faz são analisadas por Frank Lestringant.(LESTRINGANT, op. cit., pp. 199-201).

Raynal também retomaria a contribuição de Jean de Léry em sua *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*, publicado em 1770. Segundo Lestringant, Raynal não teria lido de fato a obra de Léry, mas tido contato com ela através do livro de Prévost, dado o modo como copia uma série de comentários do mesmo.

Raynal diria que o “único monumento precioso”⁷⁵ resultante da experiência da França Antártica seria o diálogo reproduzido por Léry em que conversa com um velho índio, que questiona a cupidez dos europeus que os leva a enfrentar o mar para obter o pau-brasil, diálogo que “pinta tanto melhor o bom senso natural dos selvagens”⁷⁶. Ironicamente, como assinala Lestringant, esse é provavelmente um dos diálogos menos autênticos da obra de Léry, na medida em que a fala do velho é manejada para passar uma lição de moral⁷⁷.

Seria preciso esperar o século XIX para que a França Antártica recuperasse o interesse em seu aspecto colonial. Essa época veria o nascimento de uma pujante política colonial por parte do Estado francês, nem de longe comparável aos séculos anteriores. A bandeira tricolor tremulava então sobre a América, a Ásia, a África e até a longínqua Oceania.

Esse renascimento colonial francês daria lugar a uma ampla torrente de escritos sobre as colônias francesas, as problemáticas coloniais, as controvérsias políticas sobre a colonização e tudo o mais que dissesse respeito às novas terras conquistadas (pois em muitos casos se tratava realmente de conquista, bastas vezes sangrenta). Nesse contexto, a história colonial francesa se tornava objeto de novos interesses. Todas as antigas colônias francesas seriam computadas no balanço geral da experiência francesa de ocupação de outras terras.

Nesse período foram publicadas diversas obras com perspectiva bastante ampla, buscando traçar uma história da experiência colonizadora francesa ao longo dos séculos. De modo geral, o objetivo dessas vastas compilações é o de acumular informações úteis para os novos aventureiros da colonização.

É o caso, por exemplo, do livro *De la colonisation chez les peuples modernes* de Paul Leroy-Beaulieu, cujos dois maciços tomos se dedicam a relatar, ainda que brevemente, todas as tentativas de ocupação colonial européias desde o século XV.

75 RAYNAL, apud. LESTRINGANT, op. cit., p. 202.

76 RAYNAL, apud. LESTRINGANT, op. cit., p. 202.

77 Lestringant discute o uso da obra de Léry feito por Raynal. (LESTRINGANT, op. cit., pp. 201-203).

Publicada pela primeira vez em 1874, a obra conheceria estrondoso sucesso, chegando à quinta edição em 1891. Para Leroy-Beaulieu, a colonização seria uma das mais elevadas funções das sociedades chegadas a um grau avançado de civilização, comparando a importância da colonização para a sociedade àquela da educação para a família. É um ato nobre, através do qual uma sociedade mais madura toma a proteção de um sociedade “mais jovem”, conduzindo-a à idade adulta⁷⁸.

Mas Leroy-Beaulieu sustenta outra opinião curiosa: a de que a própria colonização também passava por um movimento de progressivo aperfeiçoamento. As sociedades aprenderiam com o passar dos séculos a melhor colonizar, especialmente transitando de um esforço colonial inicialmente motivado pela exploração egoísta do povo colonizado a uma motivação cada vez mais altruísta.

É interessante reter ainda que para ele esse progresso levaria a que os colonizadores entendessem cada vez mais que era necessário deixar os colonizados tão livres quanto possível, sendo sua tarefa orientar o desenvolvimento dessas sociedades, e não mantê-las sob indefinida tutela. Resumindo, o objetivo final da colonização seria levar o povo menos desenvolvido à autonomia, obtida com sua “maioridade”⁷⁹.

Leroy-Beaulieu estabelece para sua obra ambicioso objetivo: acompanhar ao longo dos séculos a trajetória dos povos colonizadores em suas vitórias e vicissitudes. Seu principal intento é comparar aquilo que deu certo com o que não deu, além de procurar entender como uma série de aspectos se entrelaçam de modo complexo na obra colonizadora. Para ele, administração, economia, política, religião, moral e filosofia apresentariam uma série de problemáticas confrontadas pelos povos colonizadores, sendo importante analisar o modo como em diferentes lugares e épocas esses povos enfrentaram essas situações.

Na primeira parte, identificada como *Histoire*, é traçada uma narrativa de longa duração sobre as colônias, sob uma modalidade factual nos moldes da antiga história política, sendo abordada a história das colônias espanholas, portuguesas, inglesas, suecas, dinamarquesas, alemãs, holandesas e, principalmente, francesas.

Na segunda parte, intitulada *Doctrines*, são abordadas em capítulos individuais problemáticas consideradas relevantes para o desenvolvimento das colônias e sua relação com as metrópoles, como migração humana e de capitais, comércio,

78 LEROY-BEAULIEU, Paul. *De la colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Guillaumin et Cie., 1902, pp. XXI e XXII.

79 Idem, pp. XXIII e XXIV.

manutenção das colônias, tipos de colônia, mão de obra, impostos, missões, companhias de colonização, administração, bem como “sociologia colonial” e “filosofia da colonização”.

Nesse livro, como em outros tantos do gênero, a França Antártica ocupa, devido ao seu curto lapso de existência, um pequeno espaço, apenas aquele que lhe cabe na imensa corrente de focos de colonização franceses. Num conjunto tão amplo, infelizmente, as particularidades da França Antártica e suas polêmicas se perdiam, diluídas no todo.

Leroy-Beaulieu aborda a França Antártica de modo bastante superficial, sem dar-lhe sequer atenção individualmente. A empresa de Villegagnon (que, diga-se de passagem, nem é citado) aparece apenas como parte de uma iniciativa maior de Coligny, citada ao lado da Flórida e da Guiana. Para o autor, a França Antártica é apenas parte da tentativa de criação de uma “France protestante au delà de mers”. Ao malogro dessas colônias relaciona a falta de interesse por parte da “nobreza calvinista”⁸⁰.

Dentro da ampla perspectiva adotada pelo autor não caberia abordar a França Antártica ou a Flórida fora de um lote único. Até mesmo as diferenças confessionais que tantos conflitos causaram na Guanabara são ignoradas. De fato, a análise do autor é pautada na idéia de que anteriormente ao século XIX a França foi incapaz de colonizar de modo duradouro. Sua atenção se volta quase exclusivamente à presença francesa no atual Canadá, ainda assim sustentando que sua presença tinha solidez apenas aparente, nunca tendo deitado raízes realmente profundas, razão pela qual explica a perda de quase todas as colônias francesas da América no fim do século XVIII⁸¹.

Essa seria uma tendência da maioria das obras da época. A França Antártica é abordada de modo tanto exíguo quanto superficial, objeto apenas de considerações mais amplas tendendo a pensar a colonização em geral e não a empresa em si mesma. A experiência francesa na Guanabara não passa então de uma anedota marginal. Até os comentários de autores como Leroy-Beaulieu deixam perceber um conhecimento pouco aprofundado sobre o assunto por parte dos mesmos.

De fato, como afirma Leroy-Beaulieu em sua introdução, “Tout le côté purement héroïque et esthétique de la colonisation, ce point de vue si séduisant qui a

80 Idem, p. 142.

81 Idem, p. 139 - 140.

surtout fixé l'attention des écrivains, nous n'essaierons même pas de l'aborder". Não haveria aí lugar para as figuras romanescas de Villegagnon, Léry, Crespin, Richer ou Thévet, bem como para os viscerais conflitos que os ligaram. A França Antártica era dramática demais para os discípulos da escola metódica⁸².

Escapando a esse padrão, encontramos o trabalho de Paul Gaffarel, *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*⁸³. Gaffarel era um entusiasta da expansão colonial francesa, numa época em que a capacidade de colonizar dos franceses era muito questionada, como afirma em seu prefácio. O autor admite, todavia, que os franceses souberam sempre estabelecer colônias, mas não mantê-las. Seu objetivo era contribuir com o esforço colonial francês, investigando o porquê dessa situação, como explica no último parágrafo de seu prefácio:

S'il nous était donné, dans notre modeste sphère, de rendre quelque service au pays, ce serait en appelant l'attention sur l'histoire trop oubliée de nos colonies perdues. Cette histoire est souvent glorieuse et toujours féconde en renseignements utiles. Le récit des fautes et des maladroites qui compromirent les succès de nos colons en préviendrait sans doute le retour. L'expérience nous mettrait en garde contre les erreurs de l'avenir en apprenant comment nous avons su conquérir, mais non garder, nous trouverion sans doute le secret d'organiser et de conserver. Nous n'avons pas eu d'autre pensée en composant cette histoire de nos établissements brésiliens au seizième siècle⁸⁴.

Por outro lado, esquecendo qualquer problemática colonial, o autor dedica a obra a D. Pedro II, que identifica como um benfeitor para a França a quem teria dado apoio na problemática conjuntura da década de 1870. Ao imperador dedica a obra, que relembriaria a antiguidade das relações entre o Brasil e a França, fazendo a temática parte da tradição de ambos os países⁸⁵.

A primeira parte, intitulada “La découverte”, traz como foco a ação dos navegantes e comerciantes franceses na costa brasileira, ocupados com o trato do pau-brasil. O autor se aprofunda em torno de figuras como Jean Cousin, Paulmier de Gonneville e os Anjo, proeminentes figuras da navegação e do comércio atlânticos. As pequenas feitorias estabelecidas pelos franceses, como Cabo Frio, também são abordadas, bem como a importância dos trugimães deixados entre os índios. Essa parte

82 Idem, p. XXV.

83 GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*. Paris: Maisonneuve, 1878.

84 “Se nos fosse dado em nossa modesta esfera oferecer algum serviço ao país, seria chamando a atenção para a história demasiadamente esquecida de nossas colônias perdidas. Essa história é muitas vezes gloriosa e sempre fecunda em informações úteis. O relato dos erros e equívocos que comprometeram o sucesso de nossos colonos certamente previniria contra sua repetição. A experiência nos poria em guarda contra os erros do futuro aprendendo como nós soubemos conquistar, sem manter, encontraríamos certamente o segredo de organizar e conservar. Não tivemos outro intento compondo essa história de nossos estabelecimentos brasileiros no século XVI” (Idem, p. IV).

85 Idem, p. II.

da obra se conclui com observações sobre os índios levados do Brasil à França, e a impressão causada pelos mesmos⁸⁶.

A parte seguinte, “La colonisation”, inicia o relato da empresa de Villegagnon, terminando com a chegada dos genebrinos e a querela religiosa. Gaffarel faz um relato factual bastante circunstanciado, além de um balanço de medidas de Villegagnon que considera desastrosas. Gaffarel dedica também longo espaço aos conflitos religiosos, pondo-se nitidamente ao lado dos huguenotes nesse sentido⁸⁷.

Gaffarel atribui o fracasso da colônia sobretudo às questões religiosas, responsabilizando principalmente o cavaleiro de Malta: “Villegagnon lui-même, qui avait pour lui l'expérience des choses de la mer et de la science militaire, qui même était versé dans la diplomatie, et passait, à juste titre, pour uns des plus savants de son temps, manqua de mesure et de tolérance, et ruina la colonie qu'il avait créé”⁸⁸.

A terceira parte, “Ruine des établissements français”, narra os últimos anos da colônia e a vitória dos portugueses⁸⁹. Além disso, Gaffarel se propõe a analisar as últimas viagens à costa brasileira, que não lhe apresentam nenhum interesse, com fortes palavras: “Tout se réduit à une stérile énumération de brigandages et de crimes”⁹⁰.

A última parte da obra, “Pièces justificatives” se dedica à transcrição de inúmeros e preciosos documentos de época, como o protesto de Bertrand d'Ornesan, de 1538, as cartas de Barré, a correspondência de Villegagnon, o capítulo da obra de Crespin dedicado aos “mártires” da Guanabara, bem como uma carta de 1581, enviada aos governadores de La Rochelle por capitães franceses. Gaffarel resgata aí uma série de documentos caídos no olvido, sendo este um dos maiores méritos de sua obra, pois graças a esse esforço erudito ele consegue conferir dimensões mais profundas sobre as problemáticas da França Antártica, reavivando aspectos polêmicos da temática.

Gaffarel seria também responsável pelo resgate da obra de André Thévet, publicando uma nova edição das *Singularités de la France Antarctique*. Da mesma forma, organizaria mais uma edição de *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, de Jean de Léry. Mas Gaffarel não se dedicaria exclusivamente à França Antártica, pesquisando também a experiência francesa na Flórida, menos de dez anos após a criação da colônia da Guanabara, tema que aborda em *Histoire de la Floride Française*,

86 Primeira parte, Idem, pp. 1-138.

87 Segunda parte, Idem, pp. 139-279.

88 Idem, p. 365.

89 Terceira parte, Idem, pp. 280-365.

90 Idem, p. 355.

de 1875. De fato, sua maior preocupação dizia respeito às questões da navegação, da colonização e do comércio, não apenas no século XVI, mas também em épocas mais remotas⁹¹.

A França Antártica também seria abordada por Arthur Heulhard, no livro *Villegagnon – Roi de l'Amérique*, biografia do chefe da colônia, com viés especialmente laudatório. Segundo Knauss de Mendonça, a obra seria a primeira a problematizar a questão da liberdade dos mares, envolvida no episódio da França Antártica, e de grande importância para sua compreensão. Contudo, como salienta o mesmo, a dimensão crítica e problemática da obra de Heulhard é muito limitada, na sua maior parte se dedicando a uma narrativa biográfica tradicional⁹².

No campo brasileiro, a principal contribuição parte de Varnhagen, através de sua *História do Brasil*. O tema é abordado em dois capítulos especificamente, referentes aos governos de Duarte da Costa e Mem de Sá, narrando respectivamente a “invasão” e a “expulsão”. Esses dois capítulos seriam responsáveis pela disseminação de um estereótipo seriamente equivocado: segundo Varnhagen, a colônia seria constituída exclusivamente por contingentes de huguenotes, cuja intenção seria fundar um refúgio no Novo Mundo⁹³.

Em grande medida esse equívoco provém da documentação usada por Varnhagen: os relatos produzidos pelos portugueses, especialmente os escritos por Mem de Sá e José de Anchieta. Essas narrativas representam os franceses como “luteranos” e “hereges”, transformando a luta em guerra santa. Varnhagen toma os fatos pela ótica portuguesa, ignorando a diversidade dos participantes da empresa colonial.

Infelizmente, esse equívoco se propagaria entre os historiadores brasileiros, fazendo parte do senso comum historiográfico no Brasil. Essa noção equivocada seria posteriormente confirmada por autores como Capistrano de Abreu ou Rocha Pombo, que trataram do tema apenas marginalmente, baseando-se exclusivamente em

91 Nesse sentido, devemos citar aqui outras obras do autor, como *Étude sur les rapports de l'Amérique et de l'ancien Continent avant Christophe Colomb*, *De Franciae commercio regnantibus Karolinis*, *La mer des Sargasses*, *Eudoxe de Cyzique et le périple de l'Afrique dans l'antiquité*, *Les Phéniciens en Amérique*, *Jean de Léry et la langue Tupi* e *Étude sur un portulan inédit de la Bibliothèque de Dijon*. Além dessas obras, Gaffarel ainda escreveria umas poucas sobre história regional da França.

92 Knauss de Mendonça analisa e compara as obras de Gaffarel, Heulhard e Southey no capítulo “O combate pelo fato” de *O Rio de Janeiro da Pacificação*. Sobre a problematização de Heulhard em torno da questão da liberdade dos mares, MENDONÇA, Paulo Knauss de. *O Rio de Janeiro da Pacificação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991, p. 46.

93 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1962, v. 1, pp. 274-288, 299-313.

Varnhagen. Lembremos, todavia, que o equívoco não seria cometido apenas pelos historiadores brasileiros, mas também pelos franceses que, como Leroy-Beaulieu, lançavam um olhar apenas superficial sobre o episódio, a partir de uma perspectiva mais ampla e generalizante⁹⁴.

Da mesma forma, Varnhagen classifica o episódio como uma invasão, partindo do princípio de que o tratado de Tordesilhas seria universalmente legítimo. No cômputo geral, a abordagem de Varnhagen sobre a França Antártica insere-se de modo coerente no conjunto da obra, uma vez que trata o episódio dentro de sua perspectiva enaltecadora da ação portuguesa e católica na colonização da América.

III - Memória, identidades, política

O século XX veria o surgimento de inúmeras obras sobre a França Antártica, tanto na França quanto no Brasil. Da mesma forma, o resgate de antigos autores abriria novas perspectivas.

Exemplo disso é a publicação da tradução feita por Domingos Ribeiro para a língua portuguesa dos capítulos do martirologio de Crespín sobre os “mártires” do Brasil, sob o título *A tragédia da Guanabara*, em 1917⁹⁵. A tradução seria realizada por grupos protestantes, com a intenção de relembrar a atuação dos primeiros protestantes da América. O frontispício da obra é bastante significativo: “Honra à memória dos protomartyres do Christianismo no Brasil: Jean de Bourdel, Mathieu Verneuil e Pierre Bourdon, executados na sexta-feira trágica, 9 de fevereiro de 1558, por Nicolas Durand de Villegagnon, na bahia de Guanabara, e o sangue dos quaes foi a semente da Igreja Evangelica em terras da América!”

Não à toa seria feita a opção pelo martirologio, capaz de traçar uma ascendência dos cultos protestantes nobilitada pela palma do martírio. Da mesma forma, a ênfase no sangue seminal não deixa de remeter ao próprio sacrifício do Cristo na cruz, reavivado nas terras americanas pelos “mártires” da Guanabara. Dessa maneira, o protestantismo recém-chegado ao Brasil criava um passado para si, marcado pelo martírio, da mesma forma que a cristandade primitiva⁹⁶.

⁹⁴ Sobre as interpretações de Capistrano de Abreu e Rocha Pombo a respeito da França Antártica, remetemos à análise de Mariz e Provençal (MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., pp. 177, 182).

⁹⁵ CRESPIÑ, Jean. *A tragédia da Guanabara ou Historia dos protomartyres do Christianismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Typo-Lith. Pimenta de Mello & C., 1917.

⁹⁶ Como assinala Lestringant, o Cristo crucificado é o arquétipo mesmo do martírio cristão (LESTRINGANT, *Lumière*, op. cit., pp. 62-75).

É interessante salientar ainda que a obra traz como apêndice as atas dos sínodos reunidos em Pernambuco durante o período de ocupação holandesa, tidas também como um monumento das fundações do protestantismo brasileiro. O livro traz nitidamente o objetivo de construir um passado antigo e honorável para as igrejas reformadas no Brasil. Deve-se destacar ainda, no prefácio de Domingos Ribeiro, seu apelo para a formação de uma “Biblioteca histórica do protestantismo no Brasil”, reforçando a idéia de construir uma memória do movimento protestante⁹⁷.

É possível que esses esforços visassem criar um passado mais nobre para as igrejas reformadas do Brasil, em lugar das origens mais prosaicas e até certo ponto incômodas das igrejas contemporâneas, fundadas com a vinda para o Brasil de diversos norte-americanos durante o século XIX, abandonando os Estados Unidos. Reatando com um passado mais distante, as fundações do movimento protestante se tornavam marcadas pelo heroísmo espiritual⁹⁸.

Na mesma época seria publicado pelo pastor Álvaro Reis *O mártir de Balleur*, cujo enfoque tende mais à polêmica proselitista que à análise histórica. O autor faz uso de uma documentação por demais lacunar, que analisa de modo bastante questionável. A intenção da obra é a mesma de *A tragédia da Guanabara*. Todavia, o personagem em questão, Balleur, que fugira para junto dos portugueses, teria sido vítima de perseguição religiosa por parte dos lusos: escapara ao martírio nas águas da Guanabara pelas mãos de Villegagnon para encontrar semelhante destino alhures. O argumento é questionável, tendo em vista que o “mártir” em questão não fôra condenado por nenhuma visitaço do Santo Ofcio, mas sim pelo governo geral e supliciado na forca, e no na fogueira⁹⁹.

97 Uma das poucas vozes dissonantes nesse sentido a de Flton Nogueira da Silva, que salienta o fato de que a igreja da Guanabara no apresenta qualquer relao com a igreja brasileira, devido a sua descontinuidade. Da mesma forma, observa que a denominada “confisso da Guanabara” no pode ser de forma alguma considerado um documento fundador do protestantismo no Brasil, uma vez que escrito por franceses, para franceses, e estreitamente relacionado a problemticas pertencentes ao mbito francs: “Na realidade a Confisso de F da Guanabara, no pode, a rigor, ser chamada de uma Confisso de F Brasileira. Ela no tem qualquer preocupao com assuntos relacionados ao Brasil. Ela foi escrita aqui, e, segundo Lry, com tinta de pau-brasil; entretanto, retrata as controvrsias europias da poca”. (SILVA, Flton Nogueira da. *Principais doutrinas da confisso de f da Guanabara*. So Paulo: Centro Presbiteriano de Ps-Graduao Andrew Jumper, 1998, pp. 27-28).

98 Segundo Elizete da Silva, esses contingentes migratrios norte-americanos eram compostos por sulistas que tentavam reconstruir suas fortunas aps a Guerra de Secesso. Por outro lado, a autora tambm aponta como uma vertente mais discreta do avano do Protestantismo no Brasil a migrao de alemes luteranos para a regio sul, a partir de 1824 (SILVA, Elizete da. *A presena protestante no Brasil*. In: *Nossa Histria*. Rio de Janeiro: Editora Vera Cruz, 2006, n 38, pp. 15-17).

99 REIS, lvoro. *O martyr de Balleur*. Rio de Janeiro: sem editora, 1917.

A principal motivação da publicação era negar a santidade dos jesuítas, especialmente de Anchieta. O autor escrevia em resposta a um artigo publicado por Cândido Mendes na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde este louvava as virtudes de José de Anchieta e sua importância para a história do Brasil. Álvaro Reis se propõe a desfazer a imagem do jesuíta, que, segundo ele, teria sido um dos principais instigadores do “martírio” de Balleur, chegando mesmo a ajudar o carrasco em seu enforcamento. Esse fato, segundo o autor, seria um exemplo da intolerância e da crueldade de Anchieta, julgando-o segundo critérios anacrônicos. Além do mais, como já vimos, a probabilidade de que sua condenação tenha se dado por motivos religiosos é mínima.

Boa parte da obra se dedica à diferenciação entre duas figuras históricas, o “mártir” Jacques Balleur e Jean de Bolès, que alguns autores, como o próprio Cândido Mendes, confundiriam como uma só pessoa, cujo nome, francês, teria sido grafado de maneiras díspares pelos portugueses. Reis procura unir argumentos em torno da documentação, comprovando que se trata de pessoas diferentes, tendo Bolès morrido em Goa, e o dito Balleur no Brasil, o que, diga-se de passagem, realiza com apuro, conseguindo identificar com nitidez duas trajetórias dificilmente confundíveis. Essa diferenciação adequada das identidades é importantíssima para a obra, pois somente assim seria possível positivar o “martírio” de Balleur, uma vez que Bolès é identificado pelas obras de Léry e Crespín como um rival dos huguenotes na Guanabara, apresentando opiniões favoráveis à transubstanciação na querela eucarística. A figura de Bolès seria mais tarde objeto de estudo por parte de Knauss de Mendonça, como veremos. É interessante citar os apêndices da obra, “O massacre dos huguenotes” e “O carrasco José de Anchieta”, que procuram reforçar a questão da crueldade católica contra os reformados no Novo Mundo.

Essas obras tenderiam a consolidar uma memória da França Antártica como origem do protestantismo brasileiro, ao mesmo tempo fortalecendo a imagem de Villegagnon cultivada pelos huguenotes do século XVI como traidor e apóstata, além de tirano.

Duas décadas depois seria publicada na França a obra de Charles-André Julien, *Les voyages de découverte et les premiers établissements*, em que aborda as problemáticas das navegações francesas nos séculos XV e XVI. A obra de Julien é em

grande medida tributária à de Gaffarel, desde seu recorte às discussões elaboradas, mas a perspectiva de abordagem é inteiramente diversa¹⁰⁰.

Julien é um anti-colonialista convicto, e busca as raízes da colonização para compreender os problemas pelos quais o império colonial francês passava em sua própria época. Julien traz uma contribuição muito interessante ao tema, ao procurar compreender a França Antártica em suas relações com a tentativa de colonização francesa na Flórida, poucos anos depois, estabelecendo um estreito parentesco entre ambas, na medida em que identifica um mentor comum às duas iniciativas, o almirante Gaspar de Coligny. É importante salientar, todavia, que Julien acredita que o impulso inicial para a fundação da França Antártica tenha efetivamente partido de Villegagnon, sendo contudo abraçado por Coligny e posteriormente levado adiante pelo mesmo na nova tentativa em terras norte-americanas. Da mesma forma, é o primeiro pesquisador francês a buscar a documentação lusitana sobre o assunto, construindo assim uma perspectiva bastante plural.

Deve-se observar, contudo, que a perspectiva através da qual Julien aborda o tema é muito mais ampla, indo muito além da França Antártica e da Flórida. A bem dizer, os dois temas são abordados diretamente em apenas dois capítulos da obra, o quarto e o quinto¹⁰¹. O autor procura fazer um amplo balanço a respeito da presença francesa nos mares durante o século XVI. Nesse sentido, aborda temas muito diversificados, como a problemática de liberdade dos mares proposta por Tordesilhas, a presença francesa no Canadá, com as expedições de Cartier e Roberval, e até o comércio francês com a costa do norte da África na época¹⁰².

Particularmente interessantes para nós, pois indiretamente ligados à problemática da França Antártica, são os capítulos VI e VII da obra. O sexto capítulo, “Le legs du passé et l’initiation au Nouveau-Monde”, aborda a importância dessas

100 JULIEN, Charles-André. *Les voyages de découverte et les premiers établissements*. Paris: P.U.F., 1948.

101 Os capítulos *Les français au Brésil* (Idem, pp.163-221) e *L’expédition de Floride et l’abandon de la politique d’expansion* (Idem, pp.222-304). Apesar de serem apenas dois capítulos, são bastante extensos, somando quase 150 páginas, quase metade da obra.

102 A questão da liberdade dos mares é discutida pelo autor no capítulo II, *La liberté des mers*, onde aborda as questões de liberdade dos mares, liberdade do comércio e monopólio territorial como problemáticas imbricadas (Idem, pp. 62-117). O terceiro capítulo da obra, *Jacques Cartier et Roberval au Canada*, se ocupa da presença francesa na região, ao mesmo tempo em que discute as questões diplomáticas entre as coroas francesa e espanhola suscitadas pelo acontecimento. Julien assinala ao episódio um significado político muito mais amplo que o da simples questão canadense, na medida em que despertou importantes debates teóricos sobre a questão do monopólio das terras do Novo Mundo (Idem, pp.118-162). O comércio francês do coral norte-africano, que teria tido considerável importância em meados do século XVI, é abordado pelo autor no final do quarto capítulo da obra (Idem, pp. 286-304).

viagens na construção de uma nova mentalidade europeia. Segundo o autor, a descoberta de novas terras levou não apenas à formulação de uma nova representação cartográfica do mundo, mas também a questionamentos sobre a natureza humana, através do contato com os povos de ultra-mar. Entre outras referências chegadas aos europeus do Novo Mundo o autor cita os índios tupinambás levados à França pelos navegadores normandos e os relatos de André Thévet¹⁰³.

Ainda mais interessante é o sétimo e último capítulo da obra, “L`avènement du bon sauvage”, onde aprofunda a discussão em torno da elaboração de uma imagem do indígena americano na Europa quinhentista. O capítulo se centra, sobretudo, na discussão em torno das obras de Thévet e Léry e suas descrições do tupinambá, embora não deixe de tratar da obra de Montaigne. Para o autor, Léry e Thévet representariam dois modos de apreensão do Novo Mundo pelos europeus, o primeiro marcado por uma maior objetividade, o segundo, pela fantasia¹⁰⁴. É significativo, nesse sentido, um comentário do autor: “La crédulité publique ne disparut pas, pour autant, et des attardés, comme Thévet, prolongèrent jusqu`à la fin du siècle les conceptions médiévales”¹⁰⁵.

Quase na mesma época temos a publicação no Brasil da obra *Os franceses no Rio de Janeiro*, do general Augusto Tasso Fragoso. Dividida em três partes, a obra aborda a presença francesa na região da Guanabara na época da França Antártica, bem como nos anos de 1710 e 1711, com as expedições de Duclerc e Duguay-Trouin. Seu enfoque é especificamente militar, voltado a analisar notadamente as condições de defesa da região do Rio de Janeiro, através das estratégias francesas de ocupação ou de ataque, seus pontos vulneráveis e aqueles melhor protegidos¹⁰⁶.

Para tanto, Fragoso se dedica a um minucioso exame das fontes francesas, que compara com muita erudição, com o fim de discernir com clareza a natureza das estratégias empregadas por Villegagnon na ocupação do território, como a localização das fortificações ou a organização das baterias francesas.

Alguns anos mais tarde seria publicada pela Marinha do Brasil a obra coletiva *História Naval Brasileira*, sob coordenação de Max Justo Guedes. A obra tem como objetivo traçar um amplo panorama da ocupação do litoral brasileiro,

103 Sobre os índios na França, Idem, pp. 322-326. Sobre relatos de Thévet, Idem, pp. 362-365. Além dessas situações o autor trata das obras de Vespucci, Parmentier, Cartier, entre outros, no capítulo, bastante extenso (Idem, pp. 305-367).

104 O capítulo aborda diversos aspectos das descrições sobre os indígenas, especialmente a religião e a antropofagia (Idem, pp. 368-435).

105 Idem, p. 443.

106 FRAGOSO, Augusto Tasso. *Os franceses no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.

especialmente em seu aspecto militar, principalmente naval, desde a época colonial até períodos mais recentes. Com essa finalidade os autores envolvidos procuram em seus diversos capítulos dar conta de uma grande diversidade de aspectos da atividade naval no Brasil, desde os avanços técnicos da navegação até as questões geo-políticas e militares envolvidas nesse processo.

Um dos capítulos dessa coleção é exclusivamente voltado ao episódio da França Antártica, escrito pelos historiadores Philippe Bonnichon e Gilberto Ferrez. O capítulo divide-se em duas partes, “A invasão”, escrita pelo francês, e “A expulsão dos invasores”, elaborada pelo brasileiro¹⁰⁷. A temática se encaixa no quadro geral da obra na medida em que a presença francesa na Guanabara levou à necessidade de organizar, pela primeira vez no Brasil colonial, um esforço militar de grandes proporções coordenando as forças fornecidas pelos diversos focos de ocupação lusitana no litoral, tendo ocupado a estratégia naval parte significativa desse esforço. Dessa maneira, o episódio ganha grande relevância no que diz respeito à história naval do Brasil.

O maior mérito do trabalho se encontra, sem dúvida, no fato de finalmente desfazer a idéia da França Antártica como colônia exclusivamente reformada, divulgada no Brasil pela obra de Varnhagen. Nesse sentido, pode-se dizer que é a primeira obra publicada no âmbito brasileiro a caminhar nesse sentido.

Em grande medida isso se deve ao esforço dos dois autores em ampliar a documentação com que trabalham, pois nesse sentido a obra aprofunda ainda mais o esforço realizado anteriormente por Julien, conjugando de modo produtivo fontes francesas e portuguesas, apresentando ainda a vantagem de fazê-lo ainda mais profundamente, especialmente na segunda parte, uma vez que Ferrez se debruça sobre a documentação com afincamento inédito nesse campo e, cabe dizer, ainda não igualado. Cabe observar, todavia, que o capítulo apresenta notável assimetria, devido à diferença de perspectivas teóricas entre os autores, bem como entre a metodologia dos mesmos.

Bonnichon procura fazer uma análise conjuntural muito ampla do episódio, traçando preciosa contextualização da experiência francesa na Guanabara, apresentando uma abordagem evidentemente afiliada à escola dos *Annales*. O autor procura principalmente traçar as relações entre a França Antártica e os contextos econômicos,

107 BONNICHON, Philippe. *A França Antártica – A invasão*. In: GUEDES, Max Justo (org.). *História Naval Brasileira*. Volume primeiro, tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975 e FERREZ, Gilberto. *A França Antártica – A expulsão dos invasores*. In: GUEDES, Max Justo (org.). *História Naval Brasileira*. Volume primeiro, tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.

políticos e sociais da França na época, não deixando mesmo de ocupar-se da questão das *mentalidades*, tão em voga na historiografia francesa de então¹⁰⁸. Outra problemática aprofundada por ele é a dos meios técnicos e cartográficos empregados pela navegação francesa.

Além do mais, Bonnichon dedica um espaço mínimo ao relato dos fatos acontecidos na Guanabara¹⁰⁹, privilegiando uma perspectiva de longa duração, uma vez que se dedica a analisar principalmente a importância da França Antártica no contexto mais amplo da navegação francesa quinhentista no Brasil, dedicando longo espaço à presença francesa no litoral brasileiro antes e depois da França Antártica, analisando o impacto que o episódio da Guanabara teve nesse processo.

Ferrez, por sua vez, adota uma perspectiva bastante diferente, demonstrando sua filiação à tradicional história política. Sua parte no capítulo concentra-se em fazer um circunstanciado relato do episódio, desde a fundação da colônia até seu término em 1567. Nesse sentido, Ferrez aprofunda a questão militar, dedicando grande atenção aos aspectos estratégicos e principalmente à organização das forças lusitanas para expulsar os franceses.

Outra particularidade da abordagem de Ferrez é sua perspectiva fortemente nacionalista, e seu posicionamento no relato é inegavelmente favorável aos lusitanos, chegando em certos momentos a tratá-los usando termos enaltecidos como “valerosos fundadores do Rio de Janeiro”¹¹⁰, “a coragem e valor de Mem de Sá”¹¹¹, entre outros. Também é bastante significativo nesse sentido o uso do pronome possessivo *nossa* no último parágrafo, com que encerra o capítulo: “Aqui termina a conquista da nossa bela baía e principia, no Morro do Castelo, a fundação da nova cidade que irá crescendo até nossos dias.”¹¹²

Seu texto tem um apelo literário bastante forte, que trabalha em grande medida para o enaltecimento do papel lusitano no episódio da Guanabara. Deve-se destacar ainda a tendência de Ferrez a citar textualmente as fontes empregadas, acentuando o sabor literário de seu texto, pelo modo com que faz as transcrições, como se desse a palavra aos autores do drama, no que difere bastante da escrita de Bonnichon.

108 Lembremos que a obra é de 1975.

109 Aproximadamente cinco páginas num conjunto de trinta e oito.

110 FERREZ, *A França Antártica*, op. cit., p. 462.

111 Idem, p. 458.

112 Idem, p. 470.

Outra importante diferença entre os dois autores é a bibliografia que utilizam. Bonnichon faz um uso muito amplo da historiografia, principalmente francesa, sobre as navegações, utilizando as obras de La Roncière, Mollat, Julien e Chaunu, fazendo uso bastante restrito de fontes primárias. Ferrez, pelo contrário, baseia-se amplamente na documentação de época, francesa ou lusitana, empregando poucas obras historiográficas, sendo estas principalmente brasileiras.

A diversidade das perspectivas faz com que este capítulo seja uma página muito rica da historiografia sobre a França Antártica, constituindo seu maior mérito, como já dissemos, a divulgação no Brasil de um esforço investigativo mais aprofundado sobre o assunto, rompendo com a equivocada tradição estabelecida pela *História do Brasil* do visconde de Porto Seguro.

Nos anos 90 surgem os interessantes estudos de Frank Lestringant e Paulo Knauss de Mendonça. Este último publicaria em 1992 *O Rio de Janeiro da pacificação*, livro que se debruçaria sobre diversas questões relacionadas ao episódio da França Antártica.

Uma das questões centrais diz respeito à historiografia oitocentista sobre o tema. O autor analisa e compara as obras de Southey, Varnhagen, Gaffarel e Heulhard, procurando perceber as diferenças entre a imagem da França Antártica construída pelos autores situados no campo brasileiro e aquela construída pelos do campo francês. Segundo Knauss, Southey e Varnhagen tendem a interpretar o episódio como uma invasão, posicionamento que não é compartilhado por Gaffarel e Heulhard¹¹³.

Outra questão importante diz respeito justamente a esse mesmo ponto, pois Knauss de Mendonça questiona a validade do conceito “invasão” quando usado em relação à França Antártica. Como o autor salienta, a idéia de invasão só se sustenta se o tratado de Tordesilhas for tomado como legítimo. Dessa forma, dificilmente o conceito pode ser aplicado aos franceses na Guanabara, uma vez que o dito tratado era, para eles, falta de valor. A opção pelo termo invasão implica, necessariamente, uma tomada de posição aprioristicamente favorável ao lado português da questão, aceitando a legitimidade de Tordesilhas, o que implica numa limitação das perspectivas de análise¹¹⁴.

Também importante é o esforço do autor em frisar a diferença entre corso e pirataria, muitas vezes tratados de modo indiferenciado pela historiografia brasileira,

113 MENDONÇA, op. cit., pp. 42-55

114 Idem, pp. 21, 60-62.

homogeneizando de forma equivocada os episódios da história colonial em que o litoral da América portuguesa se viu atacado por ofensivas provenientes de outros países europeus¹¹⁵.

Outra questão abordada pelo autor, que dá nome ao livro, diz respeito à terminologia empregada pelos portugueses em torno da idéia de “pacificação”. Como o autor demonstra, a documentação lusitana sobre o combate na Guanabara dá preferência à idéia de “pacificação”, em lugar de “conquista”. Knauss de Mendonça observa que tal opção está provavelmente ligada à carga negativa associada ao conceito de “conquista” na segunda metade do século XVI, devido à divulgação da *leyenda negra* da colonização espanhola, bastante difundida na Europa. O conceito de “pacificação” remeteria a uma outra ordem de idéias, a uma violência exercida apenas por imposição da necessidade, visando, em última instância, à manutenção da paz¹¹⁶.

Com relação à presença francesa na Guanabara, o autor se baseia nas fontes utilizadas pelos historiadores que analisa, fazendo um esforço de interpretação própria dos fatos envolvidos no episódio, bem como de seu significado para as navegações francesas e para a história do Brasil. Para Knauss de Mendonça o episódio marca uma nítida mudança de objetivos da presença francesa no litoral brasileiro, na medida em que instalaria, pela primeira vez, uma feitoria, em lugar da presença lacunar até então mantida através de trugimães instalados entre as tribos tupinambás aliadas. Contudo, esse novo rumo levaria a uma reação lusitana que se intensificaria, buscando acabar com as visitas de franceses ao litoral brasileiro, levando à fundação da cidade do Rio de Janeiro¹¹⁷.

Além disso, o autor procura reforçar a idéia de uma França Antártica plural. Para tanto, enfatiza a existência de diferentes grupos na colônia, como já haviam feito Gaffarel, Heulhard e Julien, no âmbito da historiografia francesa, e Ferrez e Bonnichon, no campo brasileiro. Mas o autor se debruça também sobre outra questão: a diversidade de intenções com relação à empresa colonial entre esses grupos. Como observa Knauss de Mendonça, havia tensão entre diferentes concepções com relação ao que deveria ser a colônia, não apenas entre os grupos de confissões díspares, católicos e protestantes,

115 Idem, pp. 21-23.

116 Idem, pp. 91-110.

117 Idem, pp. 72-74.

mas também entre grupos minoritários que não se encaixavam em nenhum desses dois campos¹¹⁸.

É especialmente interessante, nesse sentido, o último capítulo do livro, em que o autor se aprofunda na análise da curiosa figura de Jean de Bolès, um homem que não se alinhava ao grupo católico nem ao protestante. Bolès se envolveria na querela eucarística, a princípio ao lado de Villegagnon, posteriormente contra este e os huguenotes, defendendo suas próprias posições. Desgostoso com a situação, buscaria refúgio entre os portugueses, que o abrigariam.

Entre os lusitanos, suas opiniões heterodoxas o levariam ao Santo Ofício, e a Lisboa. Desaparecido dos registros, encontramos Bolès anos depois, em Goa, novamente às voltas com Inquisição. Desta vez, suas opiniões lhe custariam a vida. Os autos de seu processo constituem rica documentação, trabalhada por Knauss de Mendonça, que identifica traços de suas concepções a respeito do estabelecimento na Guanabara. Bolès chegaria a afirmar, ante os inquisidores, que fôra enviado França Antártica pelo rei de França, para organizar a colônia da melhor forma. Os autos de Bolès registram uma versão dos fatos ocorridos no Novo Mundo, divergente das defendidas na França por reformados e católicos. Segundo Mendonça, Bolès se encaixaria em uma espécie de partido da “curiosidade”, afirmando aos inquisidores que fôra esta que o levava ao Novo Mundo¹¹⁹.

Lestringant, por sua vez, dedicaria inúmeros estudos à França Antártica em sua relação com a literatura de viagem, especialmente os trabalhos de Thévet e Léry. Nesse sentido se destaca a tríade constituída pelos livros *L'Atelier du cosmographe*, *André Thévet – Cosmographe des derniers Valois* e *Le huguenot et le sauvage*. Na verdade, os três livros são partes de sua gigantesca tese de doutorado, desmembrada para fins editoriais.

É particularmente interessante nesse sentido o terceiro livro, onde procura reconstituir as relações entre a França Antártica, a Flórida protestante, a literatura de viagem huguenote e o desenvolvimento de um pensamento colonial reformado. Segundo o autor, ao longo da segunda metade do século XVI teria se formado um “corpus de textos huguenotes sobre a América”, que tenderia a uma defesa da colonização por parte dos adeptos da reforma¹²⁰.

118 Idem, pp. 119-120.

119 Idem, pp. 114-120.

120 De acordo com Lestringant, o conceito de “corpus de textos huguenotes sobre a América” como um

Esse *corpus* teria seu impulso inicial nas obras literárias produzidas sobretudo a partir das experiências da França Antártica e da Flórida huguenote, como as de Jean de Léry, Urbain Chauveton, René de Laudonnière, Jacques Le Moyne de Morgues e outros. Os escritos elaborados por esses personagens relatavam as vicissitudes vividas no Novo Mundo pelos colonos protestantes da Guanabara e da Flórida, mas também dos indígenas, vítimas da sanha dos espanhóis ou simplesmente dos católicos, como era o caso dos “mártires” da Guanabara.

De acordo com o autor, essas obras seriam usadas para a construção de uma argumentação contrária à colonização espanhola, procurando divulgar e defender a *leyenda negra* da conquista no Novo Mundo. Como salienta Lestringant, esse argumento passa por um processo de identificação entre os reformados e os ameríndios, vítimas de um mesmo flagelo dos dois lados do Atlântico¹²¹.

Ao mesmo tempo, esse movimento levaria à cunhagem de uma imagem um tanto idílica do “selvagem” americano que, embora culpado de muitos comportamentos tidos como abomináveis, era menos responsável que o europeu, que conhecera as luzes do cristianismo. Por outro lado, esses índios demonstrariam, sob diversos aspectos, atitudes mais sábias que os cristãos, como defenderia Léry.

De fato, segundo o autor, Léry teria lugar proeminente na elaboração deste primeiro esboço do mito do “bom selvagem”. Lestringant afirma que aí estariam, realmente, as origens da idéia tão cara ao setecentos, passando antes pela pena de Montaigne que, em seu ensaio *Des cannibales* seria o elo entre os escritos protestantes sobre o tema e os autores do século XVIII¹²².

Iniciado no âmbito francês, esse movimento se espalharia, através de publicações realizadas por editores em outras regiões, como Théodore de Bry, em Frankfurt, ou Richard Hakluyt, em Londres, internacionalizando a campanha huguenote contrária à colonização espanhola. Caminhando lado a lado com essa problemática viria a defesa, por parte dos reformados, da idéia de *mare liberum*, ou seja, a negação dos princípios de *mare clausum* estabelecidos pelo tratado de Tordesilhas, partilha injusta e

conjunto de textos articulados entre si teria sido sugerido primordialmente por Marcel Bataillon e desenvolvido, pela primeira vez pelo próprio Lestringant, na obra em questão (LESTRINGANT, *Le huguenot...*, op.cit., p. 9).

121 Particularmente importante no desenvolvimento desse argumento é o capítulo III de *Le huguenot et le sauvage, Genève et l'Amérique: le tournant de 1580*, onde Lestringant se ocupa de documentar os elos ligando os diferentes autores huguenotes (Idem, pp. 129-204).

122 Esses aspectos da questão são abordados especialmente nos capítulos IV e VIII, *Le Brésil de Montaigne: le chapitre “Des Cannibales” (1580)* e *La reformation dans les canoés ou l'invention du Bon Sauvage* (Idem, pp. 205-226, 357-394).

ilegítima feita pelo papa em favor de potências inaptas ao trabalho colonizador e indignas da exclusividade sobre os mares¹²³.

Segundo Lestringant, como corolário dessa oposição à presença hispânica na América se afirmaria, pouco a pouco, a idéia de uma política colonizadora reformada no Novo Mundo. Caberia então aos protestantes tomar o lugar dos espanhóis ante a tarefa civilizadora, tendo em vista os abusos que os mesmos teriam cometido no seu cumprimento, mostrando-se indignos da responsabilidade confiada por Deus. Essa idéia ganharia vulto sobretudo nos escritos de Hakluyt, La Popelinière, e Duplessis-Mornay, que veriam a solução para os problemas religiosos existentes na Europa na ocupação do Novo Mundo (ou da “Terra Austral”, no caso de La Popelinière)¹²⁴.

Segundo Lestringant, em fins do século XVI essa idéia se tornaria bastante forte na Inglaterra, inspirando ações como as de Raleigh ou Drake, que receberiam vivos elogios por parte dos huguenotes franceses. Para o autor, os ingleses se tornariam então verdadeiros herdeiros do patrimônio do pensamento colonial construído pelos reformados da França. Nesse sentido, Lestringant destaca a missão levada a cabo por Richard Hakluyt na França, entre os anos de 1583 e 1588, coligindo importante material informativo a ser aproveitado por seus conterrâneos¹²⁵.

É importante destacar o papel que, segundo o autor, seria desempenhado por André Thévet nesse processo de formação de um pensamento colonial huguenote. Lestringant identifica na figura do cosmógrafo o *repoussoir* da elaboração deste pensamento, na medida em que boa parte desses escritos reformados se elaboram à margem da obra de Thévet, reagindo a afirmações e idéias do cosmógrafo que incomodariam os meios protestantes. É o caso da obra de Jean de Léry, como vimos no início do capítulo¹²⁶.

O livro de Lestringant se desenvolve ao longo de oito capítulos, que tomam a forma de estudos monográficos centrados, com poucas exceções, em torno de obras da literatura de viagem que fariam parte do “*corpus* huguenote sobre a América”.

123 Essa problemática, que perpassa toda a obra, é objeto de estudo particular no terceiro estudo do posfácio, *Les protestants et la liberté des mers, d'Urbain Chauveton à Grotius* (Idem, pp. 449-462).

124 Essa elaboração é tratada pelo autor em uma esclarecedora síntese no último capítulo da obra e no epílogo (Idem, pp. 357-410).

125 É particularmente interessante nesse sentido o capítulo VII, *La relève anglaise: la mission de Hakluyt en France (1583-1588)* (Idem, pp. 311-356).

126 De fato, é importante lembrar que a obra fazia parte originalmente de uma tese a respeito de André Thévet, tendo esses temas sido abordados pelo autor na medida em que se relacionavam com a figura do cosmógrafo.

A abordagem se situa bastante próxima da história intelectual, na medida em que se desenvolve sobretudo em torno das obras literárias em questão, procurando traçar a relação entre os autores e os textos examinados, constituindo-se esta a principal problemática do trabalho. As fontes mais usadas ao longo do livro são exatamente essas obras, com exceção do capítulo II, a respeito de Jean de Léry, onde faz um vasto levantamento de documentos que registram a trajetória do autor, e do capítulo VII, que aborda a missão de Hakluyt na França, onde recorre a documentos que permitem reconstituir seus passos.

Nos últimos anos podemos destacar a produção de Léonce Peillard, responsável por uma nova biografia de Villegagnon, cuja principal preocupação é a de construir uma imagem mais equilibrada do cavaleiro de Malta, livrando-o da reputação de traidor da causa protestante¹²⁷.

O livro de Peillard, bastante extenso, é provavelmente a mais completa biografia do cavaleiro de Malta, construindo um circunstanciado relato de sua trajetória, desde a infância em Provins até sua morte, passando pelos principais momentos de sua vida, fornecendo inúmeros detalhes a cada passo. Essa densa narrativa é fruto de uma profunda pesquisa documental, reunindo Peillard, provavelmente, o mais amplo levantamento de fontes a respeito do personagem, desde documentos oficiais às inúmeras cartas trocadas pelo cavaleiro de Malta com seus contemporâneos.

Contudo, a experiência de Villegagnon na França Antártica não recebe destaque nesta obra, sendo a principal preocupação do autor a de narrar a sua biografia, como um todo. De fato, o interesse de Peillard se volta sobretudo ao personagem singular que é o cavaleiro de Malta, especialmente como homem de mar. Nesse sentido, encaixa-se na produção geral do autor, que tem inúmeros livros publicados sobre história naval, destacando-se outra biografia, de Fernão de Magalhães.

O livro de Vasco Mariz e Lucien Provençal, *Villegagnon e a França Antártica – uma reavaliação* segue os mesmos passos, analisando a atuação do cavaleiro de Malta, principalmente tentando compreendê-lo como um homem de sua época, em lugar de julgá-lo segundo critérios completamente anacrônicos¹²⁸.

Todavia, como indica o título, a experiência da França Antártica ocupa papel preponderante na obra, sendo objeto da maior parte dos capítulos. Como bem

127 PEILLARD, Léonce. *Villegagnon, vice-amiral de Bretagne, vice-roi du Brésil*. Paris: Perrin, 1991.

128 MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica – uma reavaliação*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

resume Wehling, a obra constitui, em grande medida, uma discussão em torno dos significados históricos da tentativa de ocupação francesa na Guanabara, analisando as relações entre o empreendimento e o cavaleiro de Malta¹²⁹. Como ressaltam os autores, a figura de Villegagnon tem sido, desde o século XVI, objeto de inúmeras polêmicas, havendo aqueles que o tenham como um cruel tirano, inspirados sobretudo pelas acusações dos reformados, e aqueles que o vejam como um líder hábil e militar talentoso¹³⁰.

Nesse sentido, os autores se ocupam de traçar uma biografia do cavaleiro de Malta tão pormenorizada quanto possível, concentrando-se em discutir criticamente os aspectos da trajetória de Villegagnon. Um dos maiores méritos da obra reside no fato de pensar em Villegagnon além da França Antártica, enfatizando sua trajetória anterior e posterior à experiência colonial, entendendo Villegagnon não apenas como o fundador da colônia na Guanabara, mas como homem de corte, de guerra e de pena respeitado no contexto europeu, gozando de prestígio nas cortes rivais dos Valois e dos Habsburgo. Dessa maneira, os autores estabelecem uma perspectiva mais ampla e profunda sobre o personagem, na medida em que se afastam do chavão de entender o cavaleiro de Malta a partir de sua experiência na França Antártica, como se nada mais se houvesse passado de relevante em sua vida. Ao revelar uma figura muito mais complexa que a do chefe militar da empresa colonial, os autores jogam nova luz sobre sua atuação no Novo Mundo.

Outra preocupação que perpassa toda a obra como um fio condutor diz respeito à memória construída em torno da figura de Villegagnon ao longo dos séculos. Os autores traçam um amplo balanço do que teria sido afirmado a respeito de Villegagnon por diversos autores em diferentes épocas, discutindo as causas por trás da construção de certos aspectos de sua imagem, bem como se propondo a investigar mais profundamente tais aspectos, confrontando-os com a documentação existente¹³¹. Dessa forma, um dos pilares do livro é a discussão crítica em torno das fontes conhecidas sobre o assunto, e as motivações políticas e religiosas dos seus autores ao elaborá-las. Especialmente, os autores analisam a relação entre a larga difusão encontrada pela obra de Léry e a consolidação da imagem negativa de Villegagnon.

129 Ver a apresentação da obra, por Arno Wehling (Idem, p.13).

130Essa questão é problematizada pelos autores especialmente nas *Considerações gerais*, que abrem a obra, e nas *Conclusões* (Idem, pp. 17-22 e 137-144).

131 É particularmente interessante nesse sentido o anexo nº 6 da obra, *Villegagnon: pró e contra*, onde fazem uma exposição da opinião de diversos autores, principalmente franceses e brasileiros, a respeito do personagem (Idem, pp. 177-184).

Uma das problemáticas centrais da obra, enunciada com clareza em seu título, diz respeito à responsabilidade que Villegagnon teria pelo fracasso da empresa colonizadora, procurando fazer um balanço de sua atuação enquanto líder da colônia, apontando, nesse sentido, uma série de medidas inapropriadas por parte do cavaleiro de Malta, especialmente sua intolerância para com as relações dos franceses com as índias, bem como sua concepção demasiadamente militar da colônia; todavia, Villegagnon teria também agido com sabedoria quanto à escolha do local de sua fortificação e às suas relações com os indígenas.

A obra detém-se ainda em debater outras problemáticas colaterais a respeito da França Antártica, como, por exemplo, a existência de Henryville, um assentamento feito em terra firme, cuja existência é aparentemente contestada por Léry, que sustentaria tratar-se de uma fantasia de Thévet. Os autores demonstram solidamente a existência da dita aglomeração, através das fontes existentes, especialmente do panfleto de Richer, no qual é citada uma certa “Henricopole”¹³².

Outro aspecto discutido pelos autores diz respeito à relação entre a presença francesa na Guanabara e a fundação da cidade do Rio de Janeiro, salientando a importância do episódio da França Antártica para a ocupação do litoral brasileiro¹³³.

A obra apresenta ainda alguns documentos de época em anexo, especialmente algumas cartas do próprio cavaleiro de Malta, bem como dos pastores Richer e Chartier, a maior parte deles inédita no Brasil.

No ano de 2006 foi também lançado *Brasil França – relações históricas no período colonial*, obra coletiva sob a coordenação de Vasco Mariz, na qual bom número de capítulos é dedicado ao estudo da França Antártica¹³⁴. Nesse sentido, devem ser destacados especialmente os estudos de Lucien Provençal, Vasco Mariz e Paulo Knauss de Mendonça. Do primeiro, devem ser citados *Os navegantes franceses na costa brasileira* e *As guerras de religião da França no século XVI*. O primeiro estudo se dedica a discutir as navegações francesas no litoral brasileiro, especificamente analisando a relação dessa prática com as concepções de *mare liberum* adotadas pela

132A problemática da existência de Henryville é discutida no capítulo 8 da obra (Idem, pp. 94-97).

133 A questão é abordada principalmente nas páginas finais do capítulo 8 (Idem, pp. 97-100).

134 É interessante observar que nem todos os capítulos da coletânea são direcionados à problemática da França Antártica. Outros temas destacados na obra são a constituição da França Equinocial no Maranhão, bem como as ofensivas francesas contra o Rio de Janeiro no século XVIII, além da presença francesa no Brasil nos primeiros anos do século XIX, especialmente após a chegada da família real. Destacamos ainda um interessantíssimo estudo de Luiz Paulo Macedo Carvalho sobre a ocupação militar luso-brasileira na Guiana Francesa entre os anos de 1809 e 1817 (MARIZ, Vasco (org.). *Brasil França – relações históricas no período colonial*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2006).

coroa francesa e, principalmente, pelos comerciantes e armadores da Mancha. O outro trabalho se propõe a traçar um breve panorama dos conflitos religiosos franceses, fazendo sucintas observações sobre sua relação com as tentativas francesas de colonização na Guanabara e, mais tarde, no Maranhão, a França Equinocial, concluindo que as duas tentativas foram “minadas” pelos problemas religiosos¹³⁵.

Da autoria de Vasco Mariz devem ser citados *Os indígenas brasileiros e os navegadores franceses do século XVI* e *Os fundadores do Rio de Janeiro: Vespucci, Villegagnon ou Estácio de Sá?*, sendo objeto do primeiro estudo o encontro de culturas resultante da presença francesa no litoral brasileiro e as dificuldades de convívio existentes de ambos os lados. O segundo estudo analisa uma questão ligada à memória da cidade do Rio de Janeiro, discutindo a atribuição da fundação da cidade, discussão essa motivada pelas comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil. Outro estudo, *Villegagnon e a França Antártica*, da autoria de Mariz e Provençal, procura expor sucintamente as principais idéias do livro homônimo¹³⁶.

Por fim, também é interessante a resenha *Fontes para o estudo da história da presença francesa na América portuguesa*, da autoria de Paulo Knauss de Mendonça, onde são apresentados os principais materiais publicados sobre o assunto, sejam fontes primárias ou secundárias, inclusive sobre a França Antártica.

Mais recentemente tivemos ainda a publicação do livro *O Brasil francês – As singularidades da França Equinocial*, de Andrea Daher. Embora a obra seja voltada especificamente para a experiência da França Equinocial, seu primeiro capítulo aborda brevemente a França Antártica, no qual a trajetória da empresa colonial é sucintamente relatada¹³⁷.

A obra trata nomeadamente da produção do discurso pelos capuchinhos que participariam do empreendimento, particularmente no âmbito das relações de identidade e alteridade desenvolvidas com os indígenas. Nesse sentido, o último capítulo da segunda parte da obra remete ainda à França Antártica, debruçando-se sobre as relações

135 Ver PROVENÇAL, Lucien. *Os navegantes franceses na costa brasileira*. In: MARIZ (org.), *Brasil França*, op. cit., pp. 21-36 e PROVENÇAL, Lucien. *As guerras de religião da França no século XVI*. In: MARIZ (org.), *Brasil França*, op. cit., pp. 45-50.

136 Ver MARIZ, Vasco. *Os indígenas brasileiros e os navegadores franceses do século XVI*. In: MARIZ (org.), *Brasil França*, op. cit., pp. 37-44 e MARIZ, Vasco. *Os fundadores do Rio de Janeiro: Vespucci, Villegagnon ou Estácio de Sá*. In: MARIZ, Vasco (org.), *Brasil França*, op. cit., pp.79-86 e MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. In: MARIZ (org.), *Brasil França*, op. cit., pp. 51-78.

137 DAHER, Andrea. *O Brasil francês – As singularidades da França Equinocial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 33-44.

estabelecidas entre os escritos de Jean de Léry e do capuchinho Claude d'Abbeville, que seria profundamente influenciado pela obra do pastor.

Fechando esta longa corrente, tivemos em 2008 a publicação do *Dossiê França Antártica*, na revista *História*, da UNESP. O dossiê é constituído pelo conjunto das comunicações apresentadas no seminário internacional *O Universo da França Antártica*, realizado em outubro de 2005, no Museu Histórico Nacional. O evento reuniu pesquisadores brasileiros, portugueses e franceses, em trabalhos riquíssimos pela variedade de temas abordados¹³⁸.

Nesse conjunto, destacamos especialmente os artigos de Knauss de Mendonça, Lestringant, Mariz e Raminelli, cujas abordagens interessam mais diretamente ao desenvolvimento do tema do presente trabalho.

Em “No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica”, Knauss de Mendonça elabora uma interessante análise sobre a configuração da toponímia francesa sobre a região da Guanabara, especialmente o local onde seria erguido uma pequena aglomeração à margem do rio Carioca. A partir dos diversos nomes empregados pelos personagens para designar o lugar, o autor aponta um diversificado leque de intencionalidades concorrentes evidenciado por topônimos antagônicos como “Henriville” ou “Bricqueterie”¹³⁹.

Lestringant, por sua vez, tece interessantes observações sobre a fortuna do tema em “La mémoire de la France Antarctique”. Desenvolvendo pontos esboçados em *Le huguenot et le sauvage*, o artigo discute o modo como algumas obras francesas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XXI tratam o tema em contextos históricos diversos, abordando tanto escritos historiográficos quanto literários, tendo a obra de Prévost como ponto de partida¹⁴⁰.

Já “Villegagnon: herói ou vilão?”, de Vasco Mariz, retoma algumas das principais discussões articuladas em *Villegagnon e a França Antártica*, especialmente no que diz respeito à existência de Henriville e à relação entre a obra de Léry e a memória sobre o cavaleiro de Malta. Além disso, o texto desenvolve algumas

138 FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho (org.). *Dossiê França Antártica*. In: *História*. São Paulo: UNESP, 2008, v. 27.

139 MENDONÇA, Paulo Knauss de. *No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica*. In: FRANÇA, op. cit., pp. 143-153.

140 LESTRINGANT, Frank. *La mémoire de la France Antarctique*. In: FRANÇA, op. cit., pp. 101-133.

considerações sobre os posicionamentos religiosos do cavaleiro de Malta, revisitando a interpretação de Lestringant, que classifica Villegagnon como um *moyenneur*¹⁴¹.

A seu turno, Ronald Raminelli analisa as estratégias empregadas por André Thévet para expor a imagem do Novo Mundo na Europa, no artigo “Escritos, imagens e artefatos: ou a viagem de Thévet à França Antártica”. O principal problema tratado pelo artigo é o modo como se faz possível apresentar o inédito a um público que não o conhece: povos, animais, plantas, entre outros objetos. Nesse sentido, as imagens têm um papel importante, apresentando o aspecto das coisas descritas, ao passo que as analogias traçadas pela escrita aproximam conhecido e desconhecido. Os artefatos trazidos da América, por sua vez, operam como evidências materiais do mundo de além-mar. Esses artefatos servem ao mesmo tempo como meio de ascensão social, presenteados por Thévet a importantes figuras do reino¹⁴².

O presente estudo, por sua vez, tem a pretensão de trazer algumas contribuições ao tema. Uma delas é a de abordá-lo sob uma perspectiva principalmente política, centrada no âmbito francês. A questão política ligada ao tema, embora tenha sido frequentemente tangenciada, poucas vezes foi objeto de análises aprofundadas, especialmente no que diz respeito ao universo da prática política.

Como observa Knauss de Mendonça, os trabalhos oitocentistas, de Southey, Varnhagen, Gaffarel e Heulhard adotam uma ótica muito restritiva nesse plano, reduzindo o jogo político à oposição entre os líderes Villegagnon e Mem de Sá. Julien, quando se aproxima da problemática, tende a se ocupar principalmente das relações diplomáticas entre a coroa francesa e as monarquias ibéricas, deixando em segundo plano as dinâmicas políticas entre os próprios franceses. A abordagem de Lestringant ao tema, por sua vez, se preocupa mais com as concepções geopolíticas elaboradas no âmbito da literatura de viagem que com as relações vividas na França da época.

As obras onde a questão política aparece de modo mais consistente são as biografias de Villegagnon, de Peillard, Mariz e Provençal. Nessas obras há a preocupação de estabelecer as relações do cavaleiro de Malta com os diversos personagens e partidos componentes do sistema de alianças da França quinhentista, discutindo assim o contexto político em que aquele transitava. Contudo, os livros estão

141 MARIZ, Vasco. *Villegagnon: herói ou vilão?*. In: FRANÇA, op. cit., pp. 51-75.

142 RAMINELLI, Ronald. *Escritos, imagens e artefatos: ou a viagem de Thévet à França Antártica*. In: FRANÇA, op. cit., pp. 195-212).

centrados na figura do líder da França Antártica, dando espaço limitado a outras figuras importantíssimas na dinâmica política relacionada ao episódio da Guanabara, como os pastores Richer e Chartier, Thévet, Léry, Calvino, Coligny, entre outros.

O presente trabalho, pelo contrário, procura tratar a questão de modo central, concentrando-se em relacionar as fontes usadas ao contexto político em que foram elaboradas, buscando apreender seu significado dentro das dinâmicas estabelecidas pelo sistema de alianças então vigente.

Especificamente, nos ocupamos em analisar o debate travado entre os personagens envolvidos no episódio da Guanabara, procurando cada um estabelecer através de seus discursos a “verdade” do que teria acontecido do outro lado do Atlântico, em detrimento das versões articuladas pelos seus rivais, e até mesmo seus aliados. A principal preocupação é então analisar a articulação desses discursos com a dinâmica de alianças então vigente, ou seja, analisar as implicações políticas dessa disputa em torno da “verdade” dos fatos.

Igualmente, procuramos nos aprofundar em torno de uma documentação pouco trabalhada em relação ao tema: as cartas trocadas entre os envolvidos com a França Antártica, bem como entre estes e aqueles situados no centro do poder, na França da época.

A maior parte das pesquisas em torno da França Antártica se baseia principalmente em fontes impressas, particularmente a literatura de viagem. O uso da documentação epistolar, bastante pontual, se restringe a uma função de contextualização da dita literatura, fornecendo informações gerais de cunho factual sobre as situações à volta da França Antártica. Desse modo, essa rica documentação não tem sido objeto de esforços interpretativos muito significativos, especialmente esforços de conjunto.

O presente trabalho pretende ajudar a preencher essa lacuna, dedicando-se a analisar essas fontes em seu terceiro capítulo. O objetivo é fornecer, através das cartas, um contraponto aos conteúdos expressos pelos autores das fontes impressas. Estas, concebidas para um conjunto abstrato e impessoal de leitores, trazem em si um discurso de cunho geral e público. As cartas, pelo contrário, trazem um discurso elaborado de modo diferenciado, direcionado a personagens específicos, distinguindo-se justamente por seu caráter particular. Através das cartas se expressam padrões de intencionalidade bastante distintos daqueles articulados pela literatura de viagem. As cartas dizem o que não se quer ou não se pode espalhar aos quatro ventos, muitas vezes nuançando ou até desmentindo o que é afirmado publicamente.

Ao mesmo tempo, a documentação epistolar nos remete diretamente à concretude das práticas políticas e das dinâmicas do sistema de alianças vigente, na medida em que evidenciam as relações dos personagens envolvidos no episódio da França Antártica com grupos específicos do poder.

Mas a questão comporta complexidades: muitas das cartas escritas pelos personagens em questão foram publicadas por seus autores posteriormente. Ora, essa passagem do particular ao público é significativa, e em si mesma encerra um padrão de intencionalidade, constituindo uma modalidade específica de discurso. Esse tipo de procedimento também será oportunamente discutido.

Dessa maneira, podemos resumir que as principais contribuições pretendidas pelo presente estudo são uma abordagem que procura relacionar o episódio da França Antártica ao universo político da época, e o esforço interpretativo em torno da documentação epistolar.

Concluindo, percebemos que ao longo do século XVI, a experiência da França Antártica suscitou a publicação de grande número de obras de cunho polêmico, motivadas pelas dissidências surgidas na consecução da empresa.

Ao longo do século XVII, com a decadência do protestantismo francês, o tema perdeu muito de seu interesse na França, que só recuperaria no século XVIII com a curiosidade ilustrada sobre os “selvagens” e, principalmente, com a retomada do colonialismo francês no século XIX, destacando-se nesse sentido os trabalhos de Paul Gaffarel.

No Brasil, por outro lado, o tema seria explorado no século XIX por Varnhagen, gerando uma interpretação equivocada sobre o episódio, que só seria desconstruída ao longo do século XX.

Desde o início do século XX o assunto tem suscitado novas obras com um teor problemático instigante, dando origem a interpretações inovadoras sobre a questão.

Capítulo II

Verdades impressas

La parole de Dieu est un glaive tranchant des deux côtés, et son office est non pas seulement d'arguer et reprendre les vices manifestes, mais d'entrer au profond du coeur, transpercer les moëllles des os, discerner les affections et pensées, et immoler entièrement l'homme à Dieu¹⁴³.

Calvino

I - Verdades, mentiras, calúnias

A leitura da maioria das fontes relativas à França Antártica, especificamente aquelas relacionadas à polêmica entre Villegagnon e os protestantes, traz ao primeiro plano uma discussão constante: quem diz a verdade? Quem calunia? Quem mente?

As respostas a essas perguntas variam infinitamente de autor para autor, mesmo aqueles que batalham no mesmo campo. Todavia, discutir quem detinha a verdade sobre as intenções dos envolvidos e os fatos ocorridos na distante Guanabara, parecia àqueles homens algo essencial. Ou melhor, não apenas parecia: *era* essencial.

Afinal de contas, a verdade é discutida um pouco a respeito de tudo: a suposta conversão de Villegagnon e sua igualmente suposta traição; os hábitos dos índios; a existência ou não de uma certa “Henryville”; as razões da execução dos três “mártires” ou se eram mártires “de verdade”; a força física do cacique Cunhambebe, entre muitas outras coisas.

O eixo verdade-mentira polariza as discussões entretidas por quase cinquenta anos entre os partidos católico e huguenote, perpassando todos os temas debatidos, desde fatos pontuais a questões temporais ou espirituais, unidos de forma complexa e imbricada, mas sempre orientados pela problemática da verdade.

A bem dizer, a noção de verdade é o traço comum entre os dois partidos, que os liga e articula de modo complementar, compartilhando suas concepções particulares. Isso

¹⁴³ A palavra de Deus é um gládio afiado dos dois lados, e seu trabalho não é apenas de arguir e repreender aos vícios manifestos, mas entrar no fundo do coração, trespassar a moela dos ossos, discernir as afeições e pensamentos, e imolar o homem inteiramente a Deus”.

porquê a discussão pela verdade só se justifica na medida em que os fatos disputados devem passar por um crivo de valores comuns, de uma moral compartilhada. Aquilo que toca dimensões díspares pouco precisa ser discutido, embora também figure nos debates. É o caso, por exemplo, da conversão de Villegagnon, que será explorada adiante.

Podemos traçar um interessante paralelo com o estudo realizado por Valensi a respeito do debate entre turcos e armênios, sobre o massacre das minorias armênias acontecido em 1915. Nesse ano, no quadro da Primeira Guerra Mundial, morreria um grande número de armênios, súditos do Império Turco Otomano. Segundo a historiografia armênia, trata-se de um genocídio premeditado; para historiadores turcos, apenas um grande deslocamento forçado, provocando muitas mortes por fome e doenças, devido às condições impostas pela guerra¹⁴⁴.

Valensi observa que as correntes antagônicas falam de eventos que ainda afetam seus protagonistas e descendentes, ou seja, a discussão sobre o passado está atrelada a questões políticas do presente, na medida em que trata de um conflito que eclodiu anos antes, mas continua em aberto. Da mesma forma, no caso da França Antártica, anos depois, os pontos debatidos continuam sendo discutidos por aqueles primordialmente envolvidos nos fatos¹⁴⁵.

Assim sendo, como destaca Valensi, a disputa historiográfica entre turcos e armênios não se dá num âmbito meramente epistemológico, mas também em torno de reivindicações de natureza política. A própria cessação das hostilidades entre os grupos, segundo ela, depende, em grande parte, da polêmica histórica. Dessa forma, observa, trabalho historiográfico e iniciativa política caminham lado a lado, confundindo-se, tal como acontecia no caso da França Antártica, onde a controvérsia pela verdade constitui-se também uma disputa política¹⁴⁶.

Voltando a centrar-nos na França Antártica, essa problemática nos leva diretamente a outra: o papel da retórica nessa disputa. Atualmente, na cultura ocidental, o termo “retórica” tem uma conotação negativa, sendo em geral associado a um discurso vazio e sofismático, apelando mais aos sentimentos que à razão, onde são encadeados argumentos artificiosos e enganadores, organizados de má fé, cuja única pretensão é vencer debates obedecendo a intuítos interesseiros, e não em nome da verdade.

144 Como observa a autora, existe um ínfimo núcleo comum nas versões, rodeado por uma infinidade de detalhes dissonantes (VALENSI, Lucette. *Notes sur deux histoires discordantes – le cas des arméniens pendant la première guerre mondiale*. In: HARTOG, François e REVEL, Jacques (org.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001).

145 VALENSI, op. cit., pp. 157, 164.

146 Como observa a autora, nesse quadro, bom número de considerações metodológicas é trazido à disputa política, na medida em que questionar os métodos do adversário é também esvaziar a credibilidade de sua versão e a validade de suas reivindicações (VALENSI, op. cit., pp. 157-158, 161, 164-165, 167).

Todavia, como nos lembra Carlo Ginzburg, a noção de retórica, desde os tempos de Aristóteles, e ainda nessa época, era consideravelmente diversa da que temos hoje, que deriva de uma tradição bastante recente do pensamento ocidental, tendo um de seus principais fundadores no filósofo Nietzsche. Mais que o terreno do artifício ou do sofisma, a retórica é, dentro daquela concepção mais antiga, o campo de exercício da verdade¹⁴⁷.

No sentido de buscar essa verdade vêm a primeiro plano as provas, que constituem, segundo Aristóteles, o autêntico núcleo da retórica. Sob a perspectiva aristotélica, iremos encontrar o melhor uso da retórica nos discursos que manejem mais habilmente essas mesmas provas, e não naqueles que coordenem de maneira mais eficaz as aparências enganosas. É essa mesma concepção de retórica que permeará o século XVI, através de diversos intermediários, cultivada por outros filósofos romanos, como Quintiliano e ao longo de toda a Idade Média.

Valendo-nos ainda de Ginzburg, os principais tipos de prova apontados por Aristóteles, e ainda utilizados nessa época eram o entimema, o exemplo e os documentos. O exemplo ocupa seu espaço como prova, especificamente em se pensando na comparação de situações presentes com outras similares, passadas; seu uso é sobretudo deliberativo, como base para decisões¹⁴⁸.

O entimema, por sua vez, é constituído sobretudo a partir de observações que poderíamos talvez qualificar, de modo bastante simplificado, como óbvias ou evidentes, algo que nem mesmo é necessário explicitar ao leitor ou ouvinte do discurso; uma premissa que “o próprio ouvinte supre mentalmente”¹⁴⁹. Podemos aproveitar aqui os exemplos usados por Ginzburg para esclarecer o conceito de entimema: “até que se prove o contrário, um ser humano não pode viver duzentos anos, não pode encontrar-se, ao mesmo tempo, em dois lugares diferentes, etc”¹⁵⁰.

Com relação aos documentos, não há grandes observações a se acrescentar. Podemos, todavia, sublinhar que, como vimos anteriormente, na época que estudamos começava a se intensificar a valorização do documento como testemunho e como prova, assim como dava seus primeiros passos a crítica documental, surgida no século anterior, com o estudo de Lorenzo Valla sobre a falsa doação de Constantino. Emblemático de seu tempo e do universo

147 Carlo Ginzburg discute aprofundadamente a retórica, sob um prisma teórico e metodológico (GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000).

148 GINZBURG, op. cit., p. 49.

149 ARISTÓTELES, *apud* GINZBURG, op. cit., p. 53.

150 GINZBURG, op. cit., p. 58.

de nosso estudo é Jean Crespin, que demonstrava grande dedicação à obtenção de documentos em que pudesse basear seu martirologio¹⁵¹.

Retenhamos ainda uma observação de Ginzburg a respeito da noção aristotélica de retórica: ela “pressupõe sempre uma comunidade concreta e, portanto, circunscrita”¹⁵².

Desse modo, é interessante questionarmos o papel que essa noção de retórica exerce nas disputas em torno da França Antártica. Mais especificamente, que concepções contemporâneas de retórica se insinuem na elaboração dos documentos produzidos em torno desses debates e, principalmente, que gêneros de provas são articulados nesses discursos e de que maneira.

Contudo, devemos questionar: teriam nossos personagens entrado em contato com essas maneiras de conceber o discurso? Nesse sentido é interessante nos debruçarmos sobre as eruditas investigações de Charles Schmitt em seu clássico estudo *Aristote et la Renaissance*.

É importante destacar que na Renascença há um verdadeiro *boom* aristotélico, a partir do desenvolvimento de novas e profícuas interpretações do *corpus aristotelicum*, que distinguem o aristotelismo renascentista de seus antecedentes medievais; acompanhando essas novas leituras há um *boom* editorial correspondente, e a obra do estagirita é difundida nas mais variadas formas¹⁵³.

A edição aristotélica no século XVI seria marcada por um acentuado bilingüismo, sendo boa parte das versões publicada em grego ou latim. De fato, segundo Schmitt, a leitura de Aristóteles no original atingiria então uma expansão inédita, pelo crescente número de estudantes e professores que aprendiam a língua grega. Mesmo assim, as edições latinas manteriam sempre sua primazia, continuando o latim a ocupar seu destacado lugar como língua acadêmica¹⁵⁴.

Voltadas para o âmbito universitário, surgiriam primorosas edições comentadas do *corpus aristotelicum*, a um preço bastante proibitivo, é necessário dizer. Essas obras costumavam conter o original grego cotejado por uma versão latina, e às margens eram feitos comentários eruditos sobre o texto, relacionando-o a outras obras do estagirita e de outros

151 LESTRINGANT, *Lumière...*, op. cit., pp. 61-88.

152 GINZBURG, op. cit., pp. 51-52

153 Segundo Schmitt, a forma mais adequada para descrever a situação seria se falar em *aristotelismos renascentistas*, no plural, devido à grande variedade de correntes interpretativas que se formulariam a partir da tradição medieval (SCHMITT, Charles B. *Aristote et la Renaissance*. Paris: PUF, 1992, pp. 13-44).

154 Apesar disso, Schmitt salienta que nessa época muitas universidades passariam a oferecer aulas de filosofia aristotélica em Grego, o que evidencia também uma significativa transição do uso da língua grega não apenas para a leitura e escrita, mas para a comunicação oral (Idem, pp. 45-47, 54-55).

autores da Antiguidade e da Idade Média, facultando ao leitor conhecer as influências suscitadas pelo texto, bem como as críticas contra ele articuladas. Mais ainda, ligavam o pensamento de Aristóteles a discussões coevas, relacionando os escritos aristotélicos ao contexto renascentista¹⁵⁵.

Percebemos então o quanto o pensamento aristotélico permeava a vida universitária da Europa quinhentista. Baseados nisso, podemos imaginar que Villegagnon, formado em Direito pela Sorbonne, e Crespín, também jurista formado em Louvain, tiveram amplo contato com a obra do estagirita, particularmente a *Retórica*, referência comum na formação jurídica.

Contudo, Aristóteles não estava presente apenas na academia. Schmitt cita a prática de dois tipos de obra especialmente populares: os resumos e as *sententiae*. Nos resumos, o leigo interessado poderia encontrar em vernáculo instrutivas sùmulas sobre o pensamento do estagirita. Algumas vezes o resumo se ocupava em fornecer ao leitor uma versão mais curta de alguma obra Aristotélica específica, ou de um conjunto de obras¹⁵⁶.

Menos sérias, segundo Schmitt, seriam as *sententiae*. Nesses livros o leitor encontrava volumosas compilações de citações isoladas das obras de Aristóteles. Sua função era apenas fornecer uma erudição de aparato, destinada à exibição na corte ou outros ambientes, permitindo ostentar a aparência de conhecedor da filosofia. Em todo caso, essas obras evidenciam a valorização dada pela sociedade ao conhecimento de Aristóteles¹⁵⁷.

Além destas, havia as compilações, destinadas tanto ao público leigo quanto aos estudantes. Essas obras se organizavam como uma espécie de “dicionários filosóficos”, dispostas em artigos sobre conceitos específicos do pensamento aristotélico, onde se traçava uma discussão sobre o modo como esses eram abordados em diversas obras do filósofo, bem como o modo como eram tratadas por outros autores¹⁵⁸.

É interessante explorar também a geografia editorial das publicações de Aristóteles. Segundo Schmitt, em meados do século XVI os principais centros de impressão de obras aristotélicas seriam França e Itália, notáveis tanto pela quantidade quanto pela variedade de gêneros das publicações, voltadas para um público igualmente diversificado. Levando em conta que nossos autores escreviam no âmbito francês, podemos imaginar que tinham contato com a retórica aristotélica, não apenas a partir das proposições do estagirita sobre o assunto,

155 Schmitt observa que eram comuns as referências às mais recentes pesquisas da Fisiologia, da Astronomia, da Medicina e outros conhecimentos em pleno desenvolvimento na época (Idem, pp. 49-54).

156 Idem, pp. 63-64.

157 Idem, pp. 65-66.

158 Segundo Schmitt, essas compilações também eram muito úteis aos professores, pois forneciam referências precisas às obras de Aristóteles, bastante práticas para a organização de suas aulas (Idem, pp. 66-69).

mas também por outros autores, cujas obras seriam modelos da prática retórica segundo os critérios de Aristóteles¹⁵⁹.

Além disso, Aristóteles e a Reforma entreteriam também uma próspera relação. Schmitt lembra que Aristóteles seria profundamente estudado nas escolas protestantes, onde ocupava um importante papel formativo, sob uma perspectiva humanista. O autor também destaca que a obra do estagirita ocuparia uma parte significativa da produção editorial de Basiléia e Genebra, dois dos principais centros de impressão da Europa reformada. Some-se a isso, como vimos no capítulo anterior, a plena aceitação da retórica pela Reforma, considerada um dom divino. Podemos supor que alguns de nossos autores, como Léry e Richer, tivessem ampla familiaridade com a retórica aristotélica, extremamente valorizada nos meios onde circulavam e que provavelmente, teria influência na composição de suas obras¹⁶⁰.

Como podemos ver, nossos personagens, em ambos os lados do campo de batalha, viviam em um ambiente onde se respirava aristotelismo, e o público a que se dirigiam também compartilhava essas noções.

No entanto, aproximando-nos dos escritos polêmicos sobre a França Antártica, eles não são apenas as provas, no quadro de uma retórica puramente aristotélica, que servem como engrenagens dessa máquina. Aproximando-nos mais das concepções de retórica familiares, encontramos uma série de artifícios empregados de modo mais ou menos premeditado, segundo autores ou situações.

Um desses recursos é a *omissão*. Estratégia que em diversos momentos muda completamente o sentido de diversos fatos, denegrindo a imagem do adversário ou enaltecendo a sua própria, quando empregada habilmente. Outra de suas possibilidades é a de justificar atitudes, ao ocultar antecedentes ou motivações desabonadoras.

Bom exemplo disso é a ausência, na obra de Crespin, de qualquer comentário com relação às acusações de traição imputadas por Villegagnon aos três “mártires” da Guanabara, que teriam sido condenados não por sua opção religiosa, mas sim como conspiradores.

Outra arma desse arsenal é o *exagero*, que apresenta a vantagem de ser, quando utilizado com astúcia, mais discreto que a omissão de fatos, apresentando ainda, em certos casos, a conveniência de se basear em situações admitidas ou tidas como verdadeiras por ambas

159 É interessante destacar que, embora os principais centros de edição aristotélica fossem a França e a Itália, a mais primorosa empresa editorial do período seria a edição *Conimbricensis* da obra completa de Aristóteles, bilingüe e enriquecida por profundos comentários, elaborada pela Universidade de Coimbra (Idem, pp. 46-54).

160 É interessante observar, por exemplo, que Sturm, um dos principais editores reformados de *aristotelica*, residente em Estrasburgo, era também amigo de Calvino (Idem, pp. 47-48).

as partes. Dessa maneira, uma atitude interessada pode passar facilmente por zelo desprendido, assim como um ato de auto-defesa pode ser transformado em vil perfídia.

Podemos encontrar um bom espécime desse artifício na carta dirigida aos leitores na edição de 1560 do livro de Villegagnon, em que a motivação de seu retorno à Europa é apresentada como grande preocupação com a defesa da fé cristã quando seu principal intento era limpar sua reputação, como mostra sua correspondência com o condestável Anne de Montmorency, citada no capítulo anterior.

Não podemos deixar de lado a *distorção*, outra ferramenta de uso variado. A discreta alteração de algumas informações realizada em pontos estratégicos da narrativa pode ter também o mesmo efeito, dando aos fatos significados mais favoráveis ao autor.

No entanto, esse é um recurso bastante arriscado, na medida em que exige alterações muito aparentes na história, dando lugar a discrepâncias muito acentuadas com relação a outras narrativas, mesmo aquelas elaboradas por aqueles que lutam no mesmo campo, de modo que não deixam de chamar a atenção do leitor.

Exemplo significativo é o relato da rebelião de 1556, na obra de Crespin, no qual figura a exasperação com a falta de alimentos em lugar das motivações de ordem sexual dos revoltosos, justificando-a dessa maneira.

Outra maneira de converter o significado dos fatos discutidos em favor da causa do autor é o uso da reorganização cronológica dos fatos, ilustrada de modo bastante rico pelas cartas enviadas por Villegagnon em 1561 a Catarina de Médici ou a Gaspar de Coligny, nas quais são empregados arranjos diversificados para apresentar os mesmos fatos.

Alterando na narrativa a ordem com que os fatos se sucedem, eles ganham sentidos inteiramente diversos. O que numa versão dos fatos é motivação de uma atitude torna-se em outra a ação motivada pela circunstância que, na outra, a sucede. Podemos dizer, grosso modo, que a causa torna-se efeito ou a ação toma o lugar da reação. Talvez esse seja o mais refinado recurso empregado, uma vez que, utilizando rigorosamente os mesmos elementos, obtém-se significados muito diversos, a partir de um simples rearranjo.

As vantagens dessa tática não devem ser negligenciadas, uma vez que ela não gera resultados particularmente chamativos, tendo em vista que assim é possível manipular o significado de fatos aceitos por todos, sem precisar recorrer a nenhum gênero de *distorção*. Temos aí um caso onde a ordem dos fatores altera o produto, ou recorrendo a outra metáfora, como um tabuleiro de xadrez em que o mesmo movimento, executado em jogadas diferentes, produz quadros inteiramente diversos.

De fato, a metáfora do jogo de xadrez parece-nos bastante feliz para representar o caso estudado. Tal como no xadrez, os personagens em questão dispõem das mesmas peças para vencer a partida: a revolta de 1556, a querela eucarística, os “mártires” da Guanabara etc.

A diferença está exatamente em como esses fatos, essas “peças”, são utilizados por cada “jogador” na disputa por credibilidade. É interessante pensar que cada um deles jogou essa partida de modo tão hábil que, em quase quinhentos anos, ainda não chegamos a um xeque-mate.

Exatamente por isso não nos interessa optar por nenhuma das narrativas articuladas pelos autores, nem mesmo estabelecer uma versão mais verdadeira a partir do conjunto dos relatos. Pelo contrário, nos preocupará sobretudo compreender como essa disputa se desenvolve e como diversos autores assumem seu papel no quadro dessa disputa, bem como de que maneira o desempenham.

No entanto, não é imaginamos que estamos lidando com discursos descarnados, sem qualquer ligação com uma realidade objetiva. Pelo contrário, o interesse está exatamente em entender a maneira como esses discursos se relacionam com essa realidade objetiva, e de que maneira procuram construir sua interpretação da mesma, constituindo desse modo indícios materiais dela.

Podemos talvez organizar melhor essa problemática através dos questionamentos desenvolvidos a seguir. Primeiramente, devemos procurar onde os autores fazem referência ao binômio verdade-mentira, ou seja, em que momentos eles explicitam sua preocupação em revelar a verdade; pois, inegavelmente, cada um representa a verdade como algo a ser revelado ao leitor a que se dirige, revelada pelo próprio autor, obviamente. Ao mesmo tempo, utilizando-nos da metáfora de Calvino, cada um procura arrancar as máscaras sob as quais seus adversários se escondem.

Importa também refletir sobre o modo como cada um procura se utilizar desse papel de “revelador”, e com que objetivo. Poderemos talvez assim apreender de um modo um pouco mais preciso o papel que a disputa por verdade desempenha no campo mais amplo dos debates, através do uso de provas de diversos matizes.

Nos ocuparemos igualmente em buscar as omissões que aparecem aqui e ali nos textos, ou talvez, mais precisamente, onde elas *não aparecem*, tendo em vista que a omissão é justamente uma ausência. Da mesma forma, nos interessa investigar como são usadas essas omissões e qual o significado que procuram desempenhar na argumentação.

Cabe ainda salientar um problema bastante complexo, em se tratando de rastrear essas omissões: como definir se um autor está omitindo algo ou se o fato supostamente omitido é, na verdade, uma invenção de outros autores. Obviamente, ante algumas situações, não será possível discernir entre uma omissão genuína ou suposta; em outros tantos, pelo contrário, não chega a ser muito difícil encontrar esses escamoteamentos, sobretudo quando se referem a fatos de grande destaque nos debates.

São exemplo disso as cartas enviadas da Guanabara por Villegagnon e pelos pastores Richer e Chartier ao longo de 1557, que não fazem qualquer menção à querela suscitada pela questão da eucaristia, que desde a Páscoa daquele ano provocara profundas cisões. Podemos detectar sem dificuldades essa omissão, qualificando-a inequivocamente enquanto tal, uma vez que o problema não apenas é o ponto fulcral que desencadeia todas as desavenças posteriores, mas é também admitido e abordado de um ou outro modo por todos os autores em escritos posteriores, inclusive os ministros e o cavaleiro de Malta. Paramos por aqui, pois os possíveis significados dessa ocultação naquele momento específico serão discutidos adiante.

Da mesma forma, também nos ocupamos de catalogar as diferentes versões apresentadas para os fatos. As mesmas situações são apresentadas das mais diversas maneiras, não apenas por autores diferentes, mas, em muitos momentos, relatadas pelo mesmo autor com matizes diferentes.

Todavia, não se trata apenas de catalogar essas diferentes versões; pelo contrário, essa catalogação deve obedecer a um objetivo mais amplo, compreender, ou ao menos buscar uma compreensão mais ampla sobre o modo como essas diferentes versões se interrelacionam.

Também não deixamos de nos questionar sobre qual a relação existente entre essas variadas versões e o contexto com que dialogam, principalmente sob dois aspectos: os interlocutores e o quadro socio-político do momento. Os primeiros são importantes na medida em que diferentes versões dos fatos são apresentadas a diferentes destinatários. Por exemplo, o modo pelo qual um autor expõe as situações vividas pode variar bastante entre um destinatário e outro, em se tratando das cartas. Dirigir-se a um Guise ou a um Chatillon não é de modo algum a mesma coisa.

Da mesma forma, os mesmos autores relatam de modos variados a mesma situação, em momentos diferentes e contextos sócio-políticos diversos. Escrever antes ou depois da conjuração de Amboise ou do colóquio de Poissy não pode deixar de implicar numa radical mudança de pontos de vista e de significados. O relato sobre a França Antártica de Crespín, em

1559, mobiliza valores profundamente diferentes dos esboçados pelo livro de Jean de Léry em 1578.

Outra problemática interessante diz respeito ao uso da difamação enquanto ferramenta política. Em diversos momentos são feitos ataques diretos e explícitos ao adversário, em muitos casos se utilizando de acusações grosseiras, até mesmo chulas, como por exemplo as usadas por Pierre Richer, que no próprio título de seu panfleto qualifica Villegagnon como um “bordelier”, um dono de bordéu.

No campo oposto encontramos André Thévet, que qualificaria Jean de Léry como um “rapetasseur de souliers”, um “remendador de sapatos”, aludindo pejorativamente ao primitivo ofício de Léry, ofício esse que ele abandonara anos antes, tendo por essa época anos de exercício na função de ministro religioso.

Crespin, a seu turno, move acusações muito discretas contra Villegagnon, ao passo que Léry sequer utiliza esse recurso, procurando, pelo contrário, limpar o nome de Villegagnon de ataques que considera indevidos ou caluniosos. O próprio Villegagnon, em seus escritos, também evita uma postura de ataque direto, assumindo uma atitude conciliadora.

Cabe interrogar em que interesse essas acusações contra o adversário são usadas, ou, principalmente, como cada diferente modalidade de ataque é usada. Que tipo de reação é visada pelas grosseiras afirmações de um Thévet ou Richer, ou pela difamação contida empregada por Crespin, ou ainda pelas táticas conciliadoras de Villegagnon e Léry. Em suma, com que finalidades políticas essas táticas de difamação são empregadas.

Mas a discussão a respeito da difamação se encontra próxima de outra, em torno da calúnia, de que é quase indissociável. Afinal de contas, em diversos momentos esses personagens se defendem negando as acusações, tachando-as como caluniosas.

Mais uma vez nos aproximamos do binômio verdade-mentira. A calúnia, enquanto forma de mentira, é combatida usando a “verdade”, que supostamente desmentiria as falsas acusações. Para tanto, são empregadas pelos autores diversas ferramentas retóricas citadas acima, as diversas modalidades de prova, cuja função seria a de estabelecer a “verdadeira” versão dos fatos. Temos aí outro terreno interessante a explorar, o modo como a retórica é usada para rebater as supostas calúnias.

Contudo, essa é uma problemática que, embora instigante, não se justifica por si só: o principal problema é o uso político que se fazia dessa discussão. O debate pela verdade era essencial para aqueles personagens na medida em que determinava a sua inserção e atuação dentro dos diferentes sistemas de alianças.

Cabe aqui fazer uma observação, no que diz respeito à relação entre nossa prévia pesquisa sobre a França Antártica, e a atual. Naquele trabalho, buscamos restabelecer, ainda que precariamente, os termos da *discussão política* huguenote a respeito da colônia estabelecida no Novo Mundo. Dessa maneira, o presente trabalho está intimamente ligado àquele, na medida em que procura analisar que gêneros de *prática política* são estabelecidos pelos huguenotes em torno da França Antártica, e de que maneira aquela discussão se enraizava na dinâmica concreta das redes de alianças no reino.

Em suma, as fontes são interrogadas principalmente no sentido de cotejar as diferentes versões dos fatos mais significativos e mais polêmicos abordados, visando estabelecer o significado político dessas diferenças. Os fatos selecionados são os seguintes: a origem do plano de fundar uma colônia na América; as circunstâncias da fundação da colônia; a revolta dos colonos em 1556; a razão da vinda dos genebrinos; a querela eucarística; os desenvolvimentos do dissídio entre Villegagnon e os reformados; o “martírio” da Guanabara; a campanha difamatória na Europa; os debates entre Villegagnon e os reformados.

Não nos ocupamos, contudo, em buscar a verdade dos fatos que teriam acontecido na baía de Guanabara a partir desses relatos. Nesse sentido, metodologicamente, nos aproximamos da perspectiva de Denis Crouzet em *La nuit de la Saint-Barthélémy*, onde analisa comparativamente as diversas versões dos acontecimentos da fatídica noite. Crouzet procura restituir os relatos aos padrões de inteligibilidade segundo os quais foram produzidos, buscando compreender a relação entre esse contexto e as diferentes versões cunhadas sobre os fatos¹⁶¹.

Com relação às questões de uso prático da retórica, levantamos os seguintes questionamentos: em que momentos é explicitada a discussão pela verdade? Como são usadas as omissões? Como são usadas a calúnia e a difamação? Que gêneros de provas retóricas são empregadas, e como? De que maneira os personagens se defendem das tentativas de difamação? Que uso retórico fazem das alegorias?

Como se pode ver, as primeiras e as últimas perguntas são complementares, na medida em que o uso das técnicas retóricas só pode ser avaliado na medida em que são empregadas na discussão pelos fatos. Assim sendo, essas problemáticas sobre a prática retórica não serão abordadas separadamente, mas a partir da própria dinâmica dos relatos, através de observações nos momentos oportunos.

Feitas essas considerações, passemos ao próximo item de nossa discussão.

161 Crouzet analisa especificamente o modo como a orientação neo-platônica impressa por Carlos IX e sua mãe à arquitetura da monarquia francesa se reflete nos eventos de São Bartolomeu, e no modo como interfere na percepção desses acontecimentos por parte dos cronistas (CROUZET, Denis. *La nuit de la Saint-Barthélémy – un rêve perdu de la renaissance*. Paris: Fayard, 1994).

II – O mito de fundação

André Thévet, nas *Singularités*, compara o trabalho de Villegagnon e dos franceses ao do troiano Enéas e seus homens, assimilando o ato de fundação da França Antártica ao do mítico ancestral de Rômulo e Remo, especialmente numa passagem onde narra a chegada dos franceses à Guanabara, afirmando que em lugar de descansar se ocuparam “de découvrir et chercher lieux propres à faire sièges nouveaux, autant étonnés comme les Troyens arrivant en Italie”¹⁶².

A alusão de Thévet não deixa de ser sugestiva, na medida em que o autor define a França Antártica como uma área geográfica bastante extensa, correspondendo a uma porção do litoral americano que iria aproximadamente do atual estado da Paraíba até o estuário do Rio da Prata. Dessa forma, Villegagnon, ao ocupar a Guanabara estaria sendo o precursor do estabelecimento de um domínio muito mais amplo, assim como Enéas seria o precursor da criação do império romano, a ser efetuado por seus descendentes. Nesse esquema narrativo, o ato dos franceses na expedição se equipara quase a um mito fundador.

Curiosamente, as observações de Thévet a respeito das motivações por trás da empresa são bastante sucintas, com pouquíssimos detalhes, limitando-se a afirmar que se tratava de ordem régia: “(...) Monsieur de Villegagnon, Chevalier de Malte, homme généreux et autant bien accompli, soit à la marine ou autres honnêtetés, qu’il est possible, ayant reçu avec mûre délibération le commandement du roi (...)”¹⁶³. O curto trecho faz parte de um parágrafo centrado na figura do próprio Thévet, onde explica sua participação na expedição, afirmando que fôra escolhido por Villegagnon pela possível utilidade que teria para a empresa, devido a sua anterior viagem ao Oriente. “Ce que librement j’ai accordé, tant pour l’obéissance que je veux rendre à mon prince naturel, selon ma capacité, que pour l’honnêteté de la chose, combien qu’elle fût labourieuse”, conclui Thévet, ao mesmo tempo fazendo de si imagem de bom súdito¹⁶⁴. De fato, Thévet parecia mais interessado em explicar sua participação na expedição que em aprofundar os objetivos da mesma.

162 “de descobrir e procurar lugares adequados a fazer nova ocupação, tão maravilhados quanto os Troianos chegando à Itália”. A passagem se encontra no início do capítulo XXIV das *Singularités, De notre arrivée à la France Antarctique, autrement Amérique, au lieu nommé Cap de Frie* (THÉVET, *Les singularités*, op. cit., p. 113). O mito de Enéas (ou história, como é classificado por Thévet) seria retomado novamente com relação à ocupação francesa da Baía de Guanabara (THÉVET, *Les singularités...*, op. cit., p. 118).

163 “(...) o Senhor de Villegagnon, Cavaleiro de Malta, homem generoso e muito bem preparado, seja na marinha ou outras honras quanto seja possível, recebendo com madura deliberação o comando do rei (...)”. THÉVET, *Les singularité...*, op. cit., p. 44.

164 “O que livremente aceitei, tanto pela obediência que quero oferecer a meu príncipe natural, segundo

Contudo, esse traço seria característico também da obra de Nicolas Barré, publicada um ano antes, que conseguia ser ainda menos elucidativa sobre o assunto. Aparentemente, esclarecer os motivos por trás da empresa não parecia ser uma preocupação dos dois autores que escreviam nos primeiros anos de fundação da colônia.

A única alusão de Barré ao tema, feita de maneira indireta, é uma enigmática frase. Em sua narrativa o piloto relata que os franceses, tentando fazer aguada em Tenerife, foram recebidos de modo hostil, dando início a uma batalha, onde começaram a bombardear uma fortaleza espanhola, fazendo com que fugissem os habitantes. Nesse ponto comenta que “Si nos barques et basteaux eussent esté hors les navires, **ie crois que nous eussions fait le Brésil en ceste belle isle**”¹⁶⁵.

Emprestando um significado ambíguo e difícil de decifrar ao nome “Brésil”, a narrativa de Barré deixa entrever um planejamento vago para a expedição, dando a entender que qualquer bom lugar serviria para o estabelecimento, e não uma localização específica. Conseqüentemente, os próprios objetivos da colônia seriam mais fluidos, o que poria em causa a tese comumente aceita de que o comércio do pau-brasil era o principal intento dos armadores da Mancha ao financiar a expedição. A obra de Thévet caminha num sentido oposto, na medida em que traça uma estreita relação entre o nome “França Antártica” e o litoral americano.

Todavia, o mais importante a retermos aqui é que a questão era, aparentemente, de pouca relevância para os autores dos dois primeiros relatos publicados sobre a França Antártica, tanto pela escassez dos comentários quanto pelo fato de Thévet sequer discutir a afirmação de Barré no episódio de Tenerife, uma vez que sua obra seria publicada no ano seguinte, e é pouco provável que Thévet não tivesse conhecimento da dita afirmação. Além disso, os mesmos deviam acreditar que o assunto não fosse de interesse para o público potencial para o qual imaginavam escrever.

É bem provável que o público a que dirigiam seu discurso fosse constituído por pessoas que tivessem algum conhecimento prévio sobre as navegações francesas nas costas do pau-brasil. Não podemos nos esquecer da considerável repercussão da “festa brasileira” celebrada em Rouen em 1551, por ocasião da entrada de Henrique II, organizada pelos armadores normandos. É bastante possível que, para esse público, a ação colonizadora não passasse de uma ampliação dessa presença francesa no Novo Mundo, dispensando maiores comentários ou explicações. O tema não era uma *problemática*¹⁶⁶.

minha capacidade, quanto pela honra da coisa, ainda que fosse trabalhosa”. Idem, p. 44.

165 “Se nossas barcas e batéis estivessem fora do navio, **creio que teríamos feito o Brasil nessa bela ilha**”. BARRÉ, In: GAFFAREL, op. cit., p. 376 (grifo nosso).

166 É importante ressaltar que não falamos aqui do público *concreto* que viria a consumir as obras, mas

De fato, o público deveria esperar a ruptura entre Villegagnon e os huguenotes e os conseqüentes debates para que o tema fosse aprofundado. Os relatos mais detalhados sobre o planejamento da colônia só sugiriam a partir de sua *problematização* pelas partes em disputa.

A questão seria objeto de uma circunstanciada narrativa por parte do panfleto anônimo de 1561, integrado anos mais tarde à obra de Crespin. De acordo com o texto, a motivação primeira da iniciativa colonizadora de Villegagnon seriam seus aborrecimentos com o governador de Brest, no período em que o cavaleiro de Malta ocupava o cargo de vice-almirante da Bretanha. Segundo o autor, o governador de Brest teria o favoritismo do rei, o que faria com que Villegagnon ficasse agastado. Nesse mesmo período ele teria contato com um tesoureiro da marinha que havia estado no Brasil, cujos relatos deixariam o vice-almirante maravilhado e sequioso de seguir para essa terra. Lá, ele planejaría fundar uma nova monarquia¹⁶⁷.

Contudo, Villegagnon não contou com os recursos necessários para realizar tal intento. Segundo o autor, não conseguindo convencer o rei a financiar tal projeto, começou a falar “por sutis meios” aos notáveis que poderiam ajudá-lo a concretizar seu objetivo. A alusão a esses “sutis meios” nos remete a uma idéia de falsidade e hipocrisia, uma vez que, segundo o panfletário, o cavaleiro de Malta se mostraria a esses personagens preocupado em criar no Novo Mundo um retiro onde seria possível viver em paz, ao abrigo da crueldade e tirania dos homens.

Impressionados com essas falsas intenções, esses notáveis o teriam aproximado do rei, fazendo com que esse fornecesse a Villegagnon os recursos de que necessitava. Ao mesmo tempo, o astuto cavaleiro faria circular a notícia de que desejava povoar sua colônia com pessoas honestas e tementes a Deus, pois na verdade esperava obter maior proveito desse tipo de gente, que atenderia melhor a seus interesses. Segundo o autor, teria ainda espalhado que pretendia fundar uma igreja nos moldes genebrinos, com a mesma segunda intenção. Todavia, salienta, alguns desconfiavam, por saberem que Villegagnon fôra cruel no comando das galeras, durante sua juventude¹⁶⁸.

do perfil *imaginado* desse público, perfil esse construído pelos autores, e que guiaria o modo pelo qual os mesmos articulariam o seu discurso, visando atingir esse público. É importante lembrarmos aqui a observação feita por Ginzburg, de que toda retórica sempre se contrói *em e para* um contexto específico de inteligibilidade, muitas vezes omitindo os detalhes que o autor supõe que o leitor possa preencher por si só, tidos como evidentes num determinado contexto cultural (GINZBURG, op. cit., pp. 51-52).

167 A obra se divide em curtos tópicos, encimados por eloqüentes manchetes, organicamente entrelaçadas com o corpo do texto; o trecho aqui relatado se concentra nos tópicos *Villegagnon se despîte en France* (Villegagnon se aborrece na França) e *Il imagine une monarchie en un nouveau monde* (Ele imagina uma monarquia em um novo mundo) (CRESPIN, In: GAFFAREL, op. cit., pp. 433-434).

168 Essas manobras de Villegagnon são descritas sob a rubrica *Fait diverses pour l'acheminement de son entreprise. Mais en contrefaisant le chrestien pour tromper le monde, il se trompe soi-mesme et devint finalement apostat* (Feitos diversos para o encaminhamento de sua empresa. Mas falsificando o cristão para enganar o mundo, ele engana a si mesmo e torna-se enfim apóstata) (CRESPIN, In: GAFFAREL,

Com relação a esse tópico, o panfleto trabalha em duas linhas paralelas: afirmar a venalidade dos propósitos de Villegagnon ao fundar a colônia e, ao mesmo tempo, o uso instrumental e hipócrita que o mesmo faria da religião, utilizando-se de uma aparência devota para angariar recursos materiais e humanos para a consecução de seus intentos. Assim sendo, seu pecado seria mais grave que o da simples apostasia, uma vez que o cavaleiro de Malta não teria apenas traído uma confissão sincera, mas “falsificado o cristão” para a satisfação de suas ambições materiais.

Villegagnon se defenderia dessas acusações, apresentando uma versão bastante sucinta dos motivos que o teriam levado a fundar a colônia além-mar. Essa defesa se encontra na carta “Ao leitor”, que funciona como um prefácio à tradução francesa de seu livro, de 1561: “i`estoye allé au Brésil en intention d'y planter la parole de Dieu”¹⁶⁹.

Essa afirmação traz um caráter confessional bastante vago, na medida em que não chega a definir em que sentido pretende “plantar a palavra de Deus”. Evangelizar os índios? Ou povoar a terra com cristãos? Como se sabe, no contexto espanhol contemporâneo era feita a distinção entre os conceitos de “cristianização” e de “evangelização”, significando o primeiro a ação de levar cristãos para povoar a terra e o segundo a prática de ensinar aos nativos os caminhos da religião. Segundo Lestringant esse gênero de distinção seria também feito, de modo sutil, entre os franceses. De fato, diversos documentos abordados no presente trabalho apontam nesse sentido, o que nos leva a perceber uma significativa ambigüidade nas palavras de Villegagnon¹⁷⁰.

Contudo, mais interessante que tentar apreender o significado exato da expressão usada por Villegagnon (o que seria praticamente impossível) é analisar as possibilidades de seu uso retórico. Primeiramente, é interessante reter as observações de Mariz e Provençal, que apontam um astuto uso, por parte de Villegagnon, do que os franceses chamam habitualmente de *langue de bois*, equivalente ao nosso *blá-blá-blá*, ou seja, uma verborragia ambígua propositadamente concebida para dar margem a interpretações variadas por parte do leitor ou do ouvinte sem se comprometer dizendo claramente uma ou outra coisa¹⁷¹.

op. cit., p. 434-435).

169 “Eu tinha ido ao Brasil com a intenção de lá plantar a palavra de Deus”. VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., p. 401.

170 Lestringant aborda a problemática no prefácio de *Le huguenot et le sauvage* (LESTRINGANT, *Le huguenot...*, op. cit., p. 34). Como procuramos demonstrar em *Entre Genebra e a Guanabara*, os escritos protestantes sobre a França Antártica estabelecem uma clara distinção entre a obra de manutenção da moral entre os franceses no Novo Mundo e o trabalho de divulgação da religião entre os indígenas, deixando este em segundo plano em detrimento da moralização dos europeus, que é tratada com caráter prioritário (TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *Entre Genebra e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Topbooks, no prelo).

171 Sobre Villegagnon e seu uso da *langue de bois*, ver o anexo nº 5 de *Villegagnon e a França*

A idéia de “plantar a palavra de Deus” no Brasil é uma escolha bastante sagaz do cavaleiro de Malta, na medida em que o defende das acusações de venalidade movidas pelos seus detratores, como Crespin, afirmando seu sincero intento religioso com relação à colônia, em oposição às afirmações que o culpavam de um uso hipócrita e interesseiro da religião. Ao mesmo tempo, a falta de clareza da terminologia usada evita ceder a seus adversários um terreno que poderia ser usado contra ele. Especialmente, a indefinição da “palavra de Deus” a ser plantada evita sua identificação direta com um credo específico, reformado ou católico.

Cabe aqui observar que o debate entre Villegagnon e os panfletários se dava num contexto delicado. Como aprofundaremos no próximo capítulo, o ano de 1561 veria o ápice das tentativas de restauração da concórdia levadas a cabo pela coroa francesa e defendidas por diversos grupos da sociedade, principalmente os chamados *moyenneurs*. Buscava-se então que católicos e reformados chegassem a um acordo sobre o que precisaria ser mantido ou mudado na religião, retornando a um credo único e consensual. A ruptura entre as duas partes ainda não era encarada como algo definitivo, e acreditava-se na possibilidade de reverter o quadro¹⁷².

Para tanto, pregava-se ser necessário reunir as partes em dissídio e, através da discussão, forjar um consenso. Catarina de Médici trabalhou ativamente nesse sentido no período de sua regência, durante a menoridade de Carlos IX. A rainha mãe defenderia, junto ao papado, a convocação dos reformados para participar do concílio de Trento, esperando que assim pudesse ser restabelecida a concórdia. A Igreja não concordaria com a proposta, ao menos momentaneamente, e a regente deveria buscar outras soluções¹⁷³.

O primeiro semestre de 1561 seria marcado por iniciativas da coroa objetivando reduzir a tensão entre as partes, como as cartas régias de 28 de janeiro, que renovavam a anistia dos prisioneiros acusados de heresia, estabelecida no ano anterior pelo édito de Loches, ou o édito de 19 de abril, que proibiria o uso de termos pejorativos como “papista” ou “huguenote” e as perquisições nas casas de reformados¹⁷⁴.

Antártica, onde os autores discutem a imagem de Villegagnon cunhada por Léry e Richer (MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., p. 175).

172 É importante observar a diferença existente no século XVI entre os conceitos de concórdia e tolerância, muitas vezes confundidos atualmente. Naquela época a idéia de concórdia implicava na existência de uma única religião dentro de um reino, como aponta a própria etimologia da palavra, remetendo à imagem de “corações juntos”, ou de “um só coração”. A tolerância, pelo contrário, seria o convívio pacífico de duas religiões diferentes no seio de um único corpo político. Como aponta Jouanna, a palavra “tolerância” carregava o significado de convívio com o sofrimento, indicando a idéia de passar resignadamente por uma experiência desagradável, como era encarado o fato de “sofrer” duas religiões no mesmo reino (JOUANNA, op. cit., pp. 101-104).

173 Posteriormente viria a ser realizada uma sessão do concílio com a participação dos reformados, mas a mesma seria um grande fracasso, mostrando-se as partes irreduzíveis em seus pontos de vista (JOUANNA, op. cit., pp. 1338-1339).

174 JOUANNA, op. cit., p. 1384.

Mas o mais importante esforço da coroa visando o restabelecimento da concórdia seria a convocação do colóquio de Poissy, realizado em setembro. Na impossibilidade de um concílio misto, Catarina de Médici, secundada pelo chanceler Michel de l'Hospital, tentaria levar a cabo uma reunião doméstica. O colóquio não atingiria seus objetivos, devido à dificuldade das partes em ceder com relação a diversos pontos de vista, especialmente nas interpretações sobre a eucaristia¹⁷⁵.

É importante então observar que nossos autores trabalhavam numa senda religiosa ainda encarada como comum, tendo a restauração da concórdia como uma possibilidade no horizonte, não apenas admitida, mas também almejada.

Dessa maneira, ao lançar contra Villegagnon as acusações de falsidade e de um uso interesseiro da aparência de zelo religioso, os reformados procuravam caracterizá-lo como uma figura traiçoeira e indigna de confiança nesse contexto de esforços pela restauração da concórdia. O peso da acusação é ainda maior se tivermos em mente que o cavaleiro de Malta publicara no ano anterior uma obra de cunho teológico nitidamente voltada para esse esforço, obtendo relativo sucesso, que seria republicada em 1561 em tradução francesa, a pedido de Catarina de Médici.

A seu turno, Villegagnon defenderia sua posição como paladino da concórdia, reafirmando a sinceridade de seus intentos religiosos, sem no entanto definir-se por um campo específico da disputa. Além do mais, devemos ter em conta que as notícias a respeito da vitória portuguesa contra os franceses na Guanabara não haviam chegado à Europa naquele momento. Segundo Mariz e Provençal, Villegagnon ainda tentava angariar recursos para o fortalecimento de sua empresa no Novo Mundo¹⁷⁶.

Dessa forma, os autores disputavam ainda o próprio destino da colônia. Ao tentar desacreditar Villegagnon, provavelmente os protestantes viam a possibilidade de retomar a colônia para as finalidades concebidas por eles para a mesma, principalmente a de constituição de um refúgio no Novo Mundo.

Não é improvável que a necessidade desse “refúgio” parecesse ainda maior após a comoção causada pela conjuração de Amboise, no ano anterior e os tumultos locais que espocavam em diversos pontos da França. Afastando Villegagnon do comando da colônia

175 É emblemático o tumulto provocado pela afirmação de Théodore de Bèze de que Cristo e a hóstia se encontravam tão distantes quanto o céu e a terra, à qual os católicos reagiriam com veemência, ainda na sessão de abertura do colóquio (JOUANNA, op. cit., p. 1210).

176 De fato, podemos perceber nas fontes desse período a ausência de referências ao fracasso da colônia. A temática seria abordada apenas mais tarde, na disputa entre Léry e Thévet, que discutiam a responsabilidade pela perda da Guanabara, o primeiro imputando a culpa a Villegagnon e o outro aos ministros genebrinos.

ficaria aberta a via para a transmissão da incumbência a algum notável reformado, que poderia recolocar o empreendimento no rumo desejado. Não podemos nos esquecer da presença de influentes lideranças protestantes na corte, como Condé e, principalmente, Coligny, que fôra um dos incentivadores da instalação da colônia e apoiaria a expedição da Flórida, no ano seguinte¹⁷⁷.

Villegagnon, por sua vez, tentava defender sua posição, procurando manter-se à frente da colônia, necessitando para isso fazer frente aos ataques que visavam diminuir sua credibilidade e afastá-lo do caminho. De fato, fôra essa a finalidade principal de seu retorno à França, uma vez que a campanha difamatória levada a cabo contra ele em 1559 ameaçava o afluxo de recursos necessários à manutenção e expansão da colônia, comprometendo a integridade da empresa.

A tensão se aliviaria de certa forma com a chegada das notícias sobre a tomada do forte Coligny pelos portugueses. Não havia mais o que disputar. A colônia persistiria por mais sete anos, até a expulsão final em 1567. De modo tão precário, entretanto, o interesse por ela despertado diminuiria significativamente. O próprio Villegagnon se desinteressaria da iniciativa, cancelando os preparativos de seu retorno ao Brasil.

Deve-se acrescentar que em 1562 a nova iniciativa de Coligny de instalação de um núcleo na Flórida, exclusivamente huguenote dessa vez, carregaria para si o entusiasmo e os anseios devotados à França Antártica pelos reformados, tornando ainda mais acentuada a passagem do episódio da Guanabara a um plano secundário.

Além disso, as polêmicas iniciadas em 1562 pela criação de uma política de tolerância por parte da coroa, como solução temporária ante a dificuldade em restabelecer a concórdia e o início das guerras de religião em março do mesmo ano, fariam com que o episódio americano empalidecesse ante os conflitos vivenciados na própria França “Ártica”¹⁷⁸.

É interessante destacar a versão dos fatos apresentada nesse mesmo período por Richer, por sua abordagem *sui generis*. Segundo o pastor, Coligny teria incumbido Villegagnon

177 A idéia de refúgio se faz bastante presente na literatura protestante sobre a França Antártica, como pode-se perceber nas obras aqui abordadas. A idéia ganharia relevância particulamente grande na obra de Jean de Léry, o que não é de se estranhar, tendo em vista que o autor escreve em 1578, após quase vinte anos de hostilidades na França, tendo inclusive vivenciado uma experiência especialmente sofrida no cerco de Sancerre, ocorrido na esteira do massacre de São Bartolomeu. Em *Entre Genebra e a Guanabara* trabalhamos a questão de modo mais aprofundado (TAVARES, op. cit.). Quanto ao papel de Coligny com relação à França Antártica é importante salientar a marcante diferença entre as obras de Crespin e Léry, pois o primeiro não faz qualquer referência ao almirante, ao contrário do outro, que relaciona constantemente a iniciativa da Guanabara a ele. Essa problemática será aprofundada adiante, no presente capítulo.

178 O curioso termo é cunhado por Étienne Jodelle em uma ode publicada entre as peças liminares das *Singularités* de Thévet (THÉVET, *Les singularités...*, op. cit., p. 312).

de fundar a colônia exclusivamente para ver-se livre dele, pois sua presença enfadonha perturbaria a todos na corte! O motivo da hipocrisia, trabalhado por Crespin, é retomado. O cavaleiro de Malta teria mentido aos nobres reformados para angariar recursos para sua expedição¹⁷⁹.

Por outro lado, apresenta também a idéia de que Villegagnon desejava fundar uma monarquia no Novo Mundo, acusando-o explicitamente de crime de lesa-majestade, mas vai além de Crespin. Segundo Richer, chegara mesmo a elaborar uma lei para a França Antártica, que teria enviado a Henrique II, estipulando uma contribuição anual a ser vertida pela coroa francesa, o que teria provocado risos no monarca. Nesse quadro fantástico Thévet assume a função de propagandista a serviço do cavaleiro de Malta, tendo sido pago por este para publicar seu livro e mentir¹⁸⁰.

De certo modo, a obra de Richer prenuncia os argumentos desenvolvidos posteriormente por Crespin, contudo, de maneira pouco verossímil e exagerada, pendendo nitidamente para a sátira. O editor genebrino retomaria esse programa, adaptando-o de modo a torná-lo mais sutil, menos histriônico e mais crível.

Em 1575 a polêmica seria retomada sob a pluma de Thévet, através da publicação da sua *Cosmographie Universelle*, onde tentaria imputar aos huguenotes a perda da colônia. Nessa obra Thévet faria escassas referências à criação da mesma. Suas observações dizem respeito principalmente à ocupação da ilha e à construção do forte. Nesse aspecto, vale destacar que ele apresenta todos os operários encorajados e entusiasmados por servir ao rei. Contudo, é interessante reter um detalhe importante: Coligny é completamente defenestrado da narrativa. Até mesmo o forte Coligny, a que aludia freqüentemente nas *Singularités*, passa a ser identificado simplesmente como “isle des françois”¹⁸¹.

Ao mesmo tempo, curiosamente, Thévet afirma uma continuidade francesa na Guanabara em 1575, afirmando que persistia ainda uma fortaleza ocupada por franceses “qui sont mariez et ont femmes et enfans, pour faire teste aux ennemys, et y garder place à ceux qui iront à fin que la possession de la France Antarctique, ainsi nomee par moy, ne soit ostee à ceux de qui elle a à present le nom”¹⁸².

179 Além disso, Richer afirma que Villegagnon mentia sobre a França Antártica, afirmando que não passava de uma ilha com 12 *arpents* de comprimento, do tamanho de uma granja, com casas de lama e folhas (RICHER, Pierre. *La refutation des folles resveries, execrables blasphemes, erreurs et mensonges de Nicolas Durand, qui se nomme Villegaignon: diuisee em deux liures*. 1561 [cidade e editor não indicados], fls. 2vº, 14-18).

180 RICHER, op. cit., fls. 3 vº, 19).

181 THÉVET, André. *Le Brésil et les brésiliens par André Thévet*. Paris: P.U.F., 1953, p. 11.

182 Idem, p. 226.

Contudo, paradoxalmente, ele narra a tomada da “isle des françois”, sob o comando de Bois-le-Comte. Os portugueses teriam tomado a ilha após dezenove dias de sítio. Nessa batalha, diz ele, para cada francês morto, caíam cento e vinte portugueses¹⁸³!

A responsabilidade recairia sobre os reformados, pois o cosmógrafo identifica a causa da perda do forte com um complô realizado por alguns “qui se disoient Chrestiens”. Estes teriam agido junto com dois flamengos e dois portugueses que haviam sido salvos dos índios. Desvendada a conspiração, estes teriam sido mortos por afogamento¹⁸⁴.

A aparente contradição em seu esquema narrativo é explicada em outro ponto da obra. Ao discutir o nome que se deveria usar para identificar o Brasil ele defende que se deveria continuar a chamá-lo de França Antártica, nome que diz ter criado. Entre outros argumentos em favor dessa continuidade do uso do nome, ele afirma que os franceses haviam perdido apenas uma fortaleza, “et non pas tout le pays, qui nous demeure encores”. O conjunto dessas observações é no mínimo curioso¹⁸⁵.

Léry reagiria em 1578, publicando sua *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil*. Nessa obra apresentaria uma versão da fundação da colônia bastante semelhante à de Crespin. Contudo, algumas diferenças precisam ser retidas. Primeiramente, traça um quadro muito mais vivo ao falar do intento de criar-se no Novo Mundo um refúgio. Ao contrário de Crespin, que simplesmente fala de modo bastante vago sobre a “crueldade e tirania dos homens”¹⁸⁶, Léry alude de modo mais preciso à situação vigente na França: “les persecutions qui estoient de ce temps la en France pour le fait de la religion”¹⁸⁷.

Ainda mais veemente seria a segunda edição, de 1580: “les persecutions: lesquelles de fait estoient telles qu`en ce temps-là plusieurs personnages, de tout sexe et de toutes qualitez estoient en tous les endroits du Royaume de France, par Edits du Roy et par arrests des Cours de Parlemens, bruslez vifs, et leurs biens confisquez pour le fait de la Religion”¹⁸⁸. Curiosamente, Léry situa a ação como dada num tempo distante. A fórmula “en ce temps-là”, repetida nas duas edições atesta um afastamento temporal com relação aos fatos narrados, ao

183 Idem, pp., 14-15.

184 Idem, p. 12.

185 “E não todo o país, que ainda nos pertence”. Entre outros argumentos em favor da continuidade do nome França Antártica ele recorre à Antigüidade, afirmando que o direito de conquista não implicava na mudança de nome, lembrando que a Gália mantivera seu nome, mesmo após a derrota dos gauleses pelos romanos. Curiosamente, o uso desse argumento vai de encontro àquele segundo o qual os franceses ainda mantinham a posse da terra, tornando-se supérfluo (Idem, p. 31).

186 Cf. CRESPIN, In: GAFFAREL, op. cit., p. 434.

187 “As perseguições que havia na França nesse tempo por causas religiosas”. LÉRY, op. cit., p. 106.

188 “As perseguições que de fato eram tais nessa época que diversas pessoas, de todo sexo e qualidades eram queimadas vivas e seus bens confiscados por causas religiosas, em todos os lugares do reino de França, por éditos do rei e por decisões das cortes dos parlamentos”. Idem, p. 106.

mesmo tempo que a configuração do relato parece se dirigir a um público desconhecedor da situação.

Outra característica a ser ressaltada diz respeito ao tratamento dado à figura de Villegagnon. Ao contrário de Crespin, Léry evita atribuir ao cavaleiro de Malta qualquer tipo de falsidade com relação a sua motivação para a criação da colônia. A única referência a se apontar nesse sentido é a frase onde afirma que Villegagnon ganhara o coração de certos notáveis sob “ce prétexte et belle couverture”¹⁸⁹, notáveis esses movidos pela “mesme affection qu’il disoit avoir”¹⁹⁰. Ao contrário do plano meticulosamente concebido relatado por Crespin como uma informação positiva, Léry deixa entrever apenas uma certa dúvida com relação aos propósitos do cavaleiro de Malta.

Ainda mais significativa é a importância atribuída por Léry a Coligny. Crespin não fazia qualquer menção direta ao almirante como um dos notáveis que interviu em favor de Villegagnon. Léry, por outro lado, identifica Coligny como o responsável pelo convencimento de Henrique II, junto a quem usara os argumentos de que “si Villegagnon faisoit ce voyage il pourroit découvrir beaucoup de richesses et autres commoditez pour le profit du Royaume”¹⁹¹. Léry salientaria ainda mais sua importância para o episódio, através da manchete desse mesmo parágrafo: “Gaspard de Coligny Admiral de France, cause de ce voyage”¹⁹².

A *Cosmographie Universelle* e a *Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil* foram elaboradas num contexto bastante diferente daquele em que tinham sido escritas as outras obras estudadas. A partir do início da década de 1570, especialmente após o massacre de São Bartolomeu e suas seqüelas, em 1572, começava a se esboçar um novo grupo, o dos “descontentes” ou “*malcontents*”. Liderado pelo irmão mais novo de Carlos IX, François d’Alençon e pelos filhos de Anne de Montmorency, esse grupo era constituído por aqueles que, embora católicos, percebiam que o que estava em jogo era mais que a religião. Os *descontentes* acreditavam que acontecia então uma centralização cada vez maior do poder nas mãos do rei, alijando a alta nobreza dos processos de decisão, em favor da formação ao redor do monarca de um círculo extraído da pequena nobreza, docilmente submisso a suas decisões. Com isso, estaria em jogo a constituição tradicional da monarquia, que os *descontentes* viam transformar-se em tirania. Para eles, a situação ameaçava as liberdades em geral, não apenas a religiosa¹⁹³.

189 “Este pretexto e bel cobertura”. Idem, p. 107.

190 “Mesma afeição que ele dizia ter”. Idem, p. 107.

191 “Se Villegagnon fizesse essa viagem ele poderia descobrir muitas riquezas e outras comodidades para proveito do reino”. Idem, p. 107.

192 Idem, p. 107.

193 Muitos dos escritos inspirados pelo pensamento descontente fazem um paralelo com a monarquia turca, acreditando que na França as coisas se encaminhavam para a instalação de um estado de coisas semelhante. Em particular o círculo de fiéis do rei seria comparado aos janízaros turcos, grupo submisso

Descontentes e reformados forjariam uma aliança em meados da década de 1570, fazendo frente aos católicos intransigentes, seus principais adversários. Essa aliança sairia vitoriosa da quinta guerra de religião, entre 1574 e 1576, sobretudo através da capitulação da paz de Étigny e do édito de Beaulieu, obtidos após um longo cerco à corte em Paris¹⁹⁴.

Nesse contexto o ideal de tolerância se veria fortalecido, angariando grande número de defensores entre os reformados e os católicos moderados. Por outro lado, a oposição à tolerância se tornaria ainda mais encarniçada, defendida principalmente pelos grupos católicos intransigentes. O édito de Beaulieu lhes pareceria inaceitável, e o segundo semestre de 1576 seria marcado pelo florescimento de ligas católicas, que Henrique III tentaria em vão cooptar¹⁹⁵.

Em novembro do mesmo ano os Estados Gerais de Blois reverteriam a situação. Composta majoritariamente por católicos intransigentes, a assembléia conseguiria impor severas restrições às vantagens concedidas pelo édito de Beaulieu. Essas restrições seriam ratificadas em setembro do ano seguinte, pelo édito de Poitiers¹⁹⁶.

As obras de Léry e Thévet dialogam com esse contexto e suas principais correntes. Católico intransigente e ligado ao grupo dos Guise, Thévet publicaria a *Cosmographie* em meados de 1575, no calor da guerra sustentada pela aliança de descontentes e reformados contra as forças da coroa e dos católicos intransigentes. Sua obra se alinharia a esse último posicionamento, defendendo uma postura estritamente anti-protestante, dedicando-se denodadamente a difamar a atuação dos reformados na colônia, e a uma defesa apaixonada do cavaleiro de Malta no episódio¹⁹⁷.

de baixa extração utilizado pelo sultão para governar tiranicamente (JOUANNA, op. cit., pp. 207-212).

194 O édito de Beaulieu concedia extraordinária liberdade aos protestantes, sendo-lhes o mais vantajoso dos éditos assinados ao longo do século XVI. O édito previa liberdade de culto quase irrestrita, ficando este interdito apenas na cidade de Paris e duas léguas ao redor. Além disso, o édito criava câmaras bipartidas em diversos parlamentos do reino, nas quais seriam julgados litígios entre súditos de religiões diferentes; deve-se acrescentar que os casos envolvendo exclusivamente católicos ou reformados seriam decididos em câmaras separadas, por juízes da mesma confissão das partes envolvidas (JOUANNA, op. cit., pp. 237-241). Os descontentes também não ficariam a ver navios: seus principais líderes receberiam cargos importantes, ou seriam restituídos a cargos que haviam perdido (JOUANNA, op. cit., p.241).

195 A tática de cooptação das ligas católicas através da criação de uma liga régia à qual as outras deveriam submeter-se vinha sendo empregada com sucesso desde 1564, quando tinha sido usada pela primeira vez, por Carlos IX. Henrique III, sagrado num contexto turbulento e pressionado veementemente por forças opostas experimentaria grande dificuldade em convencer as ligas à submissão. Para estas, ele era o traidor que concedera aos “hereges” o édito de Beaulieu, contrariando o juramento de restabelecimento da concórdia e combate à “heresia” feito em sua coroação (JOUANNA, op. cit., pp. 242-246).

196 Assinado pouco após a paz de Bergerac, o édito de Poitiers marcava o fim da sexta guerra de religião, motivada pela reação huguenote às decisões dos Estados Gerais de Blois. Essa guerra seria levada à frente especialmente pelos reformados, abstendo-se os descontentes de nela tomar parte, ou alinhando-se com a coroa contra os protestantes (JOUANNA, op. cit., pp. 253-254).

197 Como observa Lestringant, Thévet progressivamente se alinharia em favor dos Guise, afastando-se gradativamente de Henrique III, alinhando-se mais tarde à Liga (LESTRINGANT, *Le huguenot...*, op. cit., pp. 311-312).

Não há aí nada de espantoso, na medida em que Villegagnon, falecido três anos antes, fôra nos últimos tempos de sua vida ativo militante em favor do retorno à concórdia e defensor da intransigência, radicalmente contrário à tolerância¹⁹⁸. Mais ainda, o cavaleiro de Malta estivera constantemente ao lado dos Guise nesses últimos anos. Chegara mesmo a atuar como preceptor de Henrique de Guise, treinando-o no exercício das armas¹⁹⁹.

Ora, em 1575 o principal líder intransigente e chefe do clã dos lorenos era ninguém menos que Henrique de Guise. A defesa de Villegagnon enunciada por Thévet naquele ano era, indiretamente, uma defesa do seu próprio protetor, cuja trajetória estava bastante ligada à do cavaleiro de Malta, morto havia pouco tempo. Era, além disso, uma tomada de posição em benefício do partido intransigente.

Léry, por outro lado, faria de sua obra um panegírico da tolerância, continuamente criticando as hostilidades mantidas na França por católicos e huguenotes, freqüentemente valendo-se do indígena como termo de comparação, especialmente com relação à prática antropofágica, sinalizando que se os habitantes do Novo Mundo eram bárbaros, com ainda maior razão poder-se-ia dizer o mesmo dos europeus, pois conhecendo as luzes do cristianismo, sua culpa era muito maior²⁰⁰.

Esse alinhamento de Léry com o partido da tolerância se expressa claramente em sua relação clientelar com os Coligny, aparentemente estabelecida após o sítio de Sancerre, ocasião em que o pastor teria sido abrigado pelos Châtillon. A primeira edição da obra seria justamente dedicada a François de Coligny, filho mais velho do almirante e chefe do clã desde a sua morte na Noite de São Bartolomeu. A última edição, por sua vez, seria dedicada a Louise de Coligny, princesa de Orange²⁰¹.

Os Chatillon eram, à época, vigorosos defensores da tolerância. Durante a quinta guerra de religião, em 1575, François de Coligny lutara ao lado de Henrique de Navarra e do

198 Em 1564, diante da política de tolerância sustentada pela coroa, Villegagnon chegaria a entrar em contato com os Habsburgo, por intermédio do cardeal de Granvela, desejoso de abandonar o serviço dos Valois. (VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., pp. 412-418)

199 Em 1566 Villegagnon acompanharia o jovem Henri em uma longa viagem de aprendizado, indo da Hungria à Itália. Suas cartas ao cardeal de Lorena, tio do aprendiz, expressam suas preocupações com relação ao rapaz (Ver cartas transcritas por Gaffarel. GAFFAREL, op. cit., pp. 418-421).

200 Discutimos mais profundamente o tema da comparação entre indígena e europeu na obra de Léry em *Entre Genebra e a Guanabara*, analisando particularmente o modo como o autor se vale da figura do ameríndio para criticar o cristão e ao mesmo tempo propor certos modelos de comportamento inspirados na conduta dos tupinambás, supostamente mais sábia que a do francês sob certos aspectos. Observamos também que essa era uma tópica relativamente difundida na época, embora adquira força e amplitude notáveis nas páginas de Léry (TAVARES, op. cit.).

201 As cartas enviadas por Léry aos Coligny são testemunho de uma relação bastante próxima, entretida por visitas aparentemente numerosas do pastor aos seus protetores. A questão será trabalhada mais detidamente no capítulo IV do presente estudo (LÉRY, op. cit., pp. 47-51 e 601-608).

partido dos descontentes. Léry se lançava à causa de seus protetores, tal como Thévet ao lado dos Guise²⁰².

Nesse sentido, a obra de Léry, como vimos, adota uma postura especialmente conciliadora em seu relato da fundação da colônia, evitando as taxativas acusações de falsidade movidas por Crespin contra o cavaleiro de Malta. Da mesma forma, sua narrativa, ao descrever com mais detalhes as perseguições religiosas, torna mais forte a idéia de refúgio, destacando sua necessidade e, ao mesmo tempo, por seu afastamento temporal (“ce temps-là”), evoca os benefícios trazidos pela política de tolerância na época então vivida²⁰³.

Deve-se observar também o destaque dado por Léry ao papel de Gaspar de Coligny na fundação da colônia, sem dúvida instigado pela sua relação com os Chatillon. A proeminência do almirante como incentivador da iniciativa tem sido sempre apresentada pela maior parte da historiografia sobre o tema como um dado. No entanto, a análise das fontes impressas nos mostra que não era assim para os contemporâneos.

De fato, o primeiro a emprestar esse papel ao almirante seria Léry, o que sugere o quanto essa posição de liderança foi construída *a posteriori*. Esse *a posteriorismo* se torna ainda mais flagrante se tivermos em mente que a conversão de Coligny à Reforma se dá tardiamente, em 1557, ou seja, dois anos após a partida da expedição de Villegagnon à Guanabara²⁰⁴.

202 Não pretendemos aqui identificar uma atuação puramente interesseira da parte de Léry ou Thévet na defesa de seus respectivos pontos de vista, servindo docilmente a seus protetores. Pelo contrário, como se sabe, as redes clientelares muitas vezes comportavam situações de ruptura, situação particularmente comum na época das guerras de religião. É o caso do próprio Villegagnon, que em diversos momentos de sua vida rompeu com seus protetores, declaradamente por questões de ordem religiosa, como em 1564, insatisfeito com a política de tolerância dos Valois (ver nota 36). André Thévet, embora fosse cosmógrafo do rei, também se mostraria cada vez mais hostil à coroa, aproximando-se dos Guise, diante da postura aparentemente indecisa de Henrique III (LESTRINGANT, *Le huguenot...*, op. cit., pp. 311-318).

203 É interessante observar que, na mesma época em que o livro de Léry era publicado, Henrique de Navarra e Marguerite de Valois mantinham na cidade de Nérac, no sul da França, uma brilhante corte onde, supostamente, católicos e reformados conviviam em grande harmonia, tida por muitos como um exemplo da tolerância e de seus possíveis benefícios para o reino (JOUANNA, op. cit., pp. 288-289). É bastante provável, senão certo, que Léry tivesse ouvido falar de tal experiência, particularmente devido a seus vínculos com os Coligny, aliados próximos de Navarra.

204 Não questionamos o papel de Coligny como incentivador da empresa, evidenciado pelo próprio batismo da fortificação da ilha de Serigipe como *Forte Coligny*, nome este documentado e empregado na maioria das fontes. Contudo, Léry aparenta ter aumentado grandemente a importância de sua atuação. A intervenção de Coligny na empreitada deve ser questionada sobretudo a partir da correspondência entre Villegagnon e Henrique II anterior a 1555, especialmente durante a campanha da Escócia. Segundo pode-se perceber através dessas fontes, o cavaleiro de Malta tinha uma relação suficientemente próxima com o monarca para prescindir da influência do almirante para expor ao rei suas idéias. A concessão do título de *seigneur de Torcy*, acompanhada da doação de terras por parte do rei e a atribuição do cargo de vice-almirante da Bretanha a Villegagnon também apontam nesse sentido (PEILLARD, Léonce, Villegagnon, vice-almirante de Bretagne, vice-roi du Brésil. Paris: Perrin, 1991, p. 96). Sobre a conversão de Coligny por volta de 1557, ver JOUANNA, op. cit., p. 794.

Contudo, a questão colonial também tinha sua parte na tomada de posição dos dois autores. Como salienta Lestringant, a atuação francesa no ultramar voltaria à pauta em fins da década de 1570. Entre outras iniciativas destaca-se, nesse sentido, a atuação de Phillippe Strozzi, primo da rainha mãe e homem de mar, que desde 1572 vinha se dedicando a empreitadas de corso contra navios e colônias hispânicas, como a iniciativa conquistadora que tentaria em 1577 contra as Antilhas, especialmente São Domingos. O mesmo lideraria uma malsucedida expedição em 1582, cujo objetivo final era tomar posse de boa parte da América portuguesa²⁰⁵.

Além disso, como observa Guy Martinière, a retomada do litoral da Guanabara por Strozzi era objeto de planos bastante antigos. Como observa, já por volta de 1578 há documentos nesse sentido, especialmente os mapas produzidos por Jacques de Vaux de Claye, onde são retratados o litoral brasileiro e, mais especificamente, da região do Rio de Janeiro, com diversas anotações de caráter estratégico. Ainda mais significativamente, o litoral da América portuguesa é apresentado sob o estandarte dos Strozzi²⁰⁶.

Thévet e Léry tomariam parte nesse movimento, defendendo ambos uma política colonial francesa. Contudo, cada um à sua maneira. O cosmógrafo enalteceria uma colonização voltada para a exploração de riquezas e para a evangelização dos indígenas. Reafirmando o papel fundador de Villegagnon e defendendo-o das acusações imputadas pelos protestantes, Thévet defendia a validade de sua própria concepção colonial, na medida em que o fracasso não seria derivado de uma causa inerente à iniciativa em si, mas à interferência malfazeja de agentes externos²⁰⁷.

Seus argumentos se alternam de modo confuso, em dado momento culpando os huguenotes pela perda da colônia, em outros afirmando que essa perda não era total. Ao mesmo tempo, essa negação do fim da França Antártica é também uma afirmação do seu ideal colonial, e um convite, embora canhestro, à participação dos que se interessassem. Afinal de contas, diz

205 Sobre a atuação naval de Strozzi nesse período, ver LESTRINGANT, *Le huguenot...*, op. cit., pp. 168-169, JOUANNA, op. cit., pp. 1317-1318 e especialmente JULIEN, op. cit., pp. 270-275. A expedição de Strozzi em 1582 fazia parte de uma complexa aliança entre Catarina de Médici e Dom Antônio, prior do Crato. Strozzi deveria assegurar a proteção dos Açores, último reduto de resistência à conquista de Portugal por Felipe II e se encaminhar a seguir para o Brasil, que passaria à coroa francesa e do qual se tornaria vice-rei. A iniciativa seria fragorosamente derrotada pela armada espanhola no combate da ilha Terceira, durante o qual morreria Strozzi.

206 MARTINIÈRE, Guy. *Henri IV et La France équinoxiale*. In: BABELON, Jean-Pierre (org.). *Henri IV et son temps*. Pau: J&D, 1989, pp. 449-455; JOURDIN, Michel Mollat du e LA RONCIÈRE, Monique de la. *Les portulans – Cartes marines du XIIIe au XVIIe siècle*. Fribourg: Office du Livre, 1984, pp. 239-240.

207 Sobre as concepções coloniais de Thévet, ver LESTRINGANT, *Le huguenot*, op. cit., pp. 332-333.

ele, permanecia um forte onde uma próspera guarnição de franceses fazia frente aos inimigos, e guardava o lugar para os que desejassem ir até lá...

Léry, pelo contrário, enxergaria na colonização, como outros na época, a possível solução para as desavenças que dividiam a França. A França Antártica aparece em sua obra como um local de tolerância, refúgio onde poderiam se abrigar os insatisfeitos, não apenas da França, mas de outros reinos. Nesse sentido, sua narrativa da fundação da colônia destaca esse aspecto, sublinhando-o como o principal desejado por Villegagnon²⁰⁸.

Por fim, a discussão sobre a maior ou menor relevância de Villegagnon ou Coligny na concepção da iniciativa também se mostra como uma defesa retórica de diferentes posicionamentos quanto à questão colonial, especialmente no que diz respeito à obra de Léry. Conferindo esse novo protagonismo ao almirante, o pastor faz uma defesa de seus posicionamentos, na medida em que reabilita a empresa e seus objetivos, transferindo a sua autoria para Coligny, um dos principais líderes reformados e “mártir” da Noite de São Bartolomeu, em lugar do cavaleiro de Malta, considerado pelos reformados um traidor e apóstata.

III – *Tradutore, traditore*

A expressão italiana seria um bom *slogan* a respeito do motim acontecido na Guanabara no início de 1556, embora através de uma interpretação muito mais literal. Villegagnon e seus próximos se veriam acuados por uma revolta liderada pelos trugimães normandos, justamente os intérpretes dos franceses junto aos índios. Esse episódio seria bastante prolífico em versões muito diferentes e, por isso mesmo, significativas, uma vez que dificilmente as alterações devem ser vistas como desinteressadas.

Segundo Nicolas Barré, Villegagnon proibira que qualquer homem tivesse “affaire à ces chiens sauvages, si l’on ne les prenoit pour femme”²⁰⁹. A rebelião seria então incitada por um trugimão normando, que “avoit vescu (comme tous les autres vivent) en la plus grande abomination et vie Epicurienne qu’il est impossible de raconter: sans Dieu, sans foy, ne loy,

208 Como já vimos no capítulo anterior, a obra de Léry se inseria numa corrente de opinião elaborada nesse período por diversos autores protestantes, que se uniam contra o monopólio hispânico no Novo Mundo, como Urbain Chauveton ou Philippe Duplessis-Mornay. Sobre o assunto, recomendamos o capítulo III de *Le huguenot et le sauvage, Genève et l’Amérique: le tournant de 1580* (LESTRINGANT, *Le huguenot*, op. cit., pp. 129-204). Em *Entre Genebra e a Guanabara* analisamos aprofundadamente a construção do ideal da França Antártica como refúgio tolerante na obra de Léry, e a grande relevância a ele dada pelo autor *a posteriori* (TAVARES, no prelo).

209 “Relações com essas candelas selvagens, se não as tomassem por mulher”. BARRÉ, In: GAFFAREL, op. cit., p. 383.

l'espace de sept ans. Pourtant, lui faisoit mal de delaisser sa putain, et vie supérieure, pour vivre en homme de bien et compagnée de chrestiens ”²¹⁰.

De acordo com Barré, seu primeiro plano seria envenenar Villegagnon, mas vendo dificuldades em sua consecução, o dito trugimão teria cogitado outra solução: ele instigaria os trabalhadores da ilha à revolta, pois segundo Barré, estes estariam insatisfeitos com os sacrifícios necessários à adaptação ao Novo Mundo, tornando-os receptivos ao complô. Os artesãos passariam então a outra idéia, atear fogo ao paiol, mandando Villegagnon e os seus pelos ares, uma vez que os cômodos onde dormiam ficavam sobre o mesmo. Esse plano seria tido por inconveniente, pois não deixaria aos revoltosos as mercadorias trazidas pelos chefes, que poderiam ser usadas para comerciar com os indígenas²¹¹.

Finalmente, seria feita a opção por simplesmente trucidá-los à noite, enquanto dormiam. Entretanto, os conspiradores tentaram angariar a ajuda de três dos criados escoceses de Villegagnon, que os delataram ao próprio Barré, que avisou ao cavaleiro de Malta e a outros. Temos aí uma evidente tentativa do autor de conceder a si mesmo certo protagonismo na narrativa. Segundo ele, o passo seguinte foi a captura dos quatro principais conspiradores, imediatamente acorrentados. Destes, um teria se afogado, andando perto da água e os outros receberiam punições exemplares, ficando dois condenados a trabalhar agrilhoados, e o último seria “estrangulado”. Ainda de acordo com o piloto, o trugimão que incitara o motim se mantinha entre os índios, procurando voltar sua opinião contra os franceses²¹².

A narrativa de Barré se mostra favorável a Villegagnon, afirmando que comandava sua casa “en homme de bien, et craignant Dieu”²¹³, razão esta que o levava a exigir o casamento dos franceses com as índias, opinião reforçada pelo uso de expressões como “abomination” e “vie Epicuriene” usadas para designar a conduta dos trugimões e os substantivos “putain” e “chiene” usados para identificar as índias que viviam em concubinato com os franceses. Sua aprovação a Villegagnon também se mostra através do modo como interpreta a participação dos artesãos na conspiração, acusando-os de insatisfação com a situação vivida, sem qualificar como injusto o tratamento que recebiam por parte do cavaleiro de Malta.

210 “Vivera (como todos os outros) na pior abominação e vida epicurista, que é impossível contar: sem Deus, sem fé ou lei, pelo período de sete anos. Por isso, lhe fazia mal largar sua puta [sic] e vida superior, para viver como homem de bem na companhia de cristãos”. Idem, p. 383.

211 Barré relata circunstanciadamente as alternativas cogitadas pelos conspiradores, embora de modo bastante esquemático, talvez inspirado pelas investigações posteriores (Idem, p. 384).

212 A narrativa de Barré sobre o caso se encerra com uma súplica dos argumentos usados pelos trugimões normandos junto aos índios, especialmente atribuindo aos franceses a causa de uma febre que então atacava os nativos (Idem, p. 384).

213 Idem, p. 383.

O relato de Barré se mostra voltado a uma finalidade: o auto-enaltecimento do autor, como no momento em que se coloca como elo entre os escoceses e os demais, destacando-se no episódio. Além disso, o piloto tenta dar ao acontecido proporções heróicas, afirmando que a situação opusera trinta conspiradores contra apenas oito defensores, sendo evidentemente Barré um dos heróis²¹⁴.

O episódio seria retomado anos mais tarde por Jean Crespín, que se apropriaria do mesmo para suas próprias finalidades, sob a manchete “*Les artisans conspirent contre celui qui les traite indignement*”. Como esse título já diz, Crespín torceria a narrativa em favor dos conspiradores, em detrimento do cavaleiro de Malta.

Para tanto, uma de suas principais ferramentas é a omissão das razões alegadas por Barré para a situação. Crespín simplesmente passa por cima da obrigatoriedade de casamento com as índias imposta por Villegagnon, que desacreditaria a justiça da revolta, que tenta defender. Afinal, ao ratificar esse fato contribuiria para a imagem de “*homme de bien et craignant Dieu*” conferida pelo piloto ao cavaleiro de Malta, esvaziando o conteúdo difamatório intentado por Crespín, dado o caráter moralizador e piedoso da medida.

O editor se centraria na idéia de que a revolta fôra motivada pela “*servitude égyptienne*” a que os trabalhadores se viam submissos na Guanabara, trabalhando em excesso na obra de construção do forte Coligny: “*il leur estoit necessaire depuis le iour levant au iour couchant, entendre les uns à rompre des pierres, autres à porter la terre et couper bois*”²¹⁵.

Agravando o problema, segundo a narrativa, a expedição fôra organizada de modo imprevidente, e ao chegar ao Novo Mundo, havia carência de víveres, fazendo com que todos passassem por privações: recebiam alimento em “*si petite quantité que c`estoit chose pitoyable à voir, veu qu`un homme seul eust bien mangé ce qu`on donnoit à quatre*”²¹⁶. Diante disso, sustenta o autor, alguns acusariam Villegagnon de avareza ou de ter usado o dinheiro em benefício próprio. O relato esboça uma defesa do cavaleiro de Malta nesse aspecto, afirmando que as informações em que se baseara para organizar a expedição diziam que havia abundância de alimentos no Novo Mundo, fazendo-o acreditar que fosse desnecessário prover víveres além dos usados na travessia. No entanto, essa observação é habilmente contraposta pela manchete

214 Essa desvantagem tem seu valor dramático potencializado pela afirmação de que os navios acabavam de partir de volta à França, reforçando o isolamento e a fragilidade do seu grupo diante dos conspiradores (Idem, p. 382).

215 “Era-lhes necessário que uns se dedicassem a quebrar pedras, outros a carregar terra ou cortar madeira, do nascer ao cair do sol”. A expressão remete evidentemente ao episódio bíblico da Gênese e do Êxodo, assimilando as condições impostas aos artesãos na Guanabara às sofridas pelos hebreus no cativeiro egípcio (CRESPIN, In: GAFFAREL, op. cit., p. 437).

216 “Tão pouca quantidade que dava pena de ver, pois um só homem comeria bem aquilo que era dado a quatro”. Idem, p. 436.

anterior, “Son imprudence”, transformando a atitude de Villegagnon em desastrosa credulidade, em lugar de desculpá-lo pelas informações errôneas²¹⁷.

Dessa forma, a conspiração dos artesãos se faz justificar pelas condições de privação por que passavam e pelos pesados trabalhos. Com isso, Crespin reafirma ao leitor a incompetência, ou antes, a “imprudência” do cavaleiro de Malta para comandar a colônia.

Contudo, Crespin toma suas precauções, qualificando os artesãos como “gens de petite considération, et peu ou point touchez d’aucun honneur” e a conspiração como “malheureux avis”, ou “acte trop inhumain et indigne”²¹⁸. Não podemos nos esquecer que o panfleto fôra publicado em 1561, ano seguinte ao da conjuração de Amboise, e uma defesa explícita do motim contra uma autoridade estabelecida pelo rei pareceria no mínimo suspeita.

Ainda uma vez prenunciando os desenvolvimentos mais sutis da narrativa de Crespin, Richer se adianta de modo bastante conciso sobre esse tópico, restringindo-se a afirmar que os “súditos” de Villegagnon viviam miseravelmente, passando por fome e nudez, e que o cavaleiro de Malta mandara matar alguns “homens bons”, pouco antes da chegada da comitiva de Genebra. Embora careça da mesma carga dramática, o relato de Richer apresenta em relação ao de Crespin a vantagem de não se referir diretamente a uma revolta, aludindo apenas aos maus-tratos e injustiças a que o cavaleiro de Malta exporia seus subordinados²¹⁹.

Villegagnon não se manifestaria a respeito do episódio no prefácio de sua obra, preocupado mais em atacar os huguenotes que defender-se dessa acusação. Além do mais, devemos lembrar que o huguenote Nicolas Barré publicara anos antes uma versão mais lisonjeira à sua pessoa, constituindo quase uma defesa *a priori*, o que talvez ele tivesse em mente.

Anos mais tarde o episódio seria retomado de forma curiosa por Thévet em sua *Cosmographie universelle*, dessa vez contra os reformados. Fazendo uma curiosa reelaboração dos fatos, Thévet transformaria os quatro líderes da conspiração, apontados por Barré e Crespin, em quatro ministros reformados, “le principal desquels estoit un ministre seditieux nommé Richer”²²⁰.

217 O relato é encaminhado para a insurreição por uma seqüência de pequenas manchetes que se encadeiam num *crescendo* dramático: “Son imprudence”, “Le mal qui s’ensuit” e “Servitude égyptienne”, culminando em “Les artisans conspirent contre celui qui les traite indignement” (Idem, pp. 436-437).

218 “Gente de limitada consideração e pouco ou nada afetada pela honra”. Idem, pp. 437-439.

219 RICHER, op. cit., fls. 20, 22.

220 “Dos quais o principal era um ministro sedicioso chamado Richer”. THÉVET, *Le Brésil...*, op. cit., p. 15.

Os ministros, interessados em enriquecer, teriam organizado uma conspiração, chegando a matar alguns “des nôtres”²²¹, no dizer de Thévet. Derrotados os sediciosos, alguns teriam sido executados, jogados no mar, enquanto outros, como Richer, conseguiriam fugir.

A conclusão do relato do episódio fica entre o dramático e o cômico, pelo seu caráter caricatural: “les sauvages irritez de telle tragedie, peu s`en fallut qu`ils se ruassent sur nous, et missent à mort ce qui restoit”²²². De modo exagerado e artificial, Thévet torna os “ministros sediciosos” tão vis que até mesmo os selvagens se veriam incomodados com a “tragédia” por eles provocada²²³.

A manobra do cosmógrafo, embora desastrada, deixa entrever um perspicaz uso dessas acusações no contexto então vivido, em 1575. Atribuindo aos ministros reformados uma atitude sediciosa, Thévet os aproxima da aliança dos descontentes e dos reformados, que naquele ano sitiavam a corte em Paris. Ficaria assim desacreditada uma possível atuação dos huguenotes no Novo Mundo, uma vez que os mesmos haviam em época anterior adotado uma postura semelhante à daqueles que agora ameaçavam seu próprio monarca. O paralelo é enriquecido pela afirmação de que Richer “bien tost apres [depois da sedição], se vint rendre Ministre à La Rochelle: là ou j`estime qu`il soit encore de present”²²⁴. A assertiva liga ainda mais o episódio aos eventos ocorridos no Velho Mundo, na medida em que La Rochelle fôra em diversos momentos uma das principais praças dominadas pelos huguenotes, especialmente na terceira e na quarta guerra de religião²²⁵.

O episódio é ainda retomado por Thévet em outra parte da obra, onde inclui os trugimães normandos na conspiração, unidos aos ministros. Com esse expediente, impõe outra vileza aos reformados, ligando-os aos trugimães, de hábitos reconhecidamente impudicos. Curiosamente, nesse segundo relato, Thévet resolve tomar um papel no episódio, afirmando que

221 Idem, p. 15.

222 “Pouco faltou para que os selvagens irritados por essa tragédia se lançassem contra nós e matassem os que restavam”. Idem, p. 15.

223 Em dois momentos da obra Léry observa com ironia que Thévet não teria que se preocupar com a fúria dos índios, tendo em vista que o mesmo já se encontrava a salvo, protegido por um fosso de duas mil léguas entre ele e os “selvagens”, uma vez que estava, na verdade, do outro lado do Atlântico, tendo retornado à Europa muito antes da chegada dos genebrinos. Léry apóia seus argumentos nas datas registradas pelo próprio Thévet em suas *Singularités*. Dessa forma, Léry se utiliza com sucesso da cronologia que, como vimos no capítulo anterior, era apontada na época como o fio de Ariadne, capaz de guiar nos labirintos da História (LÉRY, op. cit., pp. 64 e 186).

224 “Pouco depois veio tornar-se ministro em La Rochelle, onde imagino que esteja até hoje”. THÉVET, *Le Brésil...*, op. cit., p. 15.

225 Sobre Paris sitiada, ver nota 33 do presente capítulo. Segundo Jouanna, La Rochelle era desde 1568 o “quartel general” dos huguenotes. Particularmente significativo seria o longo sítio de La Rochelle entre outubro de 1572 e julho de 1573, durante a quarta guerra de religião (Ver JOUANNA, op. cit., pp. 207-212). Devemos ressaltar que esses eventos antecederiam em apenas dois anos a publicação da *Cosmographie Universelle*, devendo o famoso sítio estar ainda fresco nas memórias.

os escoceses teriam descoberto a conspiração e advertido “au seigneur de Villegagnon et à moy aussi”²²⁶, disputando os louros do feito com Barré²²⁷.

Outro avatar do evento é a conspiração dos flamengos, portugueses e os “que se diziam cristãos”. Thévet revela uma disposição a glosar o evento *ad infinitum*, em diversas versões diferentes, mudando um ou outro detalhe. Sem dúvida, a revolta dos nobres vivenciada na época da publicação obcecava a imaginação do cosmógrafo.

Léry reagiria a essas acusações com um golpe de mestre. Em lugar de elaborar ele mesmo uma narrativa da insurreição, transcreveria na íntegra a carta enviada por Villegagnon a Calvino em 1557, onde o episódio é relatado pelo próprio cavaleiro de Malta em moldes bastante próximos aos de Barré. Dessa maneira, valendo-se de uma prova documental, Léry desmente a versão de Thévet através do testemunho de Villegagnon²²⁸.

Arrematando, Léry salienta ao leitor o valor do testemunho que acaba de transcrever: “mais quoy qu`il en soit, puisque par ceste narration de Villegagnon il appert tout evidemment que contre verité Thevet, en sa Cosmographie a publié et gazouillé que nous avions esté auteurs d`une sedition au fort de Coligny”²²⁹. Léry transcreve ainda os dois trechos onde Thévet faz sua narrativa da sedição, expondo ao leitor os argumentos do cosmógrafo, “à fin(...) qu`on ne pense pas que sans tres-justes causes je me pleigne de ce nouveau cosmographe”²³⁰.

Léry ainda observa que Thévet em sua narrativa misturaria três diferentes fatos, sendo um deles inexistente, a participação dos ministros na sedição, e dois acontecidos em épocas diferentes, a conspiração dos trugimães e o “martírio da Guanabara”, evocado pela afirmação de que alguns dos companheiros de Richer tinham sido executados por afogamento. Léry ainda salienta que além dessas mentiras, “tant s`en faut encore que les Escossois luy eussent revelé la conjuration dont il parle à présent”²³¹, denunciando a tentativa oportunista de Thévet de dar a si próprio um papel proeminente no episódio.

Através do hábil uso das provas escritas Léry neutralizava as acusações do cosmógrafo, voltando-as contra ele mesmo na medida em que punham-no em descrédito, reabilitando os huguenotes como respeitadores da ordem e de seu rei. Por outro lado, ao se

226 THÉVET, apud LÉRY, p. 74.

227 A segunda narrativa de Thévet sobre o episódio é feita sob a rubrica “Fidélité des Escoçois” (THÉVET, apud LÉRY, op. cit., p. 74).

228 A carta é transcrita sob o título “Teneur de la lettre de Villegagnon envoyée de l`Amérique à Calvin (LÉRY, *Histoire...*, op. cit., pp. 67-73).

229 Idem, p. 74.

230 “Afim (...) de que não se pense que me queixo desse novo cosmógrafo sem causa justa”. Idem, p. 63. Transcrição do primeiro relato de Thévet, idem, p. 64 e transcrição do segundo, idem, p. 74.

231 “Ainda é necessário que os escoceses lhe tenham revelado a conjuração de que fala agora”. Idem, p. 75.

utilizar da carta de Villegagnon, desmentia as narrativas de Richer e Crespin, desarmando a iniciativa difamatória dos dois, pondo a defesa da honra dos reformados antes do ataque ao cavaleiro de Malta, quase como o sacrifício de um peão pela proteção de uma torre.

IV – O convite e a querela

Outro aspecto central das disputas era constituído pela questão da vinda dos genebrinos à Guanabara e o debate religioso iniciado pouco tempo depois. Segundo Villegagnon, a comitiva teria sido enviada por Calvino, em seu nome e da cidade de Genebra. A comitiva teria chegado intitulando-se “a Igreja reformada”. Diz então o cavaleiro de Malta: “Au moyen de quoy furent de moy receuz le plus humainement qu`il me fut possible, cuidant qu`ils me fussent utiles à mon entreprinse”²³².

Com essas afirmações, Villegagnon coloca-se na posição de um generoso anfitrião, recebendo os inesperados recém-chegados, que, como ele dirá mais tarde, não retribuiriam o favor à altura. Através desse expediente põe-se ao abrigo das acusações de que tinha se convertido à Reforma, ao mesmo tempo que se faz um exemplo das atitudes esperadas no esforço de restabelecimento da concórdia, não hostilizando os reformados, embora tivesse suspeitas quanto aos seus usos, afirmando que “ie trouvoy qu`ils avoient usurpé ung tiltre pour ung aultre, qu`au lieu d'Eglise reformée ils debvoient dire informée tout de nouveau”²³³.

Thévet apresenta uma versão semelhante: a colônia era perturbada pelos “quatre Ministres de la Religion nouvelle, que Calvin y avoit envoyez pour planter sa sanglante Evangile”²³⁴. A narrativa do cosmógrafo, bastante distanciada de toda a discussão entretida entre outros autores, se limita a emprestar aos ministros o papel de sediciosos ou de figuras ávidas por riquezas, mais preocupadas em escavar a terra que em evangelizar os índios²³⁵.

Além do mais, como observa Léry, Thévet homogeneiza todos os genebrinos como sendo “ministros”: “il appelle tous ceux qui estoyent en nostre compagnie ministres: je luy respons, que tout ainsi qu`il sçait bien qu`en l`eglise catholique Romaine tous ne sont pas cordeliers comme il est, qu`aussi, sans faire comparaison, nous qui faisons profession de la

232 “Assim sendo foram recebidos por mim tão humanamente quanto foi possível, estimando que eles fossem úteis a minha empresa”. Villegagnon acrescenta que em Paris a comitiva teria sido engrossada por outros componentes, entre eles um tal Jean Cointas, “jacobino renegado” (VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., pp. 401-402).

233 “Achei que tinham tomado um título em lugar de outro, pois eles deviam dizer igreja completamente formada de novo, e não reformada”. Idem, p. 402.

234 “quarto ministros da nova religião, que Calvino enviara para plantar seu sangrento evangelho”. THÉVET, *Le Brésil...*, op. cit., p. 15.

235 Idem, p. 95.

religion Chrestienne et Evangelique, n'estans pas rats en paille, comme on dit, ne sommes pas tous Ministres”²³⁶.

Crespin e Léry apresentariam uma versão muito diferente. Ambos afirmam que Villegagnon escrevera a Genebra, solicitando auxílio de pastores para doutrinar sua família e até os índios, se possível. Léry acrescenta que solicitava também o envio de outras pessoas bem formadas na religião, que poderiam dar bons exemplos, enquanto Crespin sustenta que ele teria pedido que fossem trazidas mulheres e moças, para povoar a terra. Dizem ambos que o embaixador de Villegagnon teria então feito promessas vantajosas àqueles que seguissem a expedição²³⁷.

Cabe observar que Crespin mais uma vez ressalta a falsidade de Villegagnon, cuja verdadeira intenção seria guarnecer-se de pessoas de bem, para evitar outro episódio como o da sedição. É importante lembrar que Crespin atribui o motim antes de tudo à exploração dos trabalhadores pelo cavaleiro de Malta, assim sua acusação insinua ser ainda mais vil a artimanha de Villegagnon, que assim procurava, na verdade, vítimas mais dóceis²³⁸.

Por sua vez, Léry empresta novamente lugar destacado a Coligny, afirmando que na ocasião o mesmo teria enviado uma carta a Genebra, convidando Philippe de Corguilleray, *seigneur* du Pont, que já fôra seu vizinho, a comandar a comitiva. Afirma ainda que durante a viagem rumo ao Havre Coligny os teria recebido em Chatillon sur Loing, encorajando-os à empreitada e lembrando sua importância²³⁹.

De acordo com os autores, os genebrinos teriam então sido muito bem recebidos, chegando Crespin a pintar uma celebração com salvas de canhão e fogos de artifício. É curioso contrapor a efusiva comemoração descrita por Crespin ao tom resignado e quase indiferente com que Villegagnon se expressa com relação à chegada dos genebrinos, limitando-se a dizer que procurou recebê-los o mais humanamente possível.

Na ocasião, ainda segundo Crespin, Villegagnon teria entregado as “*police et discipline*” da igreja nas mãos dos ministros, que deveriam organizar tudo à moda de Genebra, criando ao mesmo tempo um conselho composto por dez das “*personas mais notáveis*”, selecionadas no momento por Villegagnon. Léry, pelo contrário, não faz qualquer menção ao conselho neste ponto da narrativa, embora sublinhe que os pastores teriam nesse momento

236 “Chama de ministros todos aqueles que estavam em nossa companhia: lhe respondo que assim como ele sabe que nem todos na igreja católica romana são franciscanos como ele, também, mal comparando, nos que professamos a religião cristã e evangélica, não sendo ratos na palha, como se diz, não somos todos ministros”. LÉRY, op. cit., p. 77.

237 CRESPIN, In: GAFFAREL, op. cit., p. 440-441; LÉRY, op. cit., pp. 108-109.

238 CRESPIN, In: GAFFAREL, op. cit., p. 439.

239 LÉRY, op. cit., p. 112.

explicitado a Villegagnon que vinham devido a sua carta, evitando deixar ao leitor margem para olvidar a convocação feita pelo cavaleiro de Malta. Ainda segundo Léry, Villegagnon teria feito neste momento um discurso, que o autor transcreve, afirmando ter uma cópia feita na ocasião, o que é bem pouco provável, mas certamente garante mais vivacidade ao testemunho, ao qual Léry empresta o valor de prova do pertencimento de Villegagnon à Reforma naquele momento, uma vez que afirmava serem seus objetivos os de constituir uma igreja reformada e criar um refúgio para os fiéis perseguidos em diversas partes do mundo²⁴⁰.

Embora as narrativas sejam muito semelhantes, cada um dá um tom diferente aos fatos, interpretando a atitude de Villegagnon de modos diferenciados. Explicitando desde o começo seus objetivos interesseiros, Crespín procura fazer passar por embusteiro o cavaleiro de Malta, que então se ocupava de restabelecer sua credibilidade no reino, intentando preparar seu retorno à América, em estreita consonância com a tentativa de Crespín no sentido de incentivar a passagem do comando da empresa a outras mãos.

Léry, por outro lado, tenta provar a real adesão de Villegagnon à Reforma, reforçando seu papel como apóstata, e traidor da confiança de Coligny. De fato, mais adiante, Léry afirma que o único impedimento que retinha alguns deles de matar o cavaleiro de Malta era o fato de estar este a serviço de Coligny sob a autoridade do rei, apesar de sua conduta da qual, salienta, o almirante ainda não teria conhecimento. Mais uma vez, polarizando as figuras de Villegagnon e Coligny, Léry estabelece uma tentativa de afirmar uma determinada concepção colonial em detrimento de outra²⁴¹.

Peça essencial para provar o envolvimento inicial de Villegagnon e sua posterior apostasia é a carta de Villegagnon a Calvino, de capital importância em diversos dos argumentos tecidos por Léry. Na página anterior ao início da transcrição da carta, o autor explicita: “elle [a carta] servira pour monstrier quant e quant quelle religion Villegagnon faisoit semblant de tenir lors”²⁴².

Sob esse aspecto, o relato de Richer apresenta um curioso contraponto. Segundo ele, o cavaleiro de Malta teria enviado uma carta a Calvino, solicitando o envio de alguns genebrinos. O primeiro impulso do reformador seria declinar do convite, conhecendo a má fama

240 CRESPIÑ, In: GAFFAREL, op. cit., pp. 445-446; LÉRY, op. cit., pp. 161-162.

241 Essa observação se encontra ao fim do capítulo VI, depois da querela eucarística, quando, em outubro de 1557, Villegagnon os expulsaria da ilha (LÉRY, op. cit., p. 193).

242 “Ela servirá para mostrar qual era realmente a religião que Villegagnon parecia ter então”. A expressão “faire semblant” empregada por Léry pode dar a entender uma atitude de fingimento por parte do Villegagnon, todavia em nenhum momento Léry chega a afirmar peremptoriamente a falsidade do mesmo, como veremos melhor mais adiante. Em todo caso, a principal preocupação de Léry é a de mostrar algum envolvimento, verdadeiro ou não, de Villegagnon com a reforma, particularmente com Coligny, do qual seria o servidor infiel (Idem, p. 75).

de Villegagnon. Contudo, mudaria de idéia, sendo convencido de que se trataria de um homônimo e não do Villegagnon tão abominado por todos: lembremo-nos de que Coligny o teria enviado ao Novo Mundo apenas para ver-se livre do enfadonho personagem²⁴³!

Comprovando o caráter pérfido do cavaleiro de Malta, o pastor afirma que com eles teriam embarcado na França três padres, mostrando sua inconstância, hipocrisia e infidelidade religiosa. Ao mesmo tempo, ressalta sua dissimulação, afirmando que Villegagnon os teria recebido bem, pedindo a Deus que os ajudasse a consolar os colonos das dificuldades, provocadas por ele mesmo, segundo Richer. Essa atitude dúbia perduraria apenas até o retorno dos navios, pois seu objetivo era meramente o de impedi-los de retornar à Europa²⁴⁴.

Mas os verdadeiros problemas surgiriam na Páscoa de 1557, quando seria celebrada a eucaristia, sendo 21 de março de 1557, segundo Léry, “Jour auquel la sainte Cene fut premierement celebrée en Amerique”²⁴⁵. As versões variam imensamente. Crespin aponta como principal responsável pela ruptura Jean Cointa, que desde a viagem se encontrava aborrecido, pois desejaria então exercer a intendência do episcopado, afirmando que isto lhe fora prometido ainda na França. Diante da indiferença dos ministros genebrinos quanto a seus intentos, Cointa teria se tomado de raiva, e assim que chegasse à Guanabara começaria a intrigar contra os pastores, junto a Villegagnon²⁴⁶.

Assim, por ocasião da primeira eucaristia, Cointa começaria a indagar sobre os aspectos materiais da celebração (paramentos, mistura da água no vinho, etc), no que seria seguido de perto por Villegagnon. Os dois debateriam os temas com os ministros e, diante do impasse, Villegagnon faria com que seu “maistre d`hostel” misturasse água ao vinho em segredo²⁴⁷.

Na mesma ocasião, ainda segundo Crespin, Villegagnon teria feito espontaneamente uma confissão de fé, “au grand contentement de tous”. A assembléia exigiria então uma confissão pública de Cointa, que se sentiria humilhado, aumentando sua animosidade

243 A fantasia desse fato é evidente, uma vez que comprovadamente, Villegagnon e Calvino se conheciam já de muitos anos, tendo estudado juntos na escola, como observam Mariz e Provençal. Por sinal, sua correspondência evidencia isso, especialmente pelo uso dos pronomes “tu” e “toi”, que até hoje são sinal de intimidade na prática da língua francesa (RICHER, op. cit., fl. 21; MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., p. 33).

244 RICHER, op. cit., fls. 22, 25^o.

245 “Dia em que a santa ceia foi celebrada na América pela primeira vez”. Manchete de Léry (Idem, p. 166).

246 Crespin apresenta o fato sob a rubrica “L`ambition de J. Cointac, estudiant de Sorbonne” (CRESPIN, In: GAFFAREL, op. cit., p. 447).

247 Segundo o autor, o cavaleiro de Malta e Cointa fariam questão da mistura da água ao vinho, como parte essencial do sacramento. Crespin não diz onde teria obtido a informação a respeito desse caricato ato de falsidade de Villegagnon. O início da querela é apresentado sob a rubrica “Différent entre Villegaignon, Cointac et les Ministres, touchant la Cene du Seigneur” (Idem, pp. 447-449).

contra os ministros. Tendo em mente o quadro da narrativa de Crespin, a espontânea confissão de Villegagnon deve obviamente ser interpretada como um falso testemunho, mais uma vez apontando o caráter hipócrita do cavaleiro de Malta. Seu valor intencional na narrativa deve ser ainda mais significativo pela constatação de que Léry não menciona o fato, citando apenas a confissão forçada de Cointa²⁴⁸.

Segundo Crespin, Cointa continuaria suas intrigas junto a Villegagnon, e os dois esperariam o momento oportuno para caluniar a igreja. Enquanto isso, em segredo, os dois preparariam uma confissão que misturaria elementos das igrejas de Roma, Genebra e Alemanha (sem dúvida se referindo a Lutero), mantendo o *leitmotiv* conspiratório da narrativa do editor reformado. Após um breve revezamento com Cointa, Villegagnon retoma seu papel de perfídia no relato²⁴⁹.

A oportunidade surgiria durante um casamento, onde Richer falaria contra as tradições humanas que corrompiam os sacramentos, fazendo com que Villegagnon irrompesse em grande cólera, afirmando que aqueles que haviam introduzido essas cerimônias seriam “plus gens de bien” que Richer. De acordo com Crespin, a partir desse dia Villegagnon não mais freqüentaria os cultos; alguns tentariam fazer com que o cavaleiro de Malta e o ministro se reconciliassem, deliberando enviar o pastor Chartier à Europa em busca de esclarecimentos que pudessem resolver o diferendo. Na verdade, diz Crespin, Villegagnon confessaria mais tarde tratar-se de um ardil para ver-se livre de Chartier, sem todavia explicar que tipo de benefício ele esperava alcançar dessa forma. Richer também expressaria essa idéia, contudo com algumas diferenças: sem explicitar quem seriam, afirma que o cavaleiro de Malta enviara três dos genebrinos de volta, para separar o grupo²⁵⁰.

Mais uma vez, Villegagnon e Cointa tramavam. Recorrendo novamente ao artifício narrativo do segredo conspiratório, Crespin revela que os dois combinavam sigilosamente aceitar apenas o parecer da “Sorbonne de Paris”, o que só tornariam público após a partida dos navios, passado o risco de que os demais fossem embora²⁵¹.

Nesse ponto a narrativa sofre uma reviravolta dramática: Villegagnon e Cointa se desentendem com relação às resoluções religiosas, e o último é expulso da ilha. O tema será retomado posteriormente, quando os genebrinos reencontram Cointa em terra firme; nesse

248 Rubrica: “Cointac et Villegagnon font confession de leur foi” (Idem, p. 449).

249 O tema se desenvolve em duas rubricas, “L’Eglise de Geneve gouvernee par Villegagnon et Cointac” e “Articles de Villegagnon et Cointac” (Idem, pp. 449-450).

250 Rubrica: “Villegagnon dément le ministre”. O título aponta um retorno da narrativa ao protagonismo de Villegagnon como vilão (Idem, pp. 450-451; RICHER, op. cit., fl. 28)

251 CRESPIN, In: GAFFAREL, op. cit., pp. 451-452.

momento, o personagem afirmaria o quanto estava arrependido por seus atos, oferecendo um contraponto ao irredutível Villegagnon²⁵².

A partir da ruptura entre os dois, o cavaleiro de Malta volta a ser o único opressor na trama, voltando-se em seguida contra os artesãos, que reclamavam das pesadas condições de trabalho. Ameaçados pelo cavaleiro de Malta, procuram a proteção de Richer e du Pont, embora Crespin não especifique que gênero de proteção seria essa. O episódio enriquece a defesa da necessidade de passar a empresa a outras mãos, na medida em que os reformados protegem os trabalhadores ameaçados pelo chefe que deveria acolhê-los²⁵³.

O próximo passo seria a conclusão da querela de Villegagnon com os huguenotes, através de mais um duplo golpe: o cavaleiro de Malta quer “renverser sans (sic) dessus dessous tout l’ordre Ecclésiastique et Politique, lesquels lui-mesme avoit en une si sainte affection erigé, établi et confirmé”²⁵⁴. Na ordem política, Villegagnon desfaz o conselho que havia criado; na ordem eclesiástica, proíbe o culto, pois segundo o editor, acreditava que assim veria todos reduzidos a um tal extremo que aceitariam a nova religião que Villegagnon planejava. Assim sendo, mais que um “papista”, Villegagnon se tornava o potencial chefe de uma seita apóstata. Dessa forma, Crespin pinta um personagem duplamente tirânico, tirano temporal, concentrando todo o poder em suas mãos, e tirano espiritual, desejoso de constranger todos a sua própria religião. Curiosamente, ao lamentar as obras de Villegagnon, realizadas “en une si sainte affection”, Crespin comete um lapso gravíssimo, desarticulando todo o conjunto de sua narrativa, onde continuamente sustentava a idéia de uma conduta falsa e interesseira por parte do personagem. Cabe observar que Léry não faz qualquer comentário com relação à suspensão do culto por parte de Villegagnon²⁵⁵.

Esse trecho da narrativa, em particular, constitui uma ofensiva de grande porte contra o cavaleiro de Malta, na medida em que desacredita sua contribuição ao restabelecimento da concórdia, através de seu livro. O relato de Crespin constrói a imagem de alguém que elimina todo e qualquer terreno possível de diálogo entre católicos e huguenotes, e, pelo contrário, impõe uma doutrina imaginada solitariamente por ele.

A querela se conclui pela partida dos huguenotes de volta à Europa, não sem uma derradeira atitude autoritária do cavaleiro de Malta. Villegagnon desejaria, como senhor da

252 O reencontro dos genebrinos com Cointa se situa após um momento onde estes teriam se retirado da ilha, aguardando a partida de um navio de volta à Europa (Idem, pp. 458-459).

253 Idem, pp. 452-453.

254 “Virar de cabeça para baixo toda a ordem eclesiástica e política, as quais ele próprio erigira, estabelecera e confirmara numa afeição tão santa”. Idem, p. 455.

255 Idem, pp. 455. Esse último desenvolvimento remete à realização do intento de Villegagnon sustentado por Crespin no início de sua narrativa, especialmente sob a rubrica “Il s’imagine une monarchie en un nouveau monde”(ver nota 13).

terra, impedir que embarcassem em um navio com cujo capitão haviam arranjado a viagem de volta. Nesse momento, Richer e du Pont afrontariam o chefe da colônia, afirmando que não mais o reconheciam como senhor, mas como “tyran et ennemi de la republique”, que havia rompido com suas promessas. Embora cedendo, Villegagnon ainda tomaria as ferramentas de alguns artesãos e os livros de Richer, afirmando terem sido por ele comprados, quase rebaixando-se à categoria de ladrão²⁵⁶.

Anos mais tarde, Léry construiria uma narrativa muito diversa do mesmo episódio. Em lugar do personagem hipócrita e calculista e dos segredos, intrigas e conspirações, ele mostra um Villegagnon mais confuso e contraditório que cínico. Logo no início de sua narrativa sobre a querela, transcreve, “mot à mot”(o que é bastante duvidoso), duas orações proferidas por Villegagnon no culto pascal, com a intenção de mostrar aos leitores “combien il estoit mal-aisé de cognoistre le coeur et l’interieur de cest homme”²⁵⁷. Em lugar de fazer-se um narrador onisciente, conhecedor dos íntimos segredos de cada um, Léry expõe as limitações de seu conhecimento sobre os personagens em questão, o que, sem dúvida, confere ao seu relato uma credibilidade maior que as informações secretas que Crespin articula continuamente, sem explicar suas origens²⁵⁸.

Ao mesmo tempo, aponta outros indícios externos da postura confusa de Villegagnon, como sua genuflexão em dois momentos do culto, atitude pouco compatível com as práticas reformadas, salientando seus atavismos “papistas” e a falta de profundidade de sua conversão²⁵⁹.

A querela então começa, segundo Léry, a partir da manifestação, por parte de Villegagnon e Cointa, da crença na presença real durante a comunhão, embora os dois dissessem não acreditar na transubstanciação ou na consubstanciação. Como o autor comenta, havia aí uma evidente contradição, pois a crença na presença real caracterizava, sem dúvida, a crença na transubstanciação. Contudo, diz Léry, por mais que se tentasse esclarecer aos dois nesse sentido, mantinham-se firmes na idéia de que não acreditavam na transubstanciação, mas

256 Idem, pp. 456-457.

257 “Como era difícil conhecer o coração e o interior deste homem”. LÉRY, op. cit., p. 168.

258 As duas orações são transcritas longamente, através de várias páginas. Léry afirma valer-se de cópias feitas no momento, tal como na transcrição do discurso de boas-vindas proferido por Villegagnon. Embora sua veracidade seja bastante duvidosa, o recurso ao discurso direto confere uma grande vivacidade à narrativa, além de procurar, diante do leitor, conferir uma impressão de menor subjetividade quanto à reprodução das falas dos outros personagens (Idem, pp. 168-174).

259 Léry descreve Villegagnon se ajoelhando em dois momentos do culto: durante as orações que profere, e no momento da comunhão, que recebe do ministro Richer. Como observa Lestringant, em nota, essa atitude difere bastante dos costumes reformados, onde o pão passava livremente entre os fiéis, não sendo necessariamente recebido diretamente do sacerdote (LÉRY, op. cit., pp. 167 e 174; LESTRINGANT, In: LÉRY, op. cit., p. 175, nota 1).

criam na presença real. Em lugar da dupla de ardilosos conspiradores, Léry elabora a imagem de dois personagens confusos e ignorantes das mais básicas noções de teologia²⁶⁰.

Não podemos deixar de imaginar que muito dessa ingenuidade seja construção da narrativa de Léry, principalmente no que diz respeito a Villegagnon. É difícil acreditar que o autor da obra teológica publicada em 1560 e 1561, tão bem recebida, a ponto de ter sua republicação solicitada pela rainha mãe, ignorasse noções tão elementares de teologia, afirmando acreditar na presença real, mas não na transubstanciação. Ao mesmo tempo, como observa Lestringant, em seus escritos Villegagnon demonstra bastante familiaridade com os meios reformados, sendo difícil imaginar que desconhecesse o tipo de postura costumeira num culto protestante. É bastante provável que essas afirmações sejam construídas de acordo com uma perspectiva conciliadora, lembrando sempre o alinhamento de Léry e seus protetores com a defesa da tolerância²⁶¹.

Depois do episódio, segundo Léry, Villegagnon, sem aparentar hostilidade (“*faisant toujours bonne mine*”²⁶²), enviaria Chartier de volta à Europa, com a finalidade de melhor instruir-se, especialmente preocupado em saber a opinião de Calvino. O autor acrescenta que em diversos momentos o cavaleiro de Malta louvara a sabedoria de Calvino, o que procura demonstrar citando textualmente um trecho da carta de Villegagnon ao mesmo, onde dizia pretender seguir seus conselhos, acreditando que não houvesse “*plus saint, droit, ny entier*”²⁶³.

De acordo com Léry, a querela se aprofundaria por ocasião da celebração de Pentecostes, onde Villegagnon se oporia aos ministros em diversos aspectos, especialmente com relação a dois temas: a necessidade de se misturar água ao vinho na eucaristia, e a defesa de que o pão aproveitava tanto ao corpo quanto à alma, contra a opinião de Calvino de que a comunhão trazia benefícios apenas espirituais²⁶⁴. Culminando, relata Léry que a partir de maio Villegagnon

260 Idem, pp. 175-176.

261 Lestringant aponta um período de pelo menos quatorze anos durante os quais o cavaleiro de Malta teria circulado nos meios reformados, baseando-se na carta de Villegagnon a Calvino e nas memórias de Adam de Houdon, pertencente à corte de Renée de France, duquesa de Ferrara e simpatizante da Reforma, da qual Villegagnon fizera parte algum tempo. Como ele observa, os limites entre a reforma e a ortodoxia católica ainda eram pouco claros naquele tempo (LESTRINGANT, In: LÉRY, op. cit., p. 73, nota 1). Lestringant observa ainda o provável pertencimento de Villegagnon ao grupo dos *moyenneurs*, cujo principal ideal era o do restabelecimento da concórdia através da elaboração de um consenso doutrinário entre católicos e reformados. Esse alinhamento transpareceria em seus escritos teológicos, onde demonstra ter um profundo conhecimento das doutrinas reformadas (LESTRINGANT, In: LÉRY, op. cit., p. 187, nota 1).

262 Idem, p. 177.

263 Idem, p. 178.

264 Idem, p. 182.

declararia que mudara de opinião com relação a Calvino, que passava a classificar como um “herético desviado”²⁶⁵.

Estava armado o quadro: da reverência à sabedoria de Calvino, Villegagnon passava sucessivamente à discordância pacífica e, enfim, à ruptura definitiva. Léry não perderia a oportunidade de relacionar o episódio à posterior publicação de suas obras teológicas, onde defenderia a mesma “feriale théologie”, convidando o leitor a ler suas opiniões “ridículas” diretamente nessas obras, e remetendo ainda aos panfletos publicados durante a campanha difamatória, onde afirma que os leitores poderiam encontrar boas argumentações contra Villegagnon. Mais uma vez Léry se abstém de aprofundar o assunto por si mesmo, tentando estabelecer uma maior objetividade e conseqüente confiabilidade ante o leitor²⁶⁶.

Coroando a ruptura definitiva, Villegagnon deixaria de freqüentar os cultos regularmente e exigiria que os mesmos não passassem de meia hora. Ainda nesse aspecto a versão de Léry é muito mais leve que a de Crespin, não citando a proibição do culto, provavelmente dentro de sua lógica conciliadora²⁶⁷. Nesse ponto, Léry tece duas hipóteses quanto às motivações íntimas da ruptura de Villegagnon com os reformados, reportando-se aos “on dit” da época. Segundo alguns, Villegagnon estaria desde o princípio mancomunado com o cardeal de Lorena, e tudo não passaria de uma armadilha para os huguenotes. Essa versão se aproxima muito da veia conspiratória da narrativa de Crespin, mas com uma diferença capital: Léry não a apresenta como uma verdade, mas como uma suspeita, o que certamente opera em favor de sua credibilidade. A outra versão diz que Villegagnon teria então recebido cartas do cardeal de Lorena e de outros notáveis que não identifica, onde estes o repreenderiam por sua adesão à Reforma, provocando sua mudança de comportamento e ruptura²⁶⁸.

Léry não se pronuncia em favor de nenhuma das duas versões, especificamente. Contudo, cabe observar que ambas colocam em primeiro plano o então falecido cardeal de Lorena, um dos antigos líderes do clã dos Guise. Essa associação entre o cardeal e a ruptura de Villegagnon com a Reforma acaba por relacionar estreitamente os Guise e o fracasso da colônia, que Léry atribui aos dissídios religiosos²⁶⁹.

265 Idem, p. 186.

266 Idem, p. 183.

267 Idem, p. 186.

268 Idem, pp. 187-188.

269 Léry insinua essa interpretação no último capítulo, onde afirma que a causa da perda da colônia foi a “revolta de Villegagnon” (isto é, seu retorno ao Catolicismo). Para tanto, se baseia no fato de que haveria em 1557 uma expedição com milhares de pessoas já pronta para seguir rumo à Guanabara, que garantiria a posse da terra contra os portugueses, mas que não partiu devido à notícia da mudança de Villegagnon (Idem, p. 506).

Por esse expediente, Léry se opõe fortemente a Thévet e seu modelo de ocupação colonial, ao atacar os Guises, seus protetores, que passam a ser uma das causas do abandono da fidelidade de Villegagnon a Coligny. Com esse arranjo, Léry desvia a polarização Coligny-Villegagnon, tornando-a Coligny-Guise. A narrativa de Richer também se afasta significativamente dos relatos de Crespin e Léry nesse particular. A causa da querela não é identificada à eucaristia, ao contrário dos demais relatos. Segundo ele, o tema discutido seria a autoridade papal, defendida por Villegagnon; mesmo essa opinião, todavia, seria falsa, uma vez que o cavaleiro de Malta seria ateu, na verdade²⁷⁰.

O pastor afirma ainda que o iniciador da querela seria Hector (ou Cointa), que qualifica como “ignorante e sem literatura”, debatendo com os reformados na primeira ceia realizada. Villegagnon então retringiria imediatamente o culto aos domingos, ao contrário da dimensão processual apresentada pelas narrativas de Crespin e Léry²⁷¹.

Numa segunda ceia a discussão seria ainda mais acalorada. Villegagnon se referiria a Calvino de modo ofensivo, ao que Du Pont reagiria ameaçado-o de morte. O cavaleiro de Malta então se acovardaria diante da ameaça. É esse desafio, inclusive, que justifica o retorno de Villegagnon à Europa na obra de Richer. Segundo ele, a defesa da fé seria mero pretexto. Nesse sentido, sustenta que seu verdadeiro objetivo seria o de matar Du Pont, o que teria afirmado a algumas pessoas. O combate teológico passa assim a ser mera máscara para o homicídio, reduzindo o adversário às proporções de um criminoso qualquer²⁷².

O fim da narrativa dos atritos entre Villegagnon e os genebrinos é ocasião para a elaboração de duas situações exemplares por parte de Léry, que também trabalham no sentido de reafirmar uma colonização reformada. Uma delas diz respeito a um impasse surgido entre os huguenotes, com relação ao culto. A certa altura, diz Léry, teriam acabado o vinho e o pão trazidos da Europa, o que deixaria os reformados divididos entre duas opiniões: abster-se de celebrar a eucaristia, ou celebrá-la usando espécies da terra, a saber, mandioca e cauim? De acordo com o autor, embora a questão tenha constituído um impasse, não provocou dissídios entre a congregação, nem diminuiu sua união. O paralelo é óbvio: diante de um impasse, em lugar da atitude divisionária e intransigente, que provocaria o fracasso da colônia, os fiéis permaneciam unidos, reafirmando sua capacitação. O fato de a situação envolver também a eucaristia só torna mais forte a comparação²⁷³.

270 RICHER, op. cit., fls. 22-23.

271 Idem, fls. 25vº-26.

272 Segundo o panfletário, Villegagnon “veio vender sua língua para apaziguar a raiva”, em clara alusão às publicações do cavaleiro de Malta (Idem, fls. 4vº, 6 rº, 27).

273 LÉRY, op. cit., pp. 194-195.

Da mesma forma, o último lance da querela reforça a atitude de sabedoria dos reformados. Villegagnon exigiria que os huguenotes abandonassem a ilha. Afirma Léry que eram numerosos o suficiente para fazer frente ao cavaleiro de Malta de forma violenta. No entanto, fariam a opção por não “manchar o Evangelho” com tais atos. A situação remete, sem dúvida, à sedição dos artesãos, de março de 1556. Por sua atitude, os reformados fazem-se também superiores àqueles. A contigüidade dos dois exemplos na obra atesta a ligação entre ambos²⁷⁴. Depois disso, os reformados ficariam dois meses instalados na Briqueterie, pequeno vilarejo, nas margens da Guanabara, onde aguardariam a partida do navio que os levaria de volta ao Havre²⁷⁵.

Cabe ainda inquirir como Villegagnon articularia sua versão da querela, bastante diferente daquelas de Léry e Crespin. Segundo ele, o iniciador da disputa teria sido Cointa, que se voltara contra a doutrina de Calvino. O cavaleiro de Malta tentaria então resolver a situação, enviando um dos ministros de volta a Genebra, ao mesmo tempo que tentando estabelecer um diálogo entre as partes, para que chegassem a um acordo. Para tanto, diz que tentou reportar as doutrinas ao século III, identificado por Melanchton como anterior a qualquer adulteração da pura doutrina cristã. Esse comentário de Villegagnon atesta sua familiaridade com o pensamento reformado, sendo interessante relembrar as observações de Lestringant nesse sentido. O autor afirmaria que rapidamente ficara tão cansado destas disputas, que só não os enviara de volta nos navios onde haviam vindo por dificuldade de víveres²⁷⁶.

Há aqui uma verdadeira inversão de papéis. Villegagnon se põe como o paladino da concórdia, procurando restabelecer o consenso entre Cointa e os reformados, estes sim os verdadeiros perturbadores da ordem, com os quais, todavia, Villegagnon ainda se preocupa, privando-se de ver-se livre deles devido à incerteza de que pudessem viajar de volta adequadamente.

Continuando, Villegagnon diz que discutiria a doutrina com os genebrinos a partir dos livros antigos, deixando-os sem argumentos. Postos nessa situação, os mesmos se limitariam a afirmar que ele pecava contra o espírito santo, que deveria seguir o bom caminho, e que seria de grande proveito para a igreja, caso tomasse o bom partido. Ao mesmo tempo, afirmariam que Cointa era o ministro de Satã²⁷⁷.

Outra inversão de papéis. Os verdadeiros intransigentes são os ministros genebrinos, que se limitam a julgar as atitudes alheias, negando-se a dialogar com os

274 Idem, p. 195.

275 Idem, p. 196.

276 VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, p. 402.

277 Idem, pp. 402-403.

argumentos propostos. A comparação com as opiniões emitidas por Léry é curiosa: enquanto este qualifica os argumentos de Villegagnon como ridículos, o cavaleiro de Malta, em oposição, aponta a total falta de argumentos dos reformados.

Villegagnon diria ainda que os conflitos entre os genebrinos e Cointa durariam dez meses, até a chegada de novos navios. Mas, ao contrário do que sustenta Crespin, não era ele que queria impedir a partida dos huguenotes, mas sim estes que desejavam permanecer! Para evitar sua partida, Du Pont teria tentado “seduzir” os de Villegagnon, afirmando que voltaria da França para tomar a terra à força. Não obtendo o efeito esperado, os reformados se resignariam a partir²⁷⁸. Os violentos passam então a ser os genebrinos, que ameaçam Villegagnon com uma tomada do poder à força. Uma acusação bastante grave, especialmente numa obra publicada um ano após a conjuração de Amboise; a ameaça dos reformados sediciosos torna-se uma só, de um lado a outro do oceano.

A narrativa da querela no Novo Mundo reforça o papel que Villegagnon pretende para sua obra, promover o diálogo entre partes opostas, na tentativa de estabelecer a concórdia. Ironicamente, o fracasso que relata na América se repetiria pouco depois na França, com o malfadado colóquio de Poissy.

V- *Non causa, sed poena?*

Segundo Santo Agostinho, não era a pena que fazia o mártir, mas a causa. “Non poena, sed causa”. Esse paradigma seria empregado ao longo de séculos pelos martirologios católicos da Idade Média, e também serviria de modelo aos martirologios protestantes, inclusive o de Jean Crespin. Assim, a interpretação da execução de Pierre Bourdon, Mathieu Verneuil e Jean du Bordel em seu martirologio segue esse registro²⁷⁹.

Contudo, uma análise mais detida pode dar a impressão de que, nesse caso, eram eles “mártires” pela pena, e não pela causa. “Non causa, sed poena”. Ao relatar o episódio, Villegagnon deixa de lado as questões religiosas. Cinco dos genebrinos retornavam numa barca de região afastada do litoral, onde haviam abandonado o navio que os conduzia à Europa²⁸⁰.

278 Idem, p. 403.

279 Lestringant aprofunda a questão da concepção agostiniana dos martirologios reformados em *Lumière des martyrs* (LESTRINGANT, *Lumière*, op. cit., pp. 62-75).

280 Segundo Crespin e Léry, o navio começara a fazer água a poucas léguas da Guanabara, e parte dos víveres se estragou com o jorro. Fazia-se então necessário que cinco passageiros deixassem o navio, para garantir que houvesse alimento para todos durante a travessia do Atlântico (CRESPIN, In: GAFFAREL, op. cit., p. 465; LÉRY, op. cit., p. 511).

Vinte dias depois chegavam à Guanabara; o cavaleiro de Malta diz ter reconhecido entre os cinco “três monges renegados”. Resolveu acolhê-los, porém perguntando se pretendiam criar tumultos, como criara du Pont, e advertindo-os que não pregassem, sob pena de suas vidas. Villegagnon afirma que temia que eles na verdade aguardassem o retorno de Du Pont²⁸¹.

Contudo, diz ele, três dias depois recebia notícias de que os mesmos tentavam convencer seus homens a se dirigir a determinado lugar, junto com os trugimães, onde aguardariam a volta de Du Pont. Ao mesmo tempo, asseguravam que caso Villegagnon tentasse algo contra eles, incitariam os selvagens contra o cavaleiro de Malta²⁸².

A narrativa do episódio se conclui de forma bastante simples: “Cela entendu, ie les feiz appeller en mon isle, et, le procès des trois moynes faict, ie les feiz noyer: ie conservay les aultres qui ne me sembloient si dangereux”²⁸³. Segundo o relato de Villegagnon, os três teriam sido condenados à morte pelos tumultos que criaram, e não por questões religiosas. Ou seja, não haveria martírio. Verdade ou não, era para o cavaleiro de Malta a única linha de defesa possível, na medida em que a morte dos três por razões religiosas seria a negação do esforço por concórdia que sua obra pretendia integrar.

Crespin, por sua vez, seguindo seu esquema narrativo em que Villegagnon é apresentado como um personagem falso e interesseiro, termina por esvaziar o conteúdo do martírio. Segundo ele, ao chegar à Guanabara, os cinco refugiados lembrariam ao cavaleiro de Malta que não deveriam maltratá-los por questões religiosas, pois os artigos em questão não estavam resolvidos sequer pelos mais doutos. Villegagnon então os teria recebido bem, temeroso de que partissem em busca dos portugueses²⁸⁴.

Contudo, doze dias depois de sua chegada o cavaleiro de Malta engendraria o medo de que eles vinham como espíões para Du Pont, que permaneceria com seu navio escondido algumas léguas distante. Sustenta Crespin que Villegagnon imaginava que ele aguardasse a chegada de um navio francês que retornaria do rio da Prata, para juntos tomarem posse da Guanabara²⁸⁵.

O chefe da colônia, então, começaria a maltratar a todos, sob a impressão da desconfiança. Com eloquência, Crespin relata que o cavaleiro de Malta se veria assombrado por

281 VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., p. 404.

282 Idem, p. 404.

283 “Sabendo disso, chamei-os em minha ilha, e, feito o processo dos três monges, fiz afogá-los: conservei os outros que não me pareciam tão perigosos”. Idem, p. 405.

284 CRESPIN, In: GAFFAREL, pp. 469-470.

285 De acordo com Crespin, Villegagnon teria enviado pouco antes uma expedição em direção ao rio da Prata, com a finalidade de afastar da Guanabara alguns de seus desafetos (CRESPIN, In: GAFFAREL, p. 463).

pesadelos à noite, sonhando que era esfaqueado ou que a ilha estava sitiada por Du Pont e Richer²⁸⁶.

Tomado por esses pensamentos, Villegagnon resolveria eliminá-los; todavia, sendo impossível provar sua traição, o cavaleiro de Malta engendraria um pretexto: como lugar-tenente do rei, seria seu dever eliminá-los como hereges. De acordo com o autor, teria ele ainda cogitado que isso lhe renderia honrarias na corte, onde as pessoas se compraziam “du sacrifice des povres chrestiens”²⁸⁷. Com essas intenções, Villegagnon ordenaria que os genebrinos especificassem seus artigos de fé, numa confissão que ele usaria para incriminá-los. Corajosamente, fortificados por Deus, os quatro iriam redigir a confissão solicitada, sem dar ouvidos aos conselhos daqueles que tentavam dissuadi-los²⁸⁸.

Villegagnon mandaria prendê-los em seguida, e três deles logo seriam supliciados. O relato do “martírio” é longo e detalhado²⁸⁹. Um deles, André la Fon, seria poupado. Mais uma vez, Crespin apela para a venalidade do cavaleiro de Malta. Segundo ele, la Fon seria poupado por seu ofício, pois era um alfaite e Villegagnon não contava com nenhum. Assim sendo, teria solicitado a seus pajens que convencessem la Fon a abjurar, para que pudesse justificar seu “perdão”²⁹⁰.

Curiosamente, Crespin apresenta como verdadeiro motivo das execuções o comportamento paranóico de Villegagnon ou, no seu dizer, sua “conscience troublée”, deixando de lado os motivos religiosos. Dessa forma, fica bastante comprometida a lógica de sua obra, na medida que a perseguição religiosa passa a ser apenas um pretexto, e não a causa do martírio. A própria abjuração de la Fon não seria verdadeira, mas uma maquinação orquestrada pelo cavaleiro de Malta. Crespin acaba transformando seu martirológio numa farsa digna de Molière.

Contudo, aparentemente, seu relato cumpre sua função difamatória, na medida em que reforça a hipocrisia de Villegagnon, que na França defende a concórdia, e na América se utiliza da religião como fachada para a eliminação de seus adversários.

Curiosamente, Léry não se aprofunda em torno do episódio, preferindo remeter o leitor à obra de Crespin. Entretanto, o pastor procura construir uma sustentação retórica mais

286 Crespin esforça-se por retratar o cavaleiro de Malta como um paranóico. Esses fatos são narrados sob uma significativa rubrica: “Il n’y a point de paix au méchant, dit le prophète Isaï. Villegagnon en est la preuve” (“Não há paz para os maldosos, diz o profeta Isaías. Villegagnon é prova disso”). Podemos, contudo, nos perguntar quem teria relatado essas informações ao editor (Idem, p. 472).

287 Idem, p. 472-473.

288 Idem, p. 473. Curiosamente, o quinto personagem desaparece da narrativa de Crespin sem maiores explicações. A suposta transcrição da confissão dos “mártires” se estende por longas páginas (Idem, pp. 474-481). De fato, a transcrição das confissões era um dos pontos principais de cada capítulo da obra de Crespin.

289 Idem, pp. 486-491.

290 Idem, p. 488.

sólida para a narrativa do martírio. Segundo ele, a história teria sido narrada a Du Pont em Paris, por alguns huguenotes que haveriam ficado na Guanabara, e que teriam entregado a ele uma cópia da confissão dos mártires, e outra do processo. Diz então Léry que Du Pont teria passado esse material a ele, que o transmitira mais tarde a Crespin²⁹¹.

O estudo de Nogueira da Silva pode ajudar a lançar novas luzes sobre o tema. O autor procura discernir as doutrinas que estariam representadas na “confissão da Guanabara”, além de analisar a maneira pela qual a mesma teria se constituído. Escorado em John Gillies, Nogueira da Silva levanta a hipótese de que a confissão teria sido escrita respondendo a um questionário enviado por Villegagnon, conforme, de fato, Crespin relata. Dessa forma, Gillies tentou reconstituir esse questionário original, em dezessete perguntas hipotéticas, que Nogueira da Silva agrupa em cinco temas²⁹².

Analisando ainda as doutrinas articuladas na confissão, Nogueira da Silva observa: dos cinco pontos enumerados pelo autor, apenas o primeiro e o quinto, sobre Deus e os mortos, seriam baseados diretamente na teologia de Calvino. Os demais, pelo contrário, seriam amplamente inspirados no pensamento católico, especialmente em Agostinho e Tertuliano e, principalmente, no credo de Nicéia²⁹³.

A nosso ver, esse caráter heterogêneo do texto aponta fortemente no sentido de sua veracidade. Caso fosse realmente um documento forjado por Crespin, acreditamos que seria muito mais homogêneo, orientado principalmente segundo as diretrizes sugeridas por Calvino à igreja de Genebra.

Em grande medida a falta de interesse de Léry pelo episódio pode ser explicada pela diferença de objetivos. Enquanto Crespin trabalhava num momento onde se almejava a concórdia, Léry operava em prol da tolerância. Sua obra é marcada, em grande parte, por um tom mais político que religioso. A mais constante crítica a Villegagnon diz respeito à perda da colônia. Dessa forma, o episódio dos “mártires” passava a segundo plano, no quadro geral da obra. O panfleto de Richer se aproxima de Léry nesse sentido, embora sua versão dos fatos seja bastante peculiar: afirma brevemente que os três “mártires” teriam retornado à Guanabara num bote, sendo imediatamente afogados por Villegagnon; teriam, contudo, deixado antes uma “santa confissão”²⁹⁴.

291 LÉRY, op. cit., p. 548.

292 Nogueira da Silva sugere a divisão nos seguintes temas: Deus, o sacramentos, o livre-arbítrio, os oficiais da igreja e os mortos (SILVA, Fólton Nogueira da, op. cit., pp. 30-46).

293 Segundo Nogueira da Silva, é provável que se trate de um dos mais antigos documentos confessionais produzidos pela reforma, ao lado do consenso tigurino e do consenso de Genebra (SILVA, Fólton Nogueira da, op. cit., pp. 28, 54-76).

294 RICHER, op. cit., fl. 29 vº.

VI – Em busca da verdade

Entre aqueles que explicitam a preocupação de buscar a verdade, encontramos principalmente Villegagnon, Crespin, e Léry. Thévet, embora afirme contínuas vezes dizer a verdade em detrimento de outros, não chega a tecer nenhuma consideração mais complexa em torno do assunto. Richer, por sua vez, expressa sua intenção de estabelecer a verdade desde a folha de rosto, ao intitular seu panfleto *Refutation des folles resveries, execrables blasphemes, erreurs et mensonges de Nicolas Durand* (grifo nosso). Inicialmente, em 1561, podemos perceber nos escritos de Richer, Crespin e Villegagnon um tipo de preocupação muito particular com o problema da verdade: o da verdade religiosa. De fato, o título da obra de Richer equipara claramente as blasfêmias, os erros e as mentiras.

Villegagnon expressa principalmente o objetivo de fazer aparecer a verdade doutrinária, especialmente de provar a falsidade dos artigos de Calvino. Dessa forma, o corpo da obra é constituído não pela narrativa sobre a França Antártica, mas pela discussão teológica. A discussão temporal é acessória, apenas um complemento da problemática religiosa. O mesmo se dá em relação ao panfleto de Richer, do qual apenas vinte e nove das cento e setenta e seis folhas se dedicam aos fatos ocorridos na Guanabara, destinando-se as demais à polêmica religiosa²⁹⁵.

Para Crespin, por sua vez, apresentar a história dos mártires é uma questão de justiça, pois seria necessário expor a verdade sobre aquelas que seriam as primícias do evangelho no Novo Mundo. O caráter religioso é evocado ainda mais fortemente pela idéia de que o esquecimento do fato faria com que o sangue dos mártires pedisse vingança sobre aqueles que deveriam lembrá-lo. Assim sendo, mais que uma questão de justiça terrena, contar a história dos mártires seria um ato de pregação evangélica²⁹⁶.

Para Léry, em 1578, pelo contrário, era necessário refutar as mentiras de André Thévet, sem qualquer conotação espiritual. O principal objetivo seria desmentir as injúrias de Thévet contra os huguenotes na França Antártica²⁹⁷. Como vimos, no momento em que Léry escrevia, sérias mudanças haviam ocorrido na cena política francesa, e as principais discussões eram mais políticas que religiosas. A verdade que Léry almeja alcançar tem conseqüências mais terrenas que espirituais.

295 VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, pp. 397-398; RICHER, op. cit.

296 CRESPIN, In: GAFFAREL, op. cit., p. 432.

297 LÉRY, op. cit., p. 63.

De fato, em lugar da controvérsia religiosa, uma outra toma seu lugar no confronto entre o pastor e o cosmógrafo. Os dois não mais disputam quem detém a verdade teológica, mas sim aquele que descreve adequadamente o Novo Mundo, seus povos, seus animais ou sua vegetação. A querela desce do céu à terra.

Por outro lado, diferentes gêneros de prova são utilizados pelos autores. Crespín escora-se principalmente no testemunho de pessoas que não identifica, mas que teriam presenciado os fatos em questão. A grande exceção na obra do editor é constituída pela longa citação do texto da confissão da Guanabara, que, todavia, perde parte de sua eficácia pela ausência de explicações sobre o modo como o autor a teria obtido.

Barré e Villegagnon, por sua vez, se utilizam apenas de sua própria experiência, sendo eles mesmos as garantias de seus relatos. Thévet segue em caminho semelhante; em seus escritos a prova e a verdade entram quase que exclusivamente pela via da autópsia: Thévet justifica todos os fatos que apresenta através do testemunho de seus próprios olhos.

Dessa forma ele constrói para o leitor uma imagem de si que o faz digno de crédito pelo fato de ter viajado pelos lugares que descreve, a prova calcando-se única e exclusivamente em sua experiência pessoal. Frequentemente tal experiência, embora tão alardeada, não passa de embuste, nunca tendo ele estado em metade dos lugares que diz ter visitado. A única outra forma de prova que Thévet aponta em seus trabalhos é constituída pelos objetos que ele afirma ter trazido das terras distantes onde esteve, presenteados aos notáveis de França²⁹⁸.

Contudo, Thévet dá a seu próprio testemunho um valor retórico tão acentuado que faz com que rompa, em sua obra, as barreiras do tempo e do espaço. Sua narrativa deve colocá-lo em todos os lugares de que fala, mesmo que não tenha lá estado; deve também presenciar todos os eventos que relata, mesmo que deles não tenha participado. Essa tendência leva às profundas discrepâncias cronológicas de sua narrativa, devido aos constantes rearranjos que Thévet precisa imprimir à ordem dos acontecimentos para justificar sua participação. Evidentemente esse procedimento dá lugar a chamativas contradições, devido à dificuldade em coordenar tantos eventos diferentes. A onipresença, mesmo inventada, não é habilidade de fácil aquisição, e seu rival faria amplo uso dessas contradições para desmentir o cosmógrafo.

Léry, a seu turno, construiria a obra mais bem estruturada, em termos retóricos, sobre o assunto. As suas argumentações e as provas que as sustentam se encontram numa relação de íntima complementaridade. Mais ainda, as provas apontadas por Léry se articulam de modo bastante convincente, usando de diversas modalidades preconizadas pela retórica clássica,

298 RAMINELLI, op. cit., pp. 3-4.

como entimemas, exemplos ou documentos, além do seu próprio testemunho, que em todo caso perde o *status* central dado ao mesmo no discurso de Thévet.

A argumentação de Léry contra Thévet, longe de depender do seu próprio testemunho, procura se basear no raciocínio do leitor. Assim o pastor faz hábil uso dos entimemas. Bom exemplo disso se encontra no caso da crítica avançada por Léry contra uma imagem estampada por Thévet na sua *Cosmographie Universelle*, em que apresenta o chefe indígena Cunhambebe carregando às costas duas enormes peças de artilharia, disparadas por um outro índio. Léry, ao invés de buscar argumentos baseados em sua experiência pessoal, que contraporiam palavra contra palavra, ataca a questão pela raiz, apelando à experiência e ao bom senso do leitor, lembrando que tal esforço excede de longe a capacidade muscular humana.

Podemos ainda citar outra situação, como aquela em que Léry contradiz a afirmação de Thévet de que antes de conhecer o fogo, os índios cozinhavam com fumaça: Léry chama atenção para a absurdidade que tal fato constituiria, perguntando-se como seria possível fazer fumaça sem fogo²⁹⁹.

Com relação aos exemplos, Léry traça diversas relações entre episódios passados na América e outros similares conhecidos do público europeu, como o caso em que faz referência à obra de Jean-Léon L'Africain, ao tratar de um gênero de tartarugas gigantes encontradas na América, parecidas com outras, africanas.

Recorre ao mesmo autor, comparando o seu relato sobre um jovem piloto que conhecera, chamado Jean de Meun, que se orientava perfeitamente pelas estrelas, embora nunca tivesse formalmente estudado cartografia, assim como outros tantos citados por Jean-Léon L'Africain, que se guiavam no deserto através dos astros, usando de conhecimento puramente empírico. É ainda no mesmo autor que encontra, entre o povo africano dos “aurès”, um paralelo à selvageria dos tupinambás.

Por fim, cabe ainda citar um gênero de prova que ocupa lugar não desprezível na arquitetura argumentativa de Léry: a documentação. O huguenote usa esse recurso em diversos momentos. É significativa, por exemplo, a citação textual da carta enviada por Villegagnon a Calvino, ainda na introdução de seu livro, como já vimos. Mais ainda, Léry faz questão de trancrever *ipsis litteris* diversos trechos da obra de Thévet, com a finalidade citada acima de “*qu'on ne pense pas que sans très-justes causes je me plaigne de ce nouveau Cosmographie*”.

299 Apesar disso, Lestringant nuança a questão, observando que, por trás do aparente absurdo apontado por Léry, provavelmente estaria um dado etnográfico truncado: Lévi-Strauss apontara a importância da distinção feita pelos indígenas entre a cocção da carne a fogo e a feita por defumação, que demarcariam, para eles, uma importante diferenciação civilizatória.

Um recurso interessante que Léry também utiliza é, citando afirmações de Thévet, destacar as contradições existentes nas mesmas. Dessa maneira, o autor cria a impressão, para o leitor, de uma interferência mínima no debate, quase como se pusesse o público diretamente em contato com seu antagonista, sem o seu filtro³⁰⁰.

Não menos importante seria o uso da bibliografia e das notas. O pastor é o único dos autores em apreço a citar de modo explícito e sistemático as referências empregadas no trabalho. Ao final do volume, uma lista dos “Livres et auteurs alleguez en ceste Histoire de l’Amerique” torna patentes ao leitor as fontes que baseiam e, em larga medida, confirmam, a obra de Léry. É necessário observar que o termo “lista” nos parece bastante acurado para descrever o procedimento: muito distante daquilo que identificamos hoje como uma “bibliografia”, essa “lista” cita apenas sumariamente autores e livros, na maioria das vezes sem indicações do próprio título da obra, ou, em nenhum dos casos, editor, local ou ano de publicação³⁰¹.

Além disso, ao longo do texto, Léry se utiliza constantemente de manchetes para citar a obra e a página de onde extrai determinada informação ou citação. É um recurso bastante simples, cuja função está bastante próxima das notas de rodapé que se consagrariam posteriormente. Essas medidas, indubitavelmente, estabelecem um critério de verificabilidade por parte do leitor, que pode confirmar por si mesmo as informações utilizadas no texto.

Como vimos, esse uso das provas, propriamente retórico, efetuado por Léry desloca o critério de veracidade da sua própria experiência para o de uma racionalidade generalizante, submetendo-se, antes de tudo, ao critério do leitor. A verificabilidade das informações, por exemplos, entimemas ou documentos, constrói a base de uma arquitetura argumentativa que dispensa a autópsia, empregada por Thévet ou o testemunho de terceiros, muitas vezes anônimos, empregados por Crespin.

Podemos talvez aí encontrar a pista que indique um dos motivos do êxito de sua obra em detrimento da de Thévet, entre outros. De certo modo, Léry foi bem sucedido em construir uma argumentação convincente dentro dos parâmetros de veracidade aceitáveis em sua

300 Essa estratégia remete sem dúvida ao uso corrente na prática panfletária, que como vimos assumia como um pressuposto a necessidade de resumir os argumentos do adversário, conforme observa Geneviève Guilleminot. Apesar disso, Léry não apenas resume o discurso do rival, mas o transcreve, como aliás não era tampouco incomum.

301 Podemos disso citar alguns exemplos. Algumas vezes são citados autor e obra: “Commentaires de Cesar”, “Republique des Suysses, de M. Simler” ou “Chalcondile, de l’Empire des Turcs”. Em outros casos, Léry cita apenas os títulos: “Histoire Ecclesiastique Françoise”, “Histoire de la Floride” ou “L’Histoire de Virginia partie de l’Amerique decouverte de nouveau par les Anglois”. Por fim, na maioria dos casos, refere-se apenas ao autor: “Ciceron”, “Pline”, “Lopes Gomara”, “Bodin”. Em outras, curiosamente, ao nome do autor acrescenta-se sua nacionalidade: “Benzoni Millannois”, “Jean Staden, aleman” ou “Alexis Piedmontois”. Seu adversário também é citado, esclarecendo a relação com sua obra: “Thevet refute” (sic) (LÉRY, op. cit., pp. 608, 609).

época, uma era inaugurada por Valla, em que a documentação e seu uso crítico ganhavam paulatinamente um espaço pouco negligenciável, como vimos anteriormente.

Mais ainda, Léry projeta o edifício de seu discurso a partir da intersubjetividade implícita na relação autor-leitor, percebendo a necessidade de atender a critérios de veracidade que não são necessariamente os seus e, mais ainda, a necessidade de se fazer acreditar por pessoas que não conhece, escapando aos padrões de confiabilidade estabelecida pela relação pessoal no estreito círculo comunitário, numa época em que o discurso oral ainda detém a primazia sobre o escrito³⁰².

Léry percebe com clareza, ao contrário de seus adversários e aliados, que a comunicação impressa pressupõe o estabelecimento de relações inteiramente diferentes das que permeiam a troca oral, estabelecendo um círculo que não obedece ao modelo fornecido pelo convívio pessoal, onde cada um tem seu lugar socialmente definido. Pelo contrário, é uma comunicação entre anônimos, onde o autor deve se valer de todos os meios para que, de desconhecido pelo leitor, passe a contar com a confiança deste.

Nesse sentido, seria interessante traçar algumas considerações a respeito do público visado por essas obras e levantar algumas hipóteses sobre a recepção que esses escritos conheceriam. De partida, precisamos pensar inicialmente sobre esses livros e panfletos enquanto objetos culturais e delimitar a sua esfera social de circulação. Primeiramente, salta aos olhos que não se trata de textos destinados a um público muito amplo.

Um dos indícios é o elevado nível de letramento exigido do leitor por essas obras. As duas primeiras obras da polêmica já demonstram isso. A primeira versão dos textos de Villegagnon e Richer seria em latim. Como vimos no capítulo anterior, essa escolha respondia a exigências sociais muito claras, a saber, a de atender a um público erudito, segundo os critérios de etiqueta intelectual da época. Sua tradução para o vernáculo seria feita apenas posteriormente. Essa tradução evidencia, como já vimos, a tentativa de atingir um público mais extenso, contudo, a ordem de publicação demonstra claramente que a prioridade dos autores estava nos leitores eruditos.

As outras obras também demonstram se movimentar nesse sentido, porém sua distinção não é de língua, mas de linguagem. Embora escrevam em francês, Crespin, Thévet e Léry manifestam uma preocupação erudita considerável. No caso dos dois últimos,

302 Bouza lembra que se dizia que era melhor pedir de boca que por escrito, evidenciando a primazia que o oral ainda detinha sobre o escrito (ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *La correspondencia del hombre práctico. Los usos epistolares de la nobleza española del Siglo de Oro a través de seis años de cartas del tercer conde de Fernán Nuñez (1679-1684)*. In: ALVARÉZ, Fernando Bouza (org.). *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y el impreso*. Madri: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005, pp. 133-134).

principalmente, multiplicam-se as citações e referências à Antigüidade, bem como a autores mais recentes, o que certamente tornava os livros pouco palatáveis a um público pouco letrado, incapaz de decifrar esses códigos. A obra de Crespin se mostra mais simples sob esse aspecto, todavia, sob outro, se faz dificilmente acessível: sua discussão teológica. Tal como Villegagnon e Richer, o editor dedica boa parte de seu trabalho ao debate de complexos pontos de teologia, que se entremeiam com a narrativa das vicissitudes dos “mártires” da Guanabara, dificultando, igualmente, a compreensão do leitor precariamente letrado³⁰³.

Outra evidência do público restrito visado pelas obras é seu valor comercial. Como se sabe, as obras de fôlego, com grande quantidade de páginas e edição bem cuidada, eram vendidas a elevados preços, o que reduzia consideravelmente as possibilidades de difusão junto a um público menos abastado. Dessa forma, conscientemente, os autores se dirigiam a um público de elevado poder aquisitivo. A principal exceção, com certeza, é o panfleto de Crespin, de dimensões bastante modestas. Ainda assim, após sua incorporação ao “Livro dos Mártires”, apenas aqueles capazes de adquirir a volumosa obra passariam a ter acesso ao texto.

Essa questão se torna particularmente clara em relação às obras de Thévet e Léry. Ambas teriam um volume considerável, além de um tratamento editorial bastante sofisticado, chegando a incluir gravuras. Provavelmente, os livros de Thévet foram os que atingiram mais alto valor, entre nossas fontes. A obra do cosmógrafo seria ilustrada por gravadores bastante habilidosos e requisitados, como Bernard de Poisduluc, como observa Lestringant, os quais, sem dúvida, cobraram elevado preço por seus serviços. Além disso, a *Cosmographie universelle*, particularmente, era obra de proporções titânicas, constituída por dois volumes de aproximadamente mil páginas cada, empregando, diga-se de passagem, folhas de dimensão considerável com aproximadamente 40x30 centímetros³⁰⁴.

Partindo dessas observações, seria interessante levantar ainda alguns questionamentos sobre esse possível público da polêmica da França Antártica. Para tanto, parece-nos oportuno retomar as observações de Ménager sobre as relações estabelecidas entre o autor do panfleto e seus destinatários.

Como vimos no capítulo anterior, isso se refere especialmente à relação triangular autor-rival-público. Nesse esquema, o autor busca atingir a um determinado público, visando conduzi-lo à emissão de algum juízo sobre seu rival. Contudo, nos vemos tentados a não parar

303 CHARTIER, *A História Cultural...*, op. cit., pp. 122-125.

304 Como observa Chartier, a forma editorial da obra era indício bastante significativo do público a que se destinava, embora houvesse exceções, como demonstra brilhantemente Ginzburg, através do caso de Menochio, que tinha leituras bastante inesperadas para um moleiro, provavelmente adquiridas com muito esforço (LESTRINGANT, In: THÉVET, *Les singularités...*, op. cit., pp. 7, 323 ; CHARTIER, *Leituras*, op. cit., pp. 175-191; GINZBURG, *O queijo*, op. cit., pp. 67-71).

nesse ponto: esse juízo a ser emitido tende, possivelmente, a um desejo de ação, ou melhor, à intenção de fomentar em seu público a ação em determinado sentido.

Podemos imaginar que o rei e seus próximos são um dos principais alvos da polêmica da Guanabara. A figura do rei é constantemente evocada por nossos autores, especialmente através da acusação mútua entre os adversários de que teriam prejudicado ao monarca, provocando a perda da França Antártica. Essa questão, como vimos, está presente nos escritos de todos os personagens que participaram da querela. No caso de Thévet isso ainda é mais marcante, devido ao fato de que sua *Cosmographie universelle* se inicia por uma carta dedicatória a Henrique III.

Nesse sentido, os autores se dirigem àquele capaz de ação por excelência. O rei é o centro de onde emana todo o poder, ao menos teoricamente; sua autoridade é soberana acima de qualquer outra. Além disso, o rei é também o juiz supremo de todas as causas: apelar a ele contra seu adversário é a forma mais segura de levá-lo à derrota; ao mesmo tempo, o modo mais fácil de tornar realidade suas propostas.

Contudo, como sabemos, o rei não é figura de acesso tão fácil quanto desejariam seus súditos. Isso é particularmente forte no reinado de Henrique III, durante o qual Léry e Thévet se entregam a sua polêmica. Cercado por seus *mignons*, o acesso ao monarca torna-se difícil mesmo aos grandes do reino, como veremos no próximo capítulo. Durante a querela de 1559-1561, marcada pela guerra de panfletos, a situação não era tão diferente. Uma grande disputa se desenvolveria em torno da figura do monarca, aparentemente monopolizada pelos Guises³⁰⁵.

Mas nossos personagens não contavam apenas com o monarca. Conseguir a atenção e o apoio dos nobres, especialmente dos membros das grandes casas, como Montmorency, Coligny ou os Guises, era uma tarefa importante. De fato, como vimos, Léry dedica sua obra a François de Coligny, enquanto Villegagnon se alia a Montmorency³⁰⁶.

Crespin, por outro lado, menciona veementemente o apoio dado a Villegagnon por diversos nobres, que teriam sido supostamente enganados pelo cavaleiro de Malta. Seu texto se dirige também, sem dúvida, a esses nobres “ludibriados”, que convoca à ação contra Villegagnon.

305 Como veremos no próximo capítulo, a segunda metade do século XVI é marcada por um significativo processo de centralização do poder, acompanhado pelo alijamento das grandes famílias do poder, o que motivaria a formação do grupo dos Descontentes.

306 O alto clero também não era negligenciável, embora estivesse emaranhado nas tramas da nobreza, do que é exemplo o cardeal de Lorena, saído dos Guises.

Sem dúvida, o apoio dos grandes clãs seria importantíssimo para nossos autores, na medida em que podiam aproximá-los do monarca, centro de todo poder. Contudo, tratando-se da monarquia francesa quinhentista, devemos lembrar que esses grandes compartilham enorme poder com o rei, gozando de grande liberdade de ação. Não podemos esquecer que a própria colônia seria fundada sob os auspícios de Coligny, a quem anos mais tarde Carlos IX temeria por vê-lo com mais poder que ele próprio sobre grande número de súditos. Dessa forma, apelar aos nobres é também um modo de buscar a realização de suas propostas.

Por fim, temos, como sinalizam Ménager e Guilleminot, a “comunidade de fiéis”. Contudo, conceito bastante abstrato, é difícil definir quem seria essa comunidade e, mais ainda, que ganhos políticos nossos personagens esperariam angariar para sua causa através desse público, se é que seria realmente adequado definir esse grupo como um “público”³⁰⁷.

Essas observações nos remetem a outra questão: os gêneros retóricos empregados por nossos personagens. A retórica aristotélica se dividia em três gêneros, judiciário, deliberativo e epidíctico. Nos interessam particularmente os dois primeiros³⁰⁸. Segundo Aristóteles, a finalidade do gênero deliberativo era o uso nas assembleias, visando a tomada de decisões no quadro da *polis*. Seu objetivo seria o de estabelecer os procedimentos bons e convenientes para alcançar os bens supremos, constituintes da felicidade. O estagirita os associa a honra, nobreza, amizade, riqueza, saúde, virtude, boa sorte, beleza, bons filhos, entre outros, que servem tanto aos indivíduos quanto à república³⁰⁹.

No caso de nossos personagens, na França quinhentista, podemos discernir particularmente três bens maiores almejados por todos para a república, fora do quadro sugerido por Aristóteles: primeiramente, a paz, terrivelmente ameaçada antes de 1560 e apenas entrevista nos anos posteriores; depois, temos a concórdia ou a tolerância, visadas por diferentes grupos, cujo fim, todavia, seria o restabelecimento da paz no reino.

Ao escrever suas obras, nossos personagens não se encontram longe da finalidade deliberativa, na medida em que avançam propostas visando resolver essa situação, especialmente através da onipresente idéia huguenote de um refúgio tolerante. Thévet, por outro lado, argumenta pela colonização em favor da riqueza do reino, mantendo-se no quadro dos

307 GUILLEMINOT, op. cit., pp. 53-54; MÉNAGER, *Le tigre...*, op. cit., pp. 28-29.

308 O gênero epidíctico não nos interessa devido às peculiaridades que lhe são assinaladas por Aristóteles. Ele se referiria especialmente à definição das qualidades de pessoas ou atitudes. Ao contrário dos outros gêneros, seria essencialmente teórico e desinteressado, afastando-se assim significativamente da dinâmica da polêmica (ARISTÓTELES, op. cit., pp. 124-130).

309 Um exemplo do modo como esses bens podem ser úteis tanto à república quanto aos indivíduos se encontra na questão do ter bons filhos. Segundo Aristóteles, isso seria útil às famílias, por razões óbvias, mas também à cidade, pois esses bons filhos tornar-se-iam, posteriormente, bons cidadãos (ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2006, pp. 106-122).

bens propostos por Aristóteles. Mais ainda, devemos lembrar que freqüentes vezes a polêmica era coetânea a empreendimentos franceses no ultramar, nos quais, sem dúvida, pretendia interferir.

A retórica judicial, por sua vez, encontra-se no âmago das controvérsias da França Antártica. Segundo o estagirita, devia ser usada no tribunal, visando estabelecer a justiça, diferenciando o justo do injusto, o inocente do culpado. Ao mesmo tempo, a retórica judicial deve combater a injustiça contra indivíduos ou contra a comunidade, e levar à decisão sobre o que fazer com os delituosos: o castigo ou o perdão³¹⁰.

Ora, nossos personagens se encontram constantemente envolvidos nessa tarefa, tentando ao mesmo tempo provar sua inocência e a culpa de seus adversários. Podemos mesmo dizer que a função judicial é proeminente na questão, dada a importância ocupada pelo ataque e a defesa em relação aos acontecimentos passados.

Ao mesmo tempo, essa função é complementar à deliberativa, uma vez que o descrédito imputado aos adversários redundava num maior crédito para as próprias propostas em relação à colônia. É o caso da disputa entre Villegagnon, Richer e Crespín em 1561, visando mutuamente o afastamento do adversário em relação ao empreendimento. Nos anos de 1570 a questão toma outra aparência, uma vez que Léry e Thévet disputam, em grande parte, a participação na renascente política ultramarina francesa.

De certo modo, o julgamento do passado serve como base para a deliberação do futuro. De fato, segundo Aristóteles, cada gênero retórico se refere a uma temporalidade: o judicial ao passado, o epidíctico ao presente, o deliberativo ao futuro. Assim, ao articular dois gêneros retóricos entre si, nossos personagens se enquadram noutra concepção que não a aristotélica³¹¹.

Podemos dizer que essa dinâmica se aproxima bastante, embora indiretamente, da concepção de *historia magistra vitae*, uma vez que os atos passados dos personagens, assim como os acontecimentos progressos na colônia servem de base para a tomada de decisões com relação ao futuro.

Concluindo, podemos observar que a França Antártica seria objeto de publicações em três períodos sucessivos: em meados da década de 1550, logo após a fundação da colônia,

310 Aristóteles procura catalogar os diferentes tipos de vítima e de ofensor, bem como as razões comuns que levam ao delito, entre outras temáticas relativas à questão (ARISTÓTELES, op. cit., pp. 130-149).

311 ARISTÓTELES, op. cit., pp. 104-106.

no início da década de 1560, com a campanha difamatória contra Villegagnon, e em fins da década de 1570, com a retomada da controvérsia.

Num primeiro momento, temos a publicação de Barré e das *Singularités*, de Thévet. Como vimos, ainda não há nesse momento um debate, e maioria dos fatos narrados pelos autores não chegam a ser problematizados. Embora um seja reformado e o outro católico, nada os opõe ainda. Embora suas versões sejam contraditórias, não são ainda conflitantes.

Posteriormente se iniciaria a disputa entre Villegagnon e os reformados, e é nesse período que os eventos ocorridos na Guanabara começam a ser abordados de forma problemática. Nesse momento, contudo, os debates se articulam principalmente em torno de uma orientação religiosa, apesar de sua nítida inserção na política, especialmente no que diz respeito ao comando da colônia.

Anos mais tarde se daria o embate entre Léry e Thévet, centrado grandemente na política. Nesse momento, embora a colônia não mais exista, a retomada da política ultramarina francesa daria outra dimensão à disputa. Contudo, enquanto a primeira fase da polêmica estava centrada na teologia, a segunda se focava na descrição verdadeira do Novo Mundo.

Num primeiro momento, aquele que detinha a verdade religiosa, era também detentor da verdade política. No segundo momento da querela, a posse da verdade política estava nas mãos daqueles que possuísse a verdade “científica” ou, menos anacronicamente, a verdade sobre o mundo.

Capítulo III

Segredos manuscritos

*La guerre étrangère, c'est une écorchure qu'on a au coude; la guerre civile, c'est l'ulcère qui vous mange le foie*³¹².

Hugo

I - Famílias e confissões

A França Antártica foi fundada quatro anos antes da morte de Henrique II, em 1559. Já naquela época começavam a se acirrar as tensões religiosas no reino dos francos. Mas não era apenas a rivalidade entre católicos e reformados que se destacava naquele período. Pelo contrário, uma antiga disputa de poder se desenrolava há alguns anos, opondo os Guises e os Montmorency, as duas mais poderosas famílias, cada uma delas encabeçando um séquito de clientes. Uma terceira família se destacava, equilibrando essa disputa, os Bourbon, ramificação mais próxima da casa reinante, os Valois.

Naquele momento, o que mais contava para cada um desses grupos era a proximidade do rei, a participação em seu conselho e sua conseqüente capacidade de influenciar decisões em seu favor. A estabilidade da monarquia ainda era muito duvidosa, e cada uma dessas famílias retinha grande poder, constituindo, em última análise, casas senhoriais temíveis e difíceis de controlar, detendo em suas mãos força militar, influência social sobre leais vassallos e recursos materiais potencialmente perigosos à autoridade do rei.

Não à toa alguns teorizam que a grande conflagração religiosa que tomaria a França em surtos periódicos, nos anos posteriores, seria na verdade a última guerra feudal francesa, desempenhando as antigas rivalidades familiares um papel mais importante que os conflitos religiosos propriamente ditos. Talvez estas sejam afirmações ousadas, mas é fato que essas rivalidades tiveram uma importância dificilmente negligenciável nos conflitos que se seguiriam³¹³.

³¹² A guerra estrangeira é um arranhão no cotovelo; a guerra civil é uma úlcera que come o fígado”.

³¹³ Segundo Jouanna, isolar motivações políticas ou religiosas de modo preponderante para explicar o conflito que dominaria a França na segunda metade do século XVI seria “mutilar a realidade” (JOUANNA, Arlette. *Histoire et Dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Robert Laffont, 1998, p. 4.). Numa abordagem tributária ao Estruturalismo, Holt, por outro lado, interpreta a motivação religiosa

Cada clã tinha suas peças no tabuleiro: peões, cavaleiros (além de algumas peças de artilharia), torres (e outras fortificações de todo tipo), bispos (e cardeais) e até rainhas (como o seria Maria Stuart, sobrinha dos Guise, após a morte de Henrique II), mas havia apenas um rei, arduamente disputado por todos.

Os Montmorency eram liderados por Anne de Montmorency, condestável de França, líder militar de todas as forças do reino, honraria que lhe dava enorme poder, tanto do ponto de vista administrativo, quanto em relação à ampliação de sua esfera de influência. Sua riqueza fundiária era enorme e, como se não bastasse, governava o Languedoc, ao lado de seu filho François, encarregado da administração da Ilha de França. Além disso, contava com a predileção de Henrique II, tendo seu maior poder como “favorito, e não como condestável e grande senhor”, no dizer de Jean Mariéjol³¹⁴. Testemunho de seu prestígio junto ao monarca é o fato de que uma de suas noras, casada com François de Montmorency, era ninguém menos que Diana de França, filha natural de Henrique II e sua influente amante, Diana de Poitiers³¹⁵.

Assomavam com destaque, ao lado da casa de Montmorency, um de seus ramos mais jovens, os Chatillon, sobrinhos de Anne de Montmorency por parte de mãe. Entre os três irmãos destacava-se sobretudo Gaspard de Coligny, que ocupava, sob Henrique II, o cargo de almirante de França. Seria sob os auspícios do mesmo que Villegagnon viria tentar a sorte na Guanabara. Quando do início das guerras de religião, em 1560, os Chatillon se tornariam uma das mais importantes lideranças do partido protestante, como veremos adiante³¹⁶.

A casa dos Guises disputava então um lugar ao sol com os Montmorency. Originários da Lorena, o ingresso do clã nas fileiras da monarquia francesa era recente, datando do início do século XVI, quando Claude, conde de Guise, herdara consideráveis domínios na

como central, sendo os aspectos sociais e políticos apenas secundários, embora afirme que “the French wars of religion were fought primarily over the issue of religion as defined in contemporary terms: as a body of believers rather than the more modern definition of a body of beliefs” (“As guerras de religião na França foram combatidas principalmente em torno da religião, pela definição coeva: como um corpo de crentes, e não um corpo de crenças, segundo a definição mais moderna”). Sob essa perspectiva, os conflitos passados na França seriam uma tentativa de restabelecer o equilíbrio do “corpo social”, livrando-o de suas impurezas, ou seja, os seguidores de outras denominações religiosas (HOLT, Mack P. *The French Wars of Religion, 1562-1629*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 1-3).

314 MARIÉJOL, Jean H. *La Réforme et la Ligue – L'Édit de Nantes (1559-1598)* In: LAVISSE, Ernest. *Histoire de France*. Paris: Hachette, 1904, tomo sexto, p. 2.

315 Segundo Mariéjol, Catarina de Médici tomara certa inimizade a Montmorency, motivada por esse casamento, pois em certa ocasião Montmorency teria afirmado em público que sua nora era mais parecida com Henrique II que os demais filhos. (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 5).

316 Datamos aqui as Guerras de Religião de 1560, da Conspiração de Amboise, como primeiro choque entre os grupos religiosos, embora a primeira guerra propriamente dita, como se sabe, só se iniciaria em 1562.

França. Receberia de Francisco I o governo da Champagne e da Borgonha, devido a seus serviços militares, e se aproximaria da linhagem real casando-se com Antoinette de Bourbon³¹⁷.

Morto em 1550, seus descendentes ocupariam o lugar que conquistara na corte dos reis de França. Seus filhos receberiam importantes cargos e títulos, destacando-se François de Lorraine, duque de Guise, e Charles, que viria a se tornar cardeal de Lorena.

Para seus adversários, os Guises eram uma família de estrangeiros, pouco dignos de confiança no que diz respeito à condução dos negócios de Estado. De fato, diz-se que seu manejo da língua francesa deixava um tanto a desejar, situação que seus rivais não deixariam passar em branco. Quando da morte de Henrique II os mesmos evocariam essa circunstância, com o intento de conter o crescente poder obtido pelos Guise junto ao jovem monarca Francisco II³¹⁸.

A seu favor, os Guises podiam evocar sua reputação de zelosos protetores da fé católica: Claude, fundador do ramo francês da dinastia combatera arduamente a expansão dos anabatistas, chamando mesmo a atenção dos papas. Durante as guerras de religião essa tradição seria mantida por seus sucessores, que viriam a ser a principal liderança do partido católico, chegando a fundar, no período mais tenso das hostilidades, a Liga católica, que enfrentaria a autoridade de Henrique III em nome da fé³¹⁹.

Ao lado destes clãs perfilavam-se os Bourbon, príncipes do sangue, especialmente Antoine de Bourbon, cabeça da linhagem, primeiro príncipe do sangue e herdeiro presuntivo do trono. Antoine era duque de Vendôme e rei de Navarra, devido a seu casamento com Jeanne d'Albret³²⁰, e mantinha então uma postura ambígua com relação aos reformados, aparentando apoiá-los, mas nunca de maneira explícita³²¹.

317 Afirma Mariéjol que Claude de Guise foi o primeiro a se tornar par de França sem ser um príncipe do sangue. Lembra ainda que fôra feito governador da Champagne e da Borgonha (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 3).

318 De fato, Margarida de Parma, regente dos Países Baixos escreveria sobre os Guise a seu irmão, Felipe II: "ils sont tenus par tous comme étrangers" (JOUANNA, op. cit., p. 56).

319 De acordo com Mariéjol, essa reputação valeria à família a concessão de benefícios eclesiásticos: Jean de Lorraine, irmão mais novo de Claude seria feito cardeal aos vinte anos, além de administrador de grande número de terras eclesiásticas. Boa parte desses benefícios seria posteriormente passada aos sobrinhos de Jean, quando de sua morte. Contudo, segundo D'Amaral, esse posicionamento não era ainda tão claro em 1560, e a identificação profunda entre os Guise e o Catolicismo intransigente seria estimulada pelos eventos de Amboise (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 3; D'AMARAL, Catarina Costa. *A invenção da tolerância: política e guerras de religião na França do século XVI*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2008).

320 Como lembra Jouanna, Jeanne d'Albret fomentaria o desenvolvimento da Reforma em seu reino a partir do ano de 1557, chegando a abjurar publicamente o Catolicismo em 1560 (JOUANNA, op. cit., p. 643).

321 Como lembra Jouanna, Jeanne d'Albret fomentaria o desenvolvimento da Reforma em seu reino a partir do ano de 1557, chegando a abjurar publicamente o Catolicismo em 1560 (JOUANNA, op. cit., p. 643). Com relação ao suposto apoio de Bourbon aos reformados, Mariéjol destaca sua participação nas

Destaca-se na família seu irmão Louis, príncipe de Condé, que se tornaria uma das principais lideranças protestantes. Além desses, diversas ramificações do clã consolidavam seu prestígio político, militar e fundiário.

Durante as tensões surgidas nos anos que viriam, as atitudes dos Bourbon seriam atentamente observadas pelos envolvidos no jogo político, como casa mais próxima da dinastia reinante, cujas decisões traziam elementos significativos ao desenvolvimento das disputas. Além disso, a ação militar de figuras como Condé, ou, mais tarde, seu sobrinho Henrique de Navarra, posteriormente Henrique IV, teria grande impacto no desenrolar dos conflitos.

Outra figura importantíssima era Catarina de Médici, viúva de Henrique II, e rainha extremamente atuante na cena política francesa, tanto por sua autoridade como rainha mãe como pela sua influência habilmente articulada dentro da corte. Especialmente durante a menoridade do rei Carlos IX, desempenharia importante papel como regente³²².

Como observa Jouanna, Catarina tinha a seu lado um grupo de fiéis aliados vindos da Itália. Entre estes se contavam seus primos, os Strozzi, além de uma série de famílias nobres de origem italiana que apoiavam o lado francês nas guerras da Itália, tendo se instalado no reino durante esse período, ou posteriormente exilados, por exemplo os Birague ou os Gondi, entre outros. Além destes, contava também com inúmeros franceses que lhe eram leais. Essa vasta clientela lhe garantia uma influência política imensa³²³.

No meio de 1559 esse equilíbrio de poder seria rompido: o monarca Henrique II morria de forma inesperada num duelo, deixando o trono para seu filho Francisco, então sagrado Francisco II.

O jovem tinha apenas quinze anos, e logo anunciou os Guise como seus favoritos, especialmente François de Lorraine, duque de Guise, a quem entregava o comando militar, e seu irmão, Charles, Cardeal de Lorena, que era encarregado das finanças e do Estado. Segundo

manifestações dos protestantes em Paris, no ano de 1558, em que se misturou a esses durante as noites em que cantavam hinos e predicavam em público (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p.6). Como salienta Jouanna, em fins da década de 1550, ele se posicionaria ao lado da esposa em suas tendências reformistas, chegando a trazer a Navarra um pastor genebrino; a partir da morte de Henrique II, em 1559, passaria a tomar uma atitude cada vez mais ambígua; em 1560 renegaria Jeanne d'Albret, quando de sua abjuração pública do Catolicismo (JOUANNA, op. cit., p. 643).

322 Como lembra Jouanna, Catarina de Médici recebera uma refinada educação, dona de uma vasta erudição artística e literária. Além disso, durante os anos de reinado de seu marido teria adquirido traquejo político e administrativo, especialmente durante suas ausências, em que lhe confiaria a presidência do Conselho. Certamente esses aprendizados, embora discretos, lhe seriam de grande importância quando de sua estréia na cena política (JOUANNA, op. cit., pp. 771-772). Apesar disso, Mariéjol sustenta o caráter surpreendente da firmeza demonstrada pela rainha-mãe a partir da morte de Henrique II.

323 Jouanna lembra ainda que, estando Henrique II ainda em vida, Catarina de Médici nutria maior simpatia pelos Guise que por Montmorency (JOUANNA, op. cit., pp. 727, 772, 943 e 1315).

Mariéjol e Jouanna, os Guise então gozavam da vantagem de ter sua sobrinha, Maria Stuart, como rainha, o que os ajudava a granjear o favor do rei³²⁴.

Como observa Jouanna, em pouco tempo os Guise traçariam um círculo de isolamento em torno do jovem monarca, determinando quem poderia ter acesso ao rei, e estando sempre presentes em qualquer audiência com terceiros, mantendo sua influência sobre a figura do soberano e provocando murmúrios da parte de seus adversários³²⁵.

A situação foi se tornando mais tensa na medida em que, sob o influxo dos Guise, diversos benefícios foram retirados dos favoritos do falecido monarca, e os efetivos do exército foram reduzidos, devido à necessidade de pagar dívidas do reinado anterior. Ainda mais significativa foi a política religiosa dos Guise, marcada por um enrijecimento na perseguição aos protestantes, através de medidas cada vez mais radicais³²⁶.

O grupo de insatisfeitos com a proeminência dos Guise na condução do reino crescia a olhos vistos. Começavam a se articular críticas a respeito da situação, cujos principais argumentos destacavam a origem estrangeira dos lorenos, sendo esses, portanto, pouco aptos a reger o reino, e a idade do rei, considerado pelos críticos jovem demais para governar sozinho. De fato, estabelece-se uma discussão, procurando alguns provar que, pelas tradições do reino, o rei ainda era menor, e outros, escorando-se nas mesmas tradições, afirmavam ter este atingido a maioria aos quatorze anos.

Esses argumentos seriam retomados pelos protestantes, que, neles escudados, se viam livres para qualificar como ilícita a perseguição religiosa, uma vez que esta seria proveniente de uma situação irregular, em que um rei sem idade para governar seria manipulado por “estrangeiros”³²⁷.

324 Como observa Mariéjol, a situação nada tinha de inédita, e Montmorency ocupara posição de semelhante favoritismo no reinado anterior. Curiosamente, Mariéjol também atribui a escolha dos Guise como favoritos à saúde fraca de Francisco II, que o impediria de governar, numa tentativa de explicação fisiológica que não é de todo estranha à historiografia do fim do século XIX e início do XX (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 1-2; ver também JOUANNA, op. cit., p. 52).

325 Jouanna classifica essa atitude dos Guise como um “processo clássico de monopolização do favor” (JOUANNA, op. cit., p. 53).

326 Segundo Mariéjol, Montmorency seria o mais visado, perdendo o título de condestável, e sendo quase desprovido do cargo de governador do Languedoc. (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 9-11). Jouanna destaca o *affaire* de Metz como uma das causas de revolta contra os Guise, que teriam mandado prender, torturar e matar um mensageiro de Calvino aos príncipes alemães, provocando grande comoção nos meios huguenotes. Como salienta a autora, La Renaudie, um dos instigadores da conjuração de Amboise, era cunhado da vítima (JOUANNA, op. cit., pp. 55-56). Curiosamente, contudo, Holt situa a oposição aos Guise em 1560 num plano meramente religioso, nem mesmo citando Montmorency (HOLT, op. cit., pp. 42-43).

327 Jouanna tece interessantes considerações acerca desses debates, centrando-se especialmente nas obras de Hotman, Morel, Chandieu e Bèze, no campo protestante, e na de Du Tillet, no campo guisardo (JOUANNA, op. cit., pp. 52-60). Mariéjol, por outro lado, dedica apenas um parágrafo ao assunto, sob a manchete “La casuistique de l’insurrection” (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 13).

Muitos tinham esperança de que Antoine de Bourbon, como primeiro príncipe do sangue, tomaria uma atitude e faria valer aquilo que pensavam ser a legitimidade, afastando os Guise do poder. Bourbon, todavia, não corresponderia às expectativas, mostrando-se bastante cauteloso. Segundo Jouanna, não é improvável que esperasse obter auxílio dos Guise para resolver a situação do reino de Navarra, com partes ocupadas pelos Habsburgo havia mais de quarenta anos³²⁸.

Esse estado de coisas desembocaria na conjuração de Amboise, organizada por nobres protestantes, liderada por Jean du Barry, senhor de La Renaudie, cujo irmão fôra recentemente condenado à morte. O objetivo dos conspiradores era pôr fim à “tirania” dos Guise, tomando de armas. O grupo reúne suas forças nos arredores de Amboise, onde se encontrava o rei, com seus favoritos, em março de 1560³²⁹.

Contudo, os Guise estavam à frente dos conspiradores, que foram encontrados e presos pelos soldados do rei antes mesmo de sua ofensiva. A maioria dos conspiradores receberia clemência e seria mandada de volta a suas casas. No dia 17 de março haveria uma tentativa de ataque, rapidamente debelada. A maior parte dos participantes seria decapitada, afogada ou enforcada, e alguns dos cadáveres expostos exemplarmente.

Em 8 de março o rei reúne seu conselho, participando tanto alguns dos Guise quanto seus adversários, como os irmãos Chatillon, entre outros. Segundo Jouanna, esse encontro marca a percepção de que se fazia necessário aos católicos chegar a um acordo com os protestantes, não sendo mais eficiente ou praticável a linha persecutória, devido ao crescente número de reformados. Ainda que indiretamente, os conjurados teriam conseguido provocar um passo rumo a seu objetivo. Mariéjol faz outro balanço do acontecimento, sustentando que a conjuração tornara ainda menos popular a ação dos Guise, uma vez que muitos dos que os apoiariam antes passariam a ver a insurreição como fruto de sua política, inclusive Catarina de Médici³³⁰.

328 Jouanna observa ainda que muitos reformados, diante da postura indecisa de Bourbon, defendiam uma tomada de atitude por parte de seu irmão mais novo, o príncipe de Condé, que era declaradamente adepto da Reforma; essa opinião, contudo, era rigorosamente contrária às tradições fundamentais da monarquia francesa (JOUANNA, op. cit., p. 59).

329 Curiosamente, Mariéjol atribui a verdadeira autoria da conjuração a Condé, de cujos planos La Renaudie seria apenas o executor. Como base para estas temerárias afirmações utiliza-se apenas de um relato de época, *De l'Etat de France*, de Régnier de la Planche. Holt compartilha dessa opinião, dando como certa a participação de Condé em Amboise. É interessante reter a observação de D'Amaral, que afirma que o partido formado contra os Guise em 1560 era contra o governo, não contra a Coroa (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 14-15; HOLT, op. cit., p. 44; D'AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 61).

330 No dizer de Mariéjol, a situação deixara os Guise mais “tratáveis” (JOUANNA, op. cit., pp. 67-69; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 19-20).

Durante o resto do ano de 1560 e em 1561 são feitas diversas tentativas de aproximação entre os dois grupos religiosos, notadamente na assembléia de Fontainebleau (21 a 26 de agosto de 1560), nos Estados Gerais de Orléans (13 de dezembro de 1560 a 31 de janeiro de 1561), e no célebre colóquio de Poissy (9 de setembro a 14 de outubro de 1561). O objetivo dessa linha de ação restabelecer a concórdia no reino, ou seja, o retorno a um único credo³³¹.

Para tanto, nesses encontros, notadamente no colóquio de Poissy, os diferentes envolvidos tentariam chegar a um denominador comum, e levar a uma reforma da Igreja no reino, dentro dessa perspectiva compartilhada.

Todavia, isso era mais difícil que aparentava, tamanhas eram as discordâncias dos dois grupos em torno de tantos problemas, tais como a questão da eucaristia, da salvação ou do uso de imagens no culto. Mariéjol chegaria a afirmar que era uma ilusão “croire (...) que, dans ce déchaînement de fureur, il y avait place pour un régime de tolérance, de sagesse et de bon sens”³³².

A bem dizer, o colóquio de Poissy já começara mal, ante a declaração feita por Théodore de Bèze, principal discípulo de Calvino, já na sessão de abertura. Na ocasião afirmaria veementemente que o corpo de Cristo estava tão longe da hóstia quanto o céu da terra, provocando reações inflamadas por parte dos católicos. Como observa Mariéjol, o colóquio rapidamente degeneraria em uma reunião a portas fechadas, onde o entendimento se fazia extremamente difícil³³³. Jouanna apresenta uma visão menos radical do encontro, lembrando que nas reuniões privadas chegou a ser elaborada por um grupo de dez teólogos católicos e calvinistas uma confissão comum, rejeitada pela assembléia³³⁴.

Já nessa época o poder escorregara das mãos dos Guise, com a prematura morte de Francisco II, poucos dias antes da abertura dos Estados Gerais de Orléans, perdendo esses a sua posição de favoritismo. Assumia o trono o pequeno Carlos IX, incapaz de governar o reino, tornando-se assim Catarina de Médici a regente, secundada pelo chanceler Michel de

331 Como observa Mariéjol, já a assembléia de Fontainebleau, ainda no reinado de Francisco II, seria marcada por um espírito de apaziguamento, especialmente nos discursos de Coligny, do bispo de Valence e do arcebispo de Vienne (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 22-24). D`Amaral afirma que após os eventos de Amboise começaria a se formar um partido da Coroa, distinto dos partidos católicos e protestante (D`AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 66).

332 “Acreditar que nessa expansão de fúria havia lugar para um regime de tolerância, sabedoria e bom senso”. A afirmativa se refere principalmente à crença de Michel de L`Hospital nessa possibilidade (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 21).

333 Diz Mariéjol que a regente só continuaria a participar do colóquio “par un reste de bonne volonté et comme pour manifester les dernières espérances de ses illusions” (“por um resto de boa vontade e como que manifestando as últimas esperanças de suas ilusões”) (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 48-51).

334 Da mesma forma, Jouanna retrata a postura da regente como esperançosa até o fim, envidando grandes esforços para o sucesso do colóquio (JOUANNA, op. cit., pp. 87-91).

L'Hospital. A realização do encontro em Poissy fora levada a cabo por estes, entusiastas da idéia de restabelecimento da concórdia³³⁵.

Em pouco tempo, todavia, e principalmente após o colóquio, percebeu-se que a concórdia não era um objetivo possível, pelo menos não a curto prazo. Em seu lugar, Catarina de Médici e o chanceler tentariam a solução da tolerância, vista como um mal necessário; a própria palavra “tolerância” tinha, até então, a conotação de sofrimento, de suportar a dor. Dessa forma, a idéia era de que seria necessário sofrer com a existência de dois cultos no reino, até que fosse possível restabelecer a concórdia.

D'Amaral define os dois conceitos de modo claro e conciso: “no século XVI, a tolerância caracteriza-se como a legitimação das diferenças presentes em um dado ambiente. A concórdia, por outro lado, era a transformação das diversidades em unidade”³³⁶. Como observa a autora, a noção de tolerância em si não era novidade. A patrística, Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino já defendiam que era necessário tolerar um mal para evitar outro maior. Por exemplo, segundo São Tomás, era preferível tolerar a prostituição para evitar a libidinidade. A novidade oferecida pelo século XVI estaria no objeto a tolerar, a própria divisão da Igreja, a heterodoxia³³⁷.

Faz-se ainda necessário observar a diferença entre os conceitos de tolerância religiosa e tolerância civil. A primeira, mais próxima de nossa atual noção, é a idéia de uma virtude pessoal, assumida voluntariamente por cada indivíduo, no sentido de adotar uma atitude compreensiva com relação aos crentes de outras religiões. A segunda, a seu turno, é constituída pelo dever cívico de respeitar e conviver pacificamente com outras opiniões, ainda que a contragosto. Segundo D'Amaral, a noção de tolerância civil corresponderia ao pensamento do século XVI, enquanto aquela de tolerância religiosa se engendraria sobretudo a partir do XVII³³⁸.

335 Mariéjol explica de modo curioso a obtenção da regência por Catarina de Médici. Segundo sua versão, ela teria feito Antoine de Bourbon desistir da disputa através de ameaças e chantagem, num encontro privado. O argumento é no mínimo questionável, e mais uma vez se baseia na narrativa de Régner de la Planche (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 27-28). Jouanna, escorada no historiador Lucien Romier, apresenta uma versão mais verossímil: Catarina de Médici e Antoine de Bourbon teriam chegado a um acordo; a rainha-mãe daria o selo real, e Bourbon o guardaria quando esta estivesse impossibilitada (JOUANNA, op. cit., p. 76).

336 Segundo a autora, a importância da concórdia aparece na maior parte dos éditos, com poucas exceções; boa parte dos éditos posteriores ao édito de Janeiro identificariam a concórdia como objetivo, e a tolerância como necessidade temporária (D'AMARAL, *A invenção...*, op. cit., pp. 12, 77).

337 Como destaca D'Amaral, a palavra “tolerância” só apareceria uma vez nos éditos reais, nas ordenações de Saint-Maur (1568), para suspendê-la; além disso, o documento identifica a tolerância como a causa da continuidade das guerras de religião. Ao mesmo tempo, os sucessivos éditos se curvam à dificuldade em restabelecer a concórdia, afirmando que esta só poderia ser obra de Deus, não do rei, adotando um tom resignado (D'AMARAL, *A invenção...*, op. cit., pp. 10-11, 18-21).

338 D'AMARAL, *A invenção...*, op. cit., pp. 21-22.

Nesse espírito é concebido o édito de Saint-Germain, ou “de janeiro”, promulgado em 17 de janeiro de 1562, que suspendia a proibição ao culto reformado, desde que realizado fora das áreas urbanas. A aceitação da via de tolerância parecia das mais dolorosas, tanto para huguenotes quanto para católicos, e a tensão aumenta a olhos vistos, embora não faltassem aqueles que a apoiassem³³⁹.

Em março de 1562 começaria a primeira guerra de religião. O que mais nos interessa aqui, com relação ao conflito, é a questão da disputa em torno do rei, e a nova configuração do sistema de alianças. Se formou então o “triumvirato”, reunindo no campo católico os Guises, os Montmorency, o marechal de Saint-André e Antoine de Bourbon, insatisfeitos com a política de tolerância. A coligação de nobres católicos manteria a família real como refém, sob pretexto de protegê-la³⁴⁰.

Ao mesmo tempo, Condé encabeçaria uma reação huguenote, levantando armas para salvar o rei dos seus supostos captores. Condé agia motivado por cartas enviadas pela regente, que apelava para ele como auxílio ante a delicada situação. Contudo, as medidas tomadas pelo príncipe pareciam exageradas, na opinião da rainha, que o desmentiu, exasperada³⁴¹.

A guerra terminaria com a derrota e a rendição das forças reformadas, sobretudo após a captura de Condé, na batalha de Dreux. Ao fim do conflito desapareceriam da arena dois

339 Como observa Jouanna, a idéia seria vista por muitos como ímpia, uma concessão inaceitável. A tolerância seria inclusive comparada à prostituição, dando origem, segundo a autora, ao termo irônico “casa de tolerância”; no campo oposto, salienta D`Amaral, a tolerância é enaltecida por afastar o espectro da guerra civil, como, por exemplo, nos poemas de Ronsard publicados por volta de 1560, onde apresenta a guerra contra os sarracenos como admirável, enquanto a guerra entre os cristãos é vista como um flagelo (JOUANNA, op. cit., pp. 101-110; D`AMARAL, *A invenção...*, op. cit., pp. 79-80). Mariéjol explica a opção de Catarina de Médici pela tolerância através de sua docilidade “aos movimentos de opinião”, que a voltava para “o que ela acreditava ser o partido do futuro” (MARIÉJOL, In: LAVISSE, p. 53). Segundo D`Amaral, o édito de Janeiro partia da conclusão de que a proibição ao Protestantismo tinha trazido mais males que benefícios (D`AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 75).

340 Como relata Jouanna, a denominação “triumvirato” parte do campo huguenote, comparando pejorativamente os líderes Anne de Montmorency, François de Guise e Saint-André aos personagens da antigüidade romana que tomaram o poder de forma violenta, no fim da república (JOUANNA, op. cit., p. 113). Mariéjol data a formação do triumvirato precisamente de 6 de abril de 1561, quando seus membros teriam se revoltado contra a permissividade da rainha quanto às práticas reformadas na própria corte, então situada em Fontainebleau (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 43-44). Segundo Jouanna, o triumvirato tomaria a corte, levando-a com o jovem rei a diversos lugares “com uma firmeza que não lhes deixou outra escolha” (JOUANNA, op. cit., p. 112). Mariéjol sublinha mais enfaticamente o caráter brutal dessa intervenção. Segundo ele, Bourbon teria ameaçado com bastonadas aqueles que se opusessem, e Guise teria declarado que “um bem que vem por amor ou por força não deixa de ser sempre um bem” (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 60).

341 Segundo Mariéjol, em 11 de abril a rainha faria o desmentido público, afirmando que ela e o rei estavam livres, e que os únicos prisioneiros eram os triúmviros, cujas vidas e corações estariam em suas mãos e de seu filho. Como observa D`Amaral, a falta de posicionamento claro da Coroa não seria mero oportunismo, indecisão ou inconstância; pelo contrário, a atitude seria guiada pela necessidade de preservar a monarquia e pela crença no restabelecimento da concórdia (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 60-61; D`AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 71).

personagens de peso, Antoine de Bourbon, morto em combate no sítio de Rouen, e François de Guise, alvejado por um huguenote numa emboscada em Orléans. Coligny seria acusado de ter parte no assunto³⁴².

Os grandes desafios para Catarina de Médici, durante sua regência, eram equilibrar as tensões entre os grupos rivais, e restabelecer a autoridade régia, sobremaneira abalada. Para tanto, a rainha-mãe adotaria uma postura conciliadora, procurando se manter em favor dos católicos e dos huguenotes, sem pender mais fortemente para nenhum dos lados. Ao mesmo tempo, iniciaria uma série de esforços no sentido de reforçar a autoridade do rei, sendo um dos mais destacados o seu “tour de France”, em que procurou aproximar os súditos de seu rei, buscando reacender o sentimento de fidelidade ao monarca.

Catarina de Médici reuniria ao seu redor um círculo composto por moderados, entre eles Jean de Morvillier, bispo de Orléans, Jean de Monluc, bispo de Valence, Albert de Gondi, conde de Retz, Guy de Lézignan, senhor de Lansac, e, principalmente, Michel de L'Hospital. Alguns se resignariam a essa situação, como Anne de Montmorency, ao contrário dos Guise, que se retirariam da corte em janeiro de 1564, quando Coligny foi inocentado da acusação de mandante do atentado contra François de Guise³⁴³.

A delicada situação era administrada pela regente como possível, embora não fossem poucas as tormentas nessa dura travessia. Como salienta Jouanna, ela se revelaria hábil negociadora, e trabalharia com corajosa dedicação no sentido de restabelecer a unidade e a grandeza do reino, procurando fazer com que voltasse à prosperidade dos tempos de Henrique II e Francisco I³⁴⁴.

Mariéjol destaca o lado supostamente surpreendente desse movimento de Catarina de Médici por tomar as rédeas da situação, tendo em vista a figura apagada que fôra durante o

342 Jouanna destaca a reação satisfeita dos huguenotes diante da morte de Guise, comparando o “tiranicida” a Judite matando Holofernes (JOUANNA, op. cit., p. 120). Como observa Mariéjol, os Guise nunca deixariam de acreditar no envolvimento de Coligny no atentado, acrescentando de modo lúgubre: “o filho da vítima aguardou a ocasião de vingar o sangue pelo sangue” (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 72).

343 Como observa Mariéjol, a dificuldade maior que a regente enfrentaria era a de agradar aos católicos e huguenotes sem ferir cada grupo em seu desejo de exclusivismo. O Édito de Amboise era um assunto particularmente complicado, visto pelos católicos como vergonhoso e pelos reformados como insuficiente (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 79-80). O embaixador veneziano não compartilharia dessa opinião, como cita Jouanna: a rainha “governa com pleno e absoluto poder e como se ela fosse o rei” (JOUANNA, op. cit., p. 134).

344 Essa opinião seria expressa pela regente em carta ao rei, afirmando que objetivava rever o reino “no estado no qual ele estava no passado, durante os reinos dos Reis Monsenhores vossos pai e avô” (JOUANNA, op. cit., p. 132).

reinado de seu marido, eclipsada pela atuação da amante de Henrique II, Diana de Poitiers, verdadeira senhora da corte francesa de então³⁴⁵.

É importante destacar uma característica de sua atuação como regente, marcada como um verdadeiro “governo epistolar”, no dizer de Jouanna, tal a importância que o envio de cartas tinha em sua administração, mantendo uma média de duas cartas enviadas por dia³⁴⁶.

É interessante introduzir aqui uma breve digressão com relação à Flórida huguenote. Entre os anos de 1562 e 1565 seria feita uma nova tentativa francesa de enraizamento no Novo Mundo. Sob os auspícios do almirante Coligny, os reformados Jean Ribault e René de Laudonnière estabeleceriam uma colônia bastante numerosa no litoral da Flórida, que, segundo Tordesilhas, pertenceria à Espanha.

A nova tentativa colonial diferia da França Antártica por ser um empreendimento levado a cabo exclusivamente por huguenotes. A colônia terminaria de maneira brutal, sob um violento massacre espanhol, numa enseada que receberia posteriormente o significativo nome de “Enseada de Matanzas”, atualmente “Matanzas Inlet”. Como observa Charles-André Julien, essa empresa, ao contrário da França Antártica, partia da iniciativa de Coligny, testemunhando a crescente importância para o almirante da constituição de um refúgio ultramarino.

Em 17 de agosto de 1563 seria declarada, diante do parlamento de Rouen, a maioria de Carlos IX. Essa seria uma vitória de Michel de L'Hospital que, fazendo uma reinterpretação das leis fundamentais do reino, obtivera que o rei se tornasse maior com quatorze anos incompletos (de fato, Carlos IX tinha treze anos e um mês, na ocasião). Esse foi um avanço importante para Catarina de Médici, na medida em que, dessa forma, assegurava de maneira mais sólida a continuidade da política de tolerância, pois essa passava a ser defendida pelo rei, cuja autoridade era incontestável. Dessa maneira calavam-se os argumentos que se voltavam contra a tolerância baseados na idéia de que a regente não teria poder legítimo para conduzir essa política³⁴⁷.

O “tour de France” teria lugar no ano seguinte, iniciando-se em 24 de janeiro de 1564 e terminando em 1º de maio de 1566, em grande parte coordenado pela rainha-mãe. Durante dois anos uma imensa caravana serpenteava pelas estradas francesas, enfrentando

345 Ver MARIÉJOL, In: LAVISSE, pp. 30-31. Como observamos na nota 10, Jouanna caminha num sentido bastante diferente, apontando toda a experiência prévia de Catarina de Médici com o poder, ainda que muito discreta.

346 Jouanna registra para esse período um mínimo de uma carta a cada dois dias (JOUANNA, op. cit., p. 132).

347 Jouanna explica que o argumento se apoiava numa ordenação de Carlos V em 1374, onde se estabelecia que a maioria régia era atingida no décimo quarto ano. Michel de L'Hospital destacaria então a ambigüidade do texto, que não esclarecia se era necessário completar quatorze anos ou apenas chegar ao décimo quarto ano (JOUANNA, op. cit., p. 135).

enormes desafios de logística. Festas, entradas e *lits de justice*³⁴⁸ faziam o caráter espetacular do empreendimento, buscando dissolver as inimizades e ao mesmo tempo reafirmar a autoridade régia. Segundo Jouanna, esse esforço corresponde à crença de Catarina de Médici de que, através da arte, a beleza reconduziria o reino à harmonia³⁴⁹.

Ao mesmo tempo, Carlos IX tentaria cativar a nobreza de província, através da concessão de mercês de variados tipos, diminuindo sua dependência das grandes casas como intermediários. Assim, os vínculos impessoais de obediência ao soberano devidos por todos os súditos se viam reforçados pelo laço pessoal de clientela. Ainda essa linha de atuação seria fruto dos conselhos de Catarina de Médici, que recomendava que assim seguisse o exemplo de Francisco I, seu avô³⁵⁰.

Durante o “tour de France” se daria um episódio decisivo para o desenrolar das guerras de religião, a entrevista de Bayonne, um encontro entre Carlos IX e a rainha da Espanha, sua irmã Élisabeth de Valois, representando seu marido, Felipe II. Nessa reunião o duque de Alba solicitaria a proibição do culto reformado e a aplicação das resoluções do concílio de Trento. Todavia, os huguenotes passariam a ver a entrevista como um encontro de conspiradores, em que teria sido tramado o extermínio de todos os protestantes, embora nada aponte realmente nesse sentido³⁵¹.

O início do reinado de Carlos IX assistiria a um fortalecimento dos católicos intransigentes, que paulatinamente reconquistam seu espaço no conselho do rei, principalmente os Guise. Paralelamente, começam a se formar ligas católicas em diversas regiões do reino, cuja principal função seria o restabelecimento da concórdia ou, na impossibilidade, a perseguição aos “hereges”. Como tentativa de cooptar e controlar esses grupos, o rei cria sua própria liga, na

348 Sessões dos parlamentos presididas pelo rei.

349 Como descreve Jouanna, essa jornada seria marcada por bailes, apresentações de teatro e diversos outros tipos de espetáculo, cujo conteúdo, muitas vezes, articulava simbolismos variados tendendo a enaltecer a figura do rei e a harmonia da ordem (JOUANNA, op. cit., p. 141). Mariéjol destaca outro aspecto da empresa: a crença de que a visão do rei “reanimaria o culto monárquico”. Segundo ele, a corte teria viajado “para dar medo em alguns, para dar confiança a outros”. Uma curiosidade apresentada pelo autor se refere às oitenta damas de honra da Rainha, jovens belíssimas que serviriam a sua senhora trazendo informações obtidas através da sedução, apelidadas de *escadron volant* (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 88). Segundo Holt, o “tour de France” seria uma guerra entre a rainha mãe e os parlamentos, pela resistência em registrar o édito de Amboise durante a regência (HOLT, op. cit., p. 60).

350 Cita Jouanna carta da rainha ao jovem Carlos IX, em que ela diria de Francisco I, seu avô, que ele “tinha os nomes de todos os que eram de casa [nobre] nas províncias, e outros que tinham autoridade entre os nobres, e do clero, das cidades e do povo; e para contentá-los e que eles se esforçassem para que tudo (sic) fosse à sua devoção” (JOUANNA, op. cit., p. 139).

351 Jouanna observa que anos mais tarde o movimento protestante sustentaria a idéia de que o massacre de São Bartolomeu fôra planejado na entrevista de Bayonne (JOUANNA, op. cit., p. 137). Mariéjol sublinha o fracasso que o encontro representou, não tendo sido atingidos os objetivos intentados pela coroa francesa, entre eles acordos matrimoniais envolvendo Marguerite de Valois e Henrique de Orléans (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 90-92).

esperança de que as demais se submetessem a esta. Nesse momento espalham-se rumores de que o cardeal de Lorena tencionava criar sua própria liga; aparentemente não passavam de boatos³⁵².

O fim do Concílio de Trento, em 1563, traz outros problemas. Um significativo grupo de católicos, liderado pelo Cardeal de Lorena, solicita que sejam aplicadas no reino as resoluções tridentinas, provocando um impasse ainda maior, dada a impossibilidade de conjugar a política de tolerância com as diretrizes estabelecidas pelo concílio³⁵³.

Nesse período a família de Montmorency muda de campo, complicando ainda mais o jogo político. O condestável e os seus tomam uma posição moderada, apoiando a idéia de tolerância. Essa nova postura reacenderia a antiga rivalidade com os Guise, agora agravada pela discordância religiosa³⁵⁴.

Em 8 de janeiro de 1565, um episódio agrava ainda mais esse antagonismo: o cardeal de Lorena tenta entrar com suas tropas armadas em Paris, sendo barrado pelo governador da cidade, o marechal François de Montmorency, que obedecia à proibição régia de que tropas particulares entrassem em Paris³⁵⁵. É interessante observar que quem ia à frente dessas tropas era ninguém menos que Villegagnon, a serviço de Charles de Lorraine. O cavaleiro de Malta figuraria nos versos feitos pelos huguenotes para ridicularizar a ocasião:

“Villegagnon le premier

Y conduisait l'avant-garde

Monté dessus un coursier

*Tenant une hallebarde!”*³⁵⁶

352 Jouanna data a fundação das primeiras ligas entre 1563 e 1564. Além disso, observa que muitas confrarias aderem à resistência anti-huguenote (JOUANNA, op. cit., pp. 150-153).

353 De acordo com Mariéjol, a Rainha e Michel de L'Hospital se oporiam mesmo à publicação das resoluções do concílio no parlamento de Paris, o que teria ocasionado uma virulenta discussão entre o chanceler e o cardeal de Lorena no Conselho privado (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 84). Jouanna observa que essa polêmica se espalhava muito além do Conselho, sendo vivamente discutida em opúsculos e outras obras. A autora cita também a decepção de Catarina de Médici com os resultados do Concílio, expressa em carta ao bispo de Rennes (JOUANNA, op. cit., p. 149).

354 Jouanna acrescenta ainda a morte de François de Guise como agravante dessa rivalidade, atribuída por seus familiares aos Châtillons que, como vimos, eram uma ramificação da família de Montmorency (JOUANNA, op. cit., p. 152).

355 Mariéjol sustenta que o episódio fôra motivado por uma interpretação errônea de seus deveres, por parte de François de Montmorency, uma vez que o próprio rei teria autorizado o cardeal de Lorena a entrar na cidade com uma escolta de arcabuzeiros, pois afirmava estar sob ameaça dos cúmplices de Poltrot de Meré, o assassino de François de Guise. Para o autor, esse equívoco teria sido motivado principalmente pela má-vontade de Montmorency para com os Guise (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 89-90). Assim como Mariéjol, Jouanna sublinha o quanto o episódio teria servido para alimentar e fortalecer a rivalidade entre as duas famílias (JOUANNA, op. cit., pp. 151-152).

356 “Villegagnon à frente/ Conduzia a vanguarda/ Montado em um cavalo/ Trazendo uma halabarda”. MARIZ e PROVENÇAL, p. 134.

A partir de então as tensões se acirram, e em 1567 estoura a segunda guerra civil. O país mergulharia em conflitos terríveis até 1570, com duas guerras separadas por uma paz de míseros cinco meses, entre março e agosto de 1568.

As duas guerras são motivadas pelo pânico huguenote, que imagina uma grande conspiração internacional, com o fito de exterminar todos os reformados, a começar pelas lideranças. A lenda da conspiração tramada em Bayonne ganha força, e em 1567 a passagem das tropas do duque de Alba rumo aos Países Baixos, vindo da Itália, faz com que sejam contratados mercenários suíços ao longo de toda fronteira leste do reino. Contudo, mesmo após a passagem do exército espanhol, os contingentes permanecem mobilizados. É o suficiente para que os huguenotes enxerguem aí o início da suposta ofensiva aniquiladora católica³⁵⁷.

Mais uma vez o príncipe de Condé toma a iniciativa, atacando a corte, aparentemente com o fito de afastar da figura do rei os líderes católicos intransigentes, acabando com sua “tirania”. O golpe, no entanto, não é bem sucedido, e a tentativa ganha todas as aparências de um atentado contra o rei³⁵⁸. Após meses de hostilidades é assinada a paz de Longjumeau, que ratificava o édito de Amboise e, como vimos anteriormente, durou apenas cinco meses. Em agosto de 1568 começa a terceira guerra, marcada pela internacionalização do conflito, segundo Jouanna. Os protestantes franceses se unem aos “gueux” dos Países Baixos, ao passo que a coroa, sob influência dos intransigentes, se aproxima de Felipe II, o campeão da fé³⁵⁹.

Em julho de 1568 tropas huguenotes se encaminham aos Países Baixos, lideradas por François de Cocqueville, um veterano da conjuração de Amboise, com a intenção de apoiar seus correligionários em revolta contra a Espanha. As tropas são derrotadas pelo exército do rei,

357 Mariéjol sustenta também que o fato do rei não se opor à expedição espanhola contra os reformados neerlandeses teria provocado vivo descontentamento entre os huguenotes. O autor observa ainda que o procedimento defensivo teria provocado viva indignação entre os espanhóis, que o veriam como uma precaução injusta (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 93-95. Ver também JOUANNA, op. cit., pp. 162-163).

358 Como observam Jouanna e Mariéjol, a iniciativa seria tomada apenas após diversas reuniões nos castelos de Condé e Coligny, ao longo do outono de 1567 (JOUANNA, op. cit., pp. 163-164; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 95). Os autores também salientam a circulação de panfletos e outros impressos buscando manifestar a justificativa protestante para o ato. Jouanna observa que os textos se ocupam muito pouco das questões religiosas, destacando outras problemáticas: o excesso de impostos, a instabilidade das leis, o alijamento dos nobres no poder, e a progressiva restrição das liberdades, entre outros. A questão religiosa se expressa principalmente na defesa da liberdade de culto (JOUANNA, op. cit., pp. 165-169).

359 Segundo D`Amaral, próximo ao fim da segunda guerra, os protestantes ficariam entusiasmados com a pacificação e a possibilidade de reaproximar-se do rei, mas esse sentimento seria logo obliterado pela sombra da desconfiança. Após tensas negociações, L`Hospital conseguiria a elaboração do édito de Longjumeau de modo favorável aos huguenotes (D`AMARAL, *A invenção...*, op. cit., pp. 91-94). Ao tratar da terceira guerra de religião Mariéjol dá um destaque muito menor a essa internacionalização do conflito apresentada por Jouanna (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 101-113). Segundo Jouanna é o receio dos huguenotes, pouco confiantes na paz de Longjumeau, que os faz buscar alianças externas (JOUANNA, op. cit., p. 173).

e Cocqueville executado³⁶⁰. Esses eventos levariam a que os aliados Condé, Coligny, e Guilherme de Nassau, príncipe de Orange, se propusessem a tomar armas contra seus adversários. Condé e Coligny instalariam seu quartel-general em La Rochelle, cidade portuária de onde recebiam apoio vindo dos “gueux”³⁶¹.

Durante a terceira guerra morreria o príncipe de Condé, executado na batalha de Jarnac por um dos principais homens de Henrique d`Anjou (futuro Henrique III) com um tiro de pistola na cabeça, indefeso, o que ia contra os princípios da nobreza. Aumentando a humilhação, o cadáver do príncipe seria transportado sobre o lombo de uma mula, provocando risos entre os católicos e revolta entre os huguenotes. Essa revolta seria aumentada pela morte de um Chatillon, François d`Andelot, envolvida em suspeitas de envenenamento³⁶².

A terceira guerra exporia de modo patente a postura moderada dos Montmorency: durante a passagem das tropas huguenotes pelo Languedoc, governado por Henri Montmorency-Damville, este não empreenderia esforços muito significativos em combatê-las; da mesma forma, seu irmão François, governador da Ilha de França evitaria se engajar no confronto³⁶³. Em 8 de agosto de 1570 é assinada a paz. É assinado o édito de Saint-Germain en Laye, que concede aos protestantes liberdade de culto, com restrições, e, ainda mais importante, eram-lhes concedidas algumas praças, como abrigo de segurança, entre estas La Rochelle e La Charité sur Loire³⁶⁴.

A terceira guerra faz de Gaspard de Coligny a principal liderança no campo dos reformados, com a morte de seu irmão François d`Andelot e, principalmente, de Condé. Os Guise, por sua vez, aprofundavam-se cada vez mais na sua postura intransigente³⁶⁵. Com o fim

360 Segundo Mariéjol, essa expedição não contaria com o apoio dos grandes líderes franceses, sendo mesmo recriminada publicamente por Condé. Contudo, os huguenotes desaprovaram a neutralidade da Coroa, ao não intervir em favor dos franceses condenados à morte ou às galeras pelo duque de Alba (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 104-105).

361 Segundo Jouanna e Mariéjol, a partida de Coligny e Condé rumo a La Rochelle se daria após uma tensa estadia dos dois na fronteira da Alemanha, em que seriam vigiados e espionados pela Coroa, devido ao temor de que esperassem reforços vindos dos príncipes protestantes germânicos (JOUANNA, op. cit., pp. 178-181; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 105-106). Mariéjol destaca a ineficiência da paz de Longjumeau, marcada por numerosos atos de violência católicos, tepidamente repreendidos pela coroa, o que aquebrantaria a confiança huguenote numa postura pacífica (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 103-104).

362 Condé caíra de seu cavalo e tinha uma das pernas quebrada. De acordo com Jouanna, a morte do príncipe reforçaria o temor huguenote de um projeto católico de extermínio, do qual Condé teria sido a primeira vítima, seguido de perto por Andelot. O feito de Henrique d`Anjou não passaria despercebido e, como observa D`Amaral, a terceira guerra marcaria a sua ascensão como líder católico (JOUANNA, op. cit., p. 182; D`AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 96).

363 Jouanna observa que o discreto auxílio dos Montmorency seria mais importante para os huguenotes na terceira guerra que seu próprio poderio militar. Esse posicionamento escandalizaria muitos católicos (JOUANNA, op. cit., p. 184).

364 Segundo Jouanna, os huguenotes exigiriam essas praças de segurança como garantia por estarem “escaldados” pela paz de Longjumeau (JOUANNA, op. cit., p. 185).

365 Como ressalta Mariéjol, os eventos da terceira guerra seriam extremamente desfavoráveis à posição

da terceira guerra há um retorno dos moderados ao poder. François de Montmorency, novo chefe da linhagem após a morte do pai, é um dos principais líderes moderados, sendo então cognominado “L’Hospital de espada”. Por outro lado, o conselho também é retomado pelos mesmos, onde passam a constituir a maioria, refletindo assim o próprio posicionamento do rei, que durante a terceira guerra passa ao campo dos partidários da tolerância³⁶⁶.

Coligny, por sua vez, permaneceria durante dois anos afastado da corte, temeroso de um atentado por parte dos Guise, que nesse meio tempo voltam a manifestar de modo cada vez mais ostensivo seu ódio contra o almirante, que ainda culpam pelo atentado contra François de Guise.

A aplicação da paz de Saint-Germain encontra grandes dificuldades entre os católicos, que se recusam a aceitar as concessões feitas aos huguenotes, mesmo tendo sido derrotados na guerra. Atos de violência católica contra os reformados acontecem em diversas cidades do reino, sendo seus líderes rigorosamente punidos, em algumas vezes com a morte. Essas punições só serviriam para aumentar a exasperação entre os católicos.

Paralelamente, a tensão internacional aumenta. Começa a ser pensada na França uma aliança com a Inglaterra e alguns príncipes alemães, com a finalidade de fazer frente à crescente hegemonia Habsburgo. Além disso, Carlos IX e Luís de Nassau negociam uma possível divisão dos Países Baixos entre a França, a Inglaterra e o Império, após a emancipação da região, com apoio francês e britânico. O plano nunca será levado adiante do ponto de vista oficial, embora Carlos IX apoiasse secretamente os huguenotes franceses para que auxiliassem seus correligionários neerlandeses. Esse posicionamento faria com que Felipe II aumentasse suas pressões sobre a coroa francesa, no sentido de punir de modo mais veemente os reformados, e especialmente Coligny³⁶⁷.

dos Guise. A Coroa se voltaria aos moderados, que se levantavam novamente em número significativo; por outro lado, Catarina de Médici se afastaria de uma postura intransigente devido aos atritos com Felipe II, que ela acreditava ter sabotado as negociações matrimoniais pelo casamento de Marguerite de Valois com D. Sebastião de Portugal. Além disso, as pretensões do cardeal de Lorena, que tencionaria unir a princesa ao jovem duque de Guise, terminariam por exasperar Carlos IX e sua mãe, que viam esses planos como arrogantes. Os Guise deixariam então a Corte, em desgraça (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 113). Segundo Holt, a posição destacada obtida pelo almirante faria com que surgissem receios: por volta de 1571 teria se difundido entre os católicos o rumor de que Coligny estivesse convertendo o rei à Reforma (HOLT, op. cit., p. 81).

366 Além de Montmorency, destacam-se no conselho outros defensores da tolerância: Jean de Morvillier, guarda dos Selos, Henri de Mesmes, senhor de Roissy, Sébastien de L’Aubespine, bispo de Limoges e Guy de Lansac. Representando minoritariamente a intransigência, René de Birague, italiano, e Nicolas de Pellevé, cardeal-arcebispo de Sens (JOUANNA, op. cit., p. 186).

367 Destacar-se-ia, nesse sentido, a possível aliança matrimonial entre as coroas francesa e britânica, através da união de Henrique de Anjou e da rainha Elisabeth (JOUANNA, op. cit., pp. 191-193). Mariéjol também aborda uma aliança entre a coroa francesa e Cosimo de Medici, senhor de Florença, contra Felipe II, estimulada pelas lideranças protestantes francesas e neerlandesas (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 116).

Durante a paz de Saint-Germain se esboçam dois projetos de casamento, com vistas a unir os dois grupos religiosos. O primeiro uniria Henrique d'Anjou, católico intransigente, e a rainha Elisabeth da Inglaterra, protestante. O plano esbarraria na postura irredutível do príncipe, e chegou-se mesmo a pensar em colocar o seu irmão mais novo, François d'Alençon em seu lugar. A tentativa, em todo caso, não iria adiante.

Outra das alianças matrimoniais, essa bem-sucedida, seria o casamento entre o jovem filho de Antoine de Bourbon, Henrique de Navarra, futuro Henrique IV, e a princesa Marguerite de Valois, "Margot". Naquele momento, Henrique de Navarra ascendia como uma das principais lideranças huguenotes ao lado de Coligny, tendo em vista a morte de seu tio, o príncipe de Condé. Henrique de Bourbon era agora o primeiro príncipe do sangue reformado, o que automaticamente o fazia uma figura importante para os protestantes, ao mesmo tempo que temível para os católicos³⁶⁸.

As tão acalentadas bodas, todavia, degenerariam no terrível massacre de São Bartolomeu, provavelmente o acontecimento mais sangrento do período de conflito religioso na França. Boa parte da nobreza huguenote comparecera ao casamento, que aparentemente marcaria o início de um período de entendimento entre os dois grupos religiosos. Entretanto, uma série de acontecimentos aniquilaria essas expectativas, a começar pelo atentado contra Coligny, alvejado no dia 22 de agosto de 1572, apenas quatro dias após a celebração do casamento. A autoria do crime permanece um mistério, embora alguns designassem no momento os Guise como mandantes, e outros, anos mais tarde, identificassem Catarina de Médici como a autora do golpe. O atentado despertaria as desconfianças entre os diversos partidos³⁶⁹.

Dois dias depois, na manhã de 24 de agosto, começa o massacre de São Bartolomeu, com a execução e a defenestração de Coligny, sob o comando de Henrique de Guise. Segundo Jouanna, o ato seria realizado seguindo uma decisão tomada pelo rei em reunião com seu conselho, especificamente pelos católicos intransigentes, estando ausente François de Montmorency. Mariéjol, pelo contrário, salienta o papel da rainha como instigadora,

368 Segundo Mariéjol, o casamento seria também estimulado como aproximação de Jeanne d'Albret, cuja aliança contra os espanhóis seria cobiçada por Catarina de Médici, ao contrário de Jouanna, que sublinha o caráter conciliatório das bodas (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 117; JOUANNA, op. cit., p. 191).

369 Mariéjol apresenta Catarina de Médici como a instigadora do assassinato, uma vez que Coligny ganhava cada vez mais influência sobre o rei, reduzindo seu próprio poder (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 125-126). Jouanna, pelo contrário, não se pronuncia em favor de nenhum julgamento, levantando, contudo, um leque de suspeitos onde figuram os Guise, a rainha, ou até mesmo a coroa espanhola (JOUANNA, op. cit., pp. 196-197). Ambos, contudo, apontam Charles de Louviers, senhor de Maurevert, como o provável executor.

aterrorizada pela inquietação desperta pelo mal-sucedido atentado contra o almirante, qualificando-a como “uma alma enlouquecida de medo e vazia de escrúpulos”³⁷⁰.

A partir daí começaria uma matança generalizada de huguenotes, fossem eles nobres ou não. Crendo ter o apoio do rei, o povo católico de Paris tomaria a iniciativa de justificar por sua própria conta todo e qualquer reformado que caísse em suas mãos. No próprio dia 24 o rei ordenaria inutilmente que cessassem as violências³⁷¹. Em poucos dias a violência se propagaria como uma onda além dos muros parisienses, seguida espontaneamente pelos católicos das províncias, desencadeando uma seqüência de massacres em outras cidades, que se prolongariam até o mês de outubro³⁷².

Segundo Jouanna, é bastante provável, ou quase certo, que o objetivo inicial fosse eliminar apenas um número restrito de líderes huguenotes, embora as verdadeiras razões que teriam levado a essa decisão sejam bastante nebulosas. É provável que tenha sido feita uma lista contendo o nome dos nobres reformados a serem eliminados. Seriam poupados apenas os dois Henriques, de Condé e de Navarra, embora obrigados a abjurar, obviamente como príncipes do sangue. O que não imaginaram ao tomar tal resolução, era a violência de grandes proporções que se instalaria. Jouanna assume, com Crouzet e Garrison, que é bastante possível que o principal móvel da decisão do conselho era o fortalecimento da autoridade real junto aos huguenotes³⁷³.

É interessante reproduzir o seguinte trecho, a respeito de Coligny, de uma carta de Carlos IX a Gaspard Schomberg, capitão dos *reîtres* do rei, no dia 13 de setembro (ou seja, menos de um mês do início do massacre), citada por Jouanna:

Il avoit plus de puissance et estoit mieux obey de la part de ceux de la nouvelle Religion que je n'estois, de sorte qu'estans arrogé une telle puissance sur mesdicts sujets, je ne me pouvois plus dire Roy absolu mais commandant seulement à une des parts de mon Royaume³⁷⁴.

370 Jouanna chega a criticar tais versões, que qualifica como “romancescas” (Ver JOUANNA, op. cit., p. 198; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 128). Holt adere, embora discretamente, a essas interpretações, reforçando a idéia de Carlos IX como marionete de sua mãe. Ao mesmo tempo, sustenta que não importava quem sugerira a idéia do massacre, mas sim que o rei e Catarina de Médici concordaram, no que retoma ainda a imagem tradicional de Carlos IX como fraco e influenciável (HOLT, op. cit., pp. 59, 84).

371 Segundo Mariéjol, a hesitação do rei e suas ordens e contra-ordens “deixavam toda liberdade às paixões” (Ver MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 131; JOUANNA, op. cit., p. 202).

372 Jouanna observa que em certas cidades, como Rouen e Orléans, a intensidade dos massacres faria com que milhares de huguenotes abjurassem (JOUANNA, op. cit., p. 204).

373 Jouanna cita as teses de Crouzet, Garrison e Venard, que classificariam a decisão régia como “massacre político” ou “golpe de majestade” (JOUANNA, op. cit., pp. 198-199). Holt, de modo bastante simplificador, reduz o massacre a sua tese, explicando São Bartolomeu como uma tentativa de cura do “corpo social” (HOLT, op. cit., pp. 90-92).

374 “Ele tinha mais poder e era mais obedecido que eu pelos da nova Religião, de modo que tendo um tal poder sobre meus súditos, eu não podia mais me dizer Rei absoluto, mas comandando apenas uma das

De fato, no dia 26 de agosto, o rei se apresentaria diante do parlamento de Paris assumindo ser o responsável pelo massacre, sustentando que sua intenção era de evitar uma conjuração dos protestantes, embora afirmasse em carta aos governadores das províncias que se tratava de um ato sedicioso dos Guise, buscando se vingar de Coligny. As interpretações com relação à atitude do rei são as mais variadas, e não nos deteremos demasiadamente nesse tópico³⁷⁵. Após a fatídica noite surgem inúmeros panfletos huguenotes voltados contra a família real, acusada de traição: a rainha mãe seria acusada de “maquiavelismo”, evocando suas origens florentinas. Apesar disso, alguns, como Hotman, ainda reconhecem que durante vinte anos Catarina de Médici havia se esforçado por manter a paz³⁷⁶.

A quarta guerra de religião, iniciada em outubro de 1572, viria na esteira dos massacres de São Bartolomeu: desconfiados, os huguenotes formariam diversos focos de resistência aos ataques, levados a cabo pelo rei que se tornava, para eles, um tirano. Diversos libelos protestantes convidavam à resistência. Ganhariam destaque nessa fase do conflito os sítios de Sommières, Sancerre (do qual Jean de Léry faria parte) e, principalmente, de La Rochelle, cidades onde se organizaria uma encarniçada resistência³⁷⁷.

A guerra se concluiria em julho de 1573, com o édito de Bolonha, que concederia liberdade de consciência e liberdade de culto, esta última com muitas restrições. Em grande medida a conclusão da guerra era devida à chegada de uma comitiva polonesa à França, que vinha anunciar a eleição de Henrique d'Anjou ao trono polonês. De acordo com Jouanna, o fato de haver numerosos nobres poloneses reformados, e exigentes de uma postura tolerante, influenciou para a conclusão pacífica das hostilidades, devido à necessidade de salvar as aparências em benefício do rei recém-eleito. Por outro lado, como salienta D' Amaral, o édito de Bolonha argumenta veementemente sobre o dever de obediência ao rei por parte dos súditos³⁷⁸.

Após a quarta guerra começaria a se formar uma corrente de opinião que tenderia a ver os eventos recentes da França não apenas como um conflito religioso, mas como um

partes de meu Reino” (Apud JOUANNA, p. 199).

375 Cabe lembrar que, no dia 26, o rei ordenaria ao parlamento instruir um processo contra Coligny e outros líderes huguenotes, legitimando, *après coup*, as execuções (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 132). Como observa Jouanna, o principal saldo do massacre foi o fim, ao menos temporário, da política de tolerância (JOUANNA, op. cit., p. 203).

376 D' Amaral ainda salienta a tensão vivida pelo rei e sua mãe, hesitantes entre a moral cristã e a “razão de Estado” (D' AMARAL, Catarina Costa. *O caos e a política (o imenso problema das guerras de religião na França do século XVI e seus encaminhamentos)*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2003, pp. 98-100, 104-106, 115).

377 Como observa Jouanna, a resistência de La Rochelle daria lugar a um paralelo com a narrativa bíblica sobre a cidade de Libna, que teria resistido em armas à tirania de Joram, dando lugar a toda uma argumentação justificativa (JOUANNA, op. cit., p. 208).

378 Segundo Mariéjol, os delegados poloneses exigiram de Henrique de Anjou que se ligasse a um duplo juramento, que estabelecia limites à autoridade régia e exigia “manter e guardar a paz entre as religiões diferentes” (Ver MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 139-140; JOUANNA, op. cit., pp. 212-213; D' AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 110).

fortalecimento da monarquia em detrimento da nobreza, independentemente de filiações religiosas. Forma-se a percepção de que o que está em jogo não é apenas a liberdade religiosa, mas qualquer liberdade. Prognósticos sombrios vêm aí a formação de uma tirania, que levaria os franceses a uma situação semelhante à dos turcos. Essa corrente é formada por grupos com traços comuns, principalmente “*descontentes*” e os “*monarcômacos*” (literalmente, “os que lutam contra o monarca”, denominação estabelecida *a posteriori* pelo crítico William Barclay). Apesar do repúdio à tirania, que os une, esses grupos defendem concepções diferentes a respeito do modo como deveria ser administrado o poder³⁷⁹.

Tais interpretações levam a uma aproximação entre os huguenotes e setores moderados da nobreza, identificados como os “*descontentes*” (“*malcontents*”). Esses últimos imaginam que a monarquia precisaria eliminar os nobres de velha cepa, para fortalecer seu poder, ao mesmo tempo instituindo uma nova nobreza inteiramente fiel à coroa, assemelhada aos janízaros do Sultão, ou o “Turco”, como eles denominavam. Segundo eles, essa nova nobreza, totalmente dependente do favor do rei se tornaria uma classe de dóceis executores da vontade do monarca, ao contrário dos membros das grandes casas, largamente independentes do apoio do rei, senhores, como vimos, de vasta riqueza e de profusa clientela. Muitos viam nos italianos de Catarina de Médici e nos lorenos exemplares dessa embrionária casta, significativamente composta por “estrangeiros”. O boato de que na “lista negra” de São Bartolomeu constariam alguns nobres moderados, como os Montmorency, confirmaria esses temores³⁸⁰.

Liderando a facção dos *descontentes* estão os irmãos François e Henri de Montmorency, além do irmão caçula do rei, François d'Alençon. No campo huguenote destacam-se os primos Henriques, de Condé e Navarra, ainda que estes últimos continuassem

379 Como observa Jouanna, a principal diferença das duas correntes é a ênfase dos “monarcômacos” na necessidade da participação dos estados gerais na tomada de decisões, em oposição à defesa da nobreza como contrapeso aos excessos do poder absoluto, sustentada pelos “*descontentes*” (JOUANNA, op. cit., pp. 215-222).

380 Como salienta Mariéjol, por volta de 1573 inicia-se uma nova guerra de panfletos, que viriam a fortalecer o ponto de vista descontente (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 146-147). É bastante eloqüente a citação de Jouanna ao *Discours Merveilleux*: “a isso mesmo vos chama vosso dever e honra, Senhores e fidalgos Franceses. Não é por nada que portais armas: é pela salvação de vossos Príncipes, de vossa pátria, e de vós mesmos. Não sofrei que vossos Príncipes sejam escravos, que os principais Oficiais desta Coroa, pela simples afeição que sabemos que têm por sua conservação, estejam em perigo de vida, que vós mesmos sejais todo dia expostos à morte, para satisfazer ao apetite de vingança de uma mulher, que quer se vingar de vós, e, ainda mais, através de vós. Reconheçamos, qualquer que seja a diferença de Religião que haja entre nós, que ao menos nós somos todos Franceses, filhos legítimos de uma mesma pátria, nascidos em um mesmo Reino, súditos de um mesmo Rei” (In: JOUANNA, op. cit., p. 235).

forçados a se confessar católicos (Henrique de Navarra retornaria à Reforma assim que se evadisse da corte, em fevereiro de 1576)³⁸¹.

Em janeiro de 1574, os moderados viriam a se fortalecer no conselho, com a readmissão de Montmorency e d'Alençon. No entanto, seu triunfo duraria pouco: em 16 de fevereiro o duque de Guise atacaria o senhor de Ventabren, cliente de d'Alençon. Segundo Guise, o nobre teria sido pago por Montmorency para matá-lo. Aparentemente, este teria sido apenas um estratagema para provocar a desgraça dos moderados, que obteria bom resultado: o duque d'Alençon e Henrique de Navarra se veriam obrigados a permanecer na corte sob estrita vigilância, ainda que com certa liberdade de movimento; François de Montmorency seria expulso da corte³⁸².

Ainda no fim de fevereiro começa a quinta guerra a partir da tomada de armas dos *descontentes* e dos huguenotes, motivada pela desgraça dos moderados. Em diversas regiões do reino organizam-se as forças rebeldes. No mesmo ano seriam feitas duas infrutíferas tentativas de retirar d'Alençon e Navarra da corte; a segunda tentativa resultaria na prisão de François de Montmorency, acusado de orquestrar a empreitada³⁸³.

Em 30 de maio morreria Carlos IX, ao que tudo indica por causas naturais. Catarina de Médici assume então a regência, aguardando que Henrique d'Anjou retorne da Polônia. Esse retorno, todavia, é algo duvidoso, uma vez que não se sabe se lhe será permitido deixar o trono polonês. Essa incerteza daria aos rebeldes a esperança de ver o duque d'Alençon no trono³⁸⁴. Contudo, em 6 de setembro Henrique d'Anjou, doravante Henrique III, pôria os pés

381 Jouanna destaca que grande parte dos *descontentes* provinha da clientela desses líderes, circunstância que seria evocada posteriormente pelos seus adversários para desqualificar o movimento, como uma simples atitude de despeito pela perda de favores do rei. D'Amaral, por sua vez, destaca o fato de que alguns dos *descontentes* são antigos reformados, recém-convertidos ao Catolicismo (JOUANNA, op. cit., pp. 231-232; D'AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 107). Mariéjol trata o movimento de modo bastante desfavorável, classificando-o como um complô de François d'Alençon; Holt adere a essa linha de interpretação, qualificando a atuação de Alençon como mera ambição política, não falando sequer na proposta mais ampla dos *descontentes*, apresentando o príncipe e os Montmorency como líderes das forças protestantes (!). Por sinal, Holt polariza de modo homogeneizante a luta entre católicos e protestantes, sem diferenciar os primeiros entre moderados ou intransigentes (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 110; HOLT, op. cit., p. 103, 106). É interessante ainda observar que Mariéjol assimila o movimento dos *descontes* ao dos *políticos*, como um só, ao passo que Jouanna diferencia enfaticamente as duas facções (Ver MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 161-172; JOUANNA, op. cit., pp. 1068-1069; 1210-1213). Também é importante ter em mente, como observa D'Amaral, que *descontentes* e huguenotes continuam tendo a concórdia como um ideal para o futuro (D'AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 113).

382 Segundo Jouanna, essa desafortunada seqüência de eventos seria uma grande decepção para os moderados e para os huguenotes, que esperavam obter maiores avanços no estabelecimento da tolerância (JOUANNA, op. cit., pp. 230-231).

383 Os nobres La Molle e Coconat, envolvidos na segunda tentativa de fuga, seriam executados exemplarmente (JOUANNA, op. cit., p. 237). D'Amaral salienta que nesse mesmo período huguenotes e *descontentes* publicariam diversos apelos à paz, assimilando a violência à paixão, não ao zelo religioso (D'AMARAL, *A invenção...*, op. cit., pp. 115-117).

384 Segundo Mariéjol, essas circunstâncias ofereceriam a Catarina de Médici poder ilimitado, não lhe

de volta em sua terra natal, frustrando as expectativas de huguenotes e *descontentes*. Em abril do ano seguinte seria coroado, casando-se dois dias depois com uma sobrinha dos Guise, Louise de Vaudémont. O rei intransigente mostrava quem eram seus aliados³⁸⁵.

Mas a rebelião continuava.

Em setembro de 1575 François d'Alençon finalmente realizaria sua fuga, publicando três dias depois um manifesto, fortalecendo o movimento com seu prestígio como príncipe do sangue. Em dezembro a maré viraria a favor dos revoltosos: Condé entraria na França com aproximadamente vinte e cinco mil homens recrutados no Palatinado, conduzidos pelo próprio filho do eleitor palatino, Johann Casimir. Essas tropas ficariam acantonadas em Moulins, perto de Paris. Em fevereiro de 1576 eles receberiam Henrique de Navarra, que conseguia então escapar da corte.

A situação era então extremamente favorável aos revoltosos, que contavam com mais de cinquenta mil homens ao redor de Paris, quase o dobro dos efetivos reais. Pode-se dizer que tinham “a faca e o queijo na mão”, talvez um belo camembert³⁸⁶. Em maio seriam assinados a paz de Étigny e o édito de Beaulieu, consolidando a vitória dos rebeldes. Este último concedia a maior vitória conseguida pelos huguenotes até então: liberdade de consciência e culto praticamente irrestritas. As únicas reservas quanto ao culto eram a sua proibição em Paris e duas léguas ao redor. Além disso, o édito estabelecia câmaras bipartidas nos parlamentos de Paris, Rouen, Rennes, Toulouse, Aix-en-Provence, Grenoble e Dijon. Essas câmaras seriam compostas por magistrados das duas confissões, encarregados de julgar diferendos envolvendo católicos e protestantes; em caso de litígios entre reformados, os mesmos seriam julgados exclusivamente por magistrados de sua religião³⁸⁷.

Os *descontentes* também não saíam de mãos vazias: d'Alençon (que se tornava então duque d'Anjou), Condé, os Montmorency, Navarra e até Casimir receberiam governos ou seriam restabelecidos em cargos dos quais tinham sido desprovidos³⁸⁸. Essa vitória não deixaria

sendo mais necessário persuadir o jovem Carlos IX (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 153).

385 Mariéjol narra as incríveis circunstâncias da fuga de Henrique de Anjou, que os poloneses desejavam reter à força. O monarca escaparia de seu castelo por uma escada secreta, correndo a cavalo durante três dias, perseguido pelo marechal do palácio, até chegar à Áustria em segurança (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 154). Sua união a Louise de Vaudémont não deixaria de ser importante para os Guise, tendo se dado poucos meses após a morte de um de seus líderes mais antigos, o cardeal de Lorena (JOUANNA, op. cit., p. 240).

386 Como destaca Jouanna, apesar da evidente vantagem das forças rebeldes, alguns, como o duque de Nemours, alertavam a Alençon: “os reis são sempre os mais fortes, e os outros sempre sucumbem” (JOUANNA, op. cit., p. 240).

387 Jouanna salienta o artigo 16 do Édito de Beaulieu, que reabilitava as vítimas de São Bartolomeu (JOUANNA, op. cit., p. 241).

388 François d'Alençon ganhava Anjou, Touraine e Berry, além do título de duque de Anjou; Condé retomava a Picardia; Casimir recebia o ducado de Étampes; Navarra ganhava Guyenne, Poitou e

de incomodar aos católicos intransigentes, que logo iniciam uma reação. O ano de 1576 veria o surgimento de inúmeras ligas católicas, unidas por juramentos que prometem entregar até a última gota de sangue pela fé católica, o que não deixa de ser algo bastante ameaçador³⁸⁹.

Catarina de Médici veria aí uma iniciativa guisarda, como o mostra uma de suas cartas a Henrique III. De fato, embora os Guise naquele momento não tivessem nenhum envolvimento direto com qualquer dessas ligas, algumas delas eram encabeçadas por fiéis do clã. Nessa época começam a circular panfletos afirmando que os lorenos seriam representantes da linhagem carolíngia, e se esboçam idéias de que talvez viessem a ser melhores monarcas que os “capetíngios” no poder³⁹⁰. Henrique III tentaria o mesmo expediente empregado por seu irmão Carlos IX anos antes, o de criar uma liga oficial e exigir a filiação das demais a esta. Entretanto, não seria tão bem sucedido, encontrando reticências por parte dessas organizações com relação à adesão e submissão ao grêmio régio³⁹¹.

De fato, agora eram os católicos intransigentes que se mostravam pouco dóceis à soberania do rei. Apropriando-se do discurso articulado por huguenotes e *descontentes*, queriam estes agora impor restrições ao poder do monarca através dos Estados Gerais.

Na reunião dos Estados Gerais em Blois, em novembro de 1576, esses debates ocupariam grande espaço, especialmente porquê os intransigentes desejavam, através da decisão dos três estados, obrigar o rei a abrir mão da política de tolerância. Diga-se de passagem que estes tinham a maioria dos deputados eleitos. Huguenotes e *descontentes* percebiam então que

Angoumois; François de Montmorency retomava o governo do Languedoc que, no dizer de Mariéjol, fazia dele “uma espécie de vice-rei muito independente” (ver JOUANNA, op. cit., p. 241; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 171).

389 Esse é o caso de uma das ligas, fundada na cidade de Péronne, cujo juramento é em parte transcrito por Jouanna: os membros comprometiam-se a “empregar até a última gota de seu sangue, para a conservação da dita cidade e de toda a província em obediência ao Rei e em observância da Igreja Católica, Apostólica e Romana” (JOUANNA, op. cit., p. 243). Ainda mais assustadores eram os juramentos que reconheciam os Estados Gerais como autoridade máxima sob os aspectos religioso e civil, o que constituía uma clara afronta ao poder régio (JOUANNA, op. cit., pp. 242-244). Mariéjol, pelo contrário, acredita que a proliferação das ligas teria sido bem recebida pelo monarca, chegando mesmo a afirmar que a manutenção de sua postura intransigente se daria devido à possibilidade de contar com esses grupos insatisfeitos (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 173-174).

390 Jouanna destaca nesse sentido os senhores de Tiercelin, de Haplaincourt e de Estourmel, fiéis dos Guise que encabeçavam ligas no norte da França. A autora cita também um panfleto do advogado Jean David, onde defendia que os Valois fossem destronados pelos Guise, embora não atribua a origem do texto à família; Mariéjol levanta a hipótese de que seria uma falsificação incriminadora levada a cabo pelos huguenotes (JOUANNA, op. cit., pp. 244-245; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 176). Como cita Jouanna, em carta de 25 de dezembro de 1575, a rainha-mãe escreveria ao rei referindo-se às ligas que se formavam sobre o nome de “um grande que sabereis” (In: JOUANNA, op. cit., p. 242).

391 Henrique III obrigaria os membros das ligas a assinar um juramento onde reconheciam o rei como chefe, e não o eleito pela associação, além de jurar lutar pelas decisões do rei, e não dos Estados Gerais. Jouanna salienta que muitas das associações fariam o juramento mantendo as frases onde se mantém a chefia eletiva e a obediência aos estados. Outras, simplesmente se recusariam a fazer o novo juramento (JOUANNA, op. cit., p. 245). Para Mariéjol, pelo contrário, o rei desejaria simplesmente tomar para si essas forças, que cobiçava ter a seu serviço para o extermínio dos reformados (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 177).

seus argumentos anteriores eram uma faca de dois gumes, que agora se voltava em sua direção³⁹². Ao fim da reunião chegou-se a um acordo entre os deputados e o monarca que estabelecia que deveria haver apenas uma religião no reino, impondo severas restrições ao édito de Beaulieu³⁹³.

Motivados por essa derrota política, os huguenotes tomariam as armas ainda em dezembro de 1576, antes do fim da reunião dos Estados Gerais. Contudo, dessa vez se veriam sem o apoio dos *descontentes*, em boa medida temerosos de perder os benefícios obtidos. Em setembro de 1577 seriam assinados a paz de Bergerac e o édito de Poitiers. Este, comparado ao de Beaulieu, era extremamente desvantajoso aos huguenotes, que tinham seu culto permitido em apenas poucas cidades e perdiam metade das câmaras bipartidas nos parlamentos³⁹⁴.

Nos anos seguintes o rei consolidaria seu poder em moldes bastante próximos àqueles anteriormente criticados por *descontentes* e huguenotes. Henrique III formaria ao seu redor um círculo de nobres novos, conhecidos como *mignons*, afastando as grandes famílias. De certo modo essa política deu bons resultados, na medida em que o reino pôde gozar de um período de quase sete anos de paz, com pequenas perturbações, entre elas a sétima guerra, de alcance muito pequeno³⁹⁵.

Entre os anos de 1578 e 1579 Catarina de Médici empreenderia uma viagem ao sul da França, em que procuraria estabelecer algum entendimento com os huguenotes, em especial reaproximando sua filha Margot de seu marido, Henrique de Navarra. Durante essa viagem é assinado o tratado de Nérac, que concedia aos huguenotes o direito de construir templos nas

392 Segundo Jouanna, em certas regiões os huguenotes sequer teriam participado das assembléias, por razões variadas: em alguns lugares, as reuniões seriam anunciadas apenas na saída da missa; em outros, seriam simplesmente impedidos pelos católicos; em certas províncias mais hostis, teriam se curvado ao medo. Mariéjol, pelo contrário, interpreta essa baixa representação como resultado de um boicote huguenote, uma “tática de oposição”, estando os mesmos desestimulados a participar pelo abandono de François d’Alençon (JOUANNA, op. cit., p. 246; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 178-179).

393 Cabe ressaltar, contudo, a vitória daqueles que desejavam a busca pela concórdia por vias pacíficas, defendida sobretudo por Jean Bodin, deputado do terceiro estado por Vermandois, como observam Jouanna e Mariéjol (JOUANNA, op. cit., pp. 252-253; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 180-181).

394 Mariéjol atribui a ruptura entre *descontentes* e huguenotes na sexta guerra à ação de Catarina de Médici, que teria cooptado Montmorency e d’Alençon através de favores (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 188-189). Como observa Jouanna, o édito de Poitiers atingia também os católicos intransigentes, proibindo as ligas e confrarias (JOUANNA, op.cit., pp. 253-254).

395 Jouanna destaca neste período o fortalecimento do grupo dos *políticos*, assim denominado posteriormente, que defendia justamente o fortalecimento do poder régio como forma de manter a paz, sustentando uma separação entre os negócios do Estado e a religião (JOUANNA, op. cit., pp. 254-261). Contudo, esse poder teria seu custo, descontentando a todos aqueles que se viam aliados do centro, que criticam o monarca de modo virulento, até mesmo sob aspectos morais, principalmente devido ao luxo e sofisticação do monarca e seu *entourage*, considerados exagerados (JOUANNA, op. cit., pp. 268-272).

cidades onde o culto era permitido, e entregando a Navarra a guarda de quatorze praças, pelo período de seis meses³⁹⁶.

Em Nérac, sob o influxo da rainha-mãe seria estabelecida uma corte, onde o convívio entre os católicos de seu séquito e os fiéis huguenotes de Henrique de Navarra seria amigável, numa relação de tolerância³⁹⁷.

Em novembro de 1759, todavia, começa a sétima guerra, provocada pelas desavenças entre Condé, que recebera o governo da Picardia, e os católicos da região, que se recusavam a restituir-lhe o poder. Alguns pequenos conflitos se estabeleceriam em outros lugares. Todavia, essa foi uma guerra muito pontual, tendo as hostilidades se concentrado em pouquíssimas regiões³⁹⁸.

Em novembro de 1580 seria assinado o tratado de Fleix, sob a mediação de François d'Anjou, que reconciliaria as partes, confirmando os acordos de Poitiers e Nérac, embora estendendo o prazo de ocupação das praças de segurança para seis anos³⁹⁹.

Em 1584 François d'Anjou morreria de tuberculose, deixando uma questão sombria no ar: não tendo Henrique III até então nenhum herdeiro, quem daria continuidade à linhagem dos Valois? Esse problema causaria grande preocupação entre os grupos católicos intransigentes, uma vez que, morto o duque d'Anjou, o próximo na linha de sucessão era ninguém menos que o huguenote Henrique de Navarra⁴⁰⁰.

396 Mariéjol assinala a tensão inicial das negociações, uma vez que as primeiras exigências dos huguenotes seriam bastante grandes: liberdade de culto irrestrita e cinquenta e nove praças de segurança (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 196-197).

397 Jouanna destaca o ambiente refinado da corte de Nérac, que receberia mesmo as visitas do filósofo Montaigne. Jouanna cita as memórias de Marguerite de Valois: “mas dessa diversidade de religião, não se ouvia falar”. Mariéjol afirma que todos só se ocupavam “de rir, dançar e correr o anel [jogo onde se tentava acertar com uma lança um anel pendurado num fio]”. D'Amaral, por outro lado, salienta a lubricidade de alguns desses festejos, como, por exemplo, um banquete onde os convivas seriam servidos por moças semi-nuas do *escadron volant*. Esse tipo de comportamento motivaria críticas católicas e reformadas a essa licenciosidade (JOUANNA, op. cit., pp. 289-290; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 196; D'AMARAL, *O caos...*, op. cit., pp. 136-137).

398 Esta ficaria conhecida ironicamente como “A guerra dos Apaixonados” (“*La guerre des amoureux*”), pois Aubigné e Sully, capitães de Henrique de Navarra, diriam que fôra incitada pelas intrigas das damas de Marguerite de Valois, como explica Jouanna; Mariéjol, por outro lado, dá crédito a essa versão, afirmando que a rainha de Navarra se aborrecia com a indiscrição de Henrique III, que se divertia com a “história amorosa” da corte de Nérac, o que faria com que ela estimulasse seu marido a romper com o monarca francês (JOUANNA, op. cit., p. 290; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 198).

399 Segundo Jouanna, essa mediação recuperaria o prestígio perdido pelo duque de Anjou junto aos protestantes; cabe ressaltar, contudo, que o tratado, negociado inicialmente entre Anjou e Navarra, não agradaria a Condé, como assinala Mariéjol. O príncipe só aceitaria a paz após a visita do visconde de Turenne, enviado por Henrique de Navarra (JOUANNA, op. cit., pp. 291-292; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 200).

400 Jouanna cita as opiniões apreensivas formuladas em torno da morte do príncipe: alguns nela veriam a ruína da França, enquanto outros temeriam mudanças radicais. Segundo D'Amaral, ainda em maio de

Diante dessa situação, ainda em novembro de 1584, os Guise se reúnem em seu castelo de Joinville, formando uma aliança com o cardeal de Bourbon, irmão caçula do falecido Antoine de Bourbon e tio de Henrique de Navarra, e com Felipe II, representado por seus embaixadores Taxis e Moreo. Seu objetivo era, a princípio, afirmar a legitimidade única e exclusiva do cardeal na sucessão ao trono, por ser católico, e por representar o ramo mais próximo de Henrique III, havendo entre estes uma distância de vinte graus contra vinte e um entre Henrique de Navarra e o rei. Todavia, essa idéia contradizia grosseiramente a lei sálica, uma das leis fundamentais do reino, uma vez que, segundo esta, o legítimo sucessor ao trono seria o primogênito da ramificação mais velha, independentemente do grau de parentesco⁴⁰¹.

Se fundava assim a liga dos príncipes, que tinha ainda como objetivos a aplicação plena das resoluções tridentinas na França, o restabelecimento de uma fé única no reino e a retomada do poder pelas famílias antigas, em lugar dos *mignons*. Nesse último ponto a liga retomava a antiga bandeira dos *descontentes*. O tratado de Joinville, assinado em 31 de dezembro de 1584 registrava essas resoluções, sendo quase que o juramento de uma insurreição⁴⁰².

Diversos nobres se uniriam sob o estandarte *ligueur*, entre eles muitos nobres católicos intransigentes, alguns dos antigos *descontentes*, que reconheciam sua antiga causa pelas liberdades nobiliárquicas contempladas pelos planos da liga, e até mesmo alguns *mignons* caídos em desgraça⁴⁰³. Ao lado da liga principesca formava-se em Paris uma liga dos membros do terceiro estado, formada principalmente por homens dos trabalhos mecânicos. A memória do movimento trataria, nos anos posteriores, o conjunto das ligas como se constituíssem apenas uma, a Liga. Henrique, duque de Guise, tornar-se-ia o líder do movimento *ligueur*⁴⁰⁴.

1584, antes da morte de François d'Anjou, Henrique III enviaria o duque de Épernon a Henrique de Navarra, propondo a conversão ao Catolicismo (JOUANNA, op. cit., p. 304; D'AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 150).

401 A primeira cláusula do tratado assinado em Joinville declarava “sucessor da Coroa de França o dito senhor Cardeal de Bourbon (...), excluindo completamente e para sempre todos os Príncipes do Sangue de França sendo presentemente heréticos e relapsos”. Mariéjol não hesita em qualificar Bourbon como um “empresta-nome”, que pinta como “sem cérebro, violento e fraco”, resumindo, uma fachada para os Guise, que se tornariam os verdadeiros senhores (JOUANNA, op. cit., p. 306; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 240). Segundo Holt, a formação da Liga era menos ligada à política que à necessidade religiosa de limpar o “corpo social”, mais uma vez simplificando os fatos em favor de sua tese central (HOLT, op. cit., pp. 149-150).

402 Vale ressaltar que o tratado estipulava ainda um auxílio de 600.000 escudos oferecidos pelo monarca espanhol. Contudo, como lembra Mariéjol, esse compromisso nada tinha de desinteressado, pois a liga se comprometia ainda, através do tratado, a extirpar completamente a heresia da França e dos Países Baixos (Ver JOUANNA, op. cit., p. 306).

403 Jouanna explica a atração de muitos *descontentes* pela Liga devido ao vácuo deixado pela morte de François de Anjou, que durante muitos anos fôra a principal liderança entre os defensores do papel da nobreza na condução do Estado (JOUANNA, op. cit., p. 312).

404 Jouanna observa que talvez o termo mais preciso para definir a situação fosse a expressão “Santa União”, cunhada após 1589, dando conta da idéia de diversos elementos unidos (JOUANNA, op. cit., p.

No mês de março viria a público o manifesto de Péronne, em que a liga dos príncipes expunha seus intentos. Ao mesmo tempo uma colossal tomada de armas dominaria o norte da França como um poderoso vagalhão: diversas praças passam de um só golpe ao controle da liga, na Normandia, Picardia, Lorena, Champanhe e até, um pouco mais ao sul, na Borgonha. Começava a oitava e última guerra civil religiosa, que duraria nada menos que treze anos⁴⁰⁵.

Impotente, o rei se veria obrigado a capitular com os *ligueurs*, cedendo aos seus desejos. Em 7 de julho é assinado o tratado de Nemours, em que, de uma só vez os huguenotes perdem sua restrita liberdade de culto, e até mesmo de consciência. Pior ainda, o édito registrado no parlamento no dia 18, seguindo o espírito do tratado, estabelece que os reformados teriam o prazo de seis meses para tomar uma grave decisão: a abjuração ou o exílio. Subentendido fica que os que não fizessem nenhuma das opções estariam fazendo sua escolha pela morte⁴⁰⁶.

Huguenotes e Descontentes não deixariam a situação como estava, juntando forças ainda uma vez, formando a “União”. Os três Henriques, de Navarra, Condé e Montmorency, fazem em Bergerac, no dia 10 de agosto uma declaração conjunta, justificando sua tomada de armas. Um grito de guerra partia da Gasconha, ecoando por toda a França. Como um tornado, as forças da União tomariam o sul do reino, especialmente no Languedoc, Poitou e Dauphiné, formando com seus opositores ao norte uma estranha simetria. Como no velho ditado, o rei encontrava-se como o marisco, entre as vagas e o rochedo⁴⁰⁷.

Os combates seguem-se por muitos anos, não cabendo aqui explorar suas minudências, senão os lances mais significativos com relação ao movimento das alianças políticas. Ao longo dos anos a posição do rei torna-se cada vez mais frágil. Sua aparente indecisão reduz cada vez mais sua credibilidade entre os súditos. O crescente empobrecimento e miserabilidade da população não deixam de ter sua parte. A posição privilegiada do duque de Épernon, originário da pequena nobreza gascã, *mignon* elevado à condição de favorito, também

305).

405 Jouanna destaca o apoio que a liga obteria nesse primeiro momento, sendo sua iniciativa apoiada por diversos nobres, que deixam a corte, e mesmo Catarina de Médici não se mostraria hostil (JOUANNA, op. cit., pp. 312-313).

406 Como assinala Mariéjol, o tratado foi uma vitória dos *ligueurs*, que conseguiriam impor sua política de intransigência irrestrita, além de obter governos e pensões (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 247-248).

407 Como observa Jouanna, em grande medida, a adesão de Montmorency se deve à sua perda de crédito na corte, desde a morte de seu irmão mais velho, François, embora a sinceridade de seus propósitos seja indubitável, tendo o mesmo se mantido favorável ao ideário dos *descontentes* havia já muitos anos (JOUANNA, op. cit., pp. 320-322). A autora destaca também a importância da difusão de impressos defendendo a causa da União, paralelamente à ação militar (JOUANNA, op. cit., pp. 323-327).

despertaria o descontentamento dos notáveis *ligueurs*. A guerra desfaz o que o tratado de Nemours produzira⁴⁰⁸.

Em maio de 1588 o rei é expulso de Paris por um amplo movimento popular. As ruas são tomadas por barricadas. O exército real se vê incapaz de fazer frente à situação. Em 13 de maio o rei se evade em direção a Chartres⁴⁰⁹. Dois meses depois o rei assina em Rouen o édito de União, cujo objetivo era unir os súditos católicos (daí seu nome), e no qual ratifica as decisões do tratado de Nemours e reafirma o juramento feito em sua coroação de extirpar a heresia e não negociar com os heréticos. Ainda mais importante, o rei expressava seu intento de unir-se à Liga, solicitando que todos os seus súditos o fizessem. Além disso, instava os mesmos a que não se submetessem a nenhum soberano herético, em clara alusão a seu primo de Navarra⁴¹⁰.

Poucos dias depois Henrique de Guise receberia o cargo de tenente geral dos exércitos reais, parecendo consolidar o triunfo da Liga. Por outro lado, Épernon cairia em desgraça, para grande alegria da nobreza *ligueuse*: o retorno do duque de Guise ao favoritismo equivalia à promessa da obtenção de mercês para seus fiéis⁴¹¹.

A vitória da Liga é, todavia, apenas aparente. Em pouco tempo Henrique III formaria um *entourage* inteiramente novo, com o objetivo de fortalecer sua capacidade de decisão individual, livrando-se das pressões de conselheiros voluntariosos e exigentes, como afirmaria por carta ao núncio papal⁴¹².

408 Jouanna aponta, entre as razões da impopularidade de Henrique III a miséria da população, e a exclusão dos nobres e dos parlamentares das decisões; Mariéjol aponta uma causa mais concreta: os acordos estabelecidos por Henrique III com o exército de suíços e alemães que vinham ajudar Henrique de Navarra, que a opinião geral entre os católicos teria visto como excessivamente favoráveis (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 261-262).

409 De fato, como cita Jouanna, por ocasião da insurreição, o rei contava com apenas quatro mil homens em Paris. Entre as motivações do tumulto, a autora identifica a própria desconfiança do rei, que ordenara uma intensa vigilância armada sobre a cidade, preocupado com a agitação provocada pela chegada do duque de Guise alguns dias antes, o que teria indignado a população, que veria aí uma manifestação da tirania do rei. Mariéjol acrescenta a esses motivos o comportamento provocativo dos soldados do rei, e sua atitude desrespeitosa (JOUANNA, op. cit., p. 336-337; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 271).

410 Em seu diário, L'Estoile, membro da chancelaria, escreveria: "O Rei fez esse segundo Édito de julho tão contra seu coração quanto o primeiro, e o viram chorar o assinando". De fato, Mariéjol lembra que as exigências feitas pelos *ligueurs* eram grandes, e ainda assim Henrique III cedera a quase todas (JOUANNA, op. cit., p. 340; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 277).

411 Mariéjol relata as peripécias de Épernon, que retornando à sede de seu governo, em Angoulême seria recebido com armas por autoridades locais ligadas à liga, tendo ficado dois dias sitiado em seu castelo (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 278).

412 "Quero me aplicar eu mesmo à administração de meu reino e ver se governando à minha guisa eu poderia obter melhores resultados que pelos conselhos daqueles de que me separei" (Apud JOUANNA, op. cit., p. 342). A interpretação de Mariéjol dá outro valor a essas palavras: "o Rei os afastava porque eram criaturas de sua mãe" (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 280).

Ainda mais, o monarca convoca uma nova reunião dos Estados Gerais em Blois. É bem verdade que essa convocação fora reivindicada pelos *ligueurs* em 1585; no entanto, diante de seu suposto triunfo recém-obtido, essa reunião não passaria de um estorvo, uma vez que poderia dar voz a seus adversários. Calcula-se a exasperação dos Guise e de seus fiéis diante dessa reviravolta.

Os Estados Gerais de Blois dariam ocasião a terríveis fricções entre o monarca e os *ligueurs*. Como na reunião de doze anos antes, os estados solicitam maior poder de decisão, exigindo a submissão do rei às decisões “do reino”. Apesar dos temores da Liga, a situação estava a seu favor: as eleições dos deputados nas províncias favorecera imensamente aos que militavam em seu benefício, em detrimento dos que davam preferência ao monarca⁴¹³.

A situação ficaria ainda mais complicada devido à postura do duque de Guise: crendo ter as cartas na mão, o líder *ligueur* adotaria uma postura bastante arrogante ante o monarca. Especialmente incômoda seria a situação criada na abertura dos Estados Gerais: Henrique III, no discurso inaugural, censuraria as ligas criadas sem sua autorização, ressaltando, todavia, que, em sua magnanimidade, perdoava aos responsáveis por tais atos. Embora não citasse diretamente a liga dos príncipes ou o tratado de Joinville, para bom entendedor, pinga é letra: segundo relatos, Henrique de Guise teria empalidecido nesse momento.

Mas a situação não ficaria por aí. O cardeal de Guise, seu irmão, e o arcebispo de Lyon, um de seus fiéis, exigiriam que essas afirmações não constassem da versão do discurso a ser impressa. Diante da recusa do rei, foi feita a ameaça de que os deputados se retirariam da assembléia, caso não fossem atendidas. Henrique III não teve, no momento, outra saída senão resignar-se e passar pela humilhação⁴¹⁴. No mês de outubro chegaria a notícia de que o duque de Sabóia, aliado dos Guise, invadira a marca de Saluces, último legado restante das guerras italianas. Tudo isso era demais para um monarca soberano⁴¹⁵.

Henrique III constatava, tal como o fizera Carlos IX com relação a Coligny dezesseis anos antes, em 1572, que uma espiga se elevava demais acima do trigo: Guise tinha sobre grande parte de seus súditos poder maior que ele próprio; parecia não haver nada melhor a

413 Jouanna observa que essa maioria fôra conquistada através de uma ativa intervenção dos partidários da liga nas eleições locais, em alguns lugares usando mesmo a força. Mariéjol destaca o fato de que os presidentes escolhidos por cada Estado eram líderes *ligueurs* destacados, como os cardeais de Bourbon e de Guise, no caso do clero, e heróis das barricadas parisienses, presidindo a nobreza e a plebe (JOUANNA, op. cit., p. 342; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 280).

⁴¹⁴ O rei teria dito: “Alguns grandes de meu reino fizeram tais ligas e associações, mas, testemunhando minha bondade costumeira, quero, quanto a esse assunto, passar por cima do passado” (Apud JOUANNA, op. cit., p. 345).

⁴¹⁵ Mariéjol observa que a invasão parecia ainda mais injusta ao rei pelo fato de que tinha concedido à casa de Sabóia boa quantidade de terras, quando de seu advento (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 283).

fazer senão ceifá-lo. Nos dias 23 e 24 de dezembro são capturados e executados pelos homens de confiança do rei o duque e o cardeal de Guise, sem julgamento, como medida emergencial. Logo depois são presos líderes *ligueurs* dos três estados, que estavam em Blois como deputados. Em 15 de janeiro de 1589 a assembleia é dissolvida pelo monarca, mandando os representantes dos Estados de volta para casa⁴¹⁶.

A ação de Henrique III não obteria, todavia, os resultados aguardados. Pelo contrário, seu “golpe de majestade” serviria apenas para excitar a cólera dos católicos intransigentes, que veriam em sua atitude, antes de tudo, uma traição à causa de Deus. Sua situação se tornava ainda mais complicada, uma vez que tinha agora uma numerosíssima facção completamente rebelde a sua autoridade⁴¹⁷.

Seu passo seguinte seria ainda mais perigoso: o monarca procuraria apoio junto a Henrique de Navarra. A fúria *ligueuse* só poderia aumentar; esse era o último ato de abominação possível. Doravante, para os católicos intrasigentes a justiça só permitiria uma atitude a ser tomada: eliminar o monarca que traía a Deus e a seu povo. Na boca dos pregadores católicos, o nome “Henri de Valois” era substituído pelo anagrama “Vilain Hérodes”. Resumindo, Henrique III era um tirano a ser destruído⁴¹⁸. Em 1º de agosto, o rei seria vítima de um “tiranicídio”, esfaqueado por um monge dominicano, Jacques Clément, morto no mesmo momento. Antes de expirar, na noite do dia 2, Henrique III apontaria Henrique de Navarra como seu sucessor⁴¹⁹.

A morte do último Valois daria lugar a uma disputa sucessória entre Henrique de Navarra, agora Henrique IV, e seu tio, o cardeal de Bourbon, aclamado pelos católicos

⁴¹⁶ Entre os prisioneiros, Jouanna cita o cardeal de Bourbon e os líderes Brissac e La Chapelle-Marteau, ligados à Jornada das Barricadas. O rei teria dito a sua mãe: “Senhora, doravante reinarei só” (JOUANNA, op. cit., p. 346). Curiosamente, Mariéjol atribui a decisão, em parte, à chegada do inverno, que deixava melancólico e irritado o monarca (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 285-286). O rei escreveria também um bilhete ao legado papal, onde dizia: “Agora sou rei” (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 292). Holt identifica a morte dos Guise como assassinato, num flagrante anacronismo (HOLT, op. cit., p. 132).

⁴¹⁷ Segundo Mariéjol, em Paris seriam feitos juramentos públicos de vingança pela morte dos Guise, além de numerosos atos de vandalismo contra imagens e símbolos que remetiam à autoridade do rei. Jouanna salienta, por outro lado, as numerosas procissões e atos de penitência que tomavam as ruas da cidade (JOUANNA, op. cit., pp. 347-348; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 293 e 294).

⁴¹⁸ Como observa Jouanna, Henrique de Navarra pavimentaria a estrada para essa união publicando o manifesto *Avis aux trois États de ce royaume*, onde expressava sua intenção de manter a paz e se comprometia a respeitar a fé e o culto católicos (JOUANNA, op. cit., p. 351). Ainda assim, segundo panfletos *ligueurs*, após a morte de Henrique III, a passagem da coroa a Navarra poderia garantir a sobrevivência do reino, mas o perecimento da religião, como relata D`Amaral (D`AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 200).

⁴¹⁹ Mariéjol pinta Clément como um fanático religioso ignorante e impressionável, propenso a visões e delírios, ao gosto das tendências psicologizantes da historiografia de então. Jouanna, pelo contrário, aponta para o sentimento católico disseminado e defendido através de argumentos de cunho teológico e político, que justificava um tal ato; segundo a autora, seis panfletos que chegaram até nós aludiam explicitamente ao dever de eliminar o ímpio monarca (JOUANNA, op. cit., pp. 351-355; MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., pp. 299-300).

intransigentes como “Carlos X”. O primeiro reinava sobre a metade meridional do reino, ao passo que o outro governava a parte setentrional, sob controle da Liga⁴²⁰. Em 1590, a morte de “Carlos X” deixaria à Liga a necessidade de escolher um novo monarca, numa reunião oficiosa dos Estados Gerais, em Paris, a partir de janeiro de 1593. Numerosos nomes chegam a ser cogitados, entre eles o de Felipe II. Pouco a pouco, todavia, as notícias de que Henrique IV se dispunha a converter-se ao catolicismo dava força aos que defendiam o respeito pela lei sálica⁴²¹.

Em setembro de 1594, sete meses após sua coroação em Chartres, o novo monarca entrava em Paris, gesto que marcaria o início da estabilização da situação política, embora alguns setores intransigentes ainda se opusessem a aceitá-lo como soberano⁴²². Nesse momento, o rei receberia o apoio da facção dos “*políticos*”, composta principalmente por juristas católicos desejosos da separação entre os negócios de Estado e a religião, além do fortalecimento do poder da coroa, que não deveria ser compartilhado, garantindo dessa maneira a paz⁴²³.

Além destes, Henrique IV atrairia a sua órbita nobres das mais variadas opiniões políticas, desde aqueles que tinham preferido permanecer neutros até aqueles que tinham defendido a Liga com unhas e dentes. Até mesmo Charles de Guise, filho de Henrique e novo duque de Guise se perfilaria a seu lado. Segundo Jouanna, o segredo do sucesso do monarca era

420 Jouanna resume bem a questão: “Rei contestado, Henrique IV deve conquistar seu reino pela força das armas” (JOUANNA, op. cit., p. 355). Por outro lado, D’Amaral salienta a importância do grupo dos *politiques* como aliados de Navarra. O grupo em formação se apresentava, segundo alguns de seus autores, formado por técnicos experientes na arte de governar, redundando numa abordagem bastante pragmática da política. Para os *ligueurs*, por outro lado, essa perspectiva não seria apenas não-religiosa, mas anti-religiosa (D’AMARAL, *A invenção...*, op. cit., pp. 156, 159-161).

421 Entre os possíveis sucessores apontados para o trono Jouanna cita Charles de Bourbon, primo de Henrique de Navarra, o marquês de Pont-à-Mousson, o duque de Sabóia ou o duque de Guise, entre outros. Em nenhum dos casos se levava em conta a lei sálica (JOUANNA, op. cit., p. 380). Como observa Holt, a célebre frase atribuída a Henrique IV, “Paris bem vale um missa”, não teria sido realmente proferida pelo monarca, fazendo parte, na verdade, da propaganda *ligueuse*, que buscava assim acusá-lo de insinceridade em sua conversão (HOLT, op. cit., p. 153).

422 Mariéjol salienta a operação necessária à entrada do rei em Paris: as autoridades realistas da cidade abririam algumas portas durante a noite, abrindo o caminho para as tropas régias. O monarca chegaria apenas às seis da manhã, recebido formalmente pelas autoridades, seguindo-se uma entrada euforicamente comemorada. O movimento seria perturbado apenas por uma breve escaramuça (MARIÉJOL, In: LAVISSE, op. cit., p. 387). Como observa Holt, a coroação de Henrique IV em Chartres seria um estratagema, dada a impossibilidade de fazê-lo em Reims, cidade onde tradicionalmente tomava lugar o ato, então sob o domínio da Liga. Para tanto, seria necessário recorrer a antigos eventos históricos, que provavam que outrora Chartres também dera lugar à coroação de monarcas franceses. Outros aspectos da cerimônia se veriam também substituir, através de argumentos semelhantes (HOLT, op. cit., p. 158).

423 Como enfatiza Jouanna, a propaganda através de impressos difundidos pelos *politiques* seria muito importante para a aceitação de Henrique IV por parte dos católicos intransigentes, qualificando-os como “artesãos eficazes da adesão dos espíritos ao rei” (JOUANNA, op. cit., p. 391). D’Amaral também salienta a importância do grupo dos *politiques* como aliados de Navarra. O grupo em formação se apresentava, segundo alguns de seus autores, formado por técnicos experientes na arte de governar, redundando numa abordagem bastante pragmática da política. Para os *ligueurs*, por outro lado, essa perspectiva não seria apenas não-religiosa, mas anti-religiosa (D’AMARAL, *A invenção...*, op. cit., pp. 156, 159-161).

reconstruir um círculo onde os grandes encontrassem seu lugar, restabelecendo os vínculos de reciprocidade entre o rei e seus notáveis. Henrique IV, assim, construiria a imagem de “um rei digno de ser servido”⁴²⁴.

Henrique IV pôria fim às guerras de religião avançando duas peças para um brilhante xeque-mate: a guerra contra a Espanha, e o édito de Nantes. Em 1595 o rei declararia guerra aos Habsburgo, que apoiavam os últimos *ligueurs*. Como assinala Jouanna, dessa forma o rei não apenas acabaria com o último foco de resistência, mas também fortaleceria a união entre os grupos recentemente congregados sob seu estandarte, coligados contra um inimigo estrangeiro comum⁴²⁵.

Entre os anos de 1595 e 1598 a situação religiosa ficaria incerta: Henrique IV prometeria resolver a questão do culto reformado assim que terminada a guerra contra a Espanha. A tensão não seria pequena durante esse anos de incerteza: em muitos momentos os próprios huguenotes se sentiriam tentados a pegar em armas contra seu antigo protetor.

Em abril de 1598 o rei cumpriria sua promessa, através do édito de Nantes, cujos noventa e cinco artigos estabelecem uma liberdade de culto com muitas restrições. Comparado ao édito de Beaulieu, suas vantagens eram pífiás para os reformados. Todavia, o édito de Nantes apresentava a vantagem de não ser rígido demais para os protestantes, nem escandaloso demais para os católicos. Isso não quer dizer que sua aceitação seria imediata; intransigentes em ambos os campos se mostravam insatisfeitos com a resolução. Sua aplicação exigiria grande firmeza do rei⁴²⁶.

424 Jouanna cita o relato do encontro de Guise com o monarca, das memórias de Sully: “Ele veio encontrar Sua Majestade com o maior número de amigos que pôde reunir; pela qual foi recebido muito favoravelmente, e com as mesmas carícias, jeito risonho, familiaridade, intimidade e liberdade de palavras que se tivesse se alimentado junto dele desde seus primeiros anos e lhe tivesse sempre rendido fiel serviço e inteira obediência”. Os nobres reencontravam o acesso ao soberano, tão lamentado durante o reinado de Henrique III (JOUANNA, op. cit., pp. 397-398).

425 Jouanna observa que este era um antigo plano de Coligny, que Catarina de Médici e Carlos IX jamais tiveram coragem de pôr em prática (JOUANNA, op. cit., p. 404). Holt, pelo contrário, sustenta que Henrique IV fôra pressionado à guerra espanhola por seus súditos. Segundo ele, essa pressão era devida à ameaça de invasão pelo norte e pelo apoio espanhol aos *ligueurs* remanescentes (HOLT, op. cit., p. 161).

426 Como observa Catarina D`Amaral, Henrique IV teria conseguido implementar exitosamente o édito de Nantes devido a sua autoridade, superior à de Carlos IX ou de Henrique III. Em grande parte, segundo a autora, essa autoridade se devia à propaganda levada a cabo pelos *politiques* (D`AMARAL, *A invenção...*, op. cit., p. 224). Holt enfatiza as resistências à promulgação do édito, que motivaria manifestações populares católicas, por parte dos insatisfeitos, em especial procissões. Por outro lado, Holt destaca que após o édito, Henrique IV se esforçaria discretamente pelo restabelecimento da concórdia, especialmente favorecendo o intercâmbio entre teólogos católicos e huguenotes, tentando ainda convencer os grandes huguenotes à conversão (HOLT, op. cit., pp. 167, 169-171).

A recém-fundada dinastia de Bourbon continuaria a cimentar seus alicerces nos anos seguintes, mas infelizmente não poderemos acompanhá-la nessa jornada, uma vez que aqui termina nosso corte cronológico⁴²⁷.

Essa longa narrativa tem um objetivo. Tentamos aqui traçar um quadro suficientemente amplo para dar conta da extrema mobilidade das alianças, sempre sujeitas a enormes flutuações e reviravoltas, cuja complexidade dificilmente pode ser reduzida a uma simples enumeração de grupos e partidos.

Através dessa narrativa procuramos dar conta da intrincada dinâmica com que as alianças se fazem e refazem. Os personagens envolvidos, bem como os objetivos de cada grupo mudam de forma profundamente significativa, conforme a situação se delinea. Cada tomada de posição, cada decisão tomada por uma pessoa ou grupo faz com que surjam reações, que por sua vez, motivam outras reações, alterando constantemente o quadro. Retomando a metáfora do tabuleiro de xadrez, cada movimento feito por um jogador altera completamente a configuração do tabuleiro, impondo ao adversário mudanças de tática ou até de estratégia.

Cabe aqui lembrar as advertências feitas por José Martínez Millán com relação ao contexto espanhol na mesma época, que orientaram a organização dessa parte de nosso trabalho. Como observa Millán, é necessário não abordar partidos ou alianças de modo homogeneizante ou ontologizante⁴²⁸. Tratamos assim mais de grupos em constante mudança, tanto em relação aos seus componentes quanto com relação aos valores que os guiam. As

427 Holt discorda da posição tradicionalmente defendida, que identifica o fim das guerras de religião com o édito de Nantes, apontando nesse sentido, o fim das guerras na década de 1620, quando católicos e huguenotes se oporiam novamente. Segundo ele, após esse conflito teria havido um crescente intercâmbio entre católicos e huguenotes, que passariam, na prática, a se perceber como um único “corpo de crentes” (“body of believers”): as minorias huguenotes não são mais vistas como uma doença no corpo social, mas parte dele; algo como uma concórdia *de facto*, mas não *de nomen*, o que nos parece bastante questionável, especialmente tendo em mente a revogação do édito de Nantes no reinado de Luís XIV, anos mais tarde. Dessa forma, o estabelecimento da tolerância seria apenas ilusório, assim como seriam ilusórias as diferenças entre católicos e huguenotes, situadas apenas no “corpo de crentes” (HOLT, op. cit., pp. 186-189).

428 Millán aborda a questão especialmente ao tratar do bipartidarismo apontado tradicionalmente pelos historiadores em relação ao reinado de Felipe II, polarizando a questão em torno dos partidos “ebolista” ao “albista”. Segundo Millán, à segunda metade do reinado do Prudente, seria mais adequado falar-se num partido “castellanista” e num outro “romanista”. É interessante citar os equívocos ocasionados por esse tipo de postura, na análise do caso do reinado de Felipe II: “Ello supone seguir admitiendo el mismo planteamiento ideológico durante todo (o al menos la mayor parte) el reinado de Felipe II, lo que no es verdad, ya que, si durante la primera mitad del reinado el bipartidismo ideológico se centró en un modo de entender la religiosidad, la cultura y la política según el cual el 'partido ebolista', frente al 'albista', defendía una religiosidad más vivencial y contemplativa (recogimiento), una cultura más próxima al humanismo y una política más transigente en relación con los rebeldes flamencos, durante la segunda mitad del reinado (esto es, tras 1573), este planteamiento desapareció para dar lugar a otro completamente distinto: el enfrentamiento entre la ideología católica de la Monarquía Católica, que se identificaban con los medios de su supervivencia hegemónica, y la de Roma, empeñada en imponer un Catolicismo universal al mayor número de monarquías posible que justificase y respaldase su prestigio e influencia” (MILLÁN, José Martínez. *Introducción*. In: MILLÁN, José Martínez. *La corte de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1998, pp. 29-32).

questões que mobilizam os partidos ao longo do tempo são diferentes, e os partidos deixam de ser o que eram, escapando ao olhar homogeneizante do historiador⁴²⁹.

Essas observações se aplicam facilmente à França das guerras de religião, e não será necessário repetir aqui os inúmeros exemplos dessa dinâmica transformadora pelos quais passamos nas últimas páginas, marcada por radicais mudanças de postura, como Henrique IV passando da Reforma ao catolicismo ou os Montmorency de intransigentes a *descontentes*. Mais ainda, que pensar da Liga, que abraça os ideais de liberdade nobiliárquica preconizados anos antes pelos *descontentes*?

Concluimos aqui o perfil das alianças políticas em França entre os anos de 1555, em que foi fundada a colônia na Guanabara, e o de 1598, em que seria assinado o édito de Nantes. Esse era o pano de fundo em que se davam os debates relativos à França Antártica. Ou talvez fosse mais apropriado afirmar que esses personagens compunham a platéia.

II - Mensageiros de papel

É de suma importância para nós discutir os modos de ser e usar da arte epistolar de então. Como situa Bouza Alvarez, constituía-se para os nobres do século XVI a necessidade de dominar o uso da carta, como instrumento de poder, na medida em que esta era o meio pelo qual aqueles que estavam distantes fisicamente do centro de poder poderiam se fazer próximos⁴³⁰.

Essa questão é de suma importância no que diz respeito à França Antártica. Aqueles personagens se encontravam afastados, numa ilha distante numa baía quase

429 Millán comenta essa dificuldade através do exemplo concreto de Mateo Vázquez, líder dos “castellanistas”, tradicionalmente identificado como “ebolista”, o que tornaria impossível a compreensão de sua postura intransigente contra os Países-Baixos, que só se tornaria inteligível a partir de sua posição no confronto entre Madri e Roma (MILLÁN, op. cit., p. 31).

430 Embora Álvarez se refira especificamente ao caso da Espanha quinhentista, tal observação pode ser estendida sem maiores problemas a outros contextos europeus; é de se notar que uma das fontes que cita nesse sentido, o *Specchio del Principe in materia di stato* é obra italiana. Além da comunicação a serviço, Álvarez observa o uso que o nobre passava então a fazer da epístola para a administração de seu patrimônio, bem como para a formação de redes de aliança. Miranda aponta certa insatisfação que teria se constituído então entre os iletrados, que se viam assim ainda mais afastados do poder monárquico, cada vez menos acessível pela comunicação oral (ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Imagen y propaganda. Capítulos de história cultural del reinado de Felipe II*. Ediciones Akal, 1998, pp. 41-42; ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *La correspondencia del hombre práctico. Los usos epistolares de la nobleza española del Siglo de Oro a través de seis años de cartas del tercer conde de Fernán Nuñez (1679-1684)*. In: ALVARÉZ, Fernando Bouza (org.). *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y el impreso*. Madri: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005, p. 134; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII*. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battela (org.). *Prezado senhor, Prezada senhora-estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 41).

desconhecida, a um oceano de distância. Os pequenos arautos de papel eram o meio mais fiel e seguro de se fazer presentes junto aos distribuidores do poder, espiritual ou temporal.

No século XVI a prática de escrever cartas é objeto de uma verdadeira ciência, cujo maior objetivo é preparar aquele que as escreve para manejar esse recurso adequadamente e da maneira mais eficiente para atingir seus intentos. Não à toa seriam produzidos nessa época numerosos tratados epistolares, buscando ensinar essa arte, em toda a Europa. Em grande medida esses manuais se baseavam numa tratadística muito mais antiga, elaborada por teóricos da Antigüidade, como *De elocutione*, do orador ateniense Demétrio de Falero, *Typi epistolari*, do sofista Filostrato, ou *De forma epistolari*, do neoplatônico Proclo. Essa tradição seria retomada na Renascença, reelaborada por novos teóricos⁴³¹.

Nesses manuais, como observa Miranda, eram ensinadas técnicas diversas de redação, tanto aquelas necessárias à melhor organização do conteúdo da missiva quanto ao desenvolvimento de uma caligrafia elegante. As fórmulas de tratamento e saudação também constituíam objeto de preocupação destes tratadistas. O público inicialmente visado por esses livros era constituído por nobres e burgueses, embora posteriormente viessem a interessar pessoas de condição mais humilde⁴³².

Ao mesmo tempo, multiplicam-se as antologias de cartas, tanto de autores coevos quanto da Antigüidade, onde o leitor poderia encontrar exemplos concretos de aplicação adequada dos princípios ensinados nos manuais. Um dos escritores que originaria maior número de coletâneas na época seria Cícero, o famoso orador romano⁴³³.

É de suma importância levar em conta as maneiras então codificadas de se usar as cartas. Além das fórmulas de polidez adequadas, os tratadistas discutem longamente sobre os diversos tipos de epístola, as finalidades a que se destinam e o modo correto de empregá-los. Como expõe Martín Baños, a carta podia ser então *familiar*, *retórica* ou *cortesã*. Interessa-nos notadamente o último gênero⁴³⁴.

431 Miranda afirma que essa tratadística epistolar antiga se constituiria sobre as bases lançadas por Epicuro, Isócrates e Platão, a quem “a tradição da epistolografia ocidental deve alguns de seus registros mais antigos” (MIRANDA, op.cit., pp. 42-43).

432 Miranda menciona os livros da *bibliothèque bleue* voltados à arte epistolar, embora observe ser pouco provável que os seus detentores viessem a utilizar as fórmulas aí ensinadas (MIRANDA, op. cit., p. 44).

433 MIRANDA, op. cit., pp. 43-44.

434 Derivada da cultura epistolar clássica, a epístola familiar, afirma Baños, é marcada por uma linguagem simples, jovial e espontânea, muito mais que pelo seu uso num círculo íntimo, como o nome induz a pensar. A carta retórica, por sua vez, derivada da *ars dictaminis* medieval seria caracterizada por sua linguagem cuidada e por um formalismo estrutural rígido, voltada principalmente à abordagem de temas graves (BAÑOS, Pedro Martín, *Familiar, retórica, cortesana: disfraces de la carta em los tratados epistolares renascentistas*. In: ALVAREZ, Fernando Bouza (org.). *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y el impreso*. Madri:

A carta cortesã é aquela cujo principal objetivo é o de se comunicar com um príncipe, ou qualquer um que não se encontre no mesmo nível que o remetente. De modo geral, as cartas enviadas por nossos personagens se encontram nesse gênero. As técnicas de redação das cartas cortesãs, segundo a tratadística de então, se dividiriam em dois tipos, que teriam por objetivo os cumprimentos (muitas vezes acusados de adulação) e a solução de problemas práticos. De fato, encontramos nas cartas de nossos autores características de ambos os tipos, quase sempre misturadas na mesma missiva⁴³⁵.

É ainda interessante pensarmos nos usos complementares do impresso e do manuscrito, no que diz respeito à difusão de fatos. Como observa Renate Pieper, no século XVI os dois modos de difusão se complementam, todavia, as epístolas, em que são identificados os destinatários e remetentes, têm a primazia no que diz respeito à credibilidade, ao contrário do impresso. Essas cartas, ao menos teoricamente, teriam um lugar social claramente definido, recebendo a caução da reputação daqueles que se comunicam. Não é o caso do impresso que, parafraseando o Novo Testamento, sopra sem que se saiba de onde vem ou para onde vai⁴³⁶. Essa observação é particularmente importante no que diz respeito a nosso objeto. A discussão sobre a França Antártica se dá nos dois planos, epistolar e impresso. É interessante retermos esse desnível de credibilidade entre as duas formas de comunicação.

Todavia, a questão comporta certa complexidade. Algumas vezes as duas formas de comunicação são utilizadas de forma imbricada, como nas cartas impressas de Barré, Villegagnon, Calvino ou Léry. Nesse sentido, cabe questionar o por quê de tal transição do manuscrito ao impresso ou, ainda mais significativamente, do âmbito particular ao público. A questão comporta ainda outra nuance a destacar: a seletividade. Que critério determina a escolha

Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005, pp. 19-26).

435 A carta cortesã, assinala Baños, nasce no século XVI, atendendo às novas necessidades impostas pela convivência na corte. Reuniria características derivadas das epístolas familiares e retóricas, e apenas por volta da metade do século XVI se tornaria clara para os tratadistas a necessidade de assinalar-lhe uma categoria distinta. Baños observa que a saudação da epístola cortesã constituiria objeto de viva polêmica. Alguns humanistas, destacando-se Erasmo de Roterdã, desejavam um retorno à simplicidade da saudação clássica, onde se retinham apenas os nomes dos correspondentes, colocando-os em pé de igualdade. Por outro lado, os tratadistas mais pragmáticos, embora admirem esse ideal de simplicidade, destacam a impossibilidade de manter esses usos nas monarquias quinhentistas (BAÑOS, op. cit., pp. 26-30).

436 Como observa Pieper, além das cartas e do impresso, outro meio de difusão de informações elaborado no século XVI eram os avisos ou gazetas, breves notas manuscritas anônimas. Com relação à credibilidade das cartas, a assinatura continuaria gozando papel preponderante, na medida em que constitui indício material de sua autoria; freqüentemente seriam usadas as assinaturas de diversas testemunhas, atestando a veracidade da epístola. É interessante observar que ainda hoje a assinatura mantém esse papel comprobatório nas práticas documentais de nossa sociedade (PIEPER, Renate. *Cartas de nuevas y avisos manuscritos en la época de la imprenta. Su difusión de noticias sobre América durante el siglo XVI*. In: ALVARÉZ, Fernando Bouza (org.). *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y el impreso*. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005, pp. 85).

das cartas que devem ou não vir a público? Qual o significado do que se mostra ou oculta através dessa opção⁴³⁷?

Nesse sentido, outra questão se impõe: a da diferença entre as versões divulgadas em âmbito particular ou público. Essa problemática apresenta duas faces bastante de conciliar. Por um lado, há um tipo de esforço bastante elementar de ocultar ou disfarçar certas situações embaraçosas ou pouco abonadoras, no que diz respeito às versões difundidas em esfera pública. Essas mesmas circunstâncias desfavoráveis, todavia, não deixam de ser mencionadas em particular a determinadas pessoas diante de quem, por razões diversas, não caberia a mesma atitude.

Todavia, curiosamente, em determinados momentos, esse escrúpulo segue num rumo inverso: o de apresentar, em situação particular, um relato mais favorável de situações pintadas com tintas mais carregadas ante o público. É o caso, por exemplo, da diferença entre a carta enviada por Villegagnon a Coligny e a apresentação de seu livro em 1560. Nesta, Villegagnon apresenta sua aversão aos reformados de modo mais veemente que naquela. Contudo, não teria Coligny lido ou ouvido falar do assunto? Dadas as circunstâncias, é impossível que não, tendo em vista seu direto envolvimento com a experiência da França Antártica e seu interesse pela questão colonial naquele momento de sua vida, como o demonstra sua atuação no que diz respeito à empreitada huguenote na Flórida. É pouquíssimo provável que o rebuliço em torno da figura de Villegagnon não tivesse chegado a seus ouvidos. Ante esse quadro, cabe-nos perguntar: como poderia Villegagnon tentar apresentar a Coligny uma versão mais suave de sua hostilidade aos huguenotes, uma vez que este conhecia as posições que defendera publicamente menos de um ano antes? Resumindo, cabe investigar o que é apresentado nas esferas particular ou pública e, sobretudo, quais as razões por trás de tal seleção.

É interessante destacar a observação feita por Bouza Alvarez: a pluma de fato se faz uma nova espada para a nobreza quinhentista. No caso da nobreza espanhola, uma espada a serviço do rei. De fato, no debate pela verdade com relação à experiência francesa no Brasil, a correspondência serviria como poderosa arma. O modo como utilizam seus argumentos torna-se uma verdadeira esgrima de pluma⁴³⁸. Como luta, a redação de cartas mais uma vez se inscreve

437 Todos esses meios de comunicação (impressos, cartas, gazetas) seriam utilizados de forma complementar, muitas vezes as informações dos avisos sendo anexadas em cartas, ou as cartas servindo de fonte para os avisos; por outro lado, em diversos momentos, manuscritos seriam impressos, bem como documentos impressos copiados em forma manuscrita. A esses meios deve-se acrescentar a comunicação oral, através da qual as notícias escritas seriam transmitidas pelas leituras coletivas (PIEPER, op. cit., p. 86).

438 Álvarez faz notar com muito acerto que o uso da escrita pela nobreza não é requerido no registro das belas letras, mas, pelo contrário, um uso técnico eficaz dos recursos que as cartas colocam a sua disposição (ÁLVAREZ, *La correspondencia del hombre práctico...*, op. cit., p. 133).

no quadro das “relações de força” propostas pela retórica. De certo modo, torna-se uma forma de oratória escrita, voltada ao convencimento do leitor.

Vejamos de que maneira nossos espadachins epistolares manejaram suas armas.

III - Léry e a herança

Documentar a vida de Jean de Léry, como a de muitos homens de sua época, não é tarefa fácil. O pastor viveu a maior parte de sua existência deixando poucos rastros além de suas obras. Boa parte de sua trajetória pode ser reconstituída através dos dados biográficos citados por ele mesmo, complementados e ganhando maior objetividade pelos registros da cidade de Genebra, especialmente do Consistório, do Conselho e da Companhia de Pastores⁴³⁹.

Os primeiros testemunham de sua vida agitada, tanto do ponto de vista profissional quanto do pessoal. Retornando do Brasil, o jovem sapateiro procuraria com afinco abrir uma hospedaria, sem sucesso, encontrando respostas negativas por parte do Conselho por três vezes. Por outro lado, casando-se com uma viúva um ano após seu retorno, visitaria mais de uma vez o Consistório devido a problemas conjugais. Anos mais tarde, já viúvo, seria acusado de atacar duas vizinhas, tendo o Consistório apurado a convivência das duas e admoestado os três para que o episódio não se repetisse.

Os registros da Companhia atestam a grande movimentação que tomaria sua vida após 1560, quando se tornaria ministro. Léry pregaria nas igrejas de diversas cidades da França, ao longo de muitos anos, inclusive envolvendo-se no episódio do cerco de Sancerre durante a onda de violência de São Bartolomeu, do qual escreveria um relato. Nessa época era pastor na cidade de La Charité, cujos habitantes buscaram refúgio em Sancerre.

Tendo em vista a mobilidade que reinaria em sua vida a partir de 1560, e a relativa obscuridade de sua personalidade na época, não é nada espantoso que não encontremos muitos vestígios de sua correspondência pessoal. Não é impossível, todavia, reconstituir uma ínfima parte de seu círculo de relações, principalmente através de suas obras. Destacamos, nesse sentido, Félix Platter, Urbain Chauveton e os Châtillon, François e Louise de Coligny, filhos do almirante.

Félix Platter é citado por Léry em *Histoire d'un voyage*. Teria sido através dele que Léry tivera acesso à obra de Hans Staden, possibilitando sua leitura. Platter, como se sabe, foi

439 Esses registros são abordados detalhadamente e em grande parte transcritos por Lestringant no segundo capítulo de *Le huguenot et le sauvage*, dedicado a Léry (LESTRINGANT, *Le huguenot...*, op. cit., pp. 105-114).

um importante médico, que realizou relevantes pesquisas nas áreas de oftalmologia e botânica. Além disso, sua família teve destacado papel na Reforma: era filho de Thomas Platter, humanista e militante reformado; de sua tipografia em Basileia saiu a primeira edição dos *Institutos* de Calvino. Some-se a isso a importância política dos Platter em sua cidade⁴⁴⁰.

A aproximação de Platter e Léry se daria devido a um interesse do médico: as Américas. Platter possuía em seu gabinete uma significativa coleção de artefatos indígenas vindos do Novo Mundo. Em março de 1586, passando por Basileia, Léry teria sido convidado a sua casa, onde teriam conversado longamente sobre sua experiência na França Antártica⁴⁴¹.

Urbain Chauveton, por sua vez, compartilhava com Léry a função de pastor, pertencendo também à Companhia de Genebra. Ainda mais importante, contudo, é sua produção literária sobre a América. Chauveton publicaria uma importante antologia reunindo as obras do italiano Girolamo Benzoni e do francês Nicolas Le Chaleux sobre o Novo Mundo, sobejamente enriquecidas pelas anotações do pastor. Ambos os textos se voltam à crítica da colonização espanhola e da divulgação da *leyenda negra*⁴⁴².

Como observamos no capítulo anterior, Chauveton teria um importante papel na defesa de uma colonização reformada e francesa (mais reformada que francesa) para o Novo Mundo, devido à inaptidão dos espanhóis para atender à tarefa por Deus confiada a eles. Léry e Chauveton constituiriam mesmo uma certa parceria intelectual, caracterizada por uma espécie de intertextualidade entre suas obras, através de mútuas citações⁴⁴³. Dessa maneira, podemos observar que Léry circula em meios reformados visivelmente interessados pelo Novo Mundo, intelectual ou politicamente, nos casos respectivos de Platter e Chauveton⁴⁴⁴.

440 Léry atribui grande importância a esse encontro, uma vez que através dele tivera acesso à obra de Staden, que aponta como uma confirmação de seu testemunho, devido à estreita concordância existente entre as narrativas dos dois viajantes, em oposição a Thévet. Platter teria emprestado o livro ao pastor, que pediria a um amigo para traduzi-lo do Alemão (LÉRY, op. cit., pp. 544-545). Sobre os Platter, remetemos ao terceiro capítulo de *Lumière des Martyrs*, onde Lestringant se baseia principalmente nas informações de Emmanuel Le Roy Ladurie na obra *Le Siècle des Platter* (LESTRINGANT, *Lumière*, op. cit., pp. 89-110).

441 Lestringant descreve de modo profundamente poético o encontro entre Léry e Platter (LESTRINGANT, *Lumière...*, op. cit., pp. 109-110).

442 A obra de Chauveton é detalhadamente estudada por Lestringant em *Le huguenot et le sauvage*, encontrando-se no capítulo três uma descrição de seu plano geral (LESTRINGANT, *Le huguenot...*, op. cit., pp. 162-166).

443 O *pendant* estabelecido entre as obras de Léry e Chauveton é abordado por Lestringant também no capítulo três de *Le huguenot et le sauvage*, onde cita Léry que se refere a Chauveton como “mon bon et singulier amy” (LESTRINGANT, *Le huguenot...*, op. cit., pp. 129-193).

444 A esses podemos também aduzir os autores das peças liminares do livro de Léry, todos eles reformados que manifestam vivo interesse pelo Novo Mundo, inclusive no aspecto colonial, como, por exemplo, o jurista Lambert Daneau, o pastor Pierre Melet ou o poeta Pierre Poupou, entre outros (LÉRY, op. cit., pp. 51-59).

Contudo, dessas relações, apenas as entretidas com os descendentes de Gaspard de Coligny podem ser analisadas diretamente através de escassos testemunhos, as cartas a eles enviadas por Léry e publicadas pelo mesmo em *Histoire d'un voyage*, entre as peças liminares da obra, com a função de dedicatória.

A primeira carta, de 1578, era endereçada a François de Coligny, e foi reproduzida em todas as edições da obra até 1599, ano de sua morte; a partir dessa data, Léry a substituiria por outra, enviada a sua irmã. Os textos são muito parecidos, chegando a ter trechos reproduzidos *ipsis litteris*, embora a segunda carta apresente significativos acréscimos, tendo quase o dobro da extensão da primeira.

Os textos podem ser identificados como cartas cortesãs, apresentando grande profusão de cumprimentos e elogios, aparentemente sem nenhum fim de comunicação prática. Contudo, tomando as citadas relações de Léry como chave de análise, propomos uma interpretação política dos documentos. Cabe acrescentar que Lestringant cita a documentação marginalmente, apresentando interpretação análoga à que desenvolveremos adiante.

Analisando conjuntamente as obras de Léry e Chauveton, Lestringant observa que ambas se propõem a fazer uma leitura crítica do passado, pensando na construção de estratégias futuras em relação ao Novo Mundo, ao que acrescenta:

On notera en passant que l'ouvrage de Léry est dédié, dans ses premières éditions, à François de Coligny, le fils de l'amiral assassiné, et ce n'est peut-être pas seulement à titre rétrospectif que la mémoire de l'illustre protestant est ainsi convoquée au seuil de l'histoire du défunt Brésil français⁴⁴⁵.

No entanto, Lestringant não se dedica a um esforço de análise aprofundada do discurso articulado no documento em questão, o que pretendemos aqui empreender.

Como observamos no capítulo anterior, a carta expressa claramente uma relação de clientela. Essa relação se inicia, como relata Léry, em 1572, quando teria sido acolhido em Berna por François de Coligny, após as tribulações de Sancerre; o autor expressa o desejo de retribuir a acolhida através de sua obra⁴⁴⁶. A carta a sua irmã expressa com um pouco mais de

445 “Notemos brevemente que a obra de Léry é dedicada, em suas primeiras edições, a François de Coligny, o filho do almirante assassinado, e talvez não seja somente a título retrospectivo que a memória do ilustre protestante seja assim convocada à soleira da história do defunto Brasil francês”. LESTRINGANT, *Le huguenot...*, op. cit., p. 173.

446 Léry evoca o “bon et honeste accueil que vous me fistes (...) apres ma delivrance du siege famelique de Sancerre” (“a boa e honesta acolhida que me oferecestes depois de minha libertação do sítio famélico de Sancerre”) (LÉRY, op. cit., p. 49).

detalhes a relação de Léry com o clã, chegando a relatar três episódios de seu convívio entre os Châtillon⁴⁴⁷.

Como se sabe, a prática da dedicatória era muito difundida, e geralmente o autor esperava algum tipo de compensação ou favores do dedicatário, muitas vezes obtendo resultados, outras tantas em vão. Léry explicita uma finalidade bastante prática de seu ato, afirmando que dessa maneira era a François de Coligny que Thévet teria de responder por suas calúnias. Dessa maneira, se colocava sob a proteção de um grande senhor, o que não lhe era de modo algum dispensável, uma vez que enfrentava ninguém menos que o cosmógrafo do rei⁴⁴⁸.

Contudo, além de buscar essa proteção é possível discernir um discurso político em ambas as cartas. Cabe observar, nesse sentido, que a carta é em boa parte centrada no elogio do falecido almirante, que identifica como a “causa” de sua viagem. Mais que isso, Léry afirma que a sua intenção era a de perpetuar a memória desta viagem “fait expressement en l’Amerique pour establir le pur service de Dieu, tant entre les François qui s’y estoient retirez que parmi les Sauvages”, ao que acrescenta ser seu dever fazer à posteridade o elogio da iniciativa do almirante⁴⁴⁹.

De fato, continuando a carta, Léry confunde num só o elogio de Gaspard de Coligny e da empresa, que qualifica como “santa e verdadeiramente heróica”, usando adjetivos que a tornam louvável tanto do ponto de vista espiritual quanto temporal⁴⁵⁰.

447 Léry faz menção especialmente a uma visita que lhes teria feito em Château Renard, oferecendo a primeira edição do livro, a uma conversa com o príncipe de Orange, marido de Louise de Coligny, e a uma conversa com os dois irmãos Châtillon por ocasião do casamento de François de Coligny (LÉRY, op. cit., pp. 602-606).

448 Léry acrescenta ainda como motivo para que François de Coligny o proteja de Thévet o fato de que o cosmógrafo haveria “ousado latir” contra a “Admirauté de France”. Na carta de 1611 Léry se refere à proteção contra “Thévet avec ses adhérens”, já estando Thévet falecido havia alguns anos (LÉRY, op. cit., pp. 49, 604). É interessante observar que o próprio Thévet dedica sua obra a um protetor no mínimo temível, o próprio rei Henrique III (THÉVET, André. *Cosmographie Universelle*. Paris: Guillaume Chaudiere, 1575, v.1, fls. 2-3). Como observa Chartier, a prática da dedicatória “é central na economia do mecenato, que em troca do livro dedicado, oferecido e aceito, obriga o destinatário a conceder proteção, emprego ou retribuição”. Mais ainda, Chartier salienta que, muitas vezes, o texto faz do dedicatário quase o verdadeiro autor da obra; em verdade, ele receberia apenas algo que já lhe pertence. Ao identificar Gaspar de Coligny como a verdadeira causa da viagem, e seu filho como seu representante e continuador, Léry atribui a François de Coligny parte da autoria da obra. Assim, de fato, Thévet deve se reportar ao Châtillon como co-autor da obra (CHARTIER, Roger. *O príncipe, a biblioteca e a dedicatória*. In: BARATIN, Marc e JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2000, p. 198-199).

449 “Feita [a viagem] à América expressamente para estabelecer o puro serviço de Deus, tanto entre os franceses que lá se tinham retirado quanto entre os selvagens”. Léry acrescenta que o elogio de Coligny “doit estre à jamais recommandable” (LÉRY, op. cit., p. 47).

450 O autor se pergunta: “Qui pourrait assez exalter une si sainte et vraiment heroïque entreprinse?” (“Quem poderia exaltar suficientemente uma empresa tão santa e verdadeiramente heróica?”) (LÉRY, op. cit., p. 48).

Na mesma linha de argumentação, Léry afirma que nunca houve antes um “Capitão Francês e Cristão” que tenha estendido de uma só vez os reinos de seu “Príncipe Soberano” e de “Jesus Cristo, Rei dos Reis e Senhor dos Senhores” a terras tão distantes⁴⁵¹.

Continuando, Léry defende Coligny, sustentando que não é sua culpa que lá não haja mais “nouvelle de vraye Religion que du nom de François pour y habiter”; pelo contrário, Léry culpa Villegagnon e outros pela perda da colônia, e afirma que, tivesse a obra continuado, “l’un et l’autre regne, spirituel et temporel, y avoient si bien pris pied de nostre temps, que plus de dix mille personnes de la nation Française y seroyent maintenant”⁴⁵².

É interessante sublinhar o modo como o texto de Léry separa com bastante nitidez as esferas temporal e espiritual no que diz respeito à França Antártica. Coligny é apresentado como um capitão francês e cristão, dissociando os dois adjetivos. Da mesma forma, serve separadamente a dois senhores, o “Príncipe Soberano” e “Jesus Cristo, Rei dos Reis”. O fracasso da colônia é também lamentado por causas que não se confundem, a perda dos reinos espiritual e temporal, e a ausência da “verdadeira Religião” e do “nome de Francês”. Essa separação evidencia o alinhamento de Léry com as concepções políticas dos grupos moderados, favoráveis à tolerância.

A carta de 1611 a Louise de Coligny acrescenta ainda, sob esse aspecto, que a perda da França Antártica para os portugueses e em seguida para os espanhóis, através da União Ibérica, ocasionara ainda os tormentos por que a França passara, pois para isso de lá “on a depuis tiré les moyens”, em referência aos metais preciosos americanos, usados para auxiliar os católicos intransigentes franceses, argumento bastante comum entre os huguenotes, como observa Lestringant, do qual Léry se apropria em favor da defesa da França Antártica. Esse acréscimo acaba por constituir mais uma parte da argumentação em favor da ocupação francesa no Novo Mundo, ao mesmo tempo evidenciando a preocupação de Léry, ainda em 1611, de reforçar seu discurso⁴⁵³.

451 LÉRY, op. cit., p. 48.

452 “Notícia da verdadeira religião quanto do nome de francês para lá habitar”; “um e outro reino, espiritual e temporal, teriam se enraizado tão bem hoje, que mais de dez mil pessoas da nação francesa estariam lá”. LÉRY, op. cit., p. 48.

453 “Mais aussi il y a grand’apparence qu’ils [os espanhóis] les [os portugueses] en eussent chassés pour planter les fleurs de lys en ce riche pays, dont on a depuis tiré les moyens qui ont troublé la France jusques au bout” (“Mas também parece que os espanhóis cassaram de lá os portugueses para plantar as flores de lis nesse rico país, de onde tiraram desde então os meios que atormentaram extremamente a França). O comentário do pastor revela uma indisfarçável ignorância no que diz respeito aos princípios de legitimação e de funcionamento administrativo da monarquia ibérica, ao apresentá-la como um mero domínio de espanhóis sobre portugueses, deixando de lado seu caráter composto e a situação de igualdade entre Portugal e os demais reinos unidos sob a coroa dos Habsburgo. Além disso, ao afirmar que os espanhóis teriam expulsado os portugueses do Brasil, distorce significativamente a política colonial durante a União Ibérica, uma vez que o aumento da presença hispânica no atual Brasil seria

Até aqui, temos Léry construindo uma argumentação que sustenta a criação de uma colônia francesa como obra meritória e proveitosa temporal e espiritualmente. O próximo passo é ligá-la a François de Coligny e, posteriormente, a Louise de Coligny e seu filho Frédéric-Henri de Orange.

De fato, Léry estabelece uma relação de continuidade entre o almirante e seu filho, afirmando dedicar-lhe a obra por considerá-lo “representer la personne de cest excellent Seigneur”. A idéia é renovada adiante, quando Léry diz que sua defesa das igrejas reformadas faz perceber “combien heureusement vous suyvez les traces de celuy, quy, vous ayant substitué en son lieu, soustenant ceste mesme cause”⁴⁵⁴.

No mesmo tom, a despedida da carta qualifica François de Coligny e sua irmã como “plantes portant fruits dignes du tronc d’où elles sont issues”, pelos quais orará pedindo que Deus “face prosperer de plus en plus vos vertueuses et genereuses actions”⁴⁵⁵.

Não é impossível interpretar essa carta como um sutil convite a que os herdeiros de Coligny tomem para si a iniciativa colonizadora de seu pai. Afinal, após o enaltecimento da França Antártica como nobre empreendimento de seu pai, sua retomada não deixaria de ser meritória para aqueles a quem designa o papel de seus continuadores. A despedida pouco usual, pedindo bençãos para suas “virtuosas ações”, não deixa de ser um indício.

O *tandem* constituído por Léry e Chauveton em defesa da colonização só torna essa hipótese mais provável. Afinal de contas, que ação mais virtuosa os descendentes de Coligny poderiam empreender para Léry senão retomar o caminho da França Antártica e da Flórida?

Contudo, temos possibilidades de interpretação além do simples conteúdo da carta. Como observamos antes, a passagem de um documento do âmbito particular ao público não se faz de modo inocente, sendo, pelo contrário, carregada de significado. Como observa Antonio Castillo Gómez, o escrito assume funções diferentes numa e na outra esfera. O escrito particular é profundamente voltado para a esfera íntima, da afetividade e, muitas vezes, do secreto. O escrito público, pelo contrário, torna-se instrumento de poder, através da difusão de idéias. No entanto, o poder do escrito público não é mobilizado por apenas um grupo, mas por aqueles que se lhe opõem, que Gómez chega a caracterizar como um “contra-poder”⁴⁵⁶.

insignificante, assim como a redução dos contingentes portugueses; a própria administração das posses de ultra-mar jamais seria unificada (LÉRY, op. cit., p. 603; ÁLVAREZ, *Imagen y propaganda...*, op. cit., pp. 59-94, 121-133).

454 “Representar a pessoa deste excelente senhor”; “quão felizmente seguís as pegadas daquele que substituí, sustentando a mesma causa”. LÉRY, op. cit., p. 49.

455 “Plantas trazendo frutos dignos do tronco de onde saíram; “faça prosperar mais e mais vossas virtuosos e generosas LÉRY, op. cit., p. 50.

456 Gómez cita os exemplos da restauração portuguesa, da *Guerra del segadors*, ou da revolta aragonesa

Dessa maneira, a passagem da carta ao universo do impresso faz com que seu conteúdo ingresse em uma dinâmica de poder. Ou, talvez, seja mais apropriado afirmar que passa de uma esfera de poder a outra⁴⁵⁷.

É interessante evocar a esse respeito as idéias de Bodin, contemporâneo de Léry e, deve-se acrescentar, lido pelo mesmo. Bodin identifica na sociedade distintos grupos de poder, que se relacionam de maneira complexa, desde o mais elementar e natural, a família, ao mais complexo, a república. Todos os grupos se espelham mutuamente, imagens uns dos outros: o *pater familias* e o soberano têm, nas devidas proporções, poder da mesma natureza. Contudo, o poder soberano da república, situado no âmbito público, está acima de todos os poderes dos grupos particulares, que a ele devem se submeter⁴⁵⁸.

Entre as esferas particulares de poder, Bodin situa a do *colégio*, grupo de pessoas, os *colegas*, ligados primordialmente por uma comunidade de interesses e pela amizade. Apesar disso, mesmo entre os colegas, Bodin identifica elementos de soberania, à semelhança daqueles existentes na família e na república, ou seja, há uma autoridade que exerce poder sobre os demais membros do grupo. Todavia, saindo da esfera do colégio propriamente dita, as relações nele estabelecidas se submetem, tal como as relações familiares, à soberania do poder público⁴⁵⁹.

Não é difícil identificar aí uma semelhança com as redes clientelares, que unem por afinidade de interesses grupos freqüentemente numerosos. Como observa Jouanna, a clientela é

de 1591, que se transformariam em “véritables batailles de papiers et de plumes”. Em diversas ocasiões cartazes clandestinos se opõem àqueles impressos pelas autoridades. Interessantíssimo é o caso da guerra contra os escritos obscenos nas paredes, levada a cabo por padres em diversas cidades espanholas. As palavras indecorosas seriam apagadas pela cal e substituídas por escritos edificantes, pelos fiéis instigados pelos clérigos. Segundo o autor, essas situações se tornam verdadeiros combates de propaganda e contra-propaganda. A escrita epistolar, por outro lado, floresceria como comunicação entre os familiares e os amigos separados pela distância, sendo impressionante seu aumento quantitativo a partir do século XVI (GOMÉZ, Antonio Castillo. *Entre public et privé. Stratégies de l'écrit dans l'Espagne du siècle d'or*. In: *Annales. Histoire, Sciences sociales*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2008/2, pp. 809-813, 817-821).

457 Gómez assinala a importância das cartas como instrumento de poder, citando Gracián: “J'ai dit qu'il n'y a plus grande science au monde que celle de savoir écrire des lettres; et que celui qui voudrait commander, pratique cet important aphorisme: *Qui vult regnare, scribat* – Qui veut régner, écrive” (GOMÉZ, op. cit., p. 821).

458 Segundo Barros, a família seria para Bodin “o elemento a partir do qual a República é formada e sem o qual ela não tem existência”. Mais que isso, a família seria o “modelo natural e concreto da República”, sendo o governo da República calcado no poder do pai sobre a casa. Todavia, conquistado pela força, o poder do soberano se impõe ao das famílias, derrotadas no conflito fundador da República (BARROS, Alberto Ribeiro de. *A teoria da soberania de Jean Bodin*. São Paulo: Unimarco, 2001, pp. 215-219; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Família, soberania e monarquias na República de Jean Bodin”, in BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera (orgs.). *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 221-238).

459 Segundo Barros, a teoria de Bodin vê a formação dos colégios como etapa necessária à formação da República, pois os laços de amizade entretidos preparariam os futuros cidadãos para a colaboração social, indispensável à vida em sociedade (BARROS, op.cit., pp. 225-226).

uma relação hierárquica, onde há reconhecidamente uma autoridade a ser obedecida pelos clientes, residindo aí sua identidade com a noção de colégio empregada por Bodin. Não é mesmo improvável que as relações concretas de clientela que Bodin via em sua sociedade tenham contribuído para a elaboração do conceito de *colégio*⁴⁶⁰.

Nesse sentido, a passagem de uma carta da esfera íntima à pública é também a passagem de uma estrutura de poder a outra, subtraindo-a à autoridade familiar ou colegial e submetendo-a à soberania da república. Em certo sentido, ela propõe um desequilíbrio na relação previamente estabelecida.

Seguindo essa linha de raciocínio, ao publicar sua carta a François de Coligny, Léry tira-a da esfera das relações clientelares, e submetendo-a, ao menos teoricamente, ao poder régio. Obviamente, a realidade concreta é mais complexa que isso, e o modelo proposto por Bodin, em grande parte voltado a solucionar as tensões vividas, não poderia estar mais afastado das dinâmicas de poder na França das guerras de religião.

Se, por um lado, François de Coligny é identificado por Léry como “Gouverneur pour le Roy en la ville de Montpellier”, por outro, o mesmo “Seigneur de Chastillon” estava submetido a outro monarca, o rei de Navarra. Como observa Jouanna, por essa época Châtillon entretinha relações muito próximas a Henrique de Bourbon, governando em Montpellier por sua indicação e capitão de seus exércitos. Em suma, Coligny está inserido em duas redes conflitantes de poder, sob autoridades potencialmente concorrentes⁴⁶¹.

Dessa forma, o louvor à iniciativa do almirante se dirige também, por vias indiretas, aos dois monarcas. O estabelecimento da colônia é apontado como heróico por estender “les limites de son Prince Souverain”. Ao mesmo tempo, defende que se a colônia se tivesse mantido, mais de dez mil franceses “y seroient maintenant en aussi pleine et seure possession pour nostre Roy, que les Espagnols et Portugais y sont au nom des leurs”, evocando a importância geopolítica do problema. Ao mesmo tempo, apresenta como um dos méritos da obra de Coligny, que “il en [a América] avoit assujetti une partie à la couronne de France”. Os

460 Jouanna define clientela com as seguintes palavras: “La relation de clientèle est un lien de réciprocité librement choisi et moralement contraignant unissant deux personnes dont l’une occupe une position sociale supérieure à l’autre. La première offre sa protection et l’autre son service” (“A relação de clientela é um vínculo de reciprocidade livremente escolhido e moralmente constrangedor unindo duas pessoas, das quais uma ocupa uma posição social superior à outra. A primeira oferece sua proteção e o outro seu serviço”) (JOUANNA, *Histoire et dictionnaire...*, op. cit., p. 806).

461 Reforçando ainda os laços de François de Coligny junto a Henrique de Navarra deve-se citar o fato de que sua esposa era, nessa mesma época, dama de honra de Marguerite de Valois na corte de Nérac (JOUANNA, *Histoire et dictionnaire...*, op. cit., p. 795)

benefícios ao trono francês, diretamente evocado na questão por Léry, dão à situação o ar de uma problemática de interesse público⁴⁶².

Mais uma vez cabe destacar o papel de Henrique de Navarra, àquela altura primeiro príncipe do sangue, posição destacada na monarquia francesa, que atribuía também a ele o apoio ao monarca e ao povo na condução dos negócios do reino. Podemos imaginar que a carta é um convite a que Coligny retome a obra de seu pai, mas também a que os príncipes a quem deve obediência a permitam e apóiem.

Podemos também, por outro lado, associar a questão à concepção de magistratura articulada por Bodin e, sem dúvida, conhecida por Léry. Segundo Bodin, cabia aos magistrados não apenas obedecer e pôr em prática as ordens do rei, mas também um papel ativo, devendo indicar ao monarca soluções para problemas e sugestões para o bom governo, assumindo sua parte no “navio-república”; mais ainda, a cooperação entre monarca e magistrados era vista como essencial ao equilíbrio da república. Ora, ocupando Coligny nitidamente a posição de “magistrado”, na concepção bodiniana, era necessário que fizesse sua parte aconselhando o rei. Nesse sentido podemos interpretar que Léry encaminha suas sugestões a François de Coligny na esperança de que venha a tornar sua realização mais próxima, por sua função como magistrado⁴⁶³.

Esse caráter público do problema só é realçado pela insistência com que Léry separa os dois reinos, temporal e espiritual em mais de um momento, como vimos antes. Da mesma forma, ao abordar o insucesso da colônia, submetendo-o ao julgamento público, divide o fracasso em dois, sustentando que imputá-lo a Coligny seria o mesmo que “imputer aux Apostres la destruction des Eglises qu'ils avoyent premierement dressées, et la ruine de l'Empire Romain aux braves guerriers qui y avoient joint tant de belles Provinces”. Obviamente, os exemplos remetem à “destruição” da Igreja reformada na Guanabara, e à perda da “bela província” da França Antártica, perda essa que deve ser julgada pelo poder temporal⁴⁶⁴.

462 “Estariam [os franceses] lá agora em tão plena e segura posse para nosso rei, quanto os espanhóis e portugueses estão no nome dos deles”; “Ele [Coligny] sujeitara uma parte dela [América] à coroa de França”. LÉRY, op. cit., p. 48.

463 Léry certamente teve acesso às concepções de magistratura articuladas por Bodin. O autor já é citado na primeira edição de *Histoire d'un voyage*, em 1578. Àquela altura, Bodin publicara apenas o *Methodus* e *Les six livres de la republique*, em 1566 e 1576, respectivamente, e em ambas as obras o tema da função dos magistrados é abordado. Como observa Goyard-Fabre, a metáfora da república como um navio enfrentando uma tempestade seria cara a Bodin, que ressaltava a necessidade de que todos os “passageiros” contribuíssem ativamente para a superação dos obstáculos (LÉRY, op. cit., pp. 608-609; GOYARD-FABRE, Simone. *Le Magistrat de la République*. In: ZARKA (org.), op. cit., pp. 134-136, 140, 146-147).

464 “Imputar aos apóstolos a destruição das igrejas que fundaram, e a ruína do império romano aos bravos guerreiros que haviam conquistado tantas belas províncias”. LÉRY, op. cit., p.48.

Esse julgamento é também uma escolha. Como vimos no capítulo anterior, a primeira edição da obra de Léry se dá num contexto em que há uma tímida retomada das pretensões francesas ao Novo Mundo, destacando-se a atuação de Strozzi, primo da rainha mãe. A carta a François de Coligny tornada pública por Léry é também uma defesa em favor da formação da colônia como refúgio, orientada pelo ideal de tolerância, defendido pelos moderados. Ainda uma vez temos as retóricas judicial e deliberativa imbricadas.

A segunda carta, a Louise de Coligny, renova seus argumentos, mostrando a continuidade do comprometimento de Léry com um ideal tolerante de colônia, já em 1611. Esse é um novo contexto, em que novas iniciativas coloniais seriam implementadas pela coroa francesa, especialmente a Nova França, na América do Norte, e a França Equinocial, no atual Maranhão. Por outro lado, do ponto de vista interno, é um período de relativo apaziguamento, estabelecido pelo Édito de Nantes, que, como vimos, é tradicionalmente apontado como o fim das guerras de religião. A política de tolerância é firmemente defendida pela coroa e imposta por Henrique IV com determinação.

Pensar sua relação com os novos empreendimentos franceses se faz necessário. Como observa Martinière, a França Equinocial se estabelecia após um longo período de planejamento, de muitos anos, durante o reinado de Henrique IV, desde os últimos anos do século XVI. Seria também o caso da Nova França no Canadá, como salienta Quinn. Ambos os empreendimentos se dão sob iniciativas mistas, unindo católicos e reformados⁴⁶⁵.

Não é impossível que Léry desejasse contribuir com as novas tentativas, buscando ainda uma vez fazer com que suas concepções coloniais se tornassem realidade. Um fato interessante a salientar nesse sentido é a insistência com que alude aos Nassau, dos quais descendia o filho de Louise de Coligny, Frederico-Henrique de Nassau⁴⁶⁶.

Martinière relata a parceria estabelecida nesse período entre Henrique IV e os Nassau, especialmente em relação às operações ultramarinas. A aproximação de Léry com os Nassau torna-se então bastante significativa. O autor de *Histoire d'un voyage* procura aqueles que podem ser de grande ajuda para a implementação de uma colônia tolerante no Novo Mundo⁴⁶⁷.

É interessante observar que em boa medida essa idéia se concretizaria na França Equinocial. Como observa Martinière, quando de sua fundação, seria firmado um acordo entre

465 MARTINIÈRE, op. cit., pp. 459-462; QUINN, David. *Henri IV et La nouvelle France*. In: BABELON (org.), op. cit., pp. 486-487.

466 É importante salientar que Frederico-Henrique de Nassau já contava então vinte e sete anos, não sendo estranho à vida política, o que Léry certamente tinha em mente (LÉRY, op. cit., pp. 604-607).

467 MARTINIÈRE, op. cit., pp. 462-469.

os líderes católicos e huguenotes, onde se expressa sua determinação por manter a tolerância no estabelecimento colonial. Trata-se, possivelmente, de ecos do fracasso da França Antártica, cujas querelas se tentava evitar. A leitura de Léry por Abbeville só vem reforçar essa hipótese⁴⁶⁸.

As cartas de Léry situam com clareza sua posição na arena política. Mas, muito mais que isso, atendem a uma tentativa concreta de enraizamento de sua proposta na trama das redes de alianças e do poder público, evidenciando uma tentativa de realização das possibilidades entrevistas em sua obra e defendidas pelo grupo de huguenotes ao qual pertence. A análise de seu discurso tende a confirmar as suspeitas levantadas por Lestringant.

Dessa maneira, Léry articulava uma genuína proposta política, cujo objetivo final seria a solução dos problemas que assolavam a França, mobilizando para isso os poucos meios de que dispunha, ou seja, as relações em que estava inserido no sistema clientelar. Através destas busca fazer com que as idéias de seu grupo cheguem ao centro do poder, onde terão maiores chances de se tornarem realidade.

IV - Calvino e o espírito

A correspondência de Calvino constitui, provavelmente, um dos maiores repositórios conservados de documentação epistolar do século XVI. Nesse monumental conjunto encontramos algumas cartas que têm por assunto a França Antártica, através das quais é possível acompanhar boa parte dos acontecimentos da Guanabara e sua repercussão na Europa, bem como detalhes da querela que se seguiria.

468 O texto do acordo estabelecido para a colônia por seus participantes, citado por Martinière, merece ser parcialmente transcrito: “Nous soussignés portant volontairement nos biens et nos vies pour l'établissement de la colonie française, au delà de la ligne équinoxiale pour le service du Roi selon l'intention de sa Majesté, et la promesse qui lui a été faite par nos chefs, reconnaissons qu'il n'y que l'obéissance donnée à nos chefs, l'union entre nous et le bon gouvernement entre les Indiens qui nous poussent à faire parvenir une si louable et généreuse intention. Protestons de faire par ces trois actions essentielles de cette entreprise tout ce qui dépendra de nos courages, constances, observances des lois de France, obéissance, fidélité, charité et bonne intelligence et généralement de tout ce qui est nécessaire pour **entretenir en paix et union une bonne société** (...)” (grifo nosso). (“Nós, abaixo assinados, trazendo voluntariamente nossos bens e vidas para o estabelecimento da colônia francesa além da linha equinocial para serviço do rei segundo a intenção de sua majestade, e a promessa que lhe foi feita por nossos chefes, reconhecemos que há apenas a obediência a nossos chefes, a união entre nós e o bom governo entre os índios que nos levam a executar uma intenção tão louvável e generosa. Protestamos fazer por essas três ações essenciais por essa empresa tudo que dependa de nossa coragem, constância, observância das leis de França, obediência, fidelidade, caridade e bom entendimento e tudo que é necessário em geral para **manter em paz e união uma boa sociedade** [...]). Como observa Andrea Daher, a obra do capuchinho Charles d'Abbeville estabeleceria uma estreita relação com aquela de Léry (MARTINIÈRE, op. cit., pp. 473-474; DAHER, op. cit., pp. 251-266).

Contudo, mais interessante que a análise dos discursos articulados individualmente em cada carta é a percepção da complexa dinâmica que elas evidenciam, através de sua inter-relação. Sob esse aspecto, é importante reter a elucidativa observação de Bouza Álvarez sobre o conceito de *correspondência*. O termo estabelece, em primeiro lugar, a idéia de um intercâmbio continuado entre os envolvidos, estabelecendo uma relação de familiaridade. Porém, mais que isso, evoca a formação de identidades, na medida em que constitui também um grupo de pessoas que vota sentimentos recíprocos entre si, afeições *correspondidas*⁴⁶⁹.

A primeira carta onde o assunto é citado data de 16 de setembro de 1556. É enviada de Genebra pelo ministro Nicolaus Gallasius a Calvino, então ausente da cidade. Nela trata de diversos assuntos, alguns deles de ordem eclesiástica, dando grande espaço à questão específica de um casamento. Mas o primeiro tema abordado é a partida de Richer e Du Pont (identificados como *Richerius* e *Pontanus*) com outros quatorze, no oitavo dia de setembro, afirmando que haviam iniciado a viagem com “alma alegre” (*alacritate animi*). O destino da comitiva não é citado, pois certamente Calvino estava inteiramente a par da situação. É interessante notar, contudo, que a carta atesta o interesse do reformador pela questão, bem como do autor da carta, significativamente evidenciado pela sua posição como primeiro assunto tratado⁴⁷⁰.

Os primeiros registros vindos da França Antártica propriamente dita na correspondência do reformador são provenientes de Villegagnon e dos ministros Richer e Chartier, redigidos pouco após a chegada da comitiva genebrina à Guanabara. Trata-se de três cartas, uma redigida por Villegagnon, uma assinada conjuntamente pelos dois pastores, e uma terceira escrita apenas por Pierre Richer. Estas cartas testemunham mútua afeição, através de termos calorosos.

Villegagnon é comparado pelos pastores a ilustres figuras dos dois Testamentos, como Salomão, bem como Áquila e Priscila. Afirmando que, qual o monarca bíblico, o cavaleiro

469 Bouza Álvarez cita um documento precioso pela maneira bastante explícita e consciente com que expressa essa questão, a *Memoria y relación de los señores y parientes y amigos y de la correspondencia de amistad y alianza de la Casa de Velasco en el año de 1655*, onde são listados oitenta e cinco correspondentes da família, indicando em diversos casos o fundamento da relação de amizade (ÁLVAREZ, *La correspondencia del hombre practico...*, op. cit., p. 135).

470 Curiosamente, Gallasius informa que a partida fora um pouco adiada por Du Pont, atacado de cólicas (*tormina, -um*). O casamento em questão apresentava a particularidade de que o casal vivia já em concubinato havia alguns anos. Gallasius informa ainda a Calvino que Du Pont havia atrasado a partida por alguns dias, devido às necessidades para o preparo da viagem (GALLASIUS, In: CALVIN, Jean. *Ioannis Calvinii Opera Quae Supersunt Omnia*. Bad Feilnbach: Schmidt Periodicals GmbH, 1990, vol. 16, pp. 278-280). Um dado interessante a observar na correspondência de Calvino é a simplicidade da saudação nas cartas, evidenciando um claro alinhamento ao grupo partidário do tratamento igualitário entre as partes comunicantes, corrente polêmica então existente, como observa Martín Baños. A crítica articulada por esse grupo visava em grande medida ao comportamento bajulador por trás dessas práticas. A adesão dos reformados a esse movimento nada tem de espantosa, se levarmos em conta a crítica protestante a todos os excessos característicos da vida nas cortes de então (BAÑOS, op. cit., pp. 29-30).

de Malta consagrara a colônia a Deus, e que mantinha uma igreja em sua casa, como o casal citado nos atos, que hospedara durante longo tempo o apóstolo Paulo. Chegam a afirmar que podia se esperar que “em breve surjam da mesma numerosas igrejas para celebrar o louvor de Deus e aumentar o reino de Cristo”⁴⁷¹.

Richer, por sua vez, escrevendo individualmente identifica Villegagnon como um instrumento de que Deus lançava mão para fazer chegar o Evangelho às terras do Novo Mundo, onde poderia assim atingir aos bárbaros antropófagos da América, embora fosse necessário paciência para tirá-los das garras de Satã, que os mantinha mais como bestas que como homens (“*a bruti parum differant*”). Richer chega a se perguntar se haveria alguém mais adequado para conservar sua igreja: “*Quid commodius nostro instituto contingere poterat*”? O pastor relata ainda as dificuldades com que se deparavam, especialmente a ausência de pão, vinho e outros alimentos com que estivessem habituados, consolando-se, porém, de que o verdadeiro alimento humano “não é o pão, mas o verbo de Deus”, que era ali sua única “delícia” (“*omnium delitiarum*”)⁴⁷².

O cavaleiro de Malta, por sua vez, se afirma muito satisfeito com a chegada dos genebrinos, além de agradecer pelo conselho enviado por Calvino, que ordenaria registrar em ata, para que não fosse esquecido, conselho este que louva afirmando acreditar não haver “de plus saint, de plus juste et de plus sain”, e do qual procuraria não se afastar⁴⁷³.

É interessante observar que a linguagem da carta testemunha a intimidade de Villegagnon tanto com Calvino quanto com os meios reformados. Por um lado, pelo tratamento íntimo de “tu” com que se dirige ao reformador, que tinha sido, diga-se de passagem, seu colega

471 A carta se refere ainda a Ninfas, obscuro personagem do Novo Testamento, citado numa das epístolas de Paulo, que, tal como Áquila e Priscila, manteria uma igreja em sua casa. Além das elaboradas comparações bíblicas, os pastores o identificam como pai e irmão, protegendo-os e “abraçando-os” como o primeiro e professando os mesmos princípios de fé, como o segundo. É também curioso observar a coincidência irônica proposta pela datação das duas cartas dos pastores: escreviam entusiasticamente sobre Villegagnon, a colônia e seu futuro, justamente no dia 1º de abril de 1557! (CHARTIER e RICHER, In: MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., p. 163).

472 “Quem poderia conservar mais adequadamente nossa doutrina?”. Richer descreve ainda a Calvino a organização do culto, administrado quotidianamente, complementado pela celebração semanal da Santa Ceia. Léry, anos depois, mencionaria a mesma disciplina. Outro aspecto a ressaltar é a diferença existente entre o relato da jornada na carta individual de Richer e a redigida conjuntamente com Chartier. Embora ambas se refiram, sem grandes minúcias, às tribulações da viagem, Richer a transforma numa batalha de forças transcendentais, identificando aqueles que lhes tinham criado obstáculos como instrumentos manipulados por Satã, dos quais, contudo, Deus os defenderia. É interessante observar o conflito entre a edição da *Opera Calvini* e Pierre de Saint-André quanto a esta carta: os editores da *Opera* dão o destinatário como incerto, ao passo que Saint-André, examinando os documentos *sur le coup*, em tempo mais próximo, ainda no século XVI, a identifica como enviada para Calvino. (RICHER, In: CALVINO, op. cit., pp. 433-434; LÉRY, op. cit., p. 166).

473 É interessante observar o uso da saudação por parte de Villegagnon; em lugar das saudações elogiosas características de suas cartas, o cavaleiro de Malta se enquadra na prática observada entre a maioria dos correspondentes reformados de Calvino, ou seja, da saudação simples. Provavelmente deve-se aí reconhecer sua grande habilidade de adaptação do discurso ao destinatário (VILLEGAGNON, In: MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., p. 157; Cf. notas 147 e 182).

de escola. Por outro, pelo emprego da “língua de Canaã”, modo de se expressar através de citações bíblicas característico dos meios reformados⁴⁷⁴.

Como se vê, essas cartas atestam não apenas as boas relações entre Villegagnon e os recém-chegados, mas evidenciam também uma rede centralizada na figura de Calvino, uma rede de *correspondência*, nos termos evocados por Álvarez. O reformador se apresenta como conselheiro, e, mais ainda, quase como uma autoridade espiritual. De certa forma, é uma outra rede de poder, potencialmente concorrente com o próprio poder régio em sua capacidade de influenciar eventos e comportamentos na colônia⁴⁷⁵.

De certo modo, esse poder seria confiado pelo próprio Villegagnon aos representantes da Igreja de Genebra, como expressa formalmente em sua carta a Calvino, pois afirmava encontrar-se inquieto pelo fato de ver-se “reduzido” à necessidade de “assurer le gouvernement et de me charger du ministère ecclésiastique”, o que afirma não ser de sua vontade⁴⁷⁶.

Segundo afirma, essa atitude lhe seria imposta pela necessidade de manter no bom caminho os colonos, pelo medo de que se vissem contaminados pelo comportamento vicioso dos indígenas ou que perdessem o hábito da religião. Mais ainda, após narrar a revolta dos trugimães, Villegagnon encarece o ministério religioso como forma de recolocá-los no “droit chemin” e de desviá-los dos vícios. A presença dos pastores é ainda vista como benéfica devido ao consolo e aos conselhos que poderiam fornecer ao próprio cavaleiro de Malta, nos momentos de perigo⁴⁷⁷.

474 Lestringant destaca, além do uso da “língua de Canaã”, a alusão à duquesa de Ferrara, reconhecida simpazante da Reforma, como outro indício das relações entretidas por Villegagnon com os reformados. Devemos apontar ainda o pedido a Calvino de que saude a “nossos irmãos Céphas e La Flèche”, que, embora sejam personagens obscuros, eram outros reformados conhecidos pelo cavaleiro de Malta (LESTRINGANT, In: LÉRY, op. cit., pp. 68, 73).

475 Não procuramos aqui situar, de forma alguma, esse poder espiritual como um uso instrumental da religião em prol de qualquer forma de controle social, nos moldes propostos por Marx, Althusser ou Bourdieu. Contudo, o identificamos como forma de poder enquanto discurso capaz de estimular tais ou quais atitudes e, conseqüentemente, transformar a realidade social em sua teia de relações. Nesse sentido é interessante reter as observações de Holt que lembra o quanto a vivência política é nessa época, também, uma vivência profundamente religiosa. Segundo Holt, o principal distintivo do Calvinismo em relação a outras correntes reformadas seria a ênfase na disciplina social, com especial atenção aos instrumentos institucionais de controle (HOLT, op. cit., pp. 24-26).

476 “Assegurar o governo e não me encarregar do ministério eclesiástico”. Villegagnon cita como causa de sua inquietude o exemplo de Osias, monarca bíblico citado no segundo livro de Crônicas. Tomado de soberba devido ao seus triunfos militares, teria desejado oferecer ele mesmo o incenso a Deus, função que caberia ao sumo sacerdote, e não ao rei. Teria entrado no Templo de Jerusalém à força, ignorando as admoestações de oitenta sacerdotes; seria punido imediatamente, ainda com o turíbulo na mão, acometido pela lepra, que apareceria em sua frente. O rei seria então afastado do trono e substituído por seu filho Jotão (VILLEGAGNON, In: MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., p. 153; II Crônicas, 26: 16-23).

477 VILLEGAGNON, In: MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., pp. 153, 157.

Através dessas afirmações, Villegagnon atribui à igreja o exercício do poder através da moralização dos colonos, que vê como necessária para a própria segurança da colônia que, caso contrário, ficaria vulnerável a novas revoltas. Villegagnon distingue aí o poder espiritual, que não deseja e não deve exercer, daquele que lhe caberia como governante em nome de seu monarca, exercido de forma distinta de seu poder coercitivo, mas nem por isso menos importante.

Essa situação certamente não era desconfortável para Calvino e a Igreja de Genebra, que por essa época procuravam influenciar a organização das igrejas reformadas na França. Como observa Jouanna, ainda em 1541 Calvino publicaria as *Ordonnances ecclésiastiques*, onde propunha uma eclesiologia solidamente estruturada, tal como Lutero jamais fizera, afirmando nessa obra a necessidade de uma boa “police ecclésiastique”. O modelo proposto por Calvino seria finalmente estabelecido, com adaptações, na França em 1559, por um sínodo nacional reunido em Paris, instituindo o “sistema presbítero sinodal”⁴⁷⁸.

A consagração da eclesiologia de Calvino seria o resultado de um grande esforço que, como afirma Jouanna, venceria paulatinamente as tendências heterogêneas do princípio da Reforma na França, obedecendo a uma difusão desorganizada. Genebra seria o centro de uma nova forma de difusão, diferenciada quantitativa e qualitativamente, que faria com que a maior parte das igrejas reformadas francesas seguissem a eclesiologia, liturgia e teologia propostas por Calvino, ainda em 1555. A atuação dos ministros genebrinos na Guanabara deve ser interpretada nesse quadro⁴⁷⁹.

Esse esforço não era gratuito, mas sim arraigado em bases teológicas. Como observa Ruppel Jr., o pensamento de Calvino consagra a idéia de que o homem e o mundo deveriam ser reconquistados para o propósito inicial de seu criador, atingidos pela pregação, sendo o pregador um instrumento divino. A idéia de conquista não deixa, sem dúvida, de evocar aspectos bélicos⁴⁸⁰.

Resume o autor:

478 É interessante observar que Léry também fala na elaboração de uma “police ecclesiastique” pela igreja da Guanabara, correspondendo à proposta de Calvino (JOUANNA, Arlette. *France de la Renaissance – Histoire et dictionnaire*. Paris: Robert Laffont, 2001, p. 324).

479 Exemplificando esse esforço, Jouanna cita o caso do livreiro Laurent de Normandie, falecido em Genebra em 1570, quando, segundo seu testamento, deixava em estoque mais de trinta mil exemplares de livros reformados, dos quais nada menos que 10.418 provinham da pena de Calvino. Cita também o enorme número de pregadores Genebrinos que cruzariam a França na década de 1550, formados pela Companhia de Pastores (JOUANNA, *France de la Renaissance...*, op. cit., pp. 327-329).

480 RUPPELL Jr., Ivan Santos. *A Ética Protestante no pensamento de João Calvino*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007, pp. 28-29.

A dominação da conduta do homem na sociedade é o projeto de redenção dos talentos e capacidades do homem que lhe foram entregues e possibilitados a desenvolver-se a partir de Deus, na criação⁴⁸¹.

Ruppel Jr. destaca ainda que no pensamento do reformador a igreja exerce sobre o homem (cristão) um poder equivalente ao do governos sobre os súditos⁴⁸². O autor cita ainda Calvino, nas *Institutas*: “A que propósito, então, quer nosso Senhor que Sua Igreja seja excelente acima de todo o mundo? É a fim de que **domine Ele só** e tenha toda a preeminência”⁴⁸³.

Contudo, esse pensamento não pode ser imaginado como uma junção entre os poderes temporal e espiritual. Pelo contrário, como observa Yeo, Calvino define claramente as duas esferas de governo, sustentando que a interferência entre as duas esferas geraria conflitos. Ainda assim, afirmaria que o espírito da lei é mais importante que a letra, sendo o primeiro composto pelo Amor e pela Equidade⁴⁸⁴.

Contudo, no fim das contas, esse processo levaria a uma teleologia: “Assim, **confundir-se-ão a Igreja e a sociedade**, todos terão reencontrado seu verdadeiro fim: viver para a glória de Deus em Sua comunhão e **sob Seu domínio**”. Todavia, observando atentamente, percebemos que não havia uma confusão entre o poder espiritual e o temporal, mas antes a extinção do último, tornado desnecessário: o domínio de Deus sobre os homens se faria completo⁴⁸⁵.

Dessa forma, a situação estabelecida na Guanabara não era contrária aos princípios imaginados pelo reformador. É interessante observar ainda que nesse momento a orientação genebrina da igreja ocupa um vácuo deixado pela Igreja Católica, uma vez que o único religioso por ela enviado fôra o franciscano Thévet que, ainda assim, não passara mais de dois meses na Guanabara⁴⁸⁶.

481 RUPPELL Jr., op. cit., p. 29.

482 O autor observa que, para Calvino, a vocação divina deveria comandar mesmo os governantes (RUPPEL Jr., op. cit., p. 36).

483 Grifo nosso. Apud RUPPEL Jr., op. cit., p. 45.

484 Apesar disso, Calvino ressaltaria que, embora inspiradas por esse espírito, cada povo deveria ter suas próprias leis, escolhidas por ele mesmo, e não pelo soberano (YEO, Yong Joo. *O pensamento jurídico da reforma calvinista*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006, pp. 63-66, 68-69, 71-72).

485 Grifo nosso. Apud RUPPEL Jr., op. cit., p. 48. É curioso pensar o quanto essa perspectiva de Calvino se aproxima do pensamento anarquista elaborado séculos depois.

486 Essa passagem de Thévet pela Guanabara seria mais tarde lembrada por Villegagnon em sua defesa, no panfleto *Response aux libelles d'iniures, publiez contre le Chevalier de Villegagnon*. O cavaleiro de Malta evocaria o fato como prova de sua fidelidade ao Catolicismo, lembrando a celebração da missa de Natal pelo franciscano e afirmando que o mesmo não teria celebrado outras apenas devido a sua moléstia. O cosmógrafo é ainda apontado por Villegagnon como testemunha desses fatos, convidando o

Neste primeiro momento, o reino espiritual é administrado por um poder coeso, orientado por diretrizes comuns e com bom entendimento. Como vimos, essa boa disposição duraria pouquíssimo tempo, e rapidamente o dissídio religioso se instalaria na comunidade do forte Coligny.

Desde o início há sinais que indicam a futura ruptura, rachaduras entrevistas na aparente concórdia ali reinante. Em sua carta ao reformador os pastores dizem que Villegagnon “deita-se na palavra de Deus”, que valoriza mais que os ensinamentos dos “antigos doutores”, acrescentando: “e tanto mais precioso é o fato de admitir esse juízo certo, desde que a antigüidade tem grande poder sobre ele, e (todavia) chegou até este ponto de consentir que o seu espírito seja dirigido pela palavra santa e pura de Deus”⁴⁸⁷.

A seu mau grado, os pastores mostram que a alma do cavaleiro de Malta não era terreno ganho para a Reforma, mas, pelo contrário, território em disputa por tendências heterogêneas e poderes rivais, como assinala a frase de que “a antigüidade tem grande poder sobre ele”. Ainda mais elucidativo é o uso da conjunção adversativa “todavia”, que mostra claramente a oposição existente a que seja “dirigido pela palavra santa e pura de Deus”, embora creiam os pastores que seja uma oposição superada ou subjugada.

O cotejo entre as cartas e o relato de Léry reforça a idéia. Segundo ele, as primeiras discordâncias entre o cavaleiro de Malta e os genebrinos teriam irrompido no dia 21 de março, sendo as cartas de 31 do mesmo mês e de 1º de abril. A dissidência seria discreta, contudo, motivando, provavelmente, os comentários otimistas dos ministros⁴⁸⁸.

Como vimos, tudo indica que Villegagnon fosse um *moyenneur*, ou seja, desejoso de que se elaborasse uma solução de compromisso através da qual pudesse ser restabelecida a concórdia, adepto de uma reforma, mas não necessariamente da Reforma. Suas leituras e até mesmo sua linguagem apontam para esse alinhamento, como já observou Lestringant.

A querela eucarística na colônia romperia em pouco tempo essa frágil unidade, repetindo em escala menor as disputas que preocupavam a França. A primeira solução tentada seria a discussão entre as partes, buscando a obtenção de um consenso, mais uma vez evidenciando as posturas de Villegagnon como *moyenneur*. Cabe lembrar que Crespin identificaria aí apenas um subterfúgio mal intencionado, como vimos no capítulo anterior.

leitor a consultá-lo (VILLEGAGNON, Nicolas Durand. *Response aux libelles d'iniures publiez contre le Chevalier de Villegagnon*. Lyon: Benoît Rigault, 1561).

487 CHARTIER e RICHER, In: MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., p. 163.

488 LÉRY, op. cit., p. 166.

Nesse conflito se sobressairia mais uma vez a autoridade espiritual de Calvino, a que os contendores recorrem. O pastor Chartier é mandado de volta à França, com o objetivo de submeter o dissídio a sua opinião, que as partes pretendem acatar. Esse episódio daria ocasião a mais algumas referências à França Antártica na correspondência de Calvino, especialmente em duas cartas trocadas entre Calvino, Facello e Macarius, ministros que lhe escrevem de Paris, onde Chartier aguardava por uma resposta.

A primeira, enviada por Calvino a Farello em fevereiro de 1558, demonstra sua exasperação com relação a Chartier (e possivelmente Richer, subentendido) que com seu cérebro punha em risco uma boa causa, mostrando inépcia para defendê-la das calamidades (“*bonam causam cerebri sui intemperie male defendit*”). É difícil imaginar pelo texto que atitudes o reformador esperava dos ministros na Guanabara, mas fica evidente seu descontentamento pela ruptura da concórdia na colônia, e o conseqüente abalo que ameaçava seu poder espiritual através da disputa. É interessante reter ainda que a referência de Calvino à “boa causa” (*bonam causam*) revela algum padrão de intencionalidade do reformador em relação à colônia. ao mesmo tempo, percebe o risco que qualquer realização nesse sentido corre no momento⁴⁸⁹.

Macarius interviria em favor de Chartier (curiosamente identificado como *Charterius Antarcticus*), ponderando com o reformador que se fazia necessário dar *rapidamente* (“*festinetis*”, “que vos apresseis”) uma resposta às questões por ele trazidas, pois caso retornasse à Guanabara de mãos vazias Calvino se expunha a acusações de má-fé e negligência (*malae fidei e negligentiae*). De fato, essa observação demonstra a percepção de que havia efetivamente uma disputa, onde, sem dúvida, Calvino deveria fazer o seu melhor, em termos retóricos, para subjugar as opiniões dissonantes. Por outro lado, o descrédito seria fatal, pois reduziria consideravelmente, senão completamente, o poder espiritual da igreja de Genebra e a possibilidade efetiva de intervenção no processo de formação da colônia⁴⁹⁰.

Os receios de ambos não eram injustificados, como provaram os acontecimentos. A essa altura, seus temores já estavam irremediavelmente concretizados e qualquer esforço para saná-los seria tardio, pois do outro lado do Atlântico as disputas haviam separado a colônia em grupos irreconciliáveis, afastados não apenas pelas idéias opostas, mas também pelas hostilidades entretidas mutuamente. A batalha genebrina pelo poder espiritual estava perdida.

489 Na carta, se refere ainda a uma apologia feita por Macarius em favor de Chartier. Provavelmente o reformador alude a alguma carta que se perdeu (CALVINO, *Ioannis Calvini Opera...*, op. cit., v. 17, pp. 62-63).

490 “*Charterius Antarcticus rogat vos ad suas quaestiones responsum dare festinetis*” (“Chartier Antártico vos roga que vos apresseis em responder suas questões”). MACARIUS, In: CALVINO, *Ioannis Calvini Opera...*, op. cit., v. 17, pp. 80-83.

Contudo, o problema ainda era discutido no Velho Mundo. Em 16 de março Calvino responderia a Macarius reiterando sua irritação. O reformador se mostraria indignado quanto à inépcia dos dois ministros, incapazes de resolver um ponto básico de teologia. Chega mesmo a qualificar o ministro de louco (*morem*) e pueril (*nugis*) Demonstra ainda preocupação com a situação na colônia, lembrando que teriam se passado quatro ou cinco meses desde a partida de Chartier, nos quais teriam voado rumores sobre o dissídio na colônia. Por fim, levanta suspeitas quanto à boa-fé do ministro, solicitando a Macarius que investigasse a situação, para decidir se auxiliaria ou não o pastor. Calvino sustenta essa suspeita pela falta de notícias sobre a suposta parte adversa, que não o tinha procurado, perguntando-se a quem interessaria enganá-los⁴⁹¹.

Macarius responderia no dia 21, com novos elementos: Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon, atuava contra os huguenotes, retendo suas cartas, ou seja, a “parte adversa” agia com má fé, por isso não teria procurado o reformador, conforme combinado na Guanabara. Contudo, Macarius teria tomado suas próprias medidas, procurando avisar a Coligny, identificado simplesmente como o “Almirante” (*Admiralis*), por intermédio de uma misteriosa figura denominada “Architriclinus”, provavelmente algum nobre com acesso a Coligny. Por fim, apela mais uma vez ao reformador que intervenha atendendo Chartier, para evitar a dispersão do “rebanho” e a perda das “ovelhas”⁴⁹².

A disputa espiritual cruzava enfim os limites da esfera temporal, com o envolvimento de Coligny, responsável pela empresa. São dados aí provavelmente os primeiros passos da querela que oporia Villegagnon aos reformados nos anos seguintes. A carta mostra claramente a tentativa de calar os huguenotes no Novo Mundo e o esforço de seus correligionários para evitá-lo. Ao mesmo tempo, o apelo ao almirante mostra a ruptura com a tentativa de resolver o problema teológico, preterida em função da necessidade de resolver a questão do comando da colônia.

Macarius escreveria novamente em 27 de março, recomendando que não sustentasse mais suspeitas contra Chartier. Segundo ele, a oposição de Bois-le-Comte era

491 “Quid ergo attinet ludibrio nos propinare? Inquire tamen, quia si tuo iudicio expediat non detrect laborem” (“A quem interessa enganar-nos? Investiga, no entanto, pois se teu juízo desembaraçar a questão não recuso trabalho”). CALVINO, *Ioannis Calvini Opera...*, op. cit., v. 17, p. 97.

492 É interessante observar que Macarius solicita ajuda não apenas para Chartier, mas também para os irmãos de Meaux. De fato, Calvino escrevera em 05 de janeiro do mesmo ano à Igreja de Meaux, encorajando-os a manter a fé para resistir às perseguições, tachadas como “perigos maquinados por Satã”, prevenindo-os contra a apostasia; a carta tem um forte conteúdo guerreiro, especialmente tratando a perseguição como um “combate”, a ser vencido pelas “armes qui vous rendront invincibles”, a fé e a pureza doutrinária. É curioso comparar esse conteúdo com a luta contra Satã enunciada na carta de Richer, evidenciando a crença de que participavam de uma guerra cósmica entre Deus e o Demônio, entre o Bem e o Mal, que se desdobra no Velho e no Novo Mundo (MACARIUS, In: CALVINO, *Ioannis Calvini Opera...*, op. cit., v. 17, p. 107).

testemunho suficiente em seu favor, além do fato de ter afrontado os perigos da viagem para pregar o Evangelho nas novas terras. Informava ainda que Chartier escrevera a seus irmãos no Novo Mundo, pois recuperara sua esperança. Aparentemente, o tom menos alarmado da carta faz pensar que confiava em alguma medida tomada por Coligny, especialmente ao dizer que não mentiam aqueles que tinham prometido deles cuidar⁴⁹³.

A última carta conhecida de Macarius sobre o assunto seria enviada em 12 de abril, e não conteria muita informação. A epístola, que transmitia notícias sobre diversos personagens, apenas informava a Calvino que não recebera nenhuma correspondência de Chartier, evidenciando que não mais se encontrava próximo (“De Charterio nihil adhuc accepi”). Para onde teria ido? Dado o tom otimista da carta anterior, não é improvável que se encaminhasse à Normandia, para embarcar de volta ao Novo Mundo, onde poderia retomar suas tarefas pastorais. Considerando as datas, não é improvável que tenha tido a surpresa de encontrar seus companheiros no meio do caminho, já de volta à Europa⁴⁹⁴.

Segue-se um silêncio de mais de um ano, ao cabo do qual a correspondência de Calvino registra o dramático fim das aspirações da igreja de Genebra através da carta enviada por Villegagnon em 1560, onde convida o reformador a um torneio teológico, oferecendo como caução sua própria vida, como veremos adiante. Calvino declinaria do convite, o que o cavaleiro de Malta usaria a seu favor, declarando-se vencedor por desistência. Na verdade, o Conselho de Genebra registraria o recebimento de sua carta e a decisão tomada quanto ao convite: dada sua obstinação, que espere o quanto quiser⁴⁹⁵.

Por essa época, embora ambos ignorassem, a colônia tinha sido arrasada pela primeira expedição portuguesa. Embora a presença francesa viesse a ser restabelecida e subsistisse por sete anos ainda, as partes se desinteressariam da questão, cessando as disputas e

493 “Quia spes est recuperatum iri rescripta fratrum, nisi fallant qui promiserunt se id curaturos” (“Escreve a seus irmãos porque a esperança se recuperara brevemente, e não agiam dissimuladamente aqueles que prometeram deles cuidar”). MACARIUS, In: CALVINO, *Ioannis Calvinii Opera...*, op. cit., v. 17, p. 156).

494 “De Chartier nada recebi ainda”. Idem, p. 165. Léry situa o desembarque dos genebrinos em vinte e seis de maio do mesmo ano (LÉRY, op. cit., p. 539).

495 Willhelm Baum, organizador da coletânea de cartas de Calvino, cita os registros do Conselho de Genebra: “29 Juillet 1560: Ion a fait lecture de une missive envoyée au magistrat e(sic) esglise de ceste cite por (sic) le Sr Villegagnon par laquelle il veut demonstrer que la religion que nous tenons nest quune(sic) fantaisie et atheisme et selon lopinion de Martion et toutesfois pour y adviser il a trouve estre bon de assigner iour et lieu pour en disputer avec quelcun de nostre part et que si la il est cogneu quil aye tort quil soffre endurer la peine quil aura meritte et de ce en est attendant response a Paris etc. Arreste: qui daultant quil est opiniatre quil attende tant quil voudra” (“29 de julho de 1560: feita a leitura de uma missiva enviada ao magistrado e igreja desta cidade pelo sr. Villegagnon, pela qual ele deseja demonstrar que a religião que seguimos é apenas fantasia e ateísmo e segundo a opinião de Martion e no entanto para evitá-lo, ele achou por bem designar dia e lugar para disputar o tema com alguém de nossa parte e que se for reconhecido que ele se enganga, que ele passe pela pena que merecer e espera resposta em Paris, etc. Decisão: já que é tão obstinado, que espere quanto queira”) (CALVINO, *Ioannis Calvinii Opera...*, op. cit., v. 17, p. 149).

também os registros relativos ao foco de ocupação na Guanabara na correspondência de Calvino.

As cartas posteriores de Calvino evidenciam seu desinteresse pelo Novo Mundo, especialmente aquelas enviadas a Coligny. Embora várias delas sejam contemporâneas à experiência da Flórida huguenote, nenhuma menção é feita ao tema, contrastando com o vivo interesse testemunhado pela França Antártica desde as primeiras cartas. É possível que os dissabores passados com relação à empresa da Guanabara o tenham afastado do problema⁴⁹⁶.

Contudo, o tema seria exumado em 1575, através da publicação de *Ioannis Calvini epistolae et responsa*, em Genebra. A obra era uma coletânea bastante extensa de cartas do reformador, publicada *post-mortem*, onze anos após seu decesso. Todavia, ainda que bastante grande, a obra estava longe de ser exaustiva, selecionando algumas cartas para a exposição e outras para a ocultação⁴⁹⁷.

A antologia seria publicada por Pierre de Saint-André, um dos mais importantes editores de Genebra na segunda metade do século XVI. Mais importante ainda, era aparentado a Calvino e sócio de seu sobrinho, de quem era meio-irmão. A mãe de Pierre de Saint-André, viúva, casar-se-ia com Antoine Calvin, irmão do reformador. Seu meio-irmão seria batizado com o mesmo nome do reformador, Jean Calvin⁴⁹⁸.

Em 1573 faleceria Antoine Calvin, deixando a seu filho, com doze anos, uma modesta editora, que publicara quase exclusivamente as obras do reformador. Pierre de Saint-André, então com dezoito anos, tocaria o negócio para seu irmão, passando a sua mãe a oficina para seu nome; Saint-André contaria então com a ajuda de seu primo materno Jérôme Commelin, então com vinte e três anos, que alguns anos mais tarde fundaria sua própria editora em Heidelberg. Nos anos a seguir, os dois irmãos fariam com que o negócio se expandisse, transformando a casa numa das mais importantes de Genebra, onde trabalhariam os melhores tipógrafos e gravadores da cidade.

Um dos grandes trunfos em suas mãos eram os direitos de edição das obras do tio, também legados por Antoine Calvin, o legítimo herdeiro do reformador, que não tivera filhos. As cartas de Calvino, então inéditas, faziam também parte desse legado. É interessante observar

496 Remetemos ao índice onomástico da *Opera Calvini*, onde é possível encontrar a localização precisa de todas as cartas ao almirante, a saber, 3317, 3374, 3392, 3436, 3530, 4001, 4002 (CALVINO, *Ioannis Calvini Opera...*, op. cit., v. 20, p. 636).

497 CALVINO, João. *Ioannis Calvini epistolae et responsa: quibus interactae sunt insignium in ecclesia Dei virorum aliquam etiam epistolae*. Genebra: Apud Petrum Santandreamum, 1575

498 Os dados biográficos de Saint-André são provenientes de MELLOTT, Jean-Dominique e QUEVAL, Élisabeth. *Répertoire d'imprimeurs-libraires, XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: BnF, 2004, p. 490.

a presteza com que Pierre de Saint-André se lançaria a sua publicação, apenas dois anos após a passagem da casa a sua direção.

Sob esse aspecto, é interessante retomarmos as advertências de Roger Chartier com relação à edição, especialmente no Antigo Regime. Como observa Chartier, a edição, tanto quanto a redação é geradora de conteúdos, muitas vezes apropriando-se do texto original com espírito realmente criador. Mecanismos como a seleção, a diagramação e outros procedimentos levados a cabo na tipografia fazem do editor um co-autor⁴⁹⁹.

No caso, ao publicar as cartas de Calvino, os editores fariam uma seleção nada inocente, no que diz respeito à França Antártica. De todo o conjunto, a única carta a ser mantida na publicação seria aquela enviada individualmente por Pierre Richer em abril de 1557, quando de sua chegada à Guanabara, identificada pelo título *Richerii ex Gallia Antarctica epistola*, enquanto as outras permanecem na obscuridade⁵⁰⁰.

Dessa maneira, toda a querela posterior é omitida diante do leitor, dando outro significado à carta do ministro. Em lugar das disputas que aniquilariam a iniciativa, resta apenas a epístola onde é apresentada a idéia de uma colônia estabelecida para o serviço de Cristo. Ignoradas as circunstâncias posteriores que levariam o ideal ao fracasso, a carta apenas o enaltece, como obra meritória.

Mais ainda, Villegagnon é apresentado, como vimos antes, como um instrumento de Deus para a derrota de Satanás, através da expansão do Evangelho no Novo Mundo; por extensão, o estabelecimento da colônia é também apresentado como um serviço divino, votado à diminuição do reino das Trevas. Podemos imaginar com bastante facilidade que essa seleção se insere na defesa de uma ocupação huguenote no Novo Mundo. Aparentemente, num momento em que a guerra civil chegava a um de seus mais tensos momentos, com o monarca e a corte sitiados em Paris pela coligação de huguenotes e descontentes, a coletânea retoma o antigo ideal colonizador como solução para os problemas que assolavam o reino.

A própria presença de uma carta sobre o tema na coletânea já é, por si só, bastante significativa. Afinal de contas, selecionada entre a gigantesca massa epistolar produzida em

499 O conceito de apropriação é bastante desenvolvido por Chartier em torno da figura do leitor, que, apropriando-se do texto a partir de suas próprias interpretações, tornam o consumo da obra uma forma de segunda produção, no que retoma uma proposta de Certeau. É interessante lembrar também os estudos realizados por Chartier em torno da *bibliothèque bleue*, ou literatura de cordel, onde aborda a importância do trabalho criativo realizado no processo de edição. De acordo com Chartier, adaptando obras publicadas para um público erudito e abastado para edições mais acessíveis, os editores da *bibliothèque bleue* desenvolveriam um papel criador, alterando significativamente os conteúdos e, principalmente, as possibilidades de leitura propostas pela obra (CHARTIER, Roger. *História Cultural - Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, pp. 59, 165-188).

500 CALVINO, *Ioannis Calvinii epistolae...*, op. cit., p. 121.

torno de Calvino, concentrada em publicação de apenas um volume, a carta certamente toma preciosas páginas que poderiam ser consagradas a outros assuntos. Sem dúvida, para o editor da antologia, o tema era digno de interesse.

Nesse sentido, cabe destacar as palavras dos editores (sem dúvida, Saint-André e Commelin, seu primo) na *Admonitium ad lectorem*, onde se desculpam por não poder publicar todas as cartas trocadas por Calvino com seus “eruditos amigos”, e que imaginam que o reformador gostaria de ver publicadas. Contudo, afirmam que o seu critério de seleção foi o de publicar aquelas que poderiam ser de “bem público”⁵⁰¹.

Outra circunstância a ser observada é a publicação, no mesmo ano, da *Cosmographie universelle*, de Thévet, onde o franciscano apresenta os huguenotes, especialmente o próprio Richer, como responsáveis pelo fracasso da colônia, prejudicando ao seu monarca, através de seu comportamento sedicioso e de sua cupidez. Além disso, no mesmo livro, o cosmógrafo acusava os ministros genebrinos de não pregarem o cristianismo entre os indígenas, por terem maior interesse em procurar ouro.

A publicação da carta provavelmente responde também a essas acusações, uma vez que as desmente através do discurso do próprio pastor, que se mostra preocupado e entusiasmado pela possibilidade de libertar das garras do demônio aqueles “bárbaros antropófagos”⁵⁰².

Ironicamente, no entanto, o texto apresenta Villegagnon como um herói, ao contrário das narrativas de Léry, Crespin e todos os outros huguenotes que tinham até então investido contra o cavaleiro de Malta (inclusive o próprio Richer), ainda que buscando atingir os mesmo objetivos.

V - Villegagnon e a corte

De nossos personagens, aquele que provavelmente soube manejar com mais perícia os recursos que a comunicação epistolar oferecia na arena política foi Villegagnon. Sua rica correspondência demonstra um uso desenvolvido da linguagem para a consecução de seus objetivos políticos.

501 CALVINO, *Ioannis Calvini epistolae...*, op. cit., fl. 2, r^o.

502 Temos aqui, mais uma vez, o uso do documento como prova, em moldes bastante semelhantes àqueles empregados por Léry, como vimos no capítulo anterior.

Apesar de contarmos hoje com uma quantidade significativa de cartas do cavaleiro de Malta, infelizmente não chegou a nossos dias nenhuma das respostas a ele endereçadas, todas provavelmente perdidas após sua morte. Ainda assim, o conjunto de suas cartas é bastante elucidativo a respeito de suas relações. Sua correspondência atesta que Villegagnon circulara entre as mais altas esferas de poder em sua época, tanto no âmbito da monarquia francesa quanto de sua rival hispânica. Entre seus destinatários se encontram Guises, Montmorency e Valois, além de altos representantes dos Habsburgo. É nesse ambiente que Villegagnon luta pelos destinos da França Antártica.

Embora tenhamos numerosos exemplares de sua correspondência bastante anteriores à fundação da colônia, as primeiras cartas conservadas sobre o estabelecimento da Guanabara são datadas de 1557. A primeira, de abril, endereçada a Calvino, a segunda, de novembro, ao duque de Guise, o que por si só assinala a amplitude de suas relações. O cotejo das duas cartas é bastante revelador.

A Calvino, Villegagnon apresenta um discurso substancialmente centrado em questões religiosas: aborda a disciplina eclesiástica, bem como as necessidades espirituais dos colonos. A fundação da colônia é apresentada sob um prisma religioso, afirmando que deixara a França para se consagrar ao “reino de Jesus Cristo”. Além disso, o texto se ocupa significativamente de questões morais, como a castidade dos colonos, bem como a insatisfação e revolta dos mesmos com as condições encontradas, além da necessidade de gerir a colônia com equilíbrio⁵⁰³.

O discurso dirigido a François de Guise é de natureza inteiramente diferente. A carta se centra completamente em aspectos materiais da gestão da colônia. Villegagnon relata os progressos da instalação de Henryville no continente, bem como fala do envio de uma expedição em direção ao Rio da Prata, em busca de metais preciosos. O cavaleiro de Malta revela ainda que “seus selvagens” formavam um exército de três mil homens para enfrentar os inimigos. Nenhuma questão de ordem moral é levantada. É interessante observar ainda que não é feita nenhuma menção aos seus problemas com os genebrinos. A carta termina com um pedido para que o duque intercedesse junto ao rei, para a obtenção de auxílio financeiro para a manutenção da colônia⁵⁰⁴.

503 Analisamos essa mesma carta anteriormente sob prisma diferente, ao tratar da correspondência de Calvino (VILLEGAGNON, In: MARIZ e PROVENÇAL, pp. 153-158).

504 Knauss de Mendonça identifica nessa carta um esboço de projeto para a colônia, elaborado por Villegagnon, que opera também como argumento em favor da viabilidade da mesma. Nesse projeto destacam-se três elementos: a organização militar, as riquezas econômicas passíveis de exploração, os metais preciosos do Prata, e uma alternativa de mão-de-obra, os índios cativos (MENDONÇA, Paulo Knauss de. *No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica*. In: *História*. São Paulo: UNESP, 2008, v. 27(1), pp. 145-147).

Os dois documentos apresentam uma ambigüidade que nada tem de espantosa. Dirigindo-se aos dois interlocutores, Villegagnon adapta seu discurso às suas necessidades políticas. A Calvino, sublinha os aspectos espirituais de sua empreitada, a Guise, os aspectos temporais da mesma. Além do mais, Villegagnon gravita, nesse momento, entre dois centros de poder, Paris e Genebra, o rei e o reformador. O cavaleiro de Malta constrói assim duas imagens muito distintas da França Antártica, que atendiam, evidentemente, a finalidades diferentes.

É bem verdade, deve-se acrescentar, que em novembro, quando escreve ao duque, sua ruptura com os genebrinos já era completa; ainda que não o fosse, escrever aos Guise, orgulhosos defensores da fé católica sob um prisma reformado ou mesmo *moyenneur* seria fechar as portas à obtenção de qualquer favor.

No entanto, qualificar essas atitudes como mera dissimulação ou hipocrisia seria demasiado simplista. Recomendavam então os manuais de epistolografia que o bom epistológrafo deveria agir como um “Janus”, o deus bicéfalo greco-romano, cujos olhos miravam direções diferentes, o início e o fim. Fazendo e refazendo sua imagem ante diferentes interlocutores, desempenha vários papéis como “ator de si mesmo”. Mais que simplesmente mentir, ser um “ator de si mesmo” implica se mostrar de modo a destacar tal ou qual característica própria em tal ou qual contexto onde se faça mais adequada a determinada “platéia”. É extremamente provável que Villegagnon fosse inteiramente sincero com Calvino e Guise, mas sua comunicação com cada um visa atender, como vimos, a fins diferentes⁵⁰⁵.

Com o início da campanha difamatória na Europa, em 1559, Villegagnon retornaria à França para se defender, bem como aos interesses de sua colônia. Para tanto, é provável que tenha se utilizado de diversos expedientes, como audiências com aqueles que pudessem auxiliá-lo. No entanto, por falta de qualquer registro, não temos como saber sobre esses procedimentos, exceto pelos indícios que nos chegaram, suas cartas.

Quando de seu retorno à corte, em 1560, Francisco II reinava, cercado pelos Guise, como vimos anteriormente, e a reação aos lorenos tornava o ambiente político especialmente complicado. Villegagnon enfrentaria grandes dificuldades para se movimentar entre o inextricável emaranhado de alianças e inimizades. As candentes questões religiosas tornavam ainda mais difícil sua tarefa, especialmente levando em conta que ele próprio vinha se defender de acusações no campo religioso.

505 O termo “ator de si mesmo”, empregado por Bouza Álvarez com relação a Felipe II da Espanha, é dos mais ricos, e sem dúvida pode ser expandido e aproveitado em diversos contextos relativos à Alta Idade Moderna de modo útil. Como aponta Miranda, a tratadística epistolar recomendava ao missivista a imitação de Janus: “por um lado, observaria as características e os interesses do senhor [em nome de quem escrevia]; por outro, os do destinatário de suas cartas”. É precisamente assim que age Villegagnon, adaptando seu tom a cada destinatário (ALVÁREZ, Fernando Bouza, *Imagen y propaganda...*, op. cit., pp. 12-14; MIRANDA, op. cit., p. 45).

Para tanto, como vimos no primeiro capítulo, Villegagnon far-se-ia um teólogo de ocasião, publicando em 1560, *Ad articulos Calvinianae de Sacramento Eucharistiae traditionis, ab ejus Ministris in Francia Antartica evulgatae, Responsiones*, onde, como expõe o título, refutava com base na Bíblia e na patrística a diversos pontos da teologia de Calvino.

O objetivo maior de tal publicação, como vimos brevemente no primeiro capítulo, não era a polêmica religiosa, mas sim expor ostensivamente suas opções religiosas, como demonstra sua correspondência com Anne de Montmorency. Em carta enviada ao condestável em 1561 relembra que este “comandara-lhe” que fizesse conhecer ao mundo que se equivocavam aqueles que diziam na França que viera ao Brasil formar uma nova “lei” religiosa, e que, com tal finalidade escrevera o livro em que demonstra que sua fé era conforme a Igreja em que fizera sua “profissão de cristandade” (aludindo aos seus votos como cavaleiro de Malta), além de “descobrir o quão vã era a doutrina de Calvino”⁵⁰⁶.

Não é esta, todavia, a idéia que apresenta ao escrever ao “Magistrado de Genebra”, identificado por Gaffarel como o conselho da cidade. Como vimos, em 13 de julho de 1560, enviar-lhes-ia uma carta desafiando Calvino e os genebrinos a um encontro em cidade da escolha desses, onde poderiam se reunir para debater as questões teológicas que eram objeto de sua discordância. Para tanto, formariam um júri compósito, com a participação de dois católicos, dois membros da igreja de Genebra e dois da “Igreja Germânica”, contando ainda com o magistrado ou príncipe da cidade indicada pelos genebrinos para o encontro, para o voto de Minerva. Além disso, oferecia como caução sua própria vida, afirmando que, caso fosse derrotado nesse debate, entregava-se nas mãos dos vencedores, para que com ele fizessem o que melhor julgassem⁵⁰⁷.

Nesta carta, afirma que, ao ver os errôneos ensinamentos dos ministros vindos com a comitiva, tivera a preocupação de investigar a fundo a doutrina e, concluindo sobre seu conteúdo pernicioso, desejara advertir a cristandade contra ela. Diz em seguida que viera à França afim de melhor proteger seus escritos contra as calúnias dos genebrinos⁵⁰⁸.

Os dois documentos pintam com cores bastante diferentes a mesma situação, a volta de Villegagnon à Europa e a publicação de seu livro. Diante do conselho da cidade de Genebra afirma que antes de tudo fôra movido pela intenção de combater a doutrina malfazeja de Calvino; para Montmorency, a quem não caberiam subterfúgios nesse sentido, expõe

506 VILLEGAGNON, *À très illustre Anne de Montmorency*, In: GAFFAREL, op. cit., p. 406.

507 É interessante destacar a gravidade da aposta que Villegagnon propõe, onde podemos talvez vislumbrar a sinceridade de seus propósitos (VILLEGAGNON, Nicolas Durand. *Au Magistrat de Genève* In: GAFFAREL, op. cit., pp. 398-401).

508 “Davantage, afin que mes escripts fussent moins exposez à vos calomnies, ie me déliberay de venir en France” (VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., p. 400).

abertamente que retornara por outras razões (que não discrimina, provavelmente conhecidas previamente por seu interlocutor), e que teria sido por sugestão desse que realizara a publicação, visando principalmente fazer conhecer por todos a sua ortodoxia. Da mesma forma, a carta ao conselho apresenta a idéia de que seus escritos teológicos teriam sido elaborados ainda no Novo Mundo, e não na Europa, sob o influxo de Montmorency.

Cabe lembrar que esse mesmo ano seria marcado para Villegagnon por grandes esforços no sentido de reestruturar a colônia no Brasil, angariando recursos financeiros e reforços para a ocupação e defesa do forte; tentava então convencer a rainha mãe a dar apoio à empreitada. Assim, percebe-se que a ruptura pública e clamorosa com Genebra tinha em grande parte o objetivo de recuperar o crédito necessário junto aos notáveis que poderiam auxiliá-lo em sua aventura americana. Ainda mais, era necessário afastar a imagem da França Antártica do espectro huguenote, especialmente naquele momento, em que as tensões religiosas se acirravam e desembocariam na conjuração de Amboise⁵⁰⁹.

Outro fato digno de nota é o alinhamento de Villegagnon ao lado dos Montmorency nessa ocasião. Já havia muito tempo gozava da afeição dos Guises, cuja sobrinha, Mary Stuart, então esposa de Francisco II, resgatara em 1541 de sua Escócia natal, onde se encontrava apossada pelos ingleses; dois anos antes, como vimos, escrevera ao duque de Guise em busca de auxílio. Por que não procurar a proteção dos favoritos do rei?

Provavelmente a campanha difamatória huguenote teria reduzido seu crédito junto aos zelosos lorenos, forçando-o a procurar a aliança de Montmorency, aliado de longa data, diga-se de passagem, com o qual contara antes para a defesa de Malta contra o sultão Suleiman. Como afirma na carta anteriormente citada, fôra o condestável que, em sua chegada à França viera informar-lhe sobre quem e o que andavam falando a seu respeito, recomendando-lhe a sagaz medida de publicar o livro.

Afastado dos agora poderosíssimos Guise, era com um dos maiores adversários destes que contava para tocar para a frente sua tentativa de ocupação no Novo Mundo. No fim, após o ataque português, só lhe restava uma carta de corso, que negociaria com os lusos por três mil ducados. Recuperaria sua combatida situação financeira através desta soma, além das terras a ele cedidas por seu irmão e da designação para a comandaria de Beauvais-en-Gatinais com seus benefícios, por Jean-Parisot de la Valette, seu antigo comandado, grande amigo, e então grão-mestre da ordem de Malta⁵¹⁰.

509 Mariz e Provençal relatam que se preparava então no Havre uma expedição com oito navios, que seria, contudo, cancelada devido à chegada da notícia da queda do Forte Coligny na Guanabara. (MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., p. 125).

510 Além da concessão de cartas de marca (entre as quais a de Villegagnon), Mariz e Provençal citam as

É interessante observar que o cavaleiro de Malta atingiria seus objetivos, recuperando a credibilidade perdida junto ao monarca. Em 16 de agosto de 1560 o rei Francisco II escreveria de Fontainebleau ao Padre-Guardião dos *Cordeliers* (franciscanos), do convento de Paris. Na carta, solicitava o envio de religiosos à França Antártica, onde pretendia “fazer implantar nossa religião cristã e fazer pregar e anunciar a Palavra de Deus”, seguindo o exemplo de seu pai, Henrique II. A carta revela certa premência, pois o monarca solicita que os religiosos sejam enviados mesmo sem permissão do Geral da ordem, que se encontrava então na Espanha. Segundo o rei, fazia-se necessário que assim fosse devido à partida iminente da esquadra ao Brasil, sob o comando de Villegagnon, que o jovem rei identifica como “nostre Lieutenant-général en ladicte conquete”⁵¹¹.

Antes desse pedido, contudo, o cavaleiro de Malta teria se dirigido aos jesuítas, como sinaliza Daher. Ele escreveria ao padre Liétard, Provincial da Companhia de Jesus em Paris, oferecendo o monopólio espiritual da colônia. Liétard responderia à carta afirmando que o teria feito de boa vontade, caso fosse possível, contudo necessitaria da autorização do Superior Geral em Roma e, além disso, contava com pouquíssimos padres. A segunda opção seria apelar aos franciscanos, que responderiam positivamente⁵¹².

Essas novas *démarches* do cavaleiro de Malta mostram claramente a defenestração dos huguenotes de seus planos, buscando passar a esfera do poder espiritual a duas ordens consagradas e respeitadas no seio da Igreja Católica. Além disso, serviriam ainda para deixar explícita sua fidelidade ao Catolicismo.

Não seriam aquelas, todavia, as únicas versões da história, havendo outras além daquelas narradas a Montmorency ou ao conselho de Genebra. Em outra carta, dirigida ao “leitor cristão”, afirma que após a expulsão dos genebrinos da Guanabara e a execução dos “mártires”, alguns da sua “gente” (“*mes gens*”) diziam que seria um “grande repouso” para suas consciências saber o que Calvino responderia aos argumentos propostos por Villegagnon a seus

negociações diplomáticas conduzidas junto à coroa portuguesa, exigindo a restituição da Guanabara. A rainha Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, concederia apenas a libertação dos franceses aprisionados durante a operação executada por Mem de Sá. Mariz e Provençal citam a bula através da qual a comandaria de Beauvais-en-Gâtinais era confiada a Villegagnon, que empregava termos bastante lisonjeiros: “L`insigne qualité de tes vertus, les nombreux dons de l`âme dont tu es revetu et par lesquels tu te recommandas à nous, en outre les lovable services que tu a rendus à notre religion et que tu lui rendras certainement dans l`avenir, méritent que nous t`élevions au gouvernement et bénéfice de notre Ordre” (“A insigne qualidade de tuas virtudes, os numerosos dons da alma de que és revestido e pelos quais te recomendastes a nós, além dos louváveis serviços que prestaste a nossa religião e que prestarás certamente no futuro, merecem que te elevemos ao governo e benefício de nossa Ordem”) (MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., pp. 125, 129-130).

511 A carta em questão é transcrita por Andre Daher (DAHER, op. cit., pp. 40-41).

512 Daher cita esses procedimentos a partir das obras de Julien e Gaffarel. A carta de Villegagnon e sua resposta não subsistem, mas ficaram registradas nas atas da Companhia de Jesus (DAHER, op. cit., pp. 38-39).

ministros, e que isso seria útil na França, a tantos que “se abandonavam a suas tradições”. Nessa versão, teria sido esse incentivo que o levava a redigir sua obra (ainda na França Antártica) e retornar à Europa, para mostrar a Calvino aquilo que Richer escrevera com a sua própria letra, bem como para discutir com ele as questões doutrinárias em pauta. Assim sendo, o debate, que na carta a Calvino não era o objetivo principal de seu retorno à Europa (mas sim a defesa de seus escritos contra as prováveis calúnias), salta ao primeiro plano. A mesma proeminência seria dada ao debate em outra carta, esta escrita à “sereníssima Catarina de Médicis”, então regente⁵¹³.

No entanto, há uma nuance a ser destacada, de capital importância: o cavaleiro de Malta afirma que lêra e estudara as tradições de Genebra, e, muito poeticamente, que estas eram como bolhas de sabão com que brincam as crianças, belas, “ricas de todas as cores celestes”, mas que estouravam ao toque dos pequenos, ao tentar gozá-las; no entanto, mau grado tão peremptória afirmação da inconsistência dessa doutrina, alega à rainha mãe sentir grande dúvida, pois temia que, ao tentar divulgar suas conclusões sobre a doutrina de Calvino, suspeitassem que lhes impunha a opinião; devido a isso teria decidido retornar à França, para se encontrar pessoalmente com Calvino⁵¹⁴.

Nesse sentido, o destaque dado à idéia de promoção de um debate ganha contornos bastante significativos, corroborando uma atitude da própria Catarina de Médici que, cabe lembrar, promoveria nesse mesmo ano o colóquio de Poissy, onde seria tentada a restauração da concórdia através do diálogo entre as partes. Situando a carta nesse contexto, não espanta pensar que ele adotasse essa postura diante da regente. É ainda menos espantoso que, como afirma a Montmorency, também em 1561, a tradução da obra para o francês seria feita a pedido da própria rainha mãe (ou ordem, a julgar pelo termo *commander*, empregado pelo cavaleiro de Malta), para que pudesse ter maior divulgação. Desse modo, percebe-se que seu livro é cooptado pela rainha mãe dentro de um esforço maior, ou seja, a política de concórdia de Catarina de Médici⁵¹⁵.

Cabe observar que deve-se ver aí muito mais que hipocrisia e fingimento: como já vimos, tal postura da parte de Villegagnon estava longe de ser nova, dado seu provável

513 VILLEGAGNON, Nicolas Durand. *Au lecteur*. In: GAFFAREL, op. cit., p. 405; VILLEGAGNON, Nicolas Durand. *À sérénissime Katherine de Médic, royne mère du roy, ma souveraine dame*. In: GAFFAREL, op. cit., p. 408.

514 “...voulant divulguer (...) ce que i`en (da doutrina de Calvino) auroye trouvé (...), lors ne mecreust de leur (a Calvino e os seus) imposer” (VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., p. 409). O verbo *mescreuire* (passado simples na terceira pessoa do singular *mescreust*) caiu em desuso na língua francesa. Segundo Jean Nicot (*Thresor de la langue françoise*. Paris: David Douceur, 1606) pode significar tanto a ação de descrença religiosa quanto de desconfiança ou suspeita em relação a alguém; para Robert Estienne (*Dictionarium latinogalicum*. Paris: Charles Stéphane, 1552), em seu dicionário Latim-Francês, tem seu equivalente em *susplicere*, suspeitar.

515 VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., p. 407.

posicionamento como *moyenneur*. Vale lembrar que sua postura inicial quando da querela eucarística não fôra de forma alguma impositiva, mas, pelo contrário, buscaria promover o debate entre as partes. Lestringant, muito eloqüentemente, qualifica tal iniciativa como uma “ensaio” do drama do colóquio de Poissy⁵¹⁶.

A publicação da versão vulgar do livro levantaria nova onda de escritos difamatórios contra o cavaleiro de Malta; no entanto, seu prestígio se encontrava então restaurado e consolidado, a tal ponto que, apesar desses esforços caluniadores, a ordem o escolheria como seu embaixador no concílio geral de Trento, posto a que renunciaria por razões de saúde⁵¹⁷.

Contudo, é interessante observar uma complexa situação proposta pela edição francesa de seu livro: Villegagnon incluiria entre as peças liminares da obra sua carta ao Conselho de Genebra, o que nada tem de espantoso, mas também aquela escrita a Montmorency, o que parece ser paradoxal. Afinal de contas, revelava assim ao público, um ano depois, o caráter instrumental de sua publicação. O que estaria por trás de tão perigosa manobra?

O máximo que podemos fazer, mais uma vez, é levantar hipóteses. É possível que o cavaleiro de Malta tenha tentado manter as aparências na primeira edição, como tudo indica. Contudo, talvez, rumores tenham se espalhado com relação ao uso que fazia da publicação, fazendo-se a ele necessário defender-se. Dentro desse contexto hipotético, não é absurdo que tenha publicado a carta associando a iniciativa ao nome de um dos grandes do reino, emprestando-lhe respeitabilidade, através de Montmorency.

Nos anos seguintes Villegagnon se afastaria gradativamente de sua postura conciliatória, abandonando o campo dos *moyenneurs* e alinhando-se entre os católicos intransigentes, como tantos outros que se recusariam a aceitar a política de tolerância sustentada pela coroa após o fracasso de Poissy. Durante esse período retornaria à proteção dos Guise, chegando a ser tutor do jovem Henrique de Guise, futuro líder da Liga, na profissão das armas⁵¹⁸.

516 Segundo ele, Catarina de Médici e Michel de L'Hospital, anos mais tarde, renovariam a tentativa de Villegagnon, “à l'échelle du royaume” (Lestringant, Frank. *La mémoire de la France Antarctique*. In: *História*. São Paulo: Editora, 2008, v.27(1), pp. 106-107).

517 Mariz e Provençal mencionam a possibilidade de que o cavaleiro de Malta se recusasse a representar a ordem no concílio devido à conduta indecorosa do papa Júlio III, sendo sua saúde apenas um pretexto (MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., p. 132).

518 Segundo Mariz e Provençal, o assassinato de François de Guise teria abatido sobremaneira o cavaleiro de Malta. Em julho de 1566 Villegagnon aceitaria a tarefa de guiar o aprimoramento militar de Henrique de Guise, então com dezesseis anos. O jovem acompanharia cavaleiro de Malta à Hungria, onde era chamado por incumbências militares. (MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., pp. 133-134). A

Concluindo a análise a respeito da correspondência de Villegagnon relativa à França Antártica, cabe nos determos sobre sua relação com Coligny posteriormente à ruptura entre o cavaleiro de Malta e os reformados.

A última carta conhecida de Villegagnon ao almirante é datada também de 1561 e, ao que tudo indica, deve ter sido realmente a última. Seu tom parece surpreendentemente cordial, se tivermos em mente os acontecimentos recentemente passados. Ao mesmo tempo, a linguagem se mostra profundamente respeitosa e reverente⁵¹⁹.

Nela Villegagnon relata sucintamente o desafio lançado a Calvino e sua recusa a participar do torneio teológico e se oferece cortêsmente para ler pessoalmente a sua obra ao almirante, explicando-a. Afirma ainda que gostaria de fazê-lo diante de um “doutor desta seita”, e caso este conseguisse responder aos seus argumentos, que Coligny o “tivesse para sempre como um maligno malicioso” o apelidara, e como o almirante, diz ele, o chamara. Como observa Gaffarel, o cavaleiro de Malta se refere provavelmente ao epíteto “Caim da América”, a ele imputado pelos huguenotes⁵²⁰.

Não é improvável que esse texto marque uma tentativa de reconciliação com o almirante, que retomava sua posição de destaque na Corte após os sucessos de Amboise e a morte de Francisco II. Mais ainda, não é impossível que Villegagnon almejasse fazer parte da nova aventura ultramarina encabeçada por Coligny: em 1561 seriam enviados novos contingentes de colonos franceses ao Novo Mundo, desta vez para a Flórida, como vimos antes. Não podemos esquecer, tampouco, que a essa altura já deviam ter chegado à França as notícias de que os franceses dispersos pela Guanabara tinham se reorganizado, possuindo mesmo dois

correspondência de Villegagnon com o cardeal de Lorena registra os curiosos detalhes do trabalho de Villegagnon como mestre do jovem e impetuoso Guise. Durante a viagem escreve a seu tio, queixando-se das companhias com que andava, dos quais diz “ie croy que le plus viel n`attingt l`âge de 22 ans, qui me faict prévoir ce que ie ne vouldroye veoyr” (“creio que o mais velho não chega aos vinte e dois anos, o que me faz prever o que não gostaria de ver”). Diz ainda que os rapazes tencionavam ir a Veneza, Roma, Nápoles e toda a Itália “et Dieu sçait les belles entreprinses que l`on mesle parmi ces conseils” (“e Deus sabe que belas empresas se misturam entre esses planos”). Mas Villegagnon, brilhante estrategista, tem a solução: que o cardeal enviasse carta a Ferrara, a outro tio do jovem Henri (que não saberíamos identificar), com instruções para não dar-lhe dinheiro, quando o pedisse... Villegagnon inventava o corte da mesada! (VILLEGAGNON, Nicolas Durand, *Au cardinal de Lorraine*, In: GAFFAREL, op. cit., pp. 419-420).

519 A própria saudação inicial é extremamente lisonjeira a Coligny: “À illustre hault et puissant Gaspar de Coulligny, seigneur de Chastillon sur Loing, Admiral de France”. (VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., p. 411). Na verdade, de acordo com Baños, essa seria uma tática comumente recomendada pelos manuais de epistolografia, o uso da saudação nas cartas cortesãs para a *captatio benevolentia*, ou seja, tentar desde o início da carta atrair a simpatia para a causa defendida, através de elogios adequadamente proporcionados de acordo com a condição do destinatário. É interessante observar que Villegagnon faz um sábio uso dessa estratégia em grande parte de suas cartas, de modo sóbrio e discreto (BAÑOS, op. cit., p. 29).

520 VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., pp. 411-412.

novos fortes. Não é absurdo que Villegagnon tentasse buscar apoio para retornar a seu antigo posto.

Nesse sentido, é interessante destacar que o fim da carta é uma forma de justificativa de Villegagnon sobre suas ações no Novo Mundo. Afirma ele:

Si l'on s'esbahit de me veoir si chauldement embrasser ces choses qui semblent estre contre ma profession, le dommage et perte que i'ay receu par les ministres de ceste doctrine ayant empesché mon entreprinse au Brésil, si heureusement commencée, que vous avez bien sceu, et à si grands frais et travaux de moi et des miens, m'en doibt estre suffisante excuse⁵²¹.

Dessa maneira justifica o fracasso da colônia, motivado não por suas faltas, mas arruinada pelos ministros de Genebra. Mais ainda, Villegagnon destaca seu esforço pelo sucesso da empresa, tendo-se empenhado até financeiramente, e sublinha o auspicioso início da mesma, o que não deixa de ser um elogio a seus próprios méritos como chefe.

Esses esforços seriam em vão, e a reaproximação entre os dois não viria a se concretizar. Pelo contrário, em pouco tempo Villegagnon se mostraria encarniçado inimigo de Coligny. Em 1563, em audiência com a regente, pediria que o almirante fosse submetido a julgamento, como suspeito do assassinato de François de Guise, morto em fevereiro, durante a segunda guerra civil.

Seria um tanto temerário afirmar, mas não é improvável que a aparência bem sucedida da nova colônia na Flórida, que então contava com uns poucos milhares de colonos (muito mais que a França Antártica chegou a ter em seus melhores momentos) despertasse alguma dose de despeito no cavaleiro de Malta, embora no ano seguinte a colônia de tão auspiciosa aparência viesse a encontrar seu trágico destino no massacre de Matanzas Inlet.

O ano de 1563 aparenta ter sido destinado pelo cavaleiro de Malta ao acerto de contas definitivo sobre sua malfadada experiência brasileira: no dia 10 de janeiro visitaria o embaixador português Pereira Dantas, numa fria manhã de inverno, mancando devido a recente ferimento provocado no sítio de Rouen por tiro de arcabuz. Vinha solicitar uma indenização pelas suas perdas no Novo Mundo, que, curiosamente, seria paga de bom grado pela coroa portuguesa, embora de acordo com o tratado de Tordesilhas, que a mesma considerava um acordo legítimo, Villegagnon fosse o único culpado por seus infortúnios⁵²².

521 “Se causa espanto ver-me tão calorosamente abraçar essas coisas que parecem ser contrárias a minha profissão, o dano e a perda que recebi dos ministros desta doutrina, impedindo minha empresa no Brasil, tão auspiciosamente começada, como bem soubestes, a tão grandes despesas e trabalhos por mim e pelos meus, deve desculpar-me suficiente”. VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., p. 412.

522 Segundo Antônio Camillo de Oliveira, a concessão da indenização seria devida, em grande medida, à intervenção do próprio Pereira Dantas. Em carta à regente de Portugal, D.^a Catarina, o embaixador diria:

Encontraremos ainda ecos de seu ódio pelo almirante em carta de 1564 endereçada ao cardeal de Granvela, importante figura a serviço de Felipe II, de cuja corte buscava se aproximar, insatisfeito com os rumos da política de tolerância mantida pela coroa francesa⁵²³.

Nesta carta faz um breve relato de alguns assuntos recentes na França, entre eles a reunião de um sínodo na casa de Condé em La Ferté Gauché (atualmente La Ferté-sous-Jouarre), que deixara a rainha mãe com grandes receios, embora não a levasse a fazer nada. Mas, mais importante, afirma que procurara convencê-la, fazia alguns dias, a obedecer a lei sálica, que impedia a restituição de bens confiscados aos rebeldes, destituindo os Chatillon de todos os seus bens e honras, sob a pena de ver no futuro Coligny matar aqueles que desejasse, e fazer suas próprias leis, insinuação bem pouco discreta sobre a possibilidade de que aquele pudesse vir a tornar-se um regicida; conclui afirmando que tentara “assez d`autres moyens pour amener lesdits rebelles en haine et suspicion de ladite dame”, concluindo com o relato de que antes de sua partida da corte dirigira-se à mesma lembrando que tinha se “estropiado”, lutando por ela contra os inimigos da coroa, em óbvia referência a seus ferimentos em Rouen⁵²⁴.

É interessante observar que o espaço dedicado a Coligny na carta é bastante grande, ao passo que aquele destinado a falar sobre o sínodo clandestino sob os auspícios de Condé, ocorrência muito mais grave, ocupa um espaço significativamente menor, quase metade. Mais ainda, tentava mover a regente contra o almirante, como uma ameaça regicida. Por que apenas ele constituiria tão grande ameaça e, ainda mais, por que o cavaleiro de Malta direcionaria tal suspeita apenas contra ele? Não é impossível imaginar que, ainda aí, haja mais uma demonstração da mágoa de Villegagnon por seu insucesso no Novo Mundo, além, é claro, de seu alinhamento aos Guise, que, como vimos, culpavam Coligny pela morte de François de Guise, anos antes.

“E ainda que o dito cavaleiro Villaganhão não tenha nenhum direito no que requer, mas antes merecia perder tudo o que naquilo perdeu... todavia por ser homem fidalgo e tão bom católico e religioso da religião (sic!) como há, por ter-se havido no querimento deste negócio aqui nesta corte sisuda e modestamente, merece verdadeiramente que V.A. folgue de lhe fazer mercê”. Oliveira cita a informação fornecida a Richard Hakluyt por Lopo Vaz, segundo a qual o cavaleiro de Malta receberia da coroa portuguesa 30.000 cruzados como indenização (OLIVEIRA, Antônio Camillo de. *Negociações diplomáticas entre as cortes de Lisboa e Paris, decorrentes da presença dos franceses no Rio de Janeiro*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1970, v. 288, pp. 25-26).

523 O cavaleiro de Malta enviaria ao cardeal duas cartas em menos de cinco dias. Granvela, como se sabe, foi importante figura do reinado de Felipe II, assim como seu irmão. De acordo com Jouanna, fazia parte do grupo ascendente dos *letrados*, e fôra ministro sob Carlos V. Em 1564 se encontrava nos Países-Baixos, como chefe do conselho de Estado, onde tinha a tarefa de combater os sediciosos neerlandeses (VILLEGAGNON, Nicolas Durand, *Au Cardinal de Granvelle*, In: GAFFAREL, op. cit., pp. 412-418; JOUANNA, *Histoire et dictionnaire des Guerres de Religion*, op. cit., pp. 455-460, 515-516).

524 “Bastantes outros meios para colocar os ditos rebeldes sob o ódio e a suspeita da dama em questão”. VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., p. 416-417.

Esse ódio se extinguiria em 1572. Curiosamente, os dois inimigos morreriam no mesmo ano: um, vítima do massacre de São Bartolomeu; o outro, placidamente em seu leito em Pluviers-en-Beauce, onde fazia uma inspeção a serviço da Ordem de Malta⁵²⁵.

Os dois idealizadores da França Antártica deixavam de existir nesse mundo, assim como, anos antes, a sua colônia.

A correspondência de Villegagnon em torno da França Antártica evidencia o interesse político pelo tema entre as principais redes de aliança da época. O problema mobilizaria os principais notáveis da corte de então, como Anne de Montmorency, Gaspar de Coligny, François de Guise e a própria regente Catarina de Médici. A problemática também bateria às portas de Genebra, envolvendo uma figura vultosa como Calvino.

O caráter político vago da disputa em torno da colônia, sugerido pelas obras impressas, ganha contornos mais definidos a partir das cartas enviadas por Villegagnon. As cartas enviadas em 1557 a Calvino e a Guise evidenciam a multiplicidade de possibilidades articuladas na esfera política com relação ao estabelecimento da Guanabara.

Na corte francesa, o foco de ocupação torna-se assim, na conjuntura de 1560 a 1561, marcada pelo tenso diálogo pela concórdia, objeto de litígio entre os diferentes partidos.

Em suma, percebemos nesse capítulo a disputa pela França Antártica se desenvolvendo em outro terreno. Ao passo que os documentos públicos sobre a experiência da Guanabara remetiam a uma esfera de ação principalmente abstrata, as cartas procuram se enraizar numa esfera prática, buscando mobilizar forças capazes de concretizar seus intentos.

As cartas de Villegagnon e Léry evidenciam sobretudo uma tentativa de operar na esfera do poder temporal, procurando se inserir no sistema de alianças vigente. Enquanto Léry, aparentemente, lida com uma esfera bastante limitada de opções, dirigindo-se principalmente aos Coligny, Villegagnon conta com um leque bastante diversificado de alternativas, recorrendo aos Guise, Montmorency, Coligny, e a própria rainha mãe. As cartas de Calvino, por sua vez,

525 Embora não seja essencial ao presente trabalho, é importante salientar que em seus últimos anos, Villegagnon retornaria ao campo dos Valois, principalmente a partir de 1567, quando se iniciaria a segunda guerra de religião. Prestaria serviços à coroa encarregado do comando militar de diversas cidades do nordeste da França. Dedicaria ao estudo seus momentos de paz e à coroa seus momentos de guerra. Em verdade, pode-se dizer que combatia continuamente, pois seus estudos eram principalmente voltados para a publicação de novas obras de polêmica religiosa. Villegagnon lutava contra os huguenotes com a espada e a pluma. Os últimos registros de sua correspondência são principalmente voltados para comunicação de atividades militares, sendo a maior parte das cartas endereçada a membros da família real, especialmente a rainha mãe, Carlos IX e Henrique d'Anjou, o futuro Henrique III (MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., pp. 134-136; VILLEGAGNON, In: GAFFAREL, op. cit., pp. 421-427).

desnadam a disputa levada a cabo em outra esfera: afastando-se do ambiente cortesão, sua correspondência lida com a problemática principalmente sob a ótica do poder espiritual, não sendo, no entanto, menos política por isso.

Conclusão

Moïse pour l'autel cherchait un statuaire;

Dieu dit: - Il en faut deux; et dans le sanctuaire

Conduisit Oliab avec Béliséel.

*L'un sculptait l'idéal et l'autre le réel*⁵²⁶

Hugo

O pequeno poema *Le Temple*, da primeira parte de *La légende des siècles*, oferece interessantes caminhos para a reflexão sobre a França Antártica, mesmo porque remete a uma referência utilizada por seus protagonistas. Em sua carta a Calvino, os pastores Richer e Chartier comparam a atitude de Villegagnon ao fundar a França Antártica à do monarca Salomão consagrando o Templo de Jerusalém.

Como abordamos em *Entre Genebra e a Guanabara*, a alusão não era gratuita, e o gesto fundador do rei bíblico oferecia em grande medida um paradigma aos discursos reformados sobre a França Antártica. De fato, diversos dos elementos apresentados sobre o episódio no texto bíblico são retomados pelos huguenotes em relação ao empreendimento colonial.

Porém, mais ainda, o rico simbolismo do poema, apresentando os dois artistas que esculpem o ideal e o real também traz interessantes elementos para a análise. De fato, a todo momento, a experiência da França Antártica evoca uma complementaridade e uma tensão entre a idealização e a realidade, bem como seus personagens, a todo momento, vêem-se esculpindo o real e o ideal.

Podemos traçar com certa segurança um ideal huguenote e um católico sobre a França Antártica. No primeiro, evidenciado especialmente nas obras de Crespin e Léry, encontramos as idéias de um refúgio tolerante, de liberdade atingida por um conselho, de expansão passiva do cristianismo, entre muitas outras que se resumem no “melhor servir a Deus”.

Por outro lado, no campo católico, encontramos pistas nos escritos de Thévet e Villegagnon, enfatizando a expansão da fé através da catequese indígena, bem como o serviço

⁵²⁶ “Moisés buscava para o altar um estatuário; Deus disse: são necessários dois; e ao santuário/ Conduziu Oliab com Belizeel./ Um esculpia o ideal e o outro o real”.

do monarca através da obtenção de riquezas, como metais preciosos, ou da expansão da terra, iniciando-se a partir da Guanabara.

Contudo, esses ideais não resistem ao choque da realidade, esboroando-se ao impacto das dificuldades: a sedição entre os colonos insatisfeitos, a querela religiosa instalada no seio da colônia, as pressões vinda de além-mar e, por fim, a destruição pelas armas inimigas, nos combates contra os lusitanos. A desagregação interna e as forças externas fariam com que o edifício da França Antártica ruísse, tal como ocorrera séculos antes ao seu êmulo, o Templo de Jerusalém.

Essa cisão se estende ainda, com particular força, à política. Entre a política idealizada, discutida entre os participantes diretos ou indiretos da França Antártica, e a política realizada, concretizada na vivência, há quase um abismo. Em nosso trabalho anterior nos debruçávamos sobre a primeira, agora, voltamo-nos à segunda.

Enquanto a idealização política se consolidava num plano de debates, onde se entrevia no fim do horizonte a concretização de um refúgio onde seria possível viver em melhores condições que no Velho Mundo, longe das perseguições e dos conflitos, a política vivenciada na prática conduzia às mesmas disputas explosivas, aos mesmos dilemas, aos mesmos antagonismos supostamente deixados na outra margem do Atlântico. O Mundo era Novo, mas os corações eram “velhos”, e traziam a Europa dentro de si. A seu mau-grado, a França Antártica se tornava miniatura da França “Ártica”.

Na França ultramarina encontramos os mesmos esbarrões, que em nome da religião, punham em perigo a república. Por mais que Villegagnon afirme separar as esferas temporal e espiritual, ciente do exemplo bíblico de Osias, o exemplo se torna “maldição”: negado e depois seguido, expulso pela porta e retornando pela janela. O cavaleiro de Malta, como governante, torna-se teólogo, a tensão entre os dois poderes renasce. O ideal de separação das duas esferas se desfaz no momento mesmo em que se tenta realizar.

Essa tensão se revela também através de um modelo providencial de história, que transparece nos primeiros documentos sobre a França Antártica. As primeiras cartas, especialmente a de Richer, pintam o modelo de um empreendimento conduzido pelas mãos de Deus, para sua glória. Villegagnon é visto como instrumento divino, uma arma na luta contra as trevas demoníacas. A realidade, contudo, rompe em pedaços esses sonhos, trazendo a divisão e a dissolução ao seio da coletividade. O paradigma de uma história idealizada, guiada pela providência, se vê negado pela concretização da experiência.

Em oposição, o modelo de uma *historia magistra vitae*, centrado nos padrões da conduta humana, na Terra e não no Céu, se vê reforçado pelas relações com a França

Equinocial. Como vimos, os católicos e huguenotes do Maranhão buscam evitar o dissídio que desintegrara a França Antártica, firmando um acordo nesse sentido. De fato, a França Equinocial não sofreria as mesmas divisões internas, mas padeceria a mesma derrota pelas armas portuguesas.

Mas cabe perguntar: no fim, que é real e que é ideal? Como vimos, o problema do estabelecimento da verdade assola constantemente nossos personagens, tornando-se essencial à disputa e à vivência política que desenvolvem em torno do episódio da Guanabara.

A disputa pela França Antártica, centrada no eixo da verdade, expõe concepções políticas compartilhadas que se encontram em uma linguagem comum: a orientação da prática política por valores morais. Nossos personagens estão centrados na necessidade de determinadas virtudes morais para o exercício do mando, seja ele espiritual ou temporal.

Daí as inúmeras discussões sobre os comportamentos dos personagens envolvidos, a bondade e a crueldade, sobre a cupidez ou o desinteresse, a humildade ou vaidade, a sabedoria ou a ignorância, a hipocrisia ou a sinceridade, a prudência ou o descuido, a tirania ou a magnanimidade, entre outros. Quando Crespin acusa Villegagnon de agir perfidamente contra os “mártires”, procura mostrar sua inaptidão para governar; da mesma forma, quando Thévet acusa os ministros de Genebra de se preocuparem mais em procurar ouro que pregar, busca também evidenciar sua incapacidade para o ministério.

Dessa forma, atacar o adversário consiste, em boa medida, em mostrar a distância entre a realidade que ostenta, e o ideal que se espera dele, em termos morais. Na verdade, nossos personagens se encontram ainda próximos das tradicionais concepções cristãs de poder, muito distantes da nascente razão de Estado, tão criticada em sua época sob o rótulo de “maquiavelismo”.

Por outro lado, percebemos a importância do uso do escrito como suporte para o discurso político e como espaço da prática política. Nesse sentido, há uma forte complementaridade entre o uso dos impressos e das cartas, apresentando as últimas um papel político tão importante quanto os primeiros.

De fato, enquanto o impresso remete a uma esfera pública de exercício do poder, submetendo-se à apreciação de um público amplo, indefinido e abstrato, as cartas se inserem em relações de poder mais concretas, com lugar social claramente definido, numa esfera particular.

Ambos os gêneros de escrito são nutridos de retórica, de um esforço medido para o convencimento, para o estabelecimento seguro da sua “verdade”, em detrimento daquela dos adversários. Para isso, articulam-se provas e testemunhos diversos, em configurações variadas.

Esses documentos acabam por criar uma França Antártica fora do tempo e do espaço, quase como a *Nouvelle France* de Marc Lescarbot, uma idéia abstrata que paira indefinidamente sobre o Novo Mundo, encarnando-se de tempos em tempos em diversos avatares. É uma França Antártica descolada do tempo na medida em que se põe em constante mutação, de acordo com os contextos políticos em que é evocada ou conforme os interlocutores a quem é apresentada.

Caberia talvez perguntar: quantas Franças Antárticas existem? As disputas fazem com que as versões da experiência multipliquem-se ao infinito, na medida em que fazem com que o episódio entre num jogo de relação de forças, puxado e repuxado de diversos lados, atingindo por momentos deformidades fantásticas ou grotescas, como as versões da sedição apresentadas por Thévet ou Crespin.

No fim, esse jogo de forças faz com que a experiência da França Antártica seja arrebatada da realidade ao plano ideal, na medida em que cada nova versão da história, por vezes radicalmente afastada de todas as demais, pertence mais ao plano da idealização que ao do real. Por um movimento paradoxal, as disputas da Guanabara afastam a França Antártica do ideal, terminando por radicá-las de volta ao mesmo, transfigurada.

Talvez seja acertado pensar que a disputa imortaliza a França Antártica, oscilando a experiência entre o efêmero e o eterno. Que seria da história daqueles franceses, não fossem os árduos combates a que se entregaram? Possivelmente, estariam todos abrigados sob o rótulo de “luteranos”, aposto por Mem de Sá e Anchieta, e reiterado por Varnhagen. Mas é difícil falar de “ses” em História.

No fim, a experiência da França Antártica só se faz interessante pelo heroísmo de seus personagens, entregues arduamente à luta. Não como heróis épicos, mas marcados pelo heroísmo trágico dos sonhos desfeitos.

Fontes e bibliografia

Fontes impressas

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2006.

BARRÉ, Nicolas. *Copie de quelques lettres sur la navigation du Chevalier de Villegagnon*. In: GAFFAREL, Paul. *Le Brésil Français au seizième siècle*. Paris: Maisonneuve, 1878.

CALVIN, Jean. *Ioannis Calvini epistolae et responsa: quibus interactae sunt insignium in ecclesia Dei virorum aliquam etiam epistolae*. Genebra: Apud Petrum Santandreamum, 1575.

CALVIN, Jean. *Ioannis Calvini Opera Quae Supersunt Omnia*. Bad Feilnbach: Schmidt Periodicals GmbH, 1990.

CHARTIER, Guillaume, RICHER, Pierre, VILLEGAGNON, Nicolas Durand. *Cartas*. Apud MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

CRESPIN, Jean. *Histoire des choses memorables advenues em la terre du Brésil, partie de l'Amerique Australe, sous le gouvernement de N. de Villeg. Depuis l'an 1555 jusques à l'an 1558*. In: GAFFAREL, Paul. *Le Brésil Français au seizième siècle*. Paris: Maisonneuve, 1878.

LÉRY, Jean de. *Histoire d'un Voyage faict en La terre Du Brésil*. Paris: Le livre de poche, 1994.

RICHER, Pierre. *La refutation des folles resveries, execrables blasphemes, erreurs et mensonges de Nicolas Durand, qui se nomme Villegaignon: diuisee em deux liures*. 1561 [cidade e editor não indicados].

THÉVET, André. *Cosmographie Universelle*. Paris: Guillaume Chaudiere, 1575.

_____. *Le Brésil et les Brésiliens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1953.

_____. *Les singularités de la France Antarctique*. Paris: Chandeigne, 1997.

VILLEGAGNON, Nicolas Durand. *Response aux libelles d'iniures contre le cheualier de Villegaignon*. Lyon: Benoît Rigaud, 1561.

Obras de referência

ESTIENNE, Robert. *Dictionarium latinogalicum*. Paris: Charles Stéphane, 1552 (consultado em www.gallica.fr, em 20/04/2009).

FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *L'État Royal 1460-1610*. Paris: Hachette, 1987.

NICOT, Jean. *Thresor de la langue françoise*. Paris: David Douceur, 1606 (consultado em www.gallica.fr, em 20/04/2009).

REY, Alain (org.). *Le Robert. Dictionnaire Historique de la Langue Française*. Paris: Le Robert, 2000.

Livros, artigos e teses

ALVARÉZ, Fernando Bouza (org.). *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y el impreso*. Madri: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005.